



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARCOS DE LIMA GOMES

**GEOHISTÓRIA E A ESPACIALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO
ESTADO DE RORAIMA: 1992-2018**

Boa Vista, RR

2020

MARCOS DE LIMA GOMES

**GEOHISTÓRIA E A ESPACIALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO
ESTADO DE RORAIMA: 1992-2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras.

Boa Vista, RR

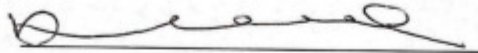
2020

**GEOHISTÓRIA E A ESPACIALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO
ESTADO DE RORAIMA: 1992-2018**

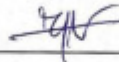
Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 16 de março de 2020 e avaliada pela seguinte banca:



Prof. Dr. Elói Martins Senhoras – Orientador (UFRR)



Prof. Dr. Artur Rosa Filho (UFRR)



Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão (UERR)



Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)

AGRADECIMENTOS

O desafio na produção de conhecimento não é tarefa fácil, sobretudo, de uma temática que envolve questões de difícil acesso em relação à obtenção de informações e de dados como foi o caso da presente dissertação. A determinação e a persistência em querer alcançar o objetivo foi fator primordial que trouxe sacrifícios no decorrer da pesquisa. Contudo, nada disto seria possível sem o consentimento do Criador e de minha família, em especial de minha mãe Dona Creuza que sempre esteve ao meu lado e confiou na minha capacidade.

Agradeço à minha filha Gabrielle, pelas palavras de incentivo, apreço e confiança que motivaram em momentos difíceis e serenos durante esta labuta. Agradeço à minha esposa Helen, pela paciência e pela compreensão da importância da realização do presente trabalho, pelo incentivo e confiança que sempre depositou em mim. Ao meu *brother* Fabiano, que sempre me apoiou e incentivou por meio de sua *sapientia*, sendo de grande valia para a construção da presente dissertação. Aos meus irmãos Simone, Adriano e Paulo, pelo apoio e confiança depositados em mim de forma direta e indiretamente. Meu muito obrigado.

Agradeço aos integrantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (PPG-GEO) pela oportunidade de poder contribuir por meio deste trabalho junto à comunidade científica; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa de estudos Demanda-Social, que foi fundamental para conclusão da pesquisa; aos meus colegas de turma do mestrado, com quem tive o privilégio de compartilhar experiência; e à Universidade Federal de Roraima, como instituição de ensino superior de notória qualidade no estado.

Agradeço ao corpo docente do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (PPG-GEO) pelos esclarecimentos, apoio e confiança depositados em mim durante as várias tarefas juntos trilhadas. Ao professor Reginaldo Gomes de Oliveira do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima, pelo o apoiou e os esclarecimentos de grande relevância durante a construção do presente trabalho.

Agradeço ao Comandante do Comando Militar da Amazônia General-de-Exército César Augusto Nardi Souza, que de pronto me proporcionou atendimento com informações de grande relevância para subsidiar a presente dissertação, bem como pela acolhida durante a visita na cidade de Manaus. Ainda na cidade de Manaus, não poderia deixar de agradecer ao Tenente-Coronel Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida, historiador de excelência que contribuiu de forma salutar com riquíssimas informações histórico-militares, notadamente sobre as fortificações na Amazônia.

Sem o apoio institucional não seria possível realizarmos o presente trabalho, desta forma, agradeço a todos os Comandantes de Organizações Militares pelo apoio e acolhida durante as visitas técnicas, notadamente aos: Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Selva, General-de-Brigada Márcio Bessa Campos; Comandante do Comando Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, Tenente-Coronel Gian Dermário da Silva; Comandante do 1º Batalhão Logístico de Selva, Tenente-Coronel Márcio Nunes de Resende Júnior; Comandante do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, Coronel Vandir Pereira Soares Júnior; Comandante da Base Administrativa do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, Major Ricardo Feliano Medeiros da Silva. Agradeço ao 2º Tenente Flávio Vicente Pereira, pelo apoio prestado durante as vezes que procurei o amigo, e ao Subtenente Luiz Cláudio Nogueira Morellato, pelo apoio prestado nas diversas vezes que estive no Comando da 1ª Bda Inf Sl.

Por fim, agradeço ao meu orientador Professor Doutor Elói Martins Senhoras do Departamento de Relações Internacionais (DRI), pela dedicação, comprometimento e compreensão durante as diversas orientações e encontros técnicos no decorrer desta nobre missão, nas quais sempre me motivou para chegarmos ao fim de nossos objetivos aqui propostos. Ao agora amigo Elói, meus sinceros agradecimentos e que Deus o ilumine cada vez mais juntamente com sua digníssima família.

Por vezes são as pessoas de quem ninguém imagina nada, que fazem
as coisas que ninguém sequer imagina.

(Alan Turing)

RESUMO

A presente pesquisa traz um estudo geohistórico e geopolítico militar acerca da espacialização do Exército Brasileiro no estado de Roraima a partir de fenômenos que, ao longo do tempo, influenciaram para que ocorresse a ampliação do Poder Militar nesta região, por meio de realocamentos e/ou transferências de Organizações Militares de grandes centros para a Amazônia Legal. Portanto, tem-se como objetivo realizar uma análise da geohistória e da espacialização do Exército Brasileiro no estado de Roraima, a partir de um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada na cidade de Boa Vista (RR), desde sua criação em 1992 até o ano de 2018. Como procedimentos metodológicos, classificam como de natureza exploratória-descritiva-explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, instrumentalizada por meio de um método hipotético-dedutivo, partindo de levantamento de dados de uma revisão integrativa, bibliográfica, bibliométrica e documental, e um estudo de caso, finalizando com uma análise de dados com base em hermenêutica geográfica, análise de discurso, gráfica e geoespacial, os quais se materializaram em análise por triangulação, pautada no diálogo com o estado da arte, levantamento de dados empíricos, e análise da conjuntura, além da aplicação de 11 entrevistas semienterradas. Os resultados da pesquisa sobre o tema em questão, apontam para uma sequência diacrônica, por meio de análises sistemáticas e integrativa dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica e das evoluções do ciclo de vida de produções científicas resultando num estudo do estado da arte, bem como de análise ampliada e resumida do processo exploratório da Amazônia a partir da metade do século XV e da consolidação da Geopolítica e militar lusitana nesta área, findando com uma análise geopolítica e militar da ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal com ênfase no estado de Roraima, notadamente por meio de um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva criada em 1992. Por fim, conclui-se com base nos resultados apresentados nesta dissertação que o lento processo de ampliação do Poder Militar no estado de Roraima acontece por meio de acontecimentos geohistórico-políticos-militares que transformaram a região, que culminaria com a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em 1992 e pela incompletude de poder de força no estado de Roraima decorrente de problemas estruturais e de incongruências do Estado brasileiro em priorizar a Amazônia Legal.

Palavras-chave: Amazônia; Brigada de Infantaria de Selva; Geografia Política; Geopolítica; Poder Militar.

ABSTRACT

The present research brings a geohistorical and geopolitical military study about the spatialization of the Brazilian Army in the state of Roraima from phenomena that, over time, influenced the expansion of Military Power in this region, through relocations and / or transfers of Military Organizations from large centers to the Legal Amazon. Therefore, the objective is to carry out an analysis of the geohistory and spatialization of the Brazilian Army in the state of Roraima, based on a case study of the 1st Jungle Infantry Brigade, based in the city of Boa Vista (RR), since its inception. creation in 1992 until 2018. As methodological procedures, they classify as exploratory-descriptive-explanatory in terms of ends and quali-quantitative in terms of means, instrumentalized by means of a hypothetical-deductive method, based on data collection from a integrative, bibliographic, bibliometric and documentary review, and a case study, ending with a data analysis based on geographic hermeneutics, discourse, graphical and geospatial analysis, which materialized in triangulation analysis, based on dialogue with the state of art, survey of empirical data, and analysis of the situation. The results of the research on the subject in question, point to a diachronic sequence, among them: a systematic and integrative analysis of the concepts of Political Geography and Geopolitics and the life cycle evolutions of 33,073 scientific productions resulting in a study of the state of the art ; presents a summary table of a systematic and integrative review of the concepts raised with an emphasis on the Amazon; presents a map of the 65 military fortifications in the Amazon (16th-19th centuries); brings a geohistorical framework about the Amazon based on the literature on the Caribbean Amazon; it brings scientific contribution through a case study through a geopolitical study of the Military Power of the Brazilian Army in Roraima, as well as a diagnosis of deficit in the Military Power existing in the state of Roraima at two different moments in its historiography. Finally, it is concluded based on the results presented in this dissertation that the slow process of expansion of Military Power in the state of Roraima happens through geohistorical-political-military events that transformed the region, which would culminate in the creation of the 1st Brigade of Selva Infantry in 1992 and the incomplete power of force in the state of Roraima due to structural problems and incongruencies of the Brazilian State in prioritizing the Legal Amazon.

Keywords: Amazon; Jungle Infantry Brigade; Political Geography; Geopolitics; Military Power.

RESUMEN

La presente investigación trae un estudio militar geohistórico y geopolítico sobre la espacialización del ejército brasileño en el estado de Roraima a partir de fenómenos que, con el tiempo, influyeron en la expansión del poder militar en esta región, a través de reubicaciones y / o transferencias de organizaciones militares de grandes centros a la Amazonía legal. Por lo tanto, el objetivo es llevar a cabo un análisis de la geohistoria y la espacialización del Ejército brasileño en el estado de Roraima, basado en un estudio de caso de la 1ra Brigada de Infantería de la Selva, con sede en la ciudad de Boa Vista (RR), desde su inicio. Creación en 1992 hasta 2018. Como procedimientos metodológicos, se clasifican como exploratorios-descriptivos-explicativos en términos de fines y cualitativos en términos de medios, instrumentalizados por medio de un método hipotético-deductivo, basado en la recopilación de datos de un revisión integrativa, bibliográfica, bibliométrica y documental, y un estudio de caso, que termina con un análisis de datos basado en hermenéutica geográfica, discurso, análisis gráfico y geoespacial, que se materializó en el análisis de triangulación, basado en el diálogo con el estado de arte, encuesta de datos empíricos y análisis de la situación. Los resultados de la investigación sobre el tema en cuestión apuntan a una secuencia diacrónica, entre ellos: un análisis sistemático e integrador de los conceptos de Geografía Política y Geopolítica y las evoluciones del ciclo de vida de 33,073 producciones científicas que resultan en un estudio del estado del arte. ; presenta una tabla resumen de una revisión sistemática e integradora de los conceptos planteados con énfasis en la Amazonía; presenta un mapa de las 65 fortificaciones militares en la Amazonía (siglos XVI-XIX); trae un marco geohistórico sobre el Amazonas basado en la literatura sobre el Caribe amazónico; aporta una contribución científica a través de un estudio de caso a través de un estudio geopolítico del Poder Militar del Ejército brasileño en Roraima, así como un diagnóstico de déficit en el Poder Militar existente en el estado de Roraima en dos momentos diferentes de su historiografía. Finalmente, se concluye con base en los resultados presentados en esta disertación que el lento proceso de expansión del Poder Militar en el estado de Roraima ocurre a través de eventos geohistóricos-políticos-militares que transformaron la región, lo que culminaría en la creación de la 1ª Brigada de Infantería de la selva en 1992 y el poder incompleto de la fuerza en el estado de Roraima debido a problemas estructurales e inconsistencias del Estado brasileño en la priorización de la Amazonía legal.

Palabras clave: Amazon; Brigada de infantería de la selva; Geografía política; Geopolítica; Poder Militar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte metodológico e procedimentos metodológicos	34
Figura 2 – Mesorregiões e distribuição climática do estado de Roraima.....	38
Figura 3 - Análise por triangulação.	40
Figura 4 - Etapas do processo evolutivo para desenvolver a Revisão Integrativa	68
Figura 5 - Bibliometria dos temas Geopolítica e de Geografia Política nos idiomas português, espanhol e inglês.....	71
Figura 6 - Evolução do ciclo de produção do tema Geografia Política nos idiomas português, espanhol e inglês.....	74
Figura 7 - Evolução do ciclo de produção do tema Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês.....	76
Figura 8 - Evolução do ciclo de produções dos temas Geografia Política e Geopolítica nos idiomas em português, espanhol e inglês	78
Figura 9 - Aspectos quali-quantitativo e perfis dos pesquisadores e referente à suas obras	81
Figura 10 - Aspectos quali-quantitativo e perfis dos pesquisadores referente à suas obras	83
Figura 11 - Núcleos de produções acadêmicas de nacionalidade estrangeiras.....	85
Figura 12 -Periodização do ciclo de vida das produções dos temas Geografia Política e de Geopolítica referente ao período de 1980 a 2017	89
Figura 13 - Distribuição de área do conhecimento dos autores citados	96
Figura 14 - Escolas de formação dos autores do estado da arte	97
Figura 15 - Perfil dos grupos de pesquisas sobre Geografia Política e de Geopolítica.....	108
Figura 16 - Caracterização dos grupos de pesquisas sobre Geografia Política e de Geopolítica	110
Figura 17 - Distribuição socioespacial dos grupos de pesquisas por região Geográfica.....	111
Figura 18 - Áreas de conhecimento nos grupos de pesquisas CNPq.....	113
Figura 19 - Instituições de Ensino Superior por regiões geográficas no Brasil	115
Figura 20 - Caracterização dos pesquisadores por produtividade sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica.....	117
Figura 21 - Caracterização dos pesquisadores estrangeiros sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica.....	119
Figura 22 - Espacialização por país de pesquisadores de nacionalidades estrangeiras sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no Brasil (por Continente).....	120
Figura 23 - Evolução das publicações sobre Geografia Política sobre a Amazônia	133
Figura 24 - Evolução das publicações sobre Geografia Política sobre a Amazônia	135
Figura 25 - Evolução das publicações sobre Geopolítica na Amazônia.....	137
Figura 26 - Evolução das publicações sobre conceito de Geopolítica sobre a Amazônia.....	139
Figura 27 - Perfil das 10 produções científicas referente ao estado da arte de ambos os conceitos	141
Figura 28 - Perfil ontológico do estado da arte sobre Geografia Política e de Geopolítica, com ênfase na Amazônia.....	145
Figura 29 - Evolução geohistórica e socioespacial de Roraima	155
Figura 30 - Portal do Forte Kijkoveral	184
Figura 31 - Forte São Joaquim do rio Branco	188
Figura 32 – Agencia Fluvial de Caracaraí (RR).....	194
Figura 33 - Inauguração da ALA 7 em Boa Vista (RR).....	197

Figura 34 - Evolução do Poder Militar no estado de Roraima	201
Figura 35 – Ruínas do Forte São Joaquim do rio Branco.....	202
Figura 36 - Contingente Federal (1926)	204
Figura 37 – Quartel da Guarda Territorial do rio Branco.....	205
Figura 38 - Letreiro do 6º Pelotão Especial de Fronteira-Uiramutã (RR).....	208
Figura 39 – Refugiados da Revolta da região de Rupununi e apreensões de munições e armamentos pelo o Exército Brasileiro (1969).....	211
Figura 40 - Primeiro Contingente militar em Bonfim (1969)	212
Figura 41 - Destacamento pioneiro na região de Normandia (março de 1969)	212
Figura 42 - Instalações militares na Vila Pereira e de Pacaraima	213
Figura 43 - Construção da instalações do Comando Fronteira / 2º Batalhão Especial de Fronteira	214
Figura 44 - Sede provisória do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (Avenida Ene Garcêz, Boa Vista) e construção da atual sede em Boa Vista - RR.....	215
Figura 45 - Obras da BR-174 realizada pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção.....	216
Figura 46 - Obras executadas pelo 6º Batalhão de Engenharia de construção (1970-1980).217	
Figura 47 - Construção de abrigos e bases utilizadas pela Força-Tarefa (Pacaraima 2019)..217	
Figura 48 - Instalações e tiro de carro de combate Cascavel EE-90 do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	218
Figura 49 – Construção do pavilhão de Comando (antes e depois) do Comando Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva	219
Figura 50 - Instalações do 4º Pelotão Especial de Fronteira - Surucucu (RR).....	221
Figura 51 - Instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteira-Auaris (RR)	222
Figura 52 - Organização do SIPAM.....	229
Figura 53 - Representação gráfica do programa SisFron nos três arcos de fronteira.....	231
Figura 54 - Evolução geohistórica do Poder Militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima	236
Figura 55 - Espacialização das Brigadas de Infantaria por Comando Militar de Área no Brasil	242
Figura 56 - Espacializações de Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia Legal.....	245
Figura 57 - Comandos Militares de Área e Regiões Militares no Brasil.....	247
Figura 58 - Estrutura Organizacional do Comando Militar da Amazônia (CMA).....	252
Figura 59 - Organograma do Comando Militar do Norte (CMN).....	254
Figura 60 - Fotos históricas da 1ª Brigada de infantaria de Selva.....	257
Figura 61 - Organograma da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI).....	258
Figura 62 - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	259
Figura 63 – 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv).....	260
Figura 64 – Comando Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva.....	261
Figura 65 -10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva	262
Figura 66 – Comandado 1º Batalhão Logístico de Selva	263
Figura 67 – 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.....	264
Figura 68 - Pavilhão de Comando do 1º Pelotão de Comunicações de Selva.....	265
Figura 69 - 32º Pelotão de Polícia de Exército	266
Figura 70 – Organograma administrativo da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.....	277
Figura 71 – Análise de conteúdo das entrevistas.....	291
Figura 72 - Análise de conteúdo das entrevistas	293
Figura 73 – Análise de conteúdo das entrevistas.....	295

Figura 74 - Análise de conteúdo das entrevistas	296
Figura 75 - Matriz SWOT	298
Figura 76 - Matriz SWOT da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.....	299
Figura 77 – Temas tradicionais e novas ameaças na América do Sul.....	306
Figura 78 – Arcos da estabilidade e de instabilidade na América do Sul	307

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Design da Pesquisa.....	26
Quadro 2 - Objetivos da pesquisa.....	32
Quadro 3 - Autores e suas contribuições sobre o conceito de Fronteira	57
Quadro 4 - Frequência de publicações na área de conhecimento em Geografia.....	84
Quadro 5 - Fase 1 - Geografia Política e de Geopolítica (período: 1980 a1993).....	91
Quadro 6 - Fase 2 – Geografia Política e de Geopolítica (período: 1994 a 2003)	92
Quadro 7 - Fase 3 – Geografia Política e de Geopolítica (período: 2004 a 2017)	94
Quadro 8 - Publicações chave sobre Geografia Política e de Geopolítica no idioma português referente a periodização de 1980-2017.....	95
Quadro 9 - Núcleo ontológico do estado da arte da Geografia das quinze mais ranqueadas...99	
Quadro 10 – Produções de eixo primário conceitos de Geografia Política, Geopolítica e/ou ambos.....	100
Quadro 11 - Frequência de autores da área de conhecimento em Geografia com discussões no eixo principal de Geografia Política e de Geopolítica.....	101
Quadro 12 - Categorias temáticas do estado da arte sobre os conceitos e Geografia Política e de Geopolítica	102
Quadro 13 - Áreas de conhecimentos existentes nos grupos de pesquisas CNPq sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica.....	112
Quadro 14 - Ciclo de vida das produções do conceito de Geografia Política com enfoque na Amazônia: 1958-2018	126
Quadro 15 - Periodização do ciclo de vida das produções do conceito de Geopolítica com enfoque na Amazônia: 1958-2018.....	129
Quadro 16 - Estado da arte sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica da Amazônia.....	143
Quadro 17 - Frequência de autorias de obras estado da arte	146
Quadro 18 - Processo evolutivo e seus dispositivos legais para a Amazônia Legal.	172
Quadro 19 - Tipos de Brigadas do Exército Brasileiro	241
Quadro 20 - Comandos Militares de Área e suas respectivas Regiões Militares	248
Quadro 21 - Dimensões organizacionais do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	270
Quadro 22 - Quadro hierárquico e funcional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	272
Quadro 23 - Características da profissão militar	275
Quadro 24 - Atribuições e competências do cúpula estratégica da 1ª Brigada de infantaria de Selva	279
Quadro 25 -Atribuições e competências do núcleo operacional da 1ª Brigada de infantaria de Selva	280
Quadro 26 - Equipamentos tecnológicos da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	282
Quadro 27 - Análise de conteúdo	285
Quadro 28 - Histórico de Operações de Garantia da Lei e da Ordem no estado de Roraima	308

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Tema, Justificativa, Problema, Hipótese, Tese e Objetivos	27
Fluxograma 2 - Recorte teóricos utilizados na pesquisa	45

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de localização da área de estudo.....	39
Mapa 2 - Núcleos de produções acadêmicas de nacionalidade brasileira	86
Mapa 3 - Mapa das Fortificações históricas da Amazônia (séculos XVII, XVIII e XIX)	149
Mapa 4 - Mapa de abrangência e atuação do Programa Calha Norte.....	162
Mapa 5 - Mapa das subdivisões da Amazônia	164
Mapa 6 -Amazônia Caribenha	166
Mapa 7 - Mapa da Amazônia Legal	169
Mapa 8 - Subdivisões da Amazônia Legal	173
Mapa 9 - Mapa Amazônia Setentrional	175
Mapa 10 - Tratado de Tordesilhas	181
Mapa 11 – Ilha Amazônia Caribenha	186
Mapa 12 - Distritos Navais na Amazônia Legal	193
Mapa 13 - Estrutura Organizacional da Força Aérea Brasileira na Amazônia Legal	196
Mapa 14 – Fortificações militares na Amazônia (séculos XVI-XVII).....	203
Mapa 15 – Espacialização dos Pelotões Especiais de Fronteira no estado de Roraima.....	223
Mapa 16 - Divisões de Exército	249

LISTA DE ABREVIATURAS

10° GAC SI	Decimo Grupo de Artilharia de Campanha de Selva
12° Esqd C Mec	Decimo Segundo Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
1° B Log	Primeiro Batalhão Logístico
1° BIS	Primeiro Batalhão de Infantaria de Selva
1° Pel Com	Primeiro Pelotão de Comunicações
32° Pel PE	Trigésimo segundo Pelotão de Polícia do Exército
6° BEC	Sexto Batalhão de Engenharia de Construção
ACISO	Ação Cívico-Social
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
CAM	Correio Aéreo Militar
CAN	Correio Aéreo Nacional
CFR/7° BIS	Comando de Fronteira Roraima/Sétimo Batalhão de Infantaria de Selva
CIA	Companhia
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMN	Comando Militar do Norte
COMAR	Comando da Aeronáutica
COTER	Comando Terrestre
DE	Divisão de Exército
EB	Exército Brasileiro
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
F TER	Força Terrestre
FAB	Força Aérea Brasileira
FRON	Fronteira
FT	Força Tarefa
GEC	Grupamento de Engenharia de Construção
GEF	Grupamento Especial de Fronteira
Gen	General
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GUES	Grupamento Escola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômico Aplicado
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
OM	Organização Militar
OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinada
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônico
PCN	Programa Calha Norte
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PND	Política Nacional de Defesa
PND	Política Nacional de defesa
RM	Região Militar
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia

SIPLEX	Sistema de Planejamento do Exército
SISFRON	Sistema de Fronteira
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
TCA	Tratado de Cooperação Amazônico
TFRB	Território Federal do Rio Branco
TFRR	Território Federal do Roraima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	28
3 PROBLEMA, HIPÓTESE E TESE DA PESQUISA	30
4 Objetivos, MEIOS E RESULTADOS DA PESQUISA	32
5 RECORTE METODOLÓGICO	34
5.1 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	34
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	36
5.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	37
5.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DA COLETA E ANÁLISES DOS DADOS	40
5.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	41
5.6 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	42
5.7 AMOSTRAGEM E SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	43
6 RECORTE TEÓRICO-CONCEITUAL	45
7 RESULTADO E DISCUSSÃO	66
7.1 MAPEAMENTO CONCEITUAL DOS ESTUDOS SOBRE OS CONCEITOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA E DE GEOPOLÍTICA.....	67
7.1.1 Revisão Integrativa sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica	67
7.1.1.1 Evolução de produções dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês.....	71
7.1.1.2 Ciclo de vida das produções Geografia Política.....	72
7.1.1.3 Ciclo de vida das produções de Geopolítica.....	75
7.1.1.4 Séries de produções Geografia Política em detrimento a Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês.....	77
7.1.1.5 Revisão sistemática das 100 produções mais ranqueadas na plataforma Google Scholar	79
7.1.1.6 Núcleo de produções acadêmicas nacionais e internacionais entre as 100 mais ranqueadas	85
7.1.2 Marcos de periodização dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no idioma português	87
7.1.2.1 Núcleo ontológico do estado da arte das 10 produções mais ranqueadas	94
7.1.2.2 Núcleo ontológico de pesquisadores dos 15 mais ranqueados da ciência geográfica..	98

7.1.3 Caracterização fenomenológica dos campos científicos sobre Geografia Política e de Geopolítica no Brasil	106
7.1.3.1 Espacialização dos grupos de pesquisas e de Instituições de Ensino Superior	111
7.1.3.2 Espacialização das Instituições de Ensino Superior que discutem os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no Brasil	114
7.1.3.3 Distribuição de pesquisadores por produtividade no Brasil	116
7.1.3.4 Produtividade de pesquisadores estrangeiros	118
7.1.3.5 Considerações parciais	121
7.2 Óticas geográficas sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica sobre a Amazônia.....	122
7.2.1 A Amazônia sob um olhar geográfico	122
7.2.1.1 Periodizações dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica na Amazônia... 123	
7.2.1.2 Levantamento bibliométrico sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica na Amazônia.....	124
7.2.1.3 Ciclo de vida das produções do conceito sobre Geografia Política no enfoque na Amazônia: 1958-2018	126
7.2.1.4 Ciclo de vida das produções do Conceito sobre a Geopolítica com enfoque na Amazônia: 1958-2018	129
7.3 REVISÃO SISTEMÁTICA DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE OS CONCEITOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA E DE GEOPOLÍTICA	130
7.3.1 Revisão sistemática das 10 produções científicas mais ranqueadas sobre o conceito de Geografia Política com ênfase na Amazônia	131
7.3.2 Revisão sistemática das 10 produções científicas mais ranqueadas sobre o conceito de Geopolítica com ênfase na Amazônia	136
7.3.3 Estado da arte das 10 mais ranqueadas entre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica	140
7.3.4 Núcleo ontológico do estudo do estado da arte Geografia Política e Geopolítica: 1958-2018	142
7.4 PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NA AMAZÔNIA	147
7.4.1 Formação socioespacial e Geopolítica de Roraima	154
7.4.2 Geopolítica roraimense	158
7.4.3 Regionalizações e subdivisões da Amazônia	163
7.4.3.1 Pan-amazônia, Amazônia Interacional e/ou Amazônia Continental.....	163
7.4.3.2 Amazônia Caribenha	165

7.4.3.3 Amazônia Legal.....	168
7.4.3.4 Amazônia Setentrional	174
7.4.4 Considerações Parciais.....	176
8 GEOPOLÍTICA SOB O PRISMA MILITAR DA AMAZÔNIA (SÉCULOS XV AO XXI)	178
8.1 GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA DA AMAZÔNIA.....	178
8.1.1 Geopolítica da Amazônia e hermenêutica geográfica	179
8.1.2 A consolidação da Geopolítica portuguesa na Amazônia	187
8.1.3 Presença da Marinha e da Força Aérea na Amazônia Legal	191
8.1.3.1 Marinha do Brasil (MB)	192
8.1.3.2 Força Área Brasileira (FAB)	195
8.1.4 Ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional.....	198
8.1.5 Ciclo de vida da ampliação do Poder Militar e da geopolítica no estado de Roraima	200
8.1.6 Geopolítica e defesa nas fronteiras terrestres no Brasil contemporâneo (1985-2017)	227
8.1.7 Política, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional sob olhar na Amazônia Legal	232
8.1.7.1 Política e Estratégia Nacional de Defesa (PND-END).....	233
8.1.7.2 Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).....	234
8.1.8 Considerações parciais	236
9 O PODER MILITAR DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL (1992 – 2018)	238
9.1 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL	238
9.1.1 Brigadas de Infantaria	239
9.1.2 Desenho de força de Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia Legal.....	246
9.1.3 Comandos Militares da Amazônia e do Norte	250
9.1.3.1 Comando Militar da Amazônia	250
9.1.3.2 Comando Militar do Norte	253
9.2 TERRITORIALIDADE DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	255
9.2.1 Organizações Militares Diretamente Subordinadas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	258
9.2.1.1 Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf SI).....	259

9.2.1.2 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (1º BIS/Amv)	259
9.2.1.3 Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS) .	260
9.2.1.4 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SI)	261
9.2.1.5 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI).....	262
9.2.1.6 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec).....	263
9.2.1.7 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com SI).....	265
9.2.1.8 32º Pelotão de Polícia de Exército (32º Pel PE)	265
9.2.2 Análise organizacional e de gestão da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	266
9.2.3 Perfil organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.....	268
9.2.3.1 Análise da dimensão estrutura.....	270
9.2.3.2 Análise da dimensão pessoas.....	271
9.2.3.3 Análise da dimensão tarefas	273
9.2.3.4 Análise da dimensão ambiente	281
9.2.3.5 Análise da dimensão tecnológica	281
9.2.3.6 Análise de discurso e de conteúdo das entrevistas	284
9.2.4 Balanço geopolítico das análises de Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	298
9.2.5 A 1ª Brigada de Infantaria de Selva frente às novas e velhas ameaças	302
9.2.6. Considerações parciais	311
10 CONCLUSÕES.....	313
REFERÊNCIAS	323

1 INTRODUÇÃO

Estudos que visam analisar o campo da geohistória são caracterizados, notadamente, pelo relacionamento da sociedade e o espaço ao longo do tempo num processo histórico de curta, média e longa duração, de combinação híbrida de acontecimentos históricos passados, com fundamentação na hermenêutica geográfica resultando em análise que constitui de forma tanto espacial quanto temporal.

A relação entre poder e espaço geográfico é peculiar à ciência geográfica, bem como procurar entender e conhecer o meio no qual vive é preocupação passada e atual da sociedade, ao mesmo tempo em que ocorrem constantes transformações induzidas no espaço, sendo o homem seu precursor. A ciência Geografia tem como seu objeto de estudo o Espaço Geográfico e, nele, entender a relação dicotômica entre meio-sociedade, fruto de uma relação recíproca, bem como estudar os fenômenos espaciais ocorridos em dado momento histórico.

A Geografia como ciência e componente aglutinador deste processo integrativo e complexo, deve ser o elo entre a academia e a sociedade com estudos que demandam em questões de interesse social, independentemente de escala da qual os fenômenos surgem como fruto de relações recíprocas entre meio-homem, sendo de suma importância realizar um estudo com foco na região da Amazônia Legal, pois esta apresenta particularidades em comum quanto à questões que envolvam estruturação da Segurança e da Defesa Nacional.

Portanto, como tema central da pesquisa realizou um estudo no qual se buscou fazer uma síntese ampliada de eventos históricos e geopolítico-militares que envolveram as primeiras viagens e/ou explorações de europeus na Amazônia a partir da segunda metade do século XVI, sob a ótica de acontecimentos geopolíticos que transformaram a configuração territorial na Amazônia, culminando com a consolidação portuguesa nesta região e, concomitantemente, com a materialização do Estado brasileiro em 1822, dando início a um novo ciclo de ampliação do Poder Militar por meio das 65 fortificações militares especializadas na Amazônia.

As fortificações militares tiveram grande importância para a consolidação territorial e a fixação do homem em áreas longínquas do centro poder político como forma de assegurar a *uti possidetis*. O Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778) foi construído na confluência dos rios Tacutu (margem esquerda) e Uraricoera, que marcaria em definitivo a presença militar no Vale do rio Branco (atual estado de Roraima), considerado como um dos “baluartes mantenedores de nossa integridade territorial, teve o mérito de ser o marco do início da colonização do estado de Roraima, bem como a presença do Exército nesta região” (BRASIL, 2019).

A presença estatal em áreas fronteiriças no Brasil, notadamente na Amazônia Legal, ganhou notoriedade a partir do final da década de 1930 durante o então governo de Getúlio Vargas, quando já sinalizava preocupação com a região, em discurso proferido no estado do Amazonas, em 1940, o presidente apontou para a necessidade de ocupar as fronteiras setentrionais do Brasil e as dificuldades que a baixa densidade demográfica representava para o Estado.

Nesse ínterim, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, que daria de fato um planejamento regional com investimentos que influenciariam diretamente em questões de Defesa Nacional para a região da Amazônia Legal, uma vez que o controle político regional vislumbrava futuras concentrações populacionais na Amazônia (CIRINO, 2015).

Com a chegada dos militares ao centro do poder no Brasil por meio do Regime Militar (1964-1985), a Amazônia Legal tornou-se prioridade, fato este atribuído a dois fatores em especial: o arrefecimento das tensões existentes no Cone Sul entre Brasil e Argentina na década de 1970, e a crescente importância atribuída à região, sobretudo pelas características geográficas de extensa área territorial e fronteiras porosas e vulneráveis, o que permitiria acesso de forças exógenas e de ilícitos fronteiriços pelo fato da baixa densidade populacional e a falta de integralidade com as demais regiões do Brasil.

A mudança de postura quanto à prioridade do Exército Brasileiro para a Amazônia Legal aconteceu por meio de forças exógenas (verticalidades), num cenário de tensões entre Estados Nacionais e possibilidades de intervenções na Amazônia, e por forças endógenas (horizontalidades), por mudanças estruturais e organizacionais da força baseado num eixo tríplice: reestruturação da estratégia de defesa, reorganização dos Comandos Militares de Área e remanejamento de forças e capacidade bélica.

Presente desde século XIX, o Exército Brasileiro vem ampliando sua presença com transformações estruturantes em sua organização por meio de realocamentos/transferências de unidades militares de grandes centros urbanos (regiões Sul e Sudeste, em especial) para a região Norte, principalmente para áreas fronteiriças como polos de desenvolvimento, e, assim como passado, surgem núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania (MARQUES, 2005). Neste contexto, culminando com a desativação da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada na cidade de Petrópolis (RJ) e a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) com sede na cidade Boa Vista (RR) no ano de 1992.

Considerando o acima exposto, a presente pesquisa explorou o tema que analisou a espacialização, a presença e a ocupação militar no estado de Roraima, com ênfase no Exército

Brasileiro, por meio de um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada na cidade de Boa Vista a partir da data de sua criação em janeiro de 1992 até o ano de 2018. Conforme o objetivo geral, fundamenta-se em procedimentos teórico-metodológicos, por meio de revisões bibliográfica, documental e integrativa dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica; no estudo do estado da arte; além de estudo de caso empírico da 1ª Bda Inf SI e de suas Unidades Militares Diretamente Subordinadas.

A dissertação se estrutura em quatro capítulos que se complementam ao longo da pesquisa. No primeiro capítulo, identificou-se os principais teóricos que estudam os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no período compreendido de 1958-2018, nos idiomas português, espanhol e inglês, por meio de uma revisão integrativa, concluindo-se com um estudo do estado da arte.

No segundo capítulo, mapeou-se os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês (1980-2017), com enfoque para a Amazônia Legal, por meio de uma revisão integrativa, a fim de agregar ao estudo elementos e teorização com base no estado da arte, bem como realizar análise da formação socioespacial e geopolítica do estado de Roraima.

No terceiro capítulo realizou-se uma análise do processo geopolítico-militar e da presença europeia na Amazônia a partir do final do século XV ao século XXI, bem como suas principais implicações geopolíticas para Estado brasileiro, findando-se com uma análise da ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal, por meio de pesquisa de revisão bibliográfica e documental, sendo concluído o ciclo de vida do Poder Militar no estado de Roraima, tendo como referência a construção do Forte São Joaquim do rio Branco.

No quarto capítulo se realizou um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas localizadas no estado de Roraima, sob perspectiva de geopolítica militar e de análises de seu desenho de força, suas territorialidades, bem como de suas dimensões organizacionais dentro dos aspectos de: estrutura; pessoas; tarefas; ambiente e tecnologia, findando com apontamentos sobre a matriz SWOT com análise de seu ambiente interno (forças e fraquezas), bem como ambiente externo (ameaças e oportunidade).

Como procedimentos metodológicos, a dissertação está estruturada e balizada quanto à finalidade, bem como quanto aos meios utilizados durante a coleta de dados e trabalhos de diferentes procedimentos metodológicos de coleta, estudo de caso, além de análise de dados primários e secundários que dão fundamentação ao estudo e a produção dos conhecimentos sobre a temática em questão. Quanto aos fins, a presente pesquisa é classificada como

exploratória, explicativa e descritiva das características sobre a espacialização, pensamento, presença e ocupação militar no estado de Roraima com ênfase no Exército Brasileiro.

Quanto aos meios, a pesquisa possui um delineamento do estudo que se caracteriza por uma abordagem quali-quantitativa-mista, pela combinação híbrida de coleta e análise objetiva e subjetiva de dados sobre o processo de ampliação do Poder Militar no estado de Roraima. Quanto aos métodos, fundamenta-se num método hipotético-dedutivo, admitido para a aquisição e análise de dados, baseado no uso congruente de métodos de revisão integrativa (integração de informações), revisão bibliográfica, documental e mista (derivação de informações), além de estudo de caso (comparação de informações).

Quanto ao procedimento teórico-conceitual, a pesquisa está fundamentada em um olhar multidisciplinar dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica com enfoque para a Amazônia Legal, que se instrumentaliza ao longo dos capítulos por meio da vertente teórica racionalista, a partir da qual se pretende expor ao leitor algumas considerações a respeito do estudo tendo como base autores que se destacaram durante o levantamento bibliométrico do estudo do estado da arte.

Para tanto, a construção da agenda de pesquisa desta dissertação está alicerçada em quatro capítulos identificados e se estrutura com base em três justificativas, um objetivo geral, quatro específicos, ilustrados no quadro 1 (*design* da pesquisa).

Por fim, ressalva-se a importância da presente pesquisa para o estado de Roraima, haja vista estudos dessa natureza serem incipientes perante a sociedade científica e, de modo geral, notadamente na literatura local e regional. Sendo assim, os resultados alcançados poderão servir de instrumentos de pesquisas e aprimoramentos, ficando disponíveis em instituições públicas e/ou privadas que demonstrarem interesse na temática aqui apresentada.

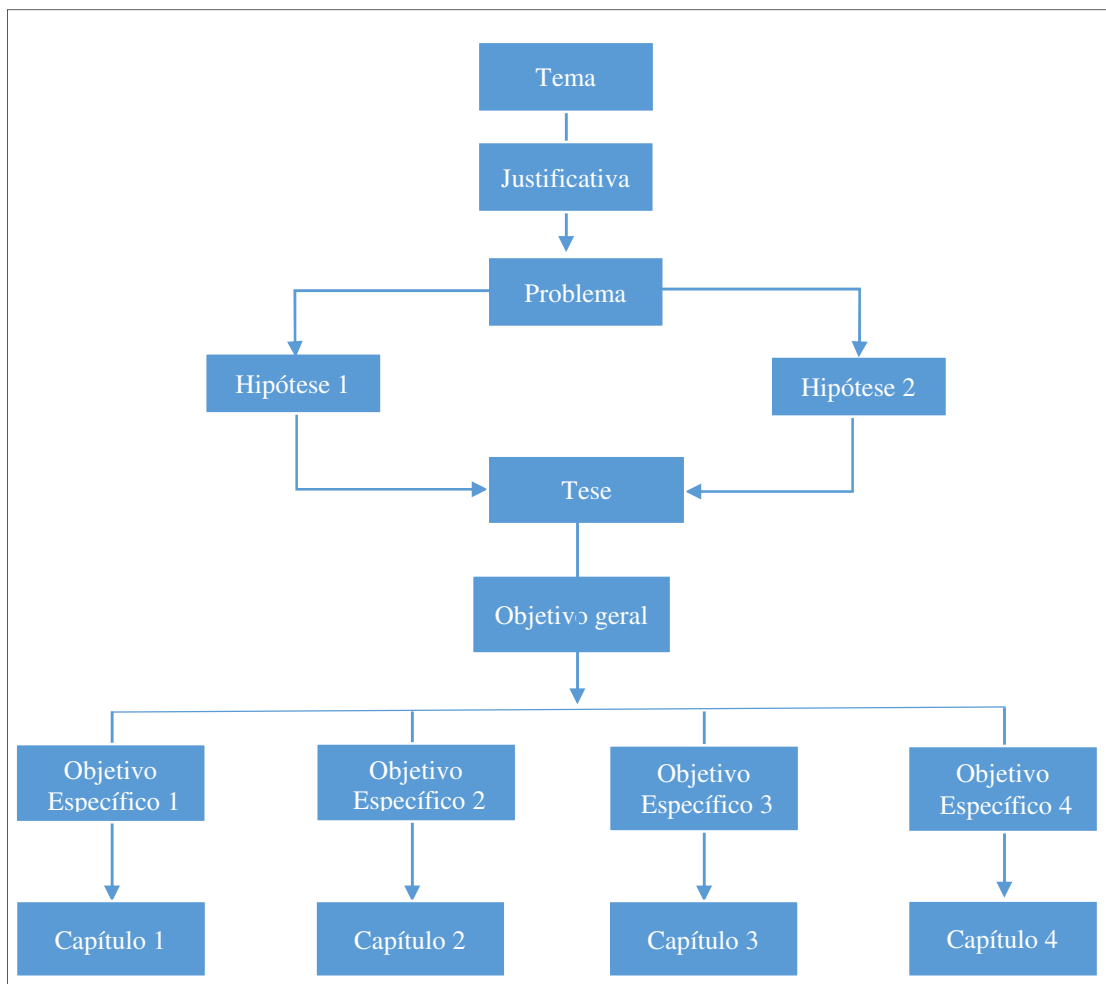
Quadro 1 - *Design da Pesquisa*

TEMA DA PESQUISA	Geohistória do Exército Brasileiro no estado de Roraima (1992-2018).					
JUSTIFICATIVA	Fundamentada na análise do processo geohistórico e geopolítico da espacialização, presença e ocupação militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima.					
PROBLEMÁTICA	Quais foram os elementos que justificam a ampliação de Organizações Militares do Exército Brasileiro realocadas e/ou transferidas de grandes centros urbanos do Brasil para a Região Norte?					
OBJETIVO GERAL	Analisar a geohistória e a espacialização do Exército Brasileiro na Amazônia, com enfoque no estado de Roraima, por meio de um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Seva sediada na cidade de Boa Vista: 1992 a 2018.					
ORDEM	OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPO DE PESQUISA	MÉTODO	TÉCNICAS	ELEMENTOS INVESTIGATIVOS	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES
1	Mapear os principais teóricos que estudam sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no período compreendido de 1958-2018.	- Quanto aos fins: exploratório-explicativo-dedutivo - Quanto aos meios: quali-quantitativa-mista.	hipotético-dedutivo	Revisão integrativa e levantamento bibliométrico de produções científicas.	Produções científicas e estudo do estado da arte sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica.	Plataforma Google scholar.
2	Identificar os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica para a Amazônia Legal, por meio de uma revisão Integrativa, a fim de agregar ao estudo elementos e teorização com base no estado da arte.			Revisão bibliográfica e análise de conteúdo	Estudo na Amazônia na leitura geográfica	Hermenêutica geográfica; análise geoespacial; análise gráfica; de discurso; registro fotográfico; obtenção de coordenadas geográfica.
3	Analisar o processo geopolítico e a europeização na Amazônia a partir do final do século XV e suas principais implicações para o Estado brasileiro.			Revisão bibliográfica e análise de conteúdo		Hermenêutica geográfica e análise de conteúdo.
4	Analisar a evolução geohistórica por meio da presença e ocupação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada no estado de Roraima: 1992 a 2018.			Revisão bibliográfica, estudo de caso, coleta de coordenadas geográficas, registro fotográfico e análise de conteúdo	Presença e ocupação do Exército Brasileiro em Roraima.	Hermenêutica geográfica; análise de discurso (entrevistas); registro fotográfico; GPS.

Fonte: Baseado em Ensslin (2008). Adaptação própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Com base na presente discussão, a pesquisa de mestrado está fundamentada em sua estruturação em um encadeamento lógico e sequencial de cinco etapas que é rapidamente identificado por meio de um fluxograma a partir de uma apresentação do *tema*, apresentação de *justificativas* da pesquisa, derivando para a identificação de um *problema*, duas *hipóteses* e uma *tese* de pesquisa da dissertação, viáveis de desenvolvimento em função da identificação dos *objetivos*, *meios* e *resultados* da investigação, os quais se materializam em quatro capítulos (Fluxograma 1).

Fluxograma 1 – Tema, Justificativa, Problema, Hipótese, Tese e Objetivos



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A presente dissertação parte da preocupação de investigar a geohistória e a espacialização militar no estado de Roraima, com ênfase no Exército Brasileiro, tendo como estudo de caso a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, fundamentando suas diretrizes em três justificativas suplementares que levam em consolidação dos níveis abstratos e concretos por meio das óticas: social, científica e pessoal.

A justificativa fenomenológica/social está fundamentada na lacuna existente na literatura brasileira e na crescente relevância de debates sobre o pensamento e a presença militar no estado de Roraima, dentro de um contexto que busca compreender os fenômenos que motivaram a criação, realocamentos e/ou as transferências de unidades militares para a região Norte do Brasil, que contribuíram para (re) produção do espaço geográfico roraimense, razão pela qual o estudo de caso proposto vem corroborar com este campo de estudo com crescente visibilidade teórico-pragmática.

O estudo de caso possui relevância social em razão de seu objeto que visa investigar um fenômeno considerando seu contexto, ou seja, realiza uma análise sob a conjuntura real (YIN, 2015), ou ainda, visa “fornecer uma análise do contexto e processos que iluminam as questões teóricas que estão sendo estudadas” (HARTLEY, 2004, p. 323), tratando, assim, de uma atividade heterogênea, caracterizado pela profundidade da investigação.

A justificativa acadêmico-científica deriva da lacuna existente em análises empíricas de discussões teóricas sobre transformações e fenômenos que motivaram as mudanças de posturas, da espacialização, do pensamento e da presença militar para a Amazônia Legal, a fim de contextualizar os acontecimentos geohistóricos militares no estado, compreendendo o que motivaram tais fenômenos e as possíveis lacunas existentes na literatura.

A relevância científica no presente estudo consiste na corroboração de uma agenda emergente de estudos sobre Defesa Nacional em escalas local e regional, com discussões teóricas sobre transformações e fenômenos que motivaram as mudanças de posturas, de pensamento e da presença militar para a Amazônia Legal, a ser desenvolvida na linha de pesquisa da Produção do Território Amazônico do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima.

A justificativa profissional/pessoal reside no fato de razões distintas inerentes ao pesquisador, mas que se complementam. Sendo assim, a primeira premissa parte do motivo de minha formação inicial na área de conhecimento em Geografia, a qual dou continuidade por

meio do mestrado na mesma área, com o objeto de galgar vitórias no campo pessoal e profissional.

A segunda premissa decorre do fato de ser integrante das Forças Armadas da reserva remunerada (Exército Brasileiro), o que me motivou buscar a compreensão sobre a espacialização, evolução e as transformações no espaço geográfico do estado de Roraima através da presença e ocupação militar, partindo, para tanto, do entendimento das primeiras instalações militares, o que possibilitou a compreensão de quais foram os fenômenos que corroboraram para tanto.

Com base nestas três justificativas, a pesquisa se propõe a estudar conceitos e concepções acerca da espacialização da presença e ocupação militar, com ênfase no Exército Brasileiro no estado de Roraima, analisando empiricamente e com base em dados coletados *in loco*, a fim de subsidiar e fortalecer a literatura no âmbito da Defesa Nacional para a região mais setentrional do Brasil.

3 PROBLEMA, HIPÓTESE E TESE DA PESQUISA

A pesquisa está materializada em um problema que se manifesta no questionamento em compreender quais foram os fenômenos que justificaram a ampliação e a espacialização de Organizações Militares do Exército Brasileiro realocadas e/ou transferidas de grandes centros urbanos do Brasil para a Região Norte, notadamente para o estado de Roraima?

Para obtenção de respostas sobre a evolução geohistórica e a espacialização do novo reordenamento de novas Organizações Militares para o estado de Roraima, fez-se necessário compreender o pensamento militar por meio da identificação e mapeamento de teorização dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica para a Amazônia Legal, além de entender quais foram as estratégias utilizadas por parte do governo central a partir de duas hipóteses que se complementam, com auxílio de estudos investigativo geohistórico por meio do método hipotético-dedutivo.

A fim de responder o problema da presente pesquisa, tomou-se como referência duas hipóteses que se relacionam entre si, em que a hipótese 1 é caracterizada como independente e a hipótese 2 caracterizada como dependente, ambas complementares para a dissertação a ser defendida e fundamentada a partir dos objetivos.

A hipótese 1 (variável independente) apresenta assertiva caracterizada por meio de marcos teóricos-históricos-normativos do processo evolutivo geohistórico sobre o questionamento da teorização do pensamento, da espacialização e da presença militar para a região amazônica brasileira.

A hipótese 2 (variável dependente) é sintetizada pelos marcos empíricos da análise da nova configuração estrutural por meio de criação/transferências de unidades militares de grandes centros urbanos do Brasil para a Região Norte, e, por conseguinte, com a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista (RR), em janeiro de 1992.

Fundamentado nas hipóteses 1 e 2, a presente dissertação tem como eixo central a análise da consolidação do pensamento, presença e espacialização militar no estado de Roraima, a partir do ciclo da criação do Forte São Joaquim do rio Branco, e, conseqüentemente, do aumento gradual de unidades militares dos grandes centros urbanos para a região de menor adensamento populacional, o que de certa forma contribuiu para uma nova (re) configuração espacial local e regional, finalizando com a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em 1992.

A conjugação da hipótese 1 e da hipótese 2 fundamenta a *tese* de que incide em uma incompletude no âmbito da 1ª Brigada de Infantaria de Selva para manipulação de seu Poder

de força no estado de Roraima, ainda que exista uma funcionalidade lógica derivada de tempos passados por meio de herança lusitana, que incorre em problemas estruturais e pessoais oriunda de seu Poder Militar na região.

4 OBJETIVOS, MEIOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Esta dissertação corrobora para a construção do objetivo geral, que é analisar a espacialização da presença e a ocupação militar no estado de Roraima, com ênfase no Exército Brasileiro, a partir da criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, referente ao recorte temporal que compreende aos anos de 1992 a 2018.

Enquanto aos objetivos específicos da pesquisa, encontram-se conformados em quatro objetivos e hierarquizados de maneira complementar alocados por capítulos, de modo que se dialoguem durante o processo da pesquisa, sendo necessário para a consignação de resultados de acordo com ações de determinadas estratégias (Quadro 2).

Quadro 2 - Objetivos da pesquisa

Objetivo geral da pesquisa		
Analisar a geohistória e a espacialização do Exército Brasileiro na Amazônia, com enfoque no estado de Roraima, por meio de um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Seva sediada na cidade de Boa Vista: 1992 a 2018.		
Objetivos específicos	Meios	Resultados
1- Mapear os principais teóricos que estudam sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no período compreendido de 1958-2018.	Análise sistemática sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas em português, espanhol e inglês, por meio de uma revisão integrativa que identificará bibliometricamente o estado da arte na temática.	Capítulo 1
2- Identificar os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica para a Amazônia Legal, por meio de uma revisão Integrativa, a fim de agregar ao estudo elementos e teorização com base no estado da arte.	Análise sistemática sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica da Amazônia Legal no idioma em português, por meio de uma revisão integrativa que identificará bibliometricamente o estado da arte na temática e por meio de hermenêutica geográfica.	Capítulo 2
3- Analisar o processo geopolítico e a europeização na Amazônia a partir do final do século XV e suas principais implicações para o Estado brasileiro.	Estudo bibliográfico sobre o processo de geopolítico e de europeização a partir do processo de ocupação e/ou exploração da Amazônia do século XIX ao século XXI.	Capítulo 3
4- Analisar a evolução geohistórica por meio da presença e ocupação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada no estado de Roraima: 1992 a 2018.	Desenvolver um estudo de caso empírico da 1ª Bda Inf SI sob a luz da evolução geohistórica da presença e ocupação militar, notadamente pelo o Exército Brasileiro, no estado de Roraima.	Capítulo 4

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A presente pesquisa possui ligação direta com a historiografia brasileira sobre a presença europeia por meio de forças exógenas (verticalidades) e endógenas (horizontalidades) que ocuparam e/ou exploraram a região amazônica através de questões geopolíticas e militares que outrora influenciaram diretamente na atual conformação territorial do Brasil, dando início a ampliação do Poder Militar com a criação de fortificações militares na Amazônia brasileira.

Concomitantemente, aconteceu o aumento gradativo e moroso do processo de criação e/ou transferências de Organizações Militares de regiões com maior adensamento populacional

do Brasil para a Amazônia Legal, que culminaria na criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista (RR), em 1992, por meio de quatro recortes intermediários que se inter-relacionam na conformação dos capítulos desta dissertação e que permitem corroborar com o diagnóstico que se pretende fazer em razão dos objetivos identificados (um objetivo geral e quatro objetivos específicos).

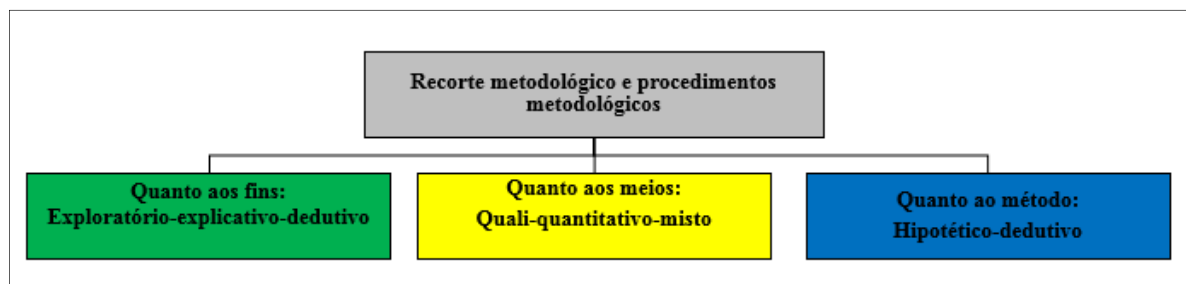
5 RECORTE METODOLÓGICO

Consoante com a delimitação dos objetivos específicos, seus meios e resultados, os procedimentos metodológicos estão conformados numa lógica de classificação, cujo conjunto determina todo o arcabouço da pesquisa de forma a direcionar na busca por respostas aos questionamentos elencados anteriormente, já que são identificadas algumas escolhas de métodos e técnicas de investigação que visa avaliar a evolução geohistórica da espacialização, presença e ocupação militar no estado de Roraima, com ênfase no Exército Brasileiro referente ao recorte temporal de: 1992 a 2018.

5.1 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa está estruturada e balizada quanto, à finalidade, bem como quanto aos meios utilizados durante a coleta de dados e trabalhos de diferentes procedimentos metodológicos de coleta, estudo de caso, além de análise de dados primários e secundários, que darão fundamentação ao estudo e a produção dos conhecimentos sobre a temática em questão (Figura 1).

Figura 1 - Recorte metodológico e procedimentos metodológicos



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Quanto aos fins, a presente pesquisa é classificada como exploratória, explicativa e descritiva das características sobre a espacialização, pensamento, presença e ocupação militar no estado de Roraima com ênfase no Exército Brasileiro.

Quanto aos meios, a pesquisa possui um delineamento do estudo que se caracteriza por uma abordagem qualitativa-quantitativa-mista, pela combinação híbrida de coleta e análise objetiva e subjetiva de dados sobre o processo de ampliação de Poder Militar no estado de Roraima.

Quanto aos métodos, está fundamentada num método hipotético-dedutivo, admitido para a aquisição e análise de dados, baseado no uso congruente de métodos de revisão integrativa (integração de informações), revisão bibliográfica, documental e mista (derivação de informações), além de estudo de caso (comparação de informações).

Quanto ao método de revisão bibliográfica e documental, a pesquisa utilizou transversalmente em todos os capítulos da dissertação a partir de publicações disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores em livros, periódicos e diversos documentos impressos, inserindo-se também documentos em formato eletrônico, desde que estes tenham sido disponibilizados por órgãos oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Defesa (MD), Senado Federal, Constituição Federal do Brasil de 1988, dentre outros, e/ou, por entidades reconhecidas no campo da pesquisa nacional e/ou internacional.

Quanto ao método de análise sistemática com base em revisão integrativa, foi utilizado a base de dados da plataforma *Google Scholar*¹ afim de catalogar parâmetros métricos por comparação de *ranking* de citações com a finalidade de agregar ao estudo qualitativa-quantitativo, na qual possui finalidade de agregar ao estudo elementos e teorização com base no estudo do estado da arte, sendo realizada em seis etapas distintas, possibilitando fazer a síntese do estado do conhecimento, findando com a identificação dos principais eixos temáticos derivados dos conceitos sobre Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas em português, espanhol e inglês, referente ao recorte temporal de 1980 a 2017.

A revisão integrativa se trata de uma metodologia que incide na construção de uma análise ampla da literatura pré-existente alocada em base de dados específica, o que permitirá discursões sobre métodos e resultados de pesquisas, bem como reflexões sobre temáticas futuras de estudos (MENDES *et al.*, 2008), partindo da premissa em obter um profundo entendimento apurado de dado fenômeno de estudos passados de natureza bibliométrica, que firmou em resultado, capítulo 1.

Quanto ao método de revisão mista, sendo aquele que consiste na combinação de revisão de literatura em que são selecionados, avaliados e sintetizados estudos quali-quantitativos e estudos mistos, classificados como convergentes ou sequenciais, que por sua vez podem ser exploratórios ou explanatórios (GALVÃO, 2017), cujo emprego provém de uma

¹ A utilização desta plataforma reside na capacidade bibliométrica de identificação quantitativa de vasto universo de textos produzidos em obras ao longo do tempo, e, a *posteriori*, a possibilidade de se fazer identificação qualitativa e comparativa da importância dos textos, haja vista possuir *ranking* de citações individualizadas.

combinação de metodologias no estudo de um mesmo fenômeno no intuito de atenuar as tendências inerentes ao uso de um determinado método (SANTOS *et al.*, 2017).

Do mesmo modo, a utilização com envolvimento de dados simultâneos e/ou sequenciais extraídos de uma gama de informações e obtenção de dados levantados durante a presente pesquisa, por meio das diversas etapas metodológicas, bem como tabulação de entrevistas semiestruturadas e questionários que serviu de bancos de dados, foi de fundamental importância para obtenção de resultados tanto qualitativos quanto quantitativos.

Os dados adquiridos foram classificados como: dados primários - obtidos diretamente de revisão documental, bases estatísticas, entrevistas semiestruturadas, questionários, obtenção de coordenadas geográficas e registros icnográficos, e de dados secundários, adquiridos indiretamente em livros, periódicos, dissertações, teses, jornais e em portais eletrônicos.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A *priori* havia um planejamento de realizar visitas junto aos sítios militares do Exército Brasileiro no estado de Roraima e na cidade de Manaus (AM), sendo estes constituídos pelo: Comando Militar da Amazônia, Grande Comando Militar de Área sediado na cidade de Manaus (AM); Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva juntamente com suas oito Organizações Militares Diretamente Subordinadas (todas com sede na cidade de Boa Vista-RR), além do 6º Batalhão de Engenharia de Construção com sede em Boa Vista, mas estando diretamente subordinada ao 2º Grupamento de Engenharia de Construção na cidade Manaus. As visitas tinham como objetivo à obtenção de informações e de dados, realização de entrevistas semiestruturadas, além de aquisição de coordenadas geográficas e arquivo icnográficos durante as atividades de trabalho de campo.

No entanto, a pesquisa apresentou algumas limitações importantes quanto à sua execução, notadamente durante a obtenção de informações e de dados, bem como para a realização de entrevistas em alguns sítios militares, tendo-se prévia autorização para realizá-las. A problemática derivou da questão hierárquica dos entrevistados, em que o subordinado se sentiu em situação delicada, com receio de que determinadas respostas pudessem, eventualmente, comprometer sua situação em relação ao seu superior hierárquico.

Diante deste fato, houve algumas situações de abstenção nas respostas dos questionários, com respostas parciais dentro de um padrão de superficialidade que, todavia, não comprometeu nos resultados da presente pesquisa científica, além do não fornecimento de

arquivos icnográficos e de coordenadas geográficas por parte de alguns sítios militares, e de respostas parciais e subjetivas em algumas entrevistas.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estado de Roraima encontra-se localizado na porção mais setentrional do Brasil, com uma área territorial de cerca de 224.000 km² (IBGE, 2017), no qual faz fronteira com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guayana², com 958 e 964 km, respectivamente, perfazendo num total de 1922 km de linha de fronteira.

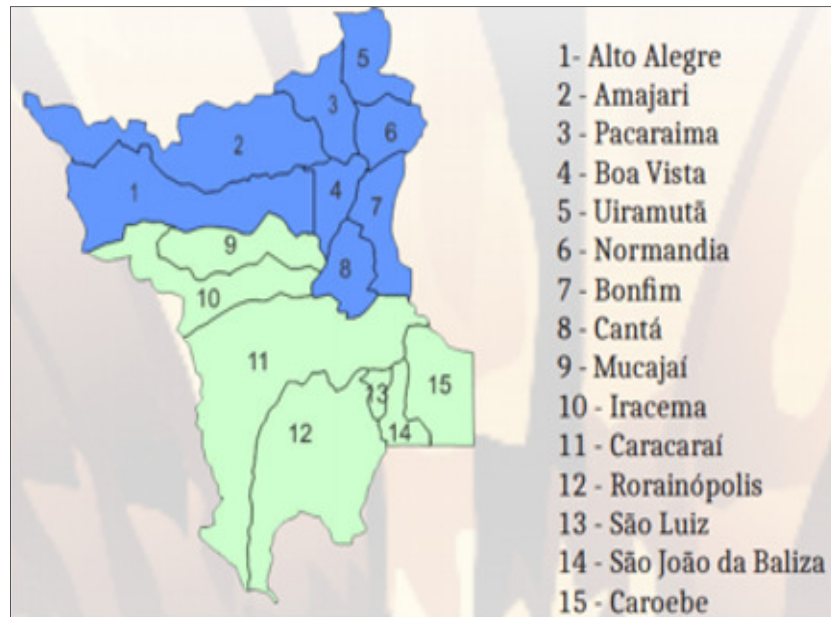
Seu território é segmentado por 15 municípios, sendo oito originados pela promulgação da Constituição Federal de 1988; dois criados em 1994 através das Leis Estaduais nº 82 e nº 83 de 4 de novembro de 1994, e cinco criados em 1995, por meio das Leis Estaduais nº 096, nº 097, nº 098, nº 099 e nº 100, de 17 de outubro de 1995. Com uma população total de 450.479 habitantes (IBGE, 2010), com estimativa em 2019 de 605.761 habitantes (IBGE, 2019a).

De acordo com (SANTOS *et al.*, 2008), o estado é subdividido basicamente em dois ecossistemas principais: o de savanas, que é conhecido por lavrados na região, que cobrem 17% do total da área, e o de florestas, representada por cerca de 83% do total, onde se concentra a maioria das pequenas propriedades.

Roraima possui duas Mesorregiões Geográficas segundo critério do IBGE (2017, MESOREGIÃO), sendo estas: a Mesorregião Norte, composta pelos municípios localizados na parte norte do estado: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Pacaraima, Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã, e a Mesorregião Sul, formada pelos municípios localizados ao sul do estado: Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz (Figura 2).

² A grafia Guiana escrita a letra “i” deriva da então colônia britânica, no entanto, na presente pesquisa adotaremos a grafia “Guyana” escrito com letra “y”, uma que a população guyanenses identifica-se devido suas origens como identidade, notadamente após a independência deste país em 1966 (OLIVEIRA, 2013).

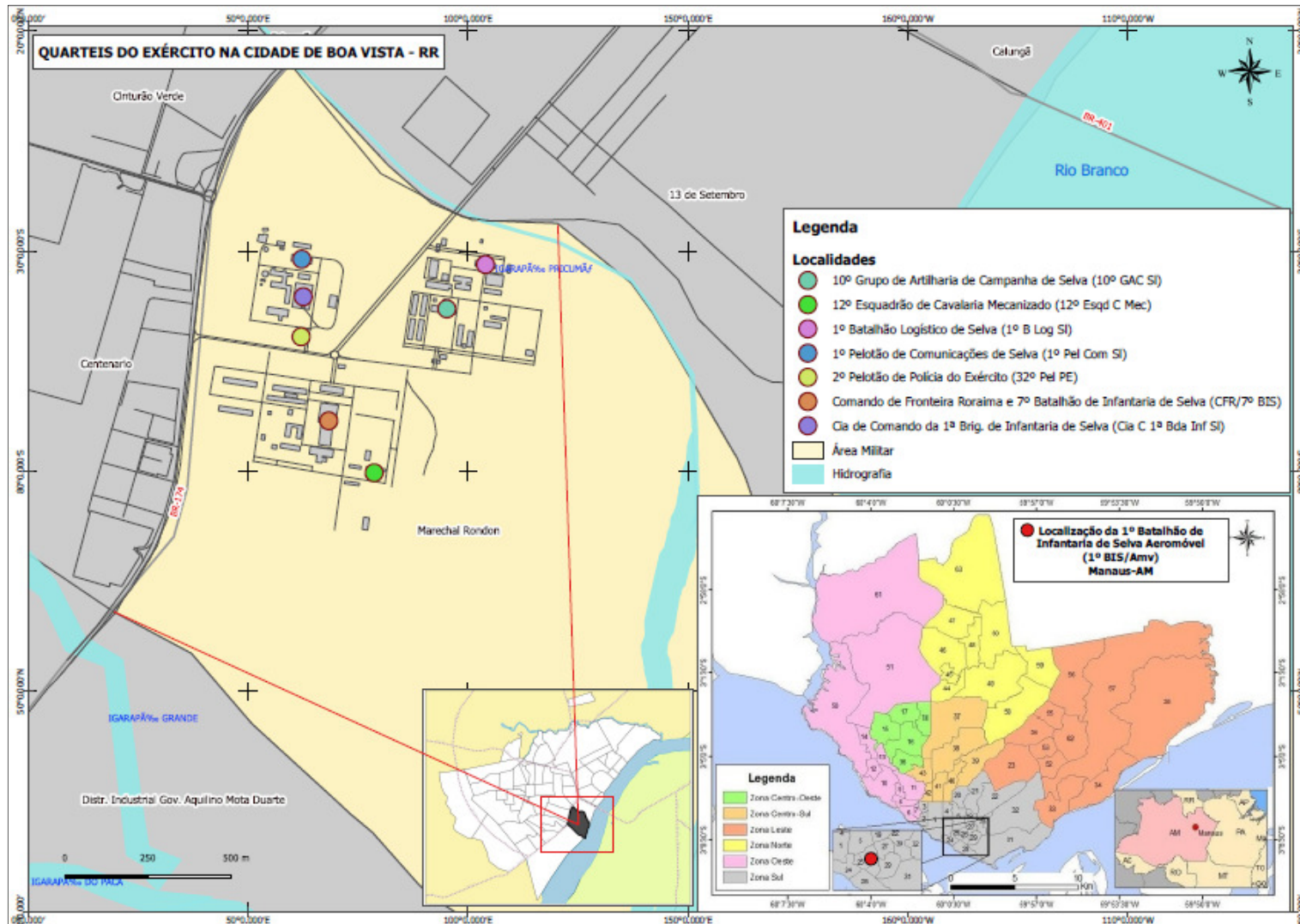
Figura 2 – Mesorregiões e distribuição climática do estado de Roraima



Fonte: Martinez (2014); MEPA/UFRR (2017). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Os sítios militares do Exército Brasileiro especializados na cidade de Boa Vista aonde estão sediadas sete das oito Organizações Militares que compõe o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (objeto de estudo): Comando Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva; 10º Grupo de Artilharia de Campanha; 1º batalhão logístico de Selva; 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; 32º Pelotão de Polícia do Exército; 1º Pelotão de comunicações de selva; Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, bem como o 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) sediado na cidade de Manaus-AM (Mapa 1).

Mapa 1 – Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS). Organização: (SOUZA, 2019).

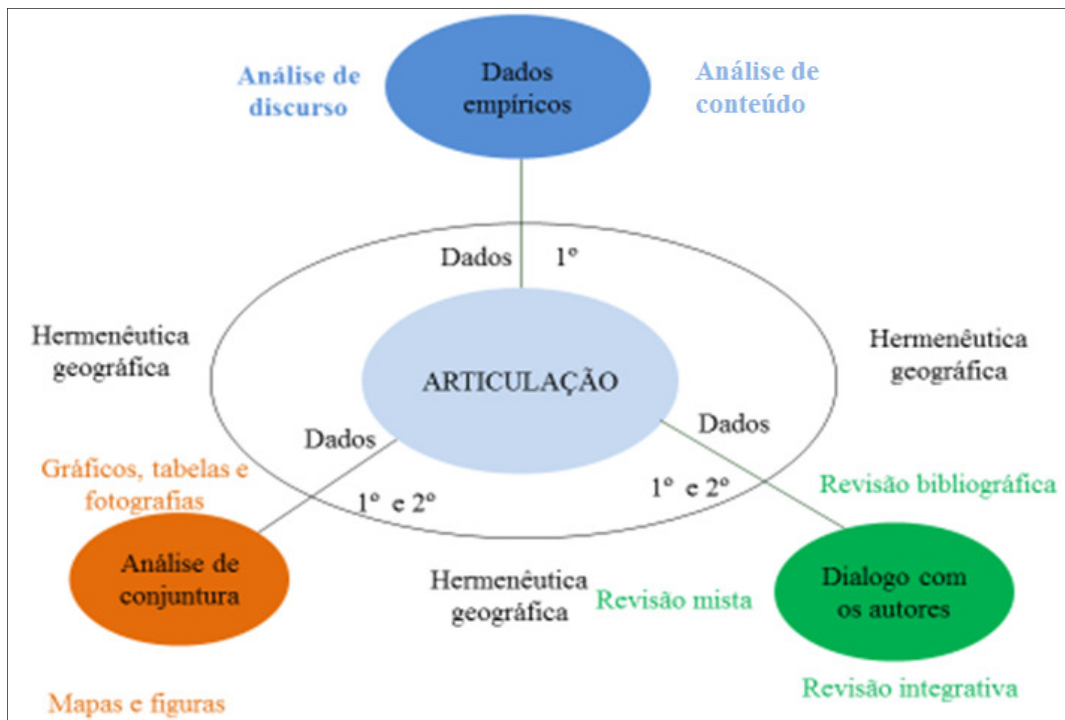
O 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) embora possuir sede a cidade de Boa Vista, não pertence ao quadro organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, deste modo, não constará identificado no mapa de localização, somente no que concerne em análises de conteúdo e de discurso no decorrer da apresentação da presente dissertação.

5.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DA COLETA E ANÁLISES DOS DADOS

Os instrumentos metodológicos utilizados na presente dissertação, foram delimitados por duas categorias específicas, a primeira quanto ao uso de dados, seja enquanto instrumentos de coleta, e a segunda quanto aos instrumentos de análise de dados primários (informações brutas) e secundários (informações previamente trabalhadas por terceiros).

Dessa maneira, as combinações híbridas díspares de perfis de dados, instrumentos de coleta e de análise de dados possibilitaram o modelo a seguir de construção e interpretação analítica identificada na bibliografia como “análise por triangulação” (Figura 3), assim, ponderada no diálogo com o estado da arte na temática (primeira dimensão), levantamento de dados empíricos (segunda dimensão), e, análise da conjuntura (terceira dimensão).

Figura 3 - Análise por triangulação.



Fonte: Marcondes; Brisola (2014); Senhoras (2018). Adaptação (GOMES; SENHORAS, 2019).

Neste ínterim, a triangulação caracteriza-se como instrumento metodológico híbrido e/ou particularmente de síntese metodológica quali-quantitativa durante o incremento da pesquisa, ao mesmo tempo que se alicerça na articulação díspares de perfis de dados, ferramentas de coleta e análise de dados primários e secundários (SENHORAS, 2018).

5.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi elaborado um planejamento em duas fases complementares e concomitantes, por meio do levantamento bibliográfico e documental, revisões biográficas, integrativa e mista, e de trabalho de campo, a fim de permitir a maturação das análises com informações quali-quantitativas com base empírica, documental e teórico-normativa.

Na primeira fase, derivada de procedimento metodológico de levantamento de dados, utilizou-se de um combinado dos instrumentos de coleta de dados de revisões bibliográfica, documental e integrativa, o que refletiu na construção dos capítulos 1, 2 e 3 da presente dissertação. Para a fase revisão biográfica exploratória, esta derivou de consulta de fontes secundárias de dados, em livros, periódicos, dissertações e textos eletrônicos, e fontes primárias de dados, em documentos normativos e bases estatísticas presentes em portais eletrônicos de órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais.

Na segunda fase, a análise de conteúdo é considerada um instrumento de análise de dados aplicada, tanto na análise de dados primários, em entrevistas semiestruturadas e legislações, quanto na análise de dados secundários, na literatura, possibilitando, assim, o desenvolvimento de tabelas, quadros e gráficos decorrentes do formato quantitativo de interpretação relativa com base no cruzamento de informações em diferentes bases de dados, visando à obtenção de procedimentos sistemáticos e objetivos (BARDIN, 1977).

O método de estudo de caso foi desenvolvido empiricamente por meio de trabalho de campo com levantamento de informações *in loco* e *in persona* em sítios militares situados nas cidades de Boa Vista (RR) e de Manaus (AM), com a finalidade de realizar coleta de informações, de dados e mapear as características institucionais das unidades militares especializadas no estado de Roraima. A coleta de dados e de informações foi realizada com base em investigação participante além de revisão da literatura específica, o que permitiu obterem-se registros icnográficos, tomadas de coordenadas geográficas, levantamento de dados primários de documentos tais como legislações e estatísticas, e aplicação de questionários semiestruturados, todos funcionais para a construção da análise empírica presente no capítulo 4 da dissertação.

O roteiro do trabalho de campo baseou-se numa periodização de atividades justapostas em determinados sítios militares em que se tomou como referência utilizar como amostragem de 11 militares responsáveis pelos acervos históricos das unidades militares visitadas e/ou outro militar designado para corroborar junto ao questionário. Para isto, as descrições das informações caracterizaram todo o processo de estudo de campo de maneira ordenada e previamente delineada.

Quanto ao período, esta etapa foi dividida em duas partes, coleta de materiais e entrevistas semiestruturadas, em que ambas foram realizadas a partir de anuência prévia das Instituições do Comando Militar da Amazônia e do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, tendo início a partir do mês de julho e foi finalizada em dezembro de 2019, sendo visitados o Comando Militar da Amazônia e sete Unidades Militares que fazem parte da estrutura organizacional da 1ª Bda Inf SI, além do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC).

As demais unidades militares do: 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva; 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel); 32º Pelotão de Polícia do Exército, embora tenham sido despendidas várias visitas, não se obteve respostas, apesar de ter autorização prévia do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Além disto, teve-se acesso a informações e a dados do Comando do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, unidade esta que possui subordinação direta ao 2º Grupamento de Engenharia de Construção sediado na cidade de Manaus (AM), mas com sede em Boa Vista (RR).

As visitas ocorreram na seguinte ordem cronológica durante o ano de 2019: dia 18 setembro no Comando Militar da Amazônia; dia 14 de outubro no Comando do 6º Batalhão de Engenharia de Construção; no dia 11 de dezembro de Comando Fronteira Roraima/ 7º Batalhão de Infantaria de Selva; no dia 13 de dezembro nas seguintes unidades militares: Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e 1º Pelotão de Comunicações de Selva, e, por fim, no dia 17 de dezembro no Comando do 1º Batalhão Logístico de Selva.

5.6 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os instrumentos de análises de dados consistem fundamentalmente numa concepção de análise exploratória, tanto de dados primários adquiridos de legislações específicas e de documentos de sítios militares, bem como em dados secundários obtidos na literatura científica especializada encontrados em diferentes meios. Para tanto, foram empregados como

instrumentos de análise uma dupla funcional conduzida principalmente pela hermenêutica geográfica ajustada ao uso pontual de análise de discurso e análise de conteúdo.

Num primeiro momento, a hermenêutica geográfica foi utilizada como instrumento transversal da análise da dissertação ao longo de todos os capítulos, uma vez que o marco legal, a espacialização, a presença e a ocupação militar no estado de Roraima formam o núcleo rígido da pesquisa, o que exigiu um detalhamento da análise documental e correspondente interpretação e reflexão sistemáticas sobre a temática em questão.

Num segundo momento, a análise de conteúdo é uma ferramenta de análise de dados aplicada, tanto na análise de dados primários, em entrevistas e legislações, quanto na análise de dados secundários, na literatura, que possibilita a criação de tabelas e de gráficos em função do formato quantitativo de apreciação comparativa com base no cruzamento de informações em diferentes bases de dados (BARDIN, 1977).

Num terceiro momento, deriva da análise gráfica e geoespacial como sendo instrumentos de análises aplicadas de dados primários que consentem em interpretações quali-quantitativas com um alto nível de objetividade, por meio da apresentação visual gerada por diferentes representações gráficas e espaciais, complementando, assim, explanações discursivas transversalmente da elaboração de imagens procedentes de um banco de dados previamente consolidado. Além disso, a pesquisa utilizou da matriz de SWOT como elemento de análise organizacional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva por meio de métodos de gestão para estudos dos ambientes internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades de melhorias e ameaças) a fim de identificação assertiva de fatores, que de certo modo, influencia no comportamento organizacional de seu funcionamento.

Foram empregados dois tipos *softwares* correspondentes a diferentes funções, como ferramentas para sistematização visual da análise de dados primários e secundários. Para a confecção de gráficos e tabelas, utilizou-se o *software* Excel 2016. Na criação de mapas temáticos e na elaboração de mapas georreferenciados foi utilizado o *software* Quantum Gis 3.03.

5.7 AMOSTRAGEM E SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

No decorrer do processo de escolha dos *stakeholders*, optou-se por selecionar 11 responsáveis pelos acervos históricos, independentemente de sua hierarquia das unidades militares visitadas e/ou outro militar designado pelo Comando, uma vez que a presente dissertação visa realizar uma análise geohistórica sobre a espacialização, a presença e a ocupação militar no estado de Roraima, notadamente pelo Exército Brasileiro, com a utilização

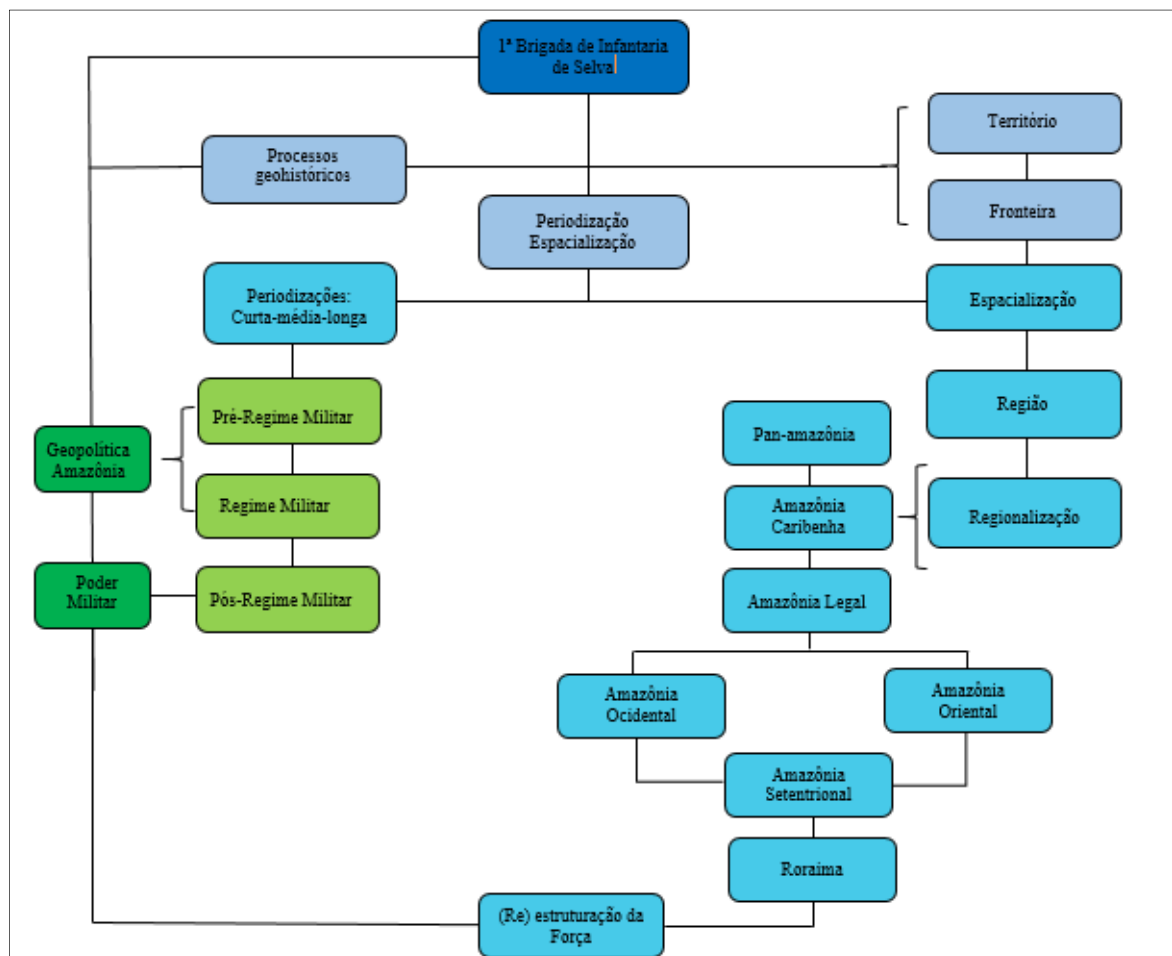
de questionários semiestruturados, referente a periodização do universo de 1992 a 2018 em razão da criação e contemporaneidade da 1ª Brigada Infantaria de Selva, sendo a representação da Força Terrestre no estado de Roraima.

6 RECORTE TEÓRICO-CONCEITUAL

A presente dissertação está fundamentada na estruturação hipotético-dedutiva, assumindo como referência o olhar multidisciplinar dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica com enfoque para a Amazônia Legal, que se instrumentaliza ao longo dos capítulos por meio da vertente teórica racionalista, pela qual se pretende expor ao leitor algumas considerações a respeito do estudo com base em autores que se destacaram durante o levantamento bibliométrico do estudo do estado da arte.

A encadeação racional conceitual é apresentada por meio de um fluxograma teórico (Fluxograma 2) cuja finalidade visa a analisar, além de demonstrar, uma visão holística ao leitor sobre os embasamentos teóricos-conceituais adotados na pesquisa sobre os fenômenos da presença e a ocupação militar no estado de Roraima, com ênfase no Exército Brasileiro: 1992-2018, partindo da premissa dos processos geohistóricos e da conformação territorial do estado de Roraima por meio do Forte São Joaquim do rio Branco.

Fluxograma 2 - Recorte teóricos utilizados na pesquisa



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Nesse sentido, na apresentação do primeiro módulo, derivam os conceitos de Geohistória, Periodizações (curta e longa duração), de Geopolítica para Amazônia Legal e de Poder Militar. De outro lado, encontram-se apresentados o segundo módulo conceitual de Espacialização com base nos conceitos de Espaço, Território, Fronteira, Região e Regionalização. Para tanto, são apresentadas considerações a respeito dos referidos conceitos que foram parte da presente dissertação de mestrado a fim de entender como ocorreu o fenômeno da espacialização, presença e ocupação militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima.

Para tanto, nos apoiaremos a partir de um referencial teórico pragmático/ideológico, uma vez que se considera como vertente predominante. Assim sendo, buscou-se, entre outros, apoio em autores que outrora contribuirão de forma significativa para o desenvolvimento do presente estudo, tais como: Santos (1978; 2012; 1999); Braudel (1985); Mattos (1980); Brasil (1984; 2019); Corrêa (1996); Becker (2001;2005); dentre outros.

Para a área do conhecimento geográfico surge como um elo muito forte com as áreas da História e das Ciências da Terra, mas possui dificuldade sobre a sua autonomia em relação à primeira, que foi de difícil reconhecimento, que segundo Ferreira (1998, p. 218) “a ligação da Geografia com a História é tão tradicional e clássica que constitui uma especialização da disciplina em vários países, nomeadamente na França onde a História-Geografia, ou Histo-Geo segundo os alunos”.

Ainda segundo Ferreira (1998), nos currículos de História, a Geografia sempre foi descritiva e, em muitos casos, ficava somente com os registros cartográficos das localizações dos eventos. Evoluindo para a Geografia Política, a ligação entre as duas ciências se deu pelo francês Fernand Braudel, conhecido especialmente pela sua obra “*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*” publicada em 1949, onde articula o tempo geográfico das permanências (o tempo-longo) e o curto, das conjunturas e dos acontecimentos, em que sua abordagem utilizou o neologismo Geohistória.

Nesta obra “*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*”, Braudel demonstra que o “tempo progride com diferenças velocidades, em uma espécie de polifonia na qual a parte mais grave coincide com a história quase imóvel do Espaço, e onde temporalidade e espacialidade praticamente se convertem uma à outra” (BARROS, 2005, p. 105), além de apontar que tudo pode se sujeitar a mudanças, ainda que seja lento, incluindo-se, nesta perspectiva, o próprio Espaço.

De acordo com Ribeiro (2005), Braudel despertou interesse pela Geografia a partir de 1920 quando ainda era estudante na Universidade de *Sorbonne* (Paris-França), onde interessou-

se por trabalhos de campo ao ar livre sobre paisagens promovidos pelos geógrafos que pareciam mais atraentes que os empoeirados depósitos de arquivos. Nesse sentido, a geografia possui função epistemológica essencial na elaboração de seu pensamento, uma vez que ela está inteiramente ligada à apreensão das estruturas de longa duração inscritas na natureza, nas civilizações, nas formações territoriais e nas paisagens materiais (RIBEIRO, 2008).

Braudel (1985) propõe em seus estudos que, para a realização de um mesmo objeto de estudo é necessário que se faça o exame de três temporalidades distintas (longa, média e curta duração), respeitando os respectivos ritmos, estabelecendo como base a análise historiográfica do espaço geográfico e, assim, possibilitando a relação entre a sociedade e o meio natural e com o espaço concebido geograficamente, partindo da verificação da existência de limites impostos à atividade humana:

Examinando esta passagem, vemos que a geohistória surge a partir da verificação de que existem limites impostos à atividade humana, limites de natureza física e biológica que são parte indissociável dos rumos tomados pela história. Mas estes limites não explicam toda a história, e sim uma parte dela. Ainda que não de maneira explícita, estão colocados aqui dois dos principais traços braudelianos: a longa duração e a primazia da sociedade na explicação da História. Da união de ambas advém o raciocínio de que as mudanças históricas são lentas porque se deparam com obstáculos estruturais — aqui, o meio geográfico —, mas estes obstáculos serão ultrapassados pela ação humana e sua condição de modificadora do seu entorno (RIBEIRO, 2008, p. 181).

Nesse ínterim, a pesquisa tomará como referência o conceito de Geohistórica a partir da análise dos processos da presença e a ocupação militar no estado de Roraima, enfatizando a relevância da Ciência Geográfica na construção de seu método histórico de longa duração, permitindo ampliação do próprio campo histórico por meio ambiente, das paisagens culturais, dos territórios nacionais, da expansão do capitalismo (RIBEIRO, 2005), bem como possuindo peculiaridade de estudar a sociedade e seu relacionamento com o ambiente natural. Nesse sentido, “a geohistória revela uma dupla animação: o momento em que uma mudança natural (climática, p.ex.) provoca uma mudança na história humana, bem como quando o homem está invariavelmente construindo sua história através das possibilidades dadas pelo meio” (RIBEIRO, 2008, p. 182).

Já para Castro (1971), a geohistória é considerada como sendo um conjunto de temas que foram habilmente escolhidos para demonstrar a abrangência de todos os problemas históricos, quando neles se procura o seu fundamento geográfico; assim, caracteriza-se como a ciência geográfica das sociedades históricas organizadas sobre o espaço natural, ou seja,

compreender os fenômenos que contribuíram na transformação do espaço geográfico roraimense em momentos pretéritos, que nele se organizaram em dado espaço-tempo.

Desse modo, os embasamentos gerais sobre a importância da geohistória surgem como balizas para o entendimento acerca da evolução da presença e ocupação militar para a Amazônia Legal, no particular no estado de Roraima, pois traz consigo a dupla ligação entre o meio-homem, cujas interpretações perpassam séculos, “além do mais, do ponto de vista epistemológico, a reflexão braudeliana, ao recusar a dicotomia homem-meio e interrogar as barreiras disciplinares, representa uma crítica à ciência moderna antes mesmo da emergência do pós-estruturalismo nos anos 1960 e 1970” (RIBEIRO, 2005, p. 609).

Ainda no primeiro módulo, estão dispostas as periodizações de curta, média, longa durações representadas pelos períodos de Pré-Regime Militar, Regime Militar e Pós-Regime Militar, que repercute diferentes pensamentos geopolíticos nos respectivos períodos por parte de distintos autores, numa perspectiva voltada para a região da Amazônia Legal e suas subdivisões.

Para que se possa entender as periodizações é imperativo que se possa discutir a noção de evento, uma vez que eles mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novos atributos, sendo impossível haver evento sem ator e sem sujeito: “os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação, são sinônimos” (SANTOS, 2002, p. 147).

A questão geopolítica para a Amazônia Legal possui amplas e difusas discussões entre estudiosos da temática no Brasil, dentre eles, destacando-se o General Carlos de Meira Mattos, que possui diversos trabalhos geopolíticos com difusão no âmbito nacional e internacional. Suas obras denotam preocupação em projetar o Brasil no cenário mundial, para tanto, discorre que haveria de ter necessárias transformações no país para que houvesse projeção global, tendo como expoente sua obra “Uma Geopolítica Pan-amazônica de 1980”.

O general Meira Mattos é considerado pela crítica especializada em estudos estratégicos, o estrategista que conseguiu deslocar, dentro das concepções geopolíticas do Brasil, os eixos de tensões do Cone Sul para a Amazônia, (MEDEIROS, 2016). Enquanto para Mattos (1980), a Geopolítica é considerada como sendo a política aplicada aos espaços geográficos, se enquadrando no campo das ciências, com reflexões normativas que busca compreender as relações entre política e geografia, tanto nas Geografias Humana e Política, e a Geopolítica como sendo a aplicação expressa nos espaços geográficos, o poder de decidir sobre os espaços.

A argumentação de proteção de soberanias nacionais, é parte de uma geopolítica defendida por Meira Mattos em sua obra “Uma geopolítica Pan-amazônia de 1980”, cujo

objetivo seria a proteção de possíveis armadilhas políticas-militares de potências econômicas e militares não amazônicas, o que o levou a aceitação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), afirmando que a geopolítica que propomos para a Amazônia somente será possível se apoiada numa vontade coletiva multinacional, que resultará em legítimo espírito de cooperação. No caso da Amazônia, o fortalecimento de políticas desenvolvimentista e de integração e proteção das soberanias nacionais que compõe a Pan-amazônia, assim afirma:

“No Brasil, hoje o cerne do problema da continentalidade está centrado na Amazônia, uma vez que nas regiões interiores mais próximos do Sudeste e de Brasília, a questão da expansão da fronteira econômica se encaminha naturalmente e não deverá exigir soluções estimuladoras mais fortes. A integração dos nossos 5 milhões de km², somados aos 2 milhões de km² de nossos vizinhos, hoje ligado ao Tratado de Cooperação é que é irá exigir o maior esforço” (MATTOS, 1980, p. 169).

Na concepção de Becker (2005), a Geopolítica é considerada como sendo um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico, e sempre esteve sob forças exógenas de intervenções, podendo ser moderada ou até conflituosas por conquistas de territórios, e, por forças endógenas, sob o prisma de políticas econômicas, integracionista e de segurança e defesa, principalmente a partir do período do Estado Novo (1930-1945) durante o governo de Getúlio Vargas, e *posteriori* implementação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), lançado em 1953.

Na Amazônia, a questão geopolítica sempre esteve intrinsecamente ligada aos interesses econômicos, mas sempre foram malsucedidos, via de regra, durante sua implantação, devido à falta de capacidade de articulação em estabelecer base econômica e populacional durável e ao mesmo tempo garantir a soberania sobre sua área. Para Becker (2001), o controle territorial teve sucesso devido a estratégias de intervenção em locais estratégicos, de retenção gradativa da terra (*uti possidetis*) e pela formação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central.

Becker (2006) apresenta a regionalização como estratégia de desenvolvimento sustentável, como uma ferramenta do planejamento, que possui três macrorregiões: funções de tendência demográfica, alterações no padrão de uso da terra, dinâmica da economia regional dos centros urbanos e legislação ambiental, em que a primeira macrorregião, segundo Souza *et al.* (2008, p. 1), é descrita em função do povoamento consolidado,

“agrupadas em cinco sub-regiões: arco da embocadura; núcleos de mineração do Leste e Sudeste do Pará; corredor do Araguaia-Tocantins; áreas intensivas em tecnologia agroindustrial; e áreas de agropecuária tradicional e sistema agroflorestal. A segunda macrorregião descrita é a Amazônia Central e finalmente a última é a Amazônia Ocidental.”.

Assim, uma geopolítica importante decorre da interação de fatores como povoamento, atividade econômica e índice de preservação ambiental, que é apresentado por Becker (2006) na obra “Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio”, na qual afirma que a Amazônia possui três ambientes de integração distintos:

“A Região do povoamento adensado, que requer uma consolidação do desenvolvimento; a Região da Amazônia Central, onde a ação política deve compatibilizar produção e conservação; e, por fim, a Amazônia Ocidental, que exige vigilância e expansão orientada “como palavras chave para a ação política”. Essa classificação serviu de base para os projetos do Plano Amazônia Sustentável” (VILLAS BÔAS, 2013, p. 70).

Ademais, antes de qualquer abordagem deve-se definir e balizar suas dimensões sobre a Amazônia, tendo como referências as dimensões humana, ambiental, ciência e tecnologia e do desenvolvimento econômico, assim, as quatro ideias-forças permitem que se contabilizem todas as diferentes visões e se atenda às necessidades dos múltiplos atores envolvidos (VILLAS BÔAS, 2013).

No campo da capacidade de força militar existente no estado de Roraima, é mensurada a partir do conceito de Poder Militar do Estado, sendo ele um componente do poder nacional, com base no seu aparato militar, que a Nação dispõe para, em consonância com a vontade nacional, atingir seus interesses (BRASIL, 2019). Desse modo, segundo Lourenção (2007), caberá ao Poder Militar o fornecimento de recursos, análises e alternativas estratégicas para que o poder político possa definir como o Estado deverá empregar e/ou não sua força militar. Assim, após estabelecidas estas definições, será definida as funções das Forças Armadas e operacionalizá-las.

De acordo com Alsina Júnior (2009), o Poder Militar necessita de etapa prévia ao estudo do ente estatal ao qual irá relacionar-se [...] “por exemplo, sustenta que o poder militar expressar-se-ia por meio de ameaças, permitiria a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças” (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 185).

Contudo, no caso específico de uma potência regional periférica como o Brasil, deve-se levar em consideração as disparidades sociais, que prevalecem, além do acréscimo das margens de autonomia e de soberania não deve estar centrado apenas no incremento do poder

militar, desse modo, o Poder Militar torna-se fundamental para o Estado, que juntamente com as Forças Armadas poderão auxiliar junto à política externa em seu esforço de aumento da capacidade de barganha e da autonomia do País (ALSINA JÚNIOR, 2009).

No Brasil, o preparo e o emprego do Poder Militar é realizado de acordo com a Estrutura Militar de Defesa, definida pelo Decreto nº 7.276 de 25 de agosto de 2010, em que a Estrutura Militar de Defesa tem a seguinte composição: (i) Presidente da República; (ii) Ministro de Estado da Defesa; (iii) Conselho Militar de Defesa; (iv) Comandantes das Forças Armadas; (v). Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e (vi) Comandantes dos Comandos Operacionais. O Presidente da República será responsável pelo o emprego dos meios militares e pela condução estratégica das Forças Armadas, assessorado pelo Ministro de Estado da Defesa e pelo Conselho Militar de Defesa, conforme previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Para Almeida (2010), assim como as demais políticas públicas de Estado, a defesa precisa ser compreendida enquanto um bem público que tem por objetivos atender problemas específicos que não podem ser solucionados por outros órgãos do governo, se não pelas Forças Armadas. Portanto, o Estado brasileiro possui três instrumentos de fomento junto a agenda de defesa: A Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), todos os documentos públicos “considerados de alto nível da administração pública federal, para o planejamento de ações destinadas à defesa nacional, surgem como ferramentas que possibilitarão o Estado brasileiro fomentar o tema sobre defesa dando visibilidade a sociedade como todo” (GOMES, 2017, p. 36).

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), edição de 2016, define como Poder Militar Nacional estando constituído de meios “predominantemente militares de que dispõe a nação para, sob a direção do Estado, promover, pela dissuasão ou pela violência, a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais” (BRASIL, 2012 p. 259), em que o mesmo prevê três tipos de Poder Militar: Marítimo (Marinha do Brasil), Terrestre (Exército Brasileiro) e o Aeroespacial (Força Área Brasileira), caracterizados da seguinte maneira:

(i) Poder Marítimo: Projeção do poder nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais;

(ii) Poder Militar Aeroespacial: Parte integrante do poder aeroespacial que compreende a Força Aérea, suas bases e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes naval e militar terrestre e outros

meios, quando vinculados ao cumprimento da missão do poder militar aeroespacial e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade militar aeroespacial;

(iii) Poder Militar Terrestre: Parte integrante do poder terrestre capacitada a atuar militarmente em terra e em certas áreas limitadas de águas interiores de interesse para as operações terrestres, bem como, em caráter limitado, no espaço aéreo sobrejacente. Compreende a Força Terrestre, incluídos os meios aéreos e fluviais próprios, suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, além das forças adjudicadas pelos poderes naval e militar aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão do Exército e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade terrestre.

Com deferência ao Poder Militar Terrestre, segundo Brasil (2007), este poder deverá dispor de capacidade para cumprir, em qualquer ambiente operacional terrestre, operações básicas ofensivas e defensivas; operações complementares; e operações com características especiais, tendo como principais características “a capacidade de conquistar, manter e controlar áreas terrestres e, em caráter limitado, ribeirinhas; b) a capacidade de durar na ação; c) baixa suscetibilidade às condições climáticas e meteorológicas; e d) ações condicionadas pela fisiografia do terreno” (BRASIL, 2007, p.19).

A criação do Comando Militar da Amazônia (CMA) em 1956 na cidade de Belém (PA), sendo transferido para cidade de Manaus (AM) 13 anos depois, reflete a preocupação existente com a região amazônica. O Poder Militar da região passa por uma nova fase estrutural, uma vez que a composição do CMA se ampliou em termos de número de Grande Unidade (brigadas) para quatro, além da 12ª Região Militar, do 2º Grupo de Engenharia de Construção e de suas centenas Unidades Militares Diretamente Subordinadas, tendo sob sua jurisdição a região da Amazônia: Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima, e mais duas brigas de infantaria no Comando Militar do Norte, totalizando seis brigadas de infantaria de selva na Amazônia Legal (atualmente).

Em Roraima, o Poder Militar surge a partir do século XVIII, notadamente por meio do Forte São Joaquim do rio Branco, com fundação em 1775 e sua desativação em 1900 (BRASIL, 2019). No decorrer do tempo histórico, foram instaladas diversas unidades militares, tendo-se registro em 1927 com a chegada do Contingente Especial de Fronteira, oriundo do 27º Batalhão de Caçadores (hoje 1º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva sediado na cidade de Manaus-AM).

Com a criação do Território Federal do Rio Branco (atual estado de Roraima) em 1943, houve a necessidade de maior presença estatal por meio de força militar na fronteira do extremo do Brasil. Assim, em 1943 criou-se o primeiro Pelotão de Fronteira (sua oficialização

somente em 1962 por meio Decreto nº 50.480, de abril de 1961), sendo este considerado os “baluartes mantenedores de nossa integridade territorial, teve o mérito de ser o marco do início da colonização do estado de Roraima, bem como a presença do Exército nesta região” (BRASIL, 2019).

A partir da década 1960 e início da década seguinte, o Exército Brasileiro lançou as bases para reformulação da Doutrina Militar³ brasileira, com a criação de metodologia de planejamentos, e criadas as Divisões de Exércitos, constituídas por números variável de brigadas em substituições às antigas Divisões de Infantarias (LUEDY; MELLO, 2016).

Neste contexto, o Poder Militar na região amazônica foi ampliado por meio de políticas públicas diversas, principalmente por meio do Projeto Calha Norte, e a *posteriori*, com a reorganização e reestruturação do Exército Brasileiro, culminado com a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis para Boa Vista (RR).

Segundo Brasil (1984), Brigadas de Infantaria são Grandes Unidades de formação básica de combinação de armas, integradas por unidades de combate, apoio ao combate e de apoio administrativo, com capacidade de atuar de maneira independente e por tempo significativo, sendo a menor unidade sob comando de um Oficial General (normalmente um General-de-Brigada).

As brigadas abrangem unidade e subunidades das várias Armas, Quadro e Serviços e, no caso específico da presente pesquisa, composta pelas Armas-Base: Infantaria e Cavalaria; Armas de Apoio: Artilharia, Comunicações e Engenharia⁴; seus quadros de Material Bélico, Engenheiros Militares e Complementar de Oficiais e dos serviços de Intendência e de Saúde (BRASIL, 2019a).

Com a perspectiva de adensamento do Poderio Militar na região amazônica em áreas fronteiriças da Estratégia Nacional de Defesa (END), foi criado o Comando Militar do Norte (CMN), em 2013, cuja responsabilidade é garantir a defesa e a segurança estratégica sobre a porção oriental da Amazônia Legal, responsável por 1.890 km de fronteiras englobando os estados do Pará, Amapá e Maranhão.

³ Conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de normas, de métodos e de processos, que tem por finalidade orientar a organização, o preparo e o emprego do Exército. (BRASIL, 2019b).

⁴ Refere-se ao o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), embora sua sede esteja em Boa Vista (RR), está diretamente subordinado ao Comando do 2º Grupamento de Engenharia de Construção em Manaus (AM).

No que concerne o segundo módulo, estão dispostos os conceitos de Território, Fronteira, Espacialização, Região e Regionalização, que se inter cruzam numa conformação dinâmica entre os diversos atores que compõem o mosaico da pesquisa, aonde ocorrem diferentes processos geohistóricos sob o prisma de um olhar geográfico, cuja visão holística ao particular devem ser levadas em considerações, apesar da proximidade entre eles e de similaridades.

Portanto, em referência ao conceito de Território, Gottman (2012) define ser uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo, servindo para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais, sendo ele constituído de componentes materiais ordenado no espaço geográfico de acordo com as leis da natureza.

A partir do século XVII, sobretudo com a paz de Westphalia em 1648, Cataia (2011, p. 117) anota que a *práxis* das nacionalidades da Europa Ocidental começou a exaltar o território como suporte do soberano do Estado, que consolidam esses movimentos com os “conflitos entre as emergentes nações europeias pela definição de territórios compactos e contínuos, suscitando debates sobre as demarcações de fronteiras”, e o território aparecendo como base física de unificação para aquele que governa o Estado.

Como um dos autores pioneiros que discutem essa categoria de análise, Raffestin (1993) entende o espaço geográfico como sendo o substrato, um plano pré-existente ao território, ou seja, é de suma importância entender o espaço anterior ao território, uma vez sendo ele que se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação dirigida por um ator sintagmático (sujeito que realiza um programa) em qualquer nível. Portanto, segundo o autor, o território é tratado, notadamente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, tendo diferentes absorções do poder existente nas relações do homem-espaço, tal como um campo de poder, que é socialmente construído, de maneira relacional, por meio de forças convergentes e divergentes.

Periodicamente, o conceito de Território torna-se tema recorrente nas discussões nas diversas áreas do conhecimento sobre o seu entendimento nas diferentes escolas de pensamento. Desde seu surgimento vem sendo esporadicamente modificado, pois é nele que está a representação da sociedade e do Estado. O Território é uma porção do espaço geográfico onde ocorrem as relações socioambientais e de poder exercida por diversos atores, existindo uma conexão entre espaço e política, não se limitando somente aos limites físicos da paisagem, características naturais daquela porção do espaço geográfico, e nem aos limites políticos-administrativos (GOTTMANN, 2012).

Para Andrade (1995), o conceito de Território está ligado diretamente à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área, não devendo ser confundido com o de Espaço e de lugar. Portanto, o Território associa-se à ideia de poder, de controle, inclusive estatal, ou mesmo, quanto ao poder de grandes empresas que possuem ingerência em grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

O conceito de Território é fruto de uma repartição e de organização, ou seja, espaço concreto onde ocorrem as atividades humanas e as relações socioeconômicas, políticas e de poder, em que o homem toma posse do espaço geográfico e exerce o poder sobre ele (GOTTMANN, 2012), e sua discussão provocará ao seu significado amplo e significativo da importância maior na tentativa da compreensão desta categoria de análise da Ciência Geográfica, pois é nele que tudo acontece mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial (SANTOS, 2002).

Enquanto Brito (2008) considera que o termo território, além de já ser consagrado nas ciências humanas, é aquele que se refere a uma categoria geográfica elaborada historicamente e essencialmente polissêmica, sendo utilizado para designar uma extensão da superfície da Terra. É nele que existem a interação entre grupos sociais, instituições e indivíduos, bem com disputas pela afirmação de seus interesses, de forma semelhante ao que ocorre entre os animais de uma mesma espécie.

Discutir Amazônia é tarefa desafiadora que requer do pesquisador reflexões abrangentes e holísticas sobre o tema, a começar pela sua extensão enquanto bioma que compreende cerca de 4.196.943 km², representando 49,3 % (IBGE, 2004) do território do Brasil, e pelo seu processo de formação como espaço territorial brasileiro que derivou da exploração e conquistas de povos indígenas e de espaços políticos e conflitos étnico-culturais até se chegar a atual conformação.

Enquanto Haesbaert (2002) propõe que o território possua divisão em quatro concepções. A primeira de conotação política, em que são formados pelas relações de poder; uma segunda designada de cultural e/ou simbólico-cultural, em que predominam os aspectos de assimilação e valorização simbólica de um grupo de semelhança ao seu espaço vivido; a terceira relacionada a fatores econômicos, sendo a menos difundida, mas de grande relevância; e a quarta, que indica a compreensão naturalista do território, de base, as relações sociedade-natureza.

Segundo Gottmann (1975), para que haja a formação de território seriam necessárias três etapas principais: (i) a formação da densidade, que teria conduzido à criação da *pólis* grega e das sociedades hidráulicas (Egito, Mesopotâmia); (ii) o Império universal, que começa com a

Constituição de Alexandre e se prolonga pelo Império Romano e; por fim, (iii) a época da modernidade Ocidental, ou seja, do Estado Territorial, que daria seus primeiros sinais de vida com o fim do feudalismo.

No caso particular da pesquisa, a conformação do território roraimense perpassa a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943. Em 1962 mudaria sua nomenclatura para Território Federal de Roraima (TFRR), em função do tumulto causado como nome da capital do estado do Acre, Rio Branco, havendo transtorno, principalmente, com as correspondências. A criação de territórios federais deriva de planos de valorização econômico direcionados para Amazônia, de política desenvolvimentista de ocupação, segurança e defesa para a região da Amazônia durante o governo de Getúlio Vargas (CORDEIRO, 2012).

Estando sob a égide dos estatutos dos Territórios, o TFRR possuía autonomia limitada, uma vez que nos Territórios Federais não havia eleições diretas para seus representantes do Poder Executivo e, sim, nomeações por parte do presidente da República e/ou pelo Ministro do Interior, enquanto os prefeitos dos dois municípios de Boa Vista e Caracaraí eram, por sua vez, escolhidos pelo governador (MARTINS, 2010).

Com a criação do TFRR poucas mudanças aconteceram, ainda que tenha alterado de forma expressiva o quadro da organização política do território com relação à integração desta região com as demais do país. No entanto, somente com chegada dos militares ao centro do poder do Brasil que o TFRR passou a ter ligação direta com o estado do Amazonas por meio da Rodovia Federal BR-174 (1970-1977), o que incentivou migrações populacionais para a região, além de incrementar atividades econômicas, “como a exploração madeireira e aurífera, ganharam importância e em paralelo às grandes alterações nas formas de ocupação do espaço, ocorreu um grande crescimento populacional” (MARTINS, 2010, p. 23), assim, projetando o Território num espaço de fronteira clássica, culminando em disputas pela terra as quais estabeleceram também contendas pela memória e pela identidade coletiva.

No que concerne à concepção mais “rígida” sobre o conceito de Fronteira, Fririch Ratzel (1987-1988) a classifica em três tipos: políticas, naturais e artificiais, ligada unicamente ao território ente político-administrativo do Estado, além de Ferrari (2014, p. 3) que destaca que a Fronteira não é mais objeto de estudo sob seu único aspecto político, “é também objeto de estudo dentro de uma perspectiva da geografia humana social e cultural, particularmente nas integrações econômicas regionais, onde as fronteiras têm sido o centro de interesse de pesquisas renovadas”.

A Fronteira possui a particularidade de um conceito multifacetado e de ampla discussão independente da sua concepção epistemológica (Quadro 3), como o Território. Na

Fronteira sua abrangência também é múltipla e envolve diferentes espaços e agentes sociais, “indo desde a ação do Estado delimitando as fronteiras de um país, por exemplo, até a definição da abrangência espacial das organizações comunitárias de bairros, de conjuntos habitacionais, de ocupações etc.” (SILVA; TOURINHO, 2017, p. 98). Desse modo, aparecendo da necessidade de controle sobre determinado território que surgem as noções de fronteiras, despontando-se como a expressão espacial do uso político do território (CATAIA, 2008).

Quadro 3 - Autores e suas contribuições sobre o conceito de Fronteira

Autor	Ideias sobre o conceito de “Fronteira”
<i>Friedrich Ratzel</i>	As fronteiras são o órgão periférico do Estado, destacando-se duas características: fronteira como zona – as cidades – e fronteira como linha – traçado geodésico. Linhas e zonas são limites.
<i>Rudolf Kjellén</i>	As fronteiras são a epiderme dos Estados.
<i>Jacques Ancel</i>	As fronteiras são isóbaras políticas, ou seja, linhas permanentes de tensão entre dois campos de força.
<i>Jean Gottmann</i>	Afirma que o mundo não é uma “bola de bilhar”, sem fronteiras, porque o território é o “abrigo de um povo”, por isso a importância das fronteiras delimitando regimes políticos distintos.
<i>Everardo Backheuser</i>	Tomando as ideias de Ancel e de Backheuser, elabora uma “equação de pressão de fronteira” (Supan já havia proposto uma fórmula parecida), por considerar a fronteira como construção geopolítica dos Estados.
<i>Karl Haushofer</i>	A fronteira é a região da expansão. Um povo deve adquirir o “sentido” da fronteira, “esse precioso fator espiritual que mantém a vida”. A fronteira não corresponderia à linha geométrica do direito internacional
<i>Hildebert Isnard</i>	As fronteiras são a cristalização dos limites da organização do espaço realizado por distintos projetos políticos, inclusive projetos não estatais.
<i>Michel Foucher</i>	“A fronteira é uma descontinuidade geopolítica, com funções de delimitação real, simbólica e imaginária”. Considera as fronteiras segundo diádes, bem como a existência de fronteiras internas.
<i>Claude Raffestin</i>	A fronteira é zona camuflada em linha. As divisões político-administrativas são encaradas também como fronteiras (fronteiras internas), porque elas seriam a armadura de sustentação e de vitalidade da fronteira externa. Zonas e linhas fariam parte de um sistema de limites.

Fonte: Silva e Tourinho (2017). Baseado em Cataia (2008, p. 16).

Embora existam vastas contribuições a respeito do conceito de Fronteira, sua concepção não é simples para caracterizar suas noções e limites dentro de um contexto da teoria moderna, pois, “sabemos que passaram por muitas evoluções e que são usados numa variedade de sentidos. Ambos mudam com o tempo” (MACHADO, 2002, p. 1). Portanto, a Fronteira, segundo Menezes (2012), consiste numa demarcação instaurada por um poder cujo projeto político é de assegurar e distinguir-se das outras entidades territoriais.

Costa (1999) assinala que uma Fronteira política é um espaço privilegiado de afirmação e admissão de poderes políticos, possuindo atributos de poder que fixa limites muitas vezes impostos no espaço, nascendo, assim, o território, formado fundamentalmente a partir de

poder determinado. Enquanto para Mattos (2002), a fronteira poderá ser ainda considerada como a epiderme do corpo estatal e:

Como tal, sensível às realizações vindas de fora. A fronteira terrestre é mais sensível às relações dos estados vizinhos, e com existência de duas modalidades básicas de linhas de fronteiras: limites naturais sob forma de rios, lagos, montanhas, desertos, selvas e oceanos e de limitações artificiais de traçado geodésico, astronômicos e matemático (MATTOS, 2002, p. 33).

A Fronteira destaca-se fundamentalmente pela alteridade tornando-se singular e possuindo duas visões científicas bem definidas: “[...] trata da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e [...] trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças” (FERRARI, 2014, p. 23).

No que concerne sobre as zonas fronteiriças, Becker (2006, p. 57) ressalva que se trata de uma “zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado da fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômica, políticas e demografias diferentes”.

As zonas fronteiriças podem ser caracterizadas por locais com certa instabilidade e mutabilidade com potencial para insurgir reações e conflitos díspares de naturezas diversas (nacionais, libertadores, econômica, etc.), podendo ser por pressões populacionais, ou mesmo por forças exógenas. Para Max e Oliveira (2009), as zonas fronteiriças possibilitaram maior compreensão das diversidades que se encontram nestas áreas a fim de maior integração interestatal dos países que compõem a Pan-amazônia, a partir dos fluxos comerciais e migratórios, da cultura, das relações de trabalho, da estrutura de poder, do meio ambiente, dentre outros, e na América do Sul:

Em face das características de seus países em desenvolvimento e dos reflexos da globalização, as zonas de fronteira ganham uma atenção especial devido às especificidades das dinâmicas de relações sociais e espaciais desses territórios, que exigem uma leitura cuidadosa da realidade para compreensão dos fenômenos peculiares dessas regiões (MAX; OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Com referência a área territorial, o Brasil possui grande extensão com aproximadamente 8.515.767 km², das quais 3.616.079 km² pertencem a região Norte, e fazendo fronteira com dez dos doze países da América do Sul, com cerca de 15.719 km de extensão, sendo que sete países fazem fronteira com a Amazônia Legal, totalizando 11.574 km de fronteira (IBGE, 2017).

Castrogiovanni e Gastal (2006) anotam que o conceito de linha de fronteira é substituído pelo o de região de fronteira, aprovado na legislação brasileira. Em deferência a Faixa de Fronteira, o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1979, dispõe sobre a Faixa de Fronteira, sendo a área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira, o que aponta quão grande é a responsabilidade do Estado brasileiro em fazer guarda e manutenção dessas áreas, em particular por meio das Forças Armadas.

A Amazônia Legal possui números grandiosos, pois se trata de uma área gigantesca com mais 5 milhões de quilômetros quadrados, correspondendo a 61 % do território nacional, com 12 % de milhares de áreas protegidas “reservas”, envolvendo nove unidades da Federação com uma rarefeita população, principalmente a indígena equivalendo a 0,3 % da população total do país e ocupando 12 % do território amazônico, contando com cerca de 30 mil homens para controlar suas fronteiras (IPEA, 2017). O estado de Roraima possui cerca de 224.000 km² (IBGE, 2017), possui relação fronteiriça com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guayana, com 958 e 964 km respectivamente, perfazendo num total de 1.922 km.

O Estado brasileiro possui notória preocupação com suas fronteiras devido suas vulnerabilidades. Nesse sentido, Becker (2005) ressalva que, além da cobiça de grupos internacionais e do domínio do poder, há uma tendência ao internacionalismo, principalmente pelos movimentos sociais. Certamente um país com vasta extensão territorial deve se atentar para as políticas de Defesa voltadas para a manutenção e segurança de seu território, fronteiras e áreas de fronteiras e da sua população que ali reside, o que torna o papel do Estado de grande importância em se fazer presente, sobretudo, por meio de suas Forças Armadas e demais instituições públicas.

Sob o prisma dos estudos geográficos, a espacialização dos fenômenos pode ser analisada por meio dos conceitos de Espaço, o qual é compreendido como uma totalidade material ou simbólica, concebendo o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2002), caracterizando-se como um conjunto de objetos dispostos na superfície, sendo eles naturais ou construídos artificialmente pelo homem e deve ser visto como uma instância social, e nem ser construído ou produzido.

A concepção de Espaço na geografia torna-se difusa pelas diferentes correntes de pensamento geográfico. Na obra do professor Milton Santos “Por uma geografia nova” (1978), o conceito de espaço surge como centralidade, sendo compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura

representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções, ou seja, “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1978, p.122), assim, devendo sua análise ser de acordo com suas categorias:

Milton Santos elege as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço; este constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território. O espaço, dessa maneira, é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade (SAQUET; SILVA, 2007, p. 10).

Na concepção de Machado (1997), o Espaço é palavra-chave para a Geografia, de etimologia latina “*spatium*” que inclui a ideia de “passo”, também se aproxima do significado do termo grego “*core*” que indica uma ideia de vida, de lugar, no sentido de existir o lugar como página em branco, colocando a ação humana em trabalho geográfico, e este espaço, enquanto base de materialização de atividade antrópica nas diferentes escalas da superfície terrestre, “é o ser, a existência da Geografia, portanto, independente das suas inúmeras espacializações, fragmentações é, antes de mais nada, o espaço” (MACHADO, 1997, p. 14).

Após a década de 1950, dois conceitos foram bastante expressivos para a Geografia, o espaço absoluto e o espaço relativo, os quais se originaram nas ciências físicas e na filosofia da ciência. O primeiro se concretizou com estudos newtonianos a partir do século XVII, embora já houvesse sido esboçado parcial e anteriormente pelos gregos, é o espaço independente possível de definir por meio de um sistema de coordenadas cartesianas. Enquanto o espaço relativo é aquele que depende diretamente da matéria, dos objetos, fortemente vinculado ao tempo, sendo defendido por Einstein (MACHADO, 1997).

Conforme o acima exposto, no presente estudo se pretende buscar o entendimento do espaço como sinônimo de espaço geográfico constituído dentro de um processo histórico, conforme anotado por Santos (2002), uma vez que possibilita a compreensão do papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais jurídicas e políticas e, desta forma, tentar compreender esse espaço como um arranjo decorrente de sua história e de seu processo de relações sociais, econômicas, ambientais e políticas, ao mesmo tempo em que se busca compreender as forças exógenas e endógenas que se materializam na estruturação e na produção espacial.

Em referência ao conceito de Região, Nóbrega (2015) ressalva que este conceito traz consigo um grupamento de dilemas conexos à aplicação e/ou ao seu significado, em que,

tradicionalmente, sua aplicação deriva da ação regionalizadora com critérios que a identifica por meio de unidades de análises, de bases homogêneas evocadas pelo pesquisador, considerada como uma abstração, fruto de uma ação administrativa e burocrática, tornando a região central para a Geografia.

Enquanto na acepção de Corrêa (2003), a Região é entendida como meio de interações sociais, tratando-se da ideia política da região com base na ideia de dominação e poder constituindo como fatores fundamentais na diferenciação de áreas, entendida como conteúdo político, em que a ação da dominação e do poder dentro da sociedade é o fator essencial para a existência da diferenciação regional.

Na corrente geográfica da Geografia Nova, surgem novas discussões sobre o conceito de Região, em que a epistemologia desta corrente passa a conceber a região como “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 2003, p.32).

Ainda segundo Corrêa (2003), a região não é algo abstrato, mas uma realidade concreta, física; ela existe como um modelo de referência para a população que ali vive e, enquanto realidade, ela independe do pesquisador durante a pesquisa, cabendo à geografia desvendar, cuidar, a combinação de fatores responsável por sua configuração.

Originária de uma complexidade quanto ao seu entendimento e baseado na premissa de que a região deve estar ligada à noção de diferenciação entre áreas, uma vez que cada recorte do espaço geográfico possui especificidades ideológicas, étnico-cultuais e políticas, é que se se realizou estudo sobre a região amazônica, uma vez que possui caráter complexo a começar pela sua enorme extensão territorial, além de imensurável diversidade de recursos minerais naturais, étnico-culturais, biodiversidade e suas ingerências de diversos atores endógenos e exógenos.

Santos (1999) ressalva que não há hipótese de um subespaço no planeta de escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização. A concepção conceitual sobre regionalização sugere que seu significado não é unicamente sinônimo de diferenciação de áreas em determinado território, mas também é entendida como o processo de formação de regiões (PEREIRA, 2000). Sendo assim, admite-se que a regionalização como sendo um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes mais coerentes que deem conta das diferenciações no espaço.

A regionalização compõe um processo atuante na realidade, que se constitui pela fragmentação e/ou a integração de determinadas áreas. Nesse sentido, a pesquisa abordou diversos recortes regionais como forma de análise teórico-conceitual sobre as temáticas da

Amazônia e suas sub-regiões: Pan-amazônia, Amazônia Caribenha; Amazônia Legal com seus planos divisivos: Norte-Sul (Setentrional-Meridional) e Leste-Oeste (Oriental-Occidental).

O espaço amazônico por si só é complexo, a depender da escala de análise, a fragmentação cria possibilidades de melhor compreensão de suas especificidades e particularidades. Nesse sentido, a regionalização torna-se preponderante na pesquisa, que implicará na análise de vários fatores, de diferentes critérios e de métodos de abordagens, sendo assim, adotamos como tipificação de regionalização a classificada por Pereira (2000) como:

- (i) Regionalização como diferenciação de áreas: onde a paisagem geográfica é o método de regionalização e a região é uma determinada paisagem geográfica, segue princípios que definem a região natural e a região cultural.

- (ii) Regionalização como classificação: é explicada na medida em que o “espaço terá tantas regiões – ou regionalizações – quantas forem as classificações adotadas para analisá-lo” (PEREIRA, 2000, p. 68). Estas formas de regionalização originam várias e distintas regiões, sendo que o pesquisador é o responsável pela sua criação na medida em que setoriza e desagrega áreas do território de acordo com seus critérios pré-definidos.

- (iii) Regionalização como instrumento de ação: está diretamente vinculada com as teorias econômicas de desenvolvimento regional e de localização, “sendo o conceito de região aplicado a qualquer parte do território a partir de propósitos quaisquer” PEREIRA, 2000, p. 68). É a forma de regionalização amplamente utilizada para a dissociação político-administrativa, em que a mesma é compreendida como sinônimo de espaço econômico, sendo homogênea ou funcional.

- (iv) Regionalização como Processo: “parte da ideia de que as diferenciações regionais são frutos de processos sociais e econômicos” (PEREIRA, 2000, p. 69), e que se modificam com o tempo.

De tal modo, a regionalização caracteriza-se por áreas compactas diferenciais como parte de um sistema orgânico de produção social constituindo uma forma espacial própria, sendo assim, nesta problemática considera-se novas formas de manifestação de uma pluralidade territorial ligada à regionalização e, com isto, novas escalas que manifestam dessa diversidade (HAESBAERT, 1999). Logo, a regionalização é como processo de classificação ou divisão do espaço geográfico em região e, por conseguinte, regionalizá-la em porções distintas de um todo.

Portanto, para que se possa fazer leitura com maior propriedade sobre os *lócus* do objeto de estudo da presente pesquisa, será de fundamental importância fazer leitura a partir das

sub-regiões da região amazônica, partindo das perspectivas de suas regionalizações de: Pan-amazônia, Amazônia Caribenha e Amazônia Legal.

Na visão de Mattos (1980), diferentemente do que acontece, a Amazônia e Pan-amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica, pois esta imensa região natural, portadora de uma diversidade colossal e uniforme, abrangendo o território de oito países tributários (e um Território Ultramarino), é formada por seus condôminos sob uma visão particularizada, e tratada com visão estratégica de conteúdo geopolítico que passou a ser implantada, fortalecendo a soberania de países amazônicos sobre a Região.

A utilização de terminologias para caracterização da Pan-amazônia se faz à medida que questões geopolíticas voltadas para a Amazônia passam a incidir sobre sua totalidade, portanto, a Amazônia Continental e, por conseguinte, nominada por Pan-amazônia (RIBEIRO, 2005), além de ser *locus* de discussões sobre geopolítica, é composta pelos seguintes países sul-americanos: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guayana, Suriname, e o Território Ultramarino da França - Guayana Francesa.

Quanto à concepção de Amazônia Caribenha, nos apoiaremos em Oliveira (2011, p.1) ao denominar como Amazônia Caribenha, considerado todo aquele território das Ilhas das Guianas⁵ “que compreendem o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas, pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco”.

Para Oliveira (2011), a Amazônia Caribenha é também nominada de “Costa Selvagem”, a qual foi descrita pelos primeiros cronistas e/ou exploradores europeus com base nas observações disponíveis na cartografia holandesa do século XVIII, consistida numa região de complexa cartografia fluvial devido as grandes dificuldades de navegabilidades quando em viagens pelo litoral Atlântico Norte. Assim, constituído de um território situado a Nordeste da América do Sul, composto por cinco países: Brasil, Venezuela, Guayana, Suriname e Território Ultramarino da - Guayana Francesa, região esta que teve sua historiografia marcada por conflitos e disputas étnicos a partir da chegada dos primeiros exploradores europeus em busca do sonho da cidade do “El Dorado” e de pedras preciosas.

A justificativa para tal recorte é devido à procura por fomentar as peculiaridades existentes no campo de estudos amazônicos, uma vez que ao analisarmos a história recente da formação territorial sul-americana, esta tem origens portuguesa e espanhola, cujas características culturais e linguísticas habitam distintas regiões:

⁵ Diz respeito ao termo Guayanas, originário do tronco linguístico Arawak e é interpretado com “terra de muitas águas” ou “terras de muitos rios” (DALY, 1975; THOMPSON, 1987, *apud* OLIVEIRA, 2011. p. 20).

Desde a cordilheira dos Andes, passando pelo planalto das Guianas, integrando largas planícies e litorais, tendo os rios Orinoco, Amazonas, Essequibo, Corentyne, São Francisco, Araguaia, Paraná, Prata, como alguns dos importantes marcos fluviais da terra sulamericana” (OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Portanto, para a construção conceitual de uma Amazônia Caribenha, Oliveira (2011) sustenta-se pela historiografia das observações e estudos de viajantes, além de outras fontes (cartas e mapas) da região, que corroboram para interpretação dessa nova ordem sociocultural amazônica-caribenha dos dias atuais, uma vez que “verificamos nesses estudos que os índios, em especial do grupo *Karib* e *Arawak*, conheciam e percorriam toda essa região de planície e de florestas entre as bacias dos rios Orinoco, Essequibo, Amazonas e as ilhas do mar Caribe” (OLIVEIRA, 2011, p. 10).

No que se refere à Amazônia Legal, deriva da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), por meio da Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953, em que a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico, a fim de atender às demandas do governo central voltadas para o planejamento e promoção do desenvolvimento regional, com abrangência nos estados do Pará e do Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°; a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13°; e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44°.

Com a extinção da SPVEA e, concomitantemente, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, seus limites foram ampliados com a inserção do estado do Mato Grosso (Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977), passando a abranger as Unidades da Federação do: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°.

A Amazônia Legal se encontra no cerne de debates geopolíticos, notadamente, sobre aqueles com envolvimento de questões ambientais, territoriais entre comunidades tradicionais e grilagem de terras, sendo foco de atenção especial por parte das Forças Armadas devido à escassa presença do Estado nos mais de 11.000 km de fronteiras porosas e vulneráveis a crimes transfronteiriços diversos.

Desse modo, a Amazônia Legal representa um dos focos de maiores interesses da agenda da Defesa Nacional, uma vez que maior parcela de extensão da Pan-amazônia pertence ao Brasil - cerca de 70 %, aonde o Brasil afirma sua incondicional soberania sobre esta região uma vez que esta possui “mais de 4 milhões de km², abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. A cooperação do Brasil com os demais países que possuem

território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais” (BRASIL, 2012, p. 15).

Segundo Luedy e Mello (2016), a Amazônia Legal possui duas subdivisões: Norte-Sul (Setentrional-Meridional), que tem no rio Amazonas sua linha de transição, e por outro lado, Leste-Oeste (Oriental-Occidental), que tem na divisa com os estados do Pará-Amazonas sua linha de transição. Com a finalidade de proteger as fronteiras da Amazônia Setentrional, desde o Caburá (RR) até Tabatinga (AM), uma área rica em recursos minerais e entrecortada por reservas indígenas, em 1985 o governo federal lançou o Projeto Calha Norte (PCN), primeiramente ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

A Amazônia Setentrional está ligada intrinsecamente às práticas geopolíticas, notadamente na estruturação territorial do Brasil desde o período Brasil Colônia durante a ocupação da Amazônia, tendo início por meio da estratégia da exploração econômica, em seguida se dando pelo processo decorrente das Missões religiosas e das fortificações instaladas em pontos estratégicos, em que o primeiro teve como intuito a colonização nas margens dos rios e pregar os conceitos ocidentais, e o segundo, com a missão de barrar tentativa de incursões inimigas em solo lusitano (RESENDE, 2006).

A tipificação de Amazônia Setentrional deriva de um imperativo geográfico na definição de uma sub-região localizada a partir da margem esquerda do rio Amazonas, limitando-se ao sul com este e ao norte com os países vizinhos. Abrange os territórios do Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá, sendo limítrofe com Colômbia, Venezuela, República da Guayana, Suriname e Guiana Francesa.

A Amazônia Setentrional, notadamente as regiões fronteiriças, demandam maior atenção por parte do governo central pelo fato de apresentarem algumas dificuldades de se manter a segurança e a defesa, além da baixa densidade demográfica local e forte dependência econômica dos centros comerciais, políticos e financeiros do governo central do Brasil.

Diante do que foi exposta até então, a encadeação racional conceitual torna-se base fundamental para a composição da presente pesquisa, pois permitirá compreender os processos geohistóricos e as transformações que ocorreram no estado de Roraima junto ao campo do Poder Militar na atual configuração estrutural da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, referente ao recorte temporal de: 1992-2018, com sede na cidade de Boa Vista (RR).

7 RESULTADO E DISCUSSÃO

A presente dissertação foi construída com base em método hipotético-dedutivo, com utilização de procedimentos metodológicos mesclados que combinaram em uma análise sistemática da literatura e um estudo de caso, que visou analisar o processo geohistórico da espacialização, presença e ocupação militar no estado de Roraima, notadamente pelo o Exército Brasileiro no período de 1992 a 2018, resultando em um trabalho com quatro capítulos, incluídas esta introdução e as considerações finais.

Deste modo, a dissertação está estruturada por quatro capítulos e planejada com base na arte eloquência (discurso) de Santo Agostinho por meio de um discurso de gradação crescente que objetiva propiciar crescente profundidade analítica, no qual o primeiro capítulo apresenta 56 páginas; o segundo capítulo com 54 páginas, passando pelo terceiro capítulo com 59 páginas, até se chegar ao último capítulo com 73 páginas.

No primeiro capítulo, “Mapeamento conceitual dos estudos sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica”, a presente pesquisa apontou para o uso indiscriminado dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica por autores de diversas áreas do conhecimento, com perfis pluralistas e generalistas, onde suas compressões tornam-se ambíguas e não claras para estudos de Geografia Política e de Geopolítica.

O segundo capítulo, “Óticas geográficas sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica sobre a Amazônia”, a dissertação realizou um levantamento bibliométrico quali-quantitativo dos conceitos-chave da ciência geográfica, Geografia Política e da Geopolítica na Amazônia, com a finalidade de identificar a evolução e ciclos de vidas, e, de caracterizar os perfis das produções científicas mais recorrentes de acordo com o estudo do estado da arte, bem como, procurou entender os processos geohistóricos em diferentes escalas espaciais até a atual conformação da Amazônia Legal.

No terceiro capítulo, “Geopolítica sob o prisma militar da Amazônia (séculos XV ao XXI)”, a pesquisa realizou uma análise da presença e ocupação europeia na Amazônia, sob a ótica de acontecimentos geopolíticos-militares que transformaram a configuração territorial na Amazônia, bem como analisou a consolidação da geopolítica portuguesa na Amazônia, findando com a consolidação da ampliação do Exército Brasileiro no século XXI na Amazônia Legal.

No quarto capítulo, “O Poder Militar da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no contexto geopolítico da Amazônia Setentrional 1992-2018”, a pesquisa analisou a problemática da evolução da ampliação do Poder Militar no estado de Roraima, tomando como referência o

estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Bda Lobo D'Almada): 1992-2018, composta por oito Unidade Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), justamente por representar a presença do Exército Brasileiro na localidade roraimense.

Por fim, apresentam-se as últimas considerações aludida à guisa de conclusão findando, tanto, sintetizar os principais conceitos e debates desenvolvidos ao longo da dissertação, quanto, apontar sugestões para eventuais outras pesquisas sobre a temática abordada, bem como proposições prospectivas para outras pesquisas que eventualmente tomem como referência o presente texto.

7.1 MAPEAMENTO CONCEITUAL DOS ESTUDOS SOBRE OS CONCEITOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA E DE GEOPOLÍTICA

7.1.1 Revisão Integrativa sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica

O desafio proposto no presente trabalho quanto ao emprego de um método de revisão integrativa por meio da utilização da base de dados *Google Scholar* deriva de uma complexidade, pois as análises e sínteses deverão estar descritos de maneira clara em seus procedimentos metodológicos, com a proposição de maximização de amplitudes de conhecimentos sobre saberes científicos que ora já foram produzidos por uma diversidade de pesquisadores.

A revisão integrativa decorre de um método de pesquisa com a finalidade de agrupar e sintetizar resultados de investigações sobre dado tema de maneira sistemática e ordenada, o que contribuirá para o aprofundamento do conhecimento da investigação permitindo análises de pesquisas relevantes e possibilitando as sínteses do estado de conhecimento de um determinado assunto (MENDES *et al.*, 2008).

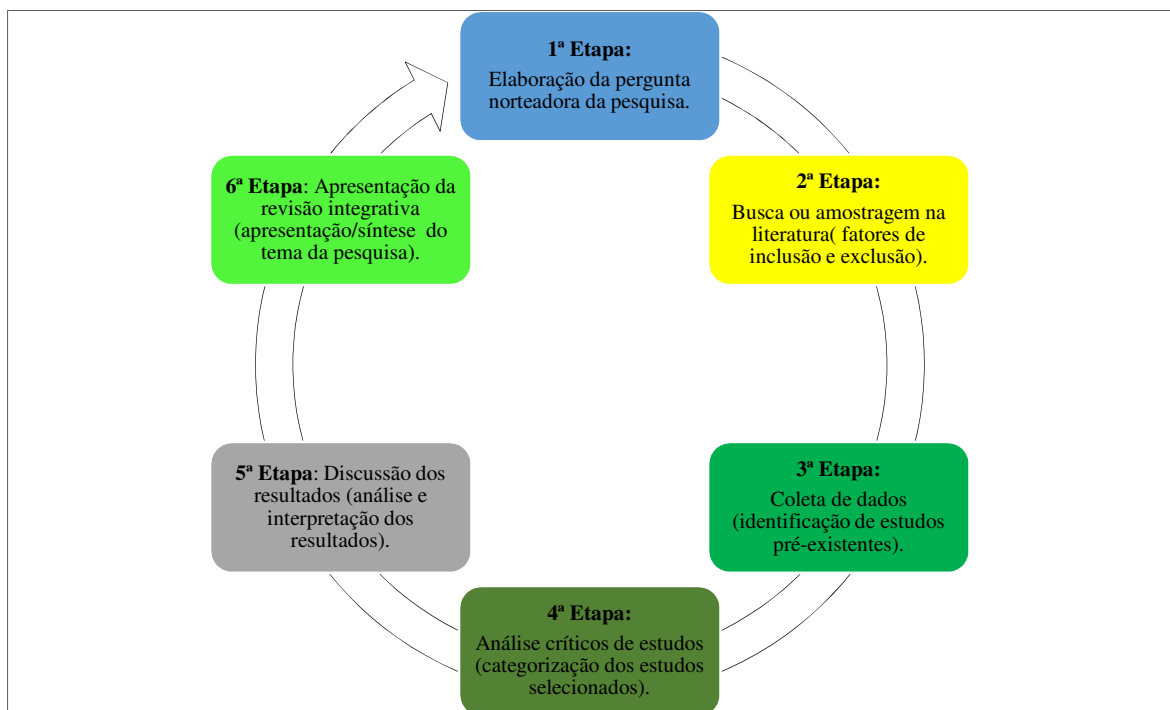
Por se tratar de um método que possui várias fontes, a revisão integrativa possui caráter complexo, uma vez que sua análise e síntese devem ser postas claramente quanto aos seus procedimentos metodológicos, a fim de indicar grande quantidade de conhecimento científico pré-existente sobre determinado tema de investigação, no qual Mendes *et al.* (2008, p. 4), assinala que:

A revisão integrativa da literatura consiste na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores.

Deste modo, é preciso seguir padrões metodológicos explícitos, bem como transparência na apresentação dos resultados obtidos para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas junto ao leitor, o que possibilitará identificar qualidades verdadeiras dos estudos derivados da referida revisão.

Para o desenvolvimento da revisão integrativa e das análises de conhecimentos científicos sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, nos idiomas português, espanhol e inglês, seguiu-se uma ordem cronológica distinta dividida em seis etapas (Figura 4) oriunda de base de dados heterogênea dos campos dos autores, apontando, assim, cenários distintos sobre esses trabalhos acadêmicos e seus desenvolvimentos ao longo do tempo e a visualização de possíveis oportunidades de pesquisas no tema preterido.

Figura 4 - Etapas do processo evolutivo para desenvolver a Revisão Integrativa



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Baseada em Mendes *et al.* (2008).

A 1ª fase consiste na elaboração de pergunta norteadora (identificação do tema para consulta) da pesquisa delimitada para a construção da revisão integrativa, e, posterior definição das palavras-chave para que se possa realizar uma busca de forma explícita usando como estratégias os critérios de inclusão e exclusão delimitados para produzir pesquisas primárias condscendentes (MENDES *et al.*, 2008). Para tanto, foram delimitadas na pesquisa as seguintes palavras-chave durante a consulta: “Geografia Política” e “Geopolítica”, separadamente.

A 2ª fase se compõe na investigação da literatura ou amostragem após definido o tema da pergunta norteadora, estando caracterizada pela busca em demasia de bibliografia escolhida na base de dados. Neste processo inclui-se publicações de artigos científicos, teses, dissertações, livros, consulta à lista de referências bibliográficas, bem como consultar quantidade de números de citações das obras em questão.

Estabeleceram-se como critério de inclusão as publicações científicas compreendidas entre os anos 1980 a 2017, a partir das palavras-chaves “Geografia Política” e “Geopolítica”, nos idiomas português, espanhol e inglês, e, como critério de exclusão, repetição de obras de autores e/ou reeditadas, em que foram encontradas 33.073 produções.

A 3ª fase consiste na coleta de informações na base de dados on-line *Google Scholar*, o que possibilitou detalhamento de cada estudo das palavras-chave e a organização, sumarização das informações, além da formação de banco de dados dos estudos e *posteriori* organização e confecção de planilhas, tabelas, gráficos e quadros para análises em programa da *Microsoft Office/Excel* com as seguintes variáveis: autoria, ano de publicação, título, quantidade de citações, periódico de publicação e modelo ou referencial de revisão integrativa utilizado no estudo.

A 4ª fase se constitui na análise crítica da qualidade de estudos da pesquisa, o que exige tempo e conhecimento do pesquisador devendo procurar explicações para os resultados diferentes dentre as abordagens. Deve-se, *a priori*, optar por análises estatísticas, listagem que mostre efeito nas variáveis em questão, bem como a escolha ou exclusão de temas de estudos frente ao delineamento de pesquisa (MENDES *et al.*, 2008).

Nesta pesquisa, os arquivos selecionados devem ser analisados em relação aos critérios de qualidade, números de citações e importância sobre os temas norteadores explicitados na 1ª fase, em que a participação do avaliador é fundamental durante o processo de análise, conforme explicitado por Mendes *et al.*, (2008, p. 6), “A competência clínica do revisor contribui na avaliação crítica dos estudos e auxilia na tomada de decisão para a utilização dos resultados de pesquisas na prática clínica. A conclusão desta etapa pode gerar mudanças nas recomendações para a prática”.

A 5ª fase se compõe na interpretação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa (fase analógica) incidindo a comparação dos dados evidenciados na revisão integrativa com o conhecimento teórico, a partir da interpretação e sínteses dos resultados, bem como identificação de possíveis lacunas do conhecimento, podendo ainda delimitar precedências para futuros estudos e salientar considerações e deduções (SOUZA *et al.*, 2010).

A 6ª fase compreende a apresentação de forma clara e consistente dos resultados obtidos (síntese) durante a revisão integrativa, a fim de fornecer ao leitor condições de avaliar a adequação dos resultados relativo aos aspectos do tema, findando na elaboração de documento que contempla o trajeto descritivo das etapas percorridas pelo pesquisador, evidenciando os principais resultados das análises dos documentos abrangidos.

A proposta de se realizar revisão sistemática de temas, que servirá de alicerce para o desenvolvimento da presente pesquisa, repousa na importância do conhecimento acerca das produções do conhecimento perante a comunidade científica que possuem alto grau de referenciamento, possibilitando a compreensão de discursos que possuem repercussão dentro de um contexto num período pré-determinado, ainda admitindo realizar um referencial de forma paradigmática sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, em língua em portuguesa, dentro de um contexto contemporâneo.

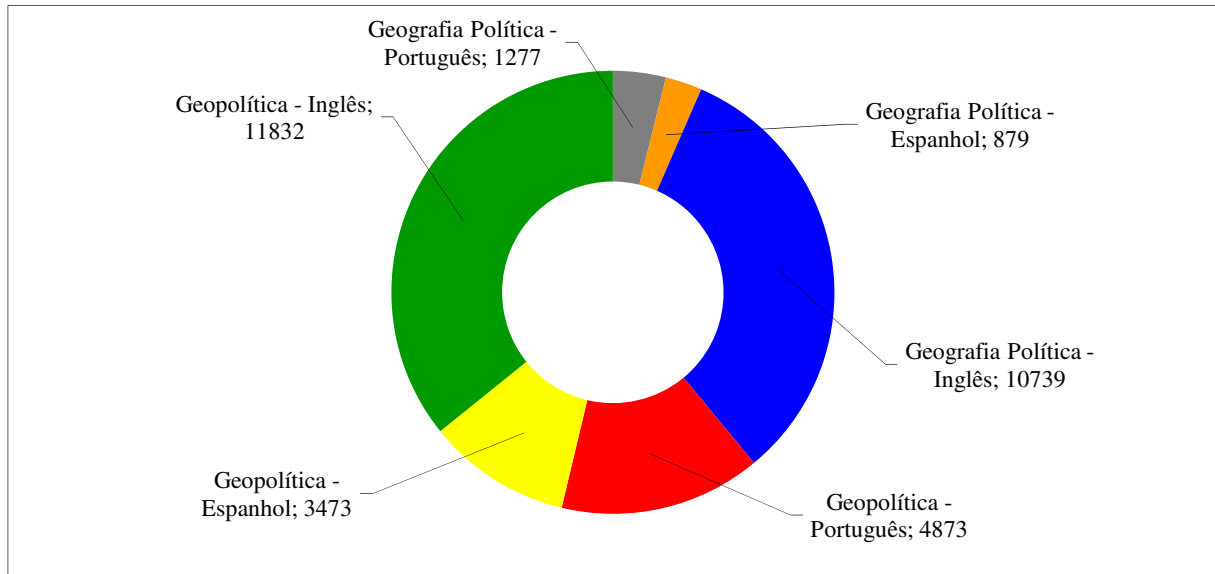
Esse método possui estratégia científica que permite fazer balizamento a partir da seleção de obras de grande relevância, avaliando-as criticamente, sintetizando-as em parâmetros específicos, bem como também da utilização de metodologia com abrangência de diferentes tipos de métodos neste processo de revisão, entre elas, a revisão integrativa.

Para a realização da revisão integrativa houve a necessidade de identificar o curso do crescimento das publicações de obras sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica referente ao recorte temporal compreendido entre os períodos de 1980 a 2017, em que se utilizou a base bibliométrica da plataforma *Google Scholar*, detentora de ampla capacidade de filtragem no universo de publicações científicas como também de aglutinar as principais obras disponíveis num único sistema de pesquisa com amostragem qualitativa, além de identificação quantitativa, permitindo fazer comparações por anos e *ranking* de citações.

Neste sentido, durante a realização do levantamento bibliométrico sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, foram identificadas 33.073 obras publicadas em diversos formatos de publicações com a utilização das terminologias⁶ Geopolítica e de Geografia Política nos idiomas em português, espanhol e inglês, tendo como parâmetro de computação ter ao menos uma citação na obra no seu respectivo ano da consulta (Figura 5).

⁶ De acordo Krieger (2014, p. 23), a utilização da “terminologia, grafada com T maiúsculo, é indicativa de campo de conhecimento e, com t, minúsculo, é referente ao conjunto de termos de uma especialidade”, ou seja, “Terminologia” se utiliza para designar o campo de estudos do Léxico, já “terminologia” designa os termos utilizados por uma determinada área de conhecimento.

Figura 5 - Bibliometria dos temas Geopolítica e de Geografia Política nos idiomas português, espanhol e inglês



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Na figura 5 evidencia-se que os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, no idioma inglês, são utilizados de forma majoritária com 22.571 produções, correspondendo a 68,24 % do levantamento bibliométrico. Quando analisada individualmente, tem-se 10.739 produções, equivalendo a 32,47 %, e 11.832 produções, correspondendo a 35 e 77 %, respectivamente.

Os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, em português, representam 6.150 produções, correspondendo a 18,59 % do levantamento bibliométrico, com pouca significância quanto aos números de obras publicadas. Separadamente, apresentam-se com 3,86 % e 14,73 %, respectivamente.

Quanto às produções em espanhol que fazem uso dos conceitos Geografia Política e de Geopolítica, representam 3.473 produções, correspondendo 13,15 % do levantamento bibliométrico, com significado de baixa produção científica. Individualizadas, correspondem, respectivamente, a 879 produções (2,65 %) e 3.473 produções (10,50 %).

7.1.1.1 Evolução de produções dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês

As análises dos ciclos evolutivos das produções científicas que abordam os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês foram desenvolvidas por meio de uma trajetória de crescimento de publicações que se incrementou

em três etapas, segundo dados tabulados combinado de uma revisão sistemática mediante bibliometria na plataforma *Google Scholar*.

Com contínuo crescimento quali-quantitativo de produções do conhecimento no mundo, a bibliometria possibilita e facilita a identificação do estudo do estado da arte de pesquisas científicas, podendo colaborar com trabalhos sistematizados em determinados campos do saber como também permitindo investigações futuras. Nesse sentido, Oliveira *et al.* (2013) anota que este tipo de pesquisa é um recurso essencial no que concerne a transmissão da produção científica, tendo como finalidade alcançar a influência dos pesquisadores mediante uso de uma técnica capaz de medi-la.

A primeira análise deu-se por meio das produções sobre o conceito de Geografia Política nos idiomas português, espanhol e inglês, em que se observa uma relativa ascendência quanto aos números de produções a partir da década de 2000 nos três idiomas, e leve queda a partir da década de 2010, exceto no inglês, que possui alto nível de produções.

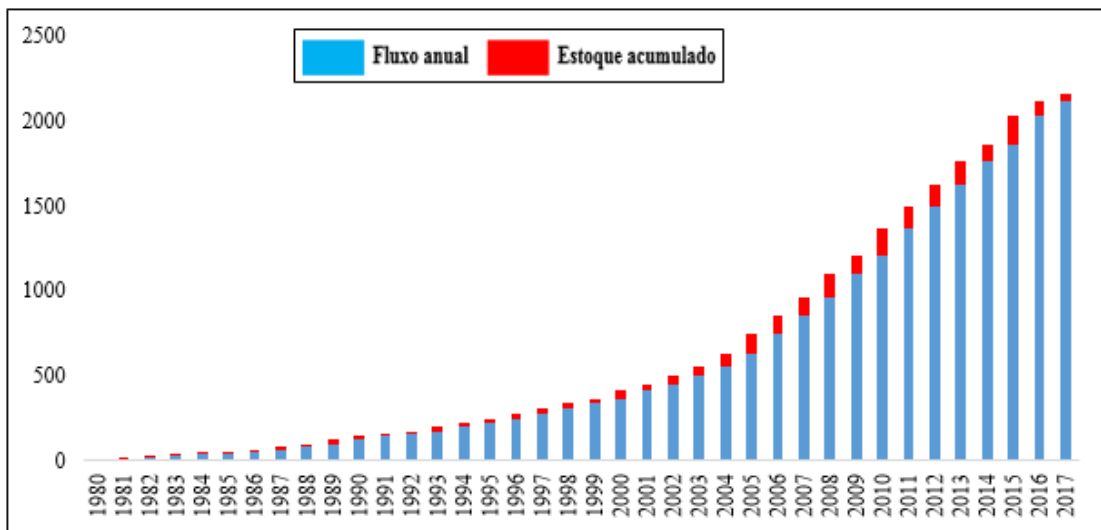
Por outro lado, as produções do conceito de Geopolítica apresentam relativa assimetria quanto ao aumento de produções, sendo em português e espanhol, a partir da década de 2000, e em inglês, a partir de 1990, com súbita queda a partir da década de 2010 nos três idiomas, ainda que no inglês apresente relativo número de produções ao longo do recorte temporal em todos os momentos da bibliometria.

Desta forma, as produções sobre Geografia Política e de Geopolítica no idioma em inglês apresentam cerca de 1/3 das identificadas durante o levantamento bibliométrico, representando 10.739 produções. Pode-se observar que o hiato aqui deriva de incipientes produções de autores nativos que discutem tais conceitos, principalmente aqueles de origem do eixo principal em suas obras, de maneira clara e não plural, uma vez que existe uma discrepância entre as produções em língua estrangeira, principalmente na língua inglesa.

7.1.1.2 Ciclo de vida das produções Geografia Política

O gráfico 1 apresenta a evolução do ciclo das produções dos conceitos de Geografia Política, nos idiomas português, espanhol e inglês, de forma sistemática e estratificada das produções referentes ao recorte temporal de 1980 a 2017, cumulativamente de acordo com a ordem crescente e bianual.

Gráfico 1 - Evolução do ciclo das produções dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas em português, espanhol e inglês



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Neste recorte se toma como referência as produções encontradas durante o levantamento bibliométrico nos três idiomas, o que corresponde a 12.895 produções sobre o conceito de Geografia Política, independente do seu formato, área de conhecimento e gênero dos autores ao longo da pesquisa.

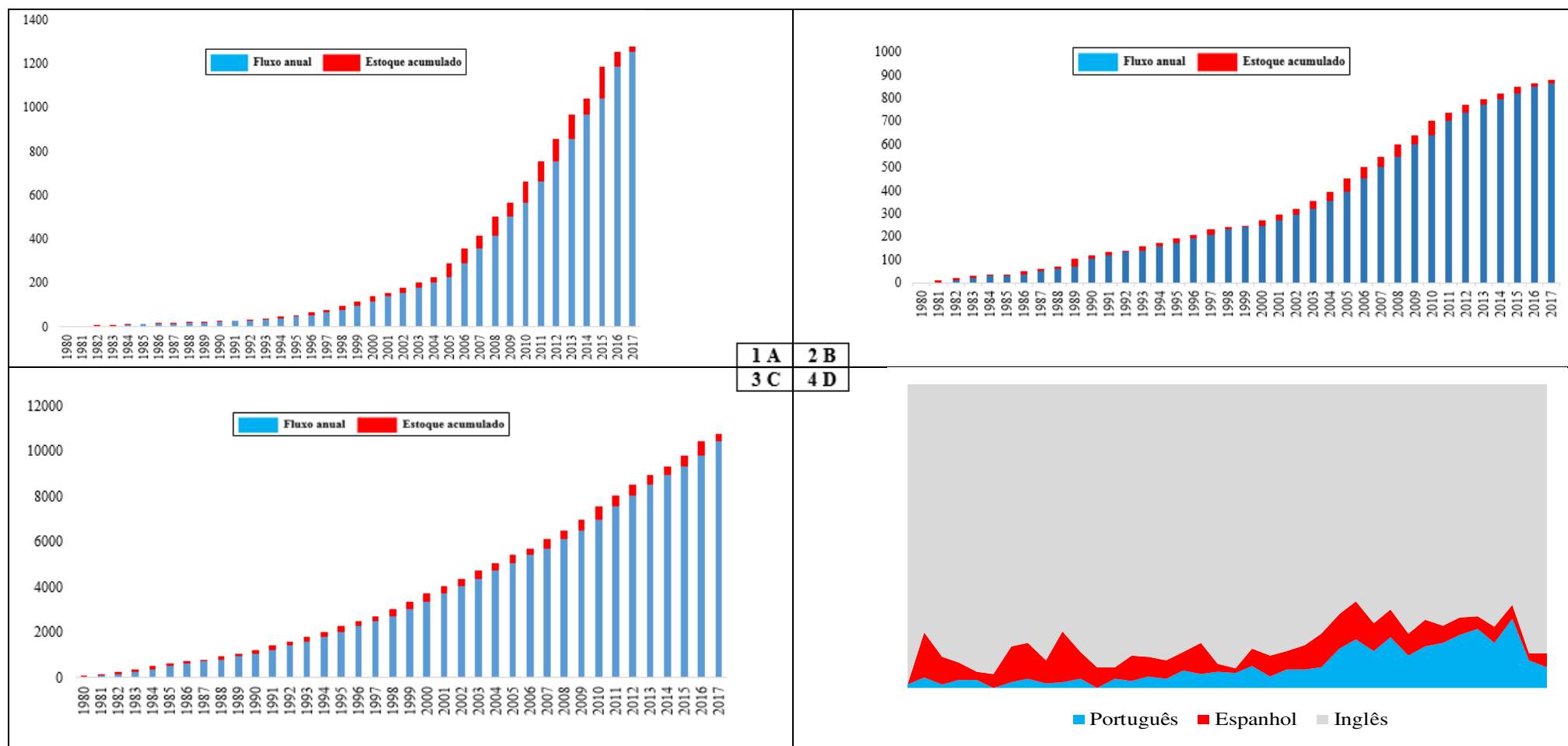
Sendo assim, a figura 6 1A refere-se ao tema Geografia Política no idioma português, o que corresponde 9,90 % (1.277) das obras encontradas durante o processo bibliométrico, em que se apresentam de maneira contínua, rarefeitas e com baixo número de citações ao longo do recorte temporal.

A figura 6 2B se refere ao tema Geografia Política no idioma espanhol, correspondendo 6,80 % (879) das obras encontradas durante o processo bibliométrico, possuindo baixo nível de produções e números reduzidos de citações, ainda que apresente uma constância ao longo dos anos, com ascendência a partir do ano de 2004.

A figura 6 3C se relaciona ao tema Geografia Política na língua inglesa, correspondendo 83,30 % (10.739) das obras encontradas durante o processo bibliométrico, representando de majoritária, tanto quanto aos números de produções e de citações ao longo da pesquisa.

A figura 6 4D apresenta o ciclo de vida das produções, com observância para a significativa ascendência nas produções de autores da língua inglesa, pois, apresenta-se com elevadas produções e com alto referenciamento de citações ao longo do recorte temporal, ainda que, em certos momentos, ocorra picos redutivos de publicações ao longo do recorte temporal

Figura 6 - Evolução do ciclo de produção do tema Geografia Política nos idiomas português, espanhol e inglês



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Quanto aos demais idiomas, apresentam-se semelhanças, apesar de as produções em língua portuguesa serem expressivas em detrimento às da língua espanhola, com aparente inflexões em dados momentos e inclinação ascendente a partir da terceira parte do recorte temporal, com suave queda a partir de 2010.

7.1.1.3 Ciclo de vida das produções de Geopolítica

O ciclo de vida das produções do conceito de Geopolítica apresenta evolução sistemática e estratificada referente ao recorte temporal de 1980 a 2017, de forma cumulativa e de acordo com a ordem crescente e bianual. Neste recorte, considera-se como referência as produções encontradas durante o levantamento bibliométrico nos idiomas português, inglês e espanhol, o que correspondeu a 20.154 produções sobre o conceito de Geopolítica, independente do seu formato, área de conhecimento e gênero dos autores ao longo da pesquisa (Figura 7).

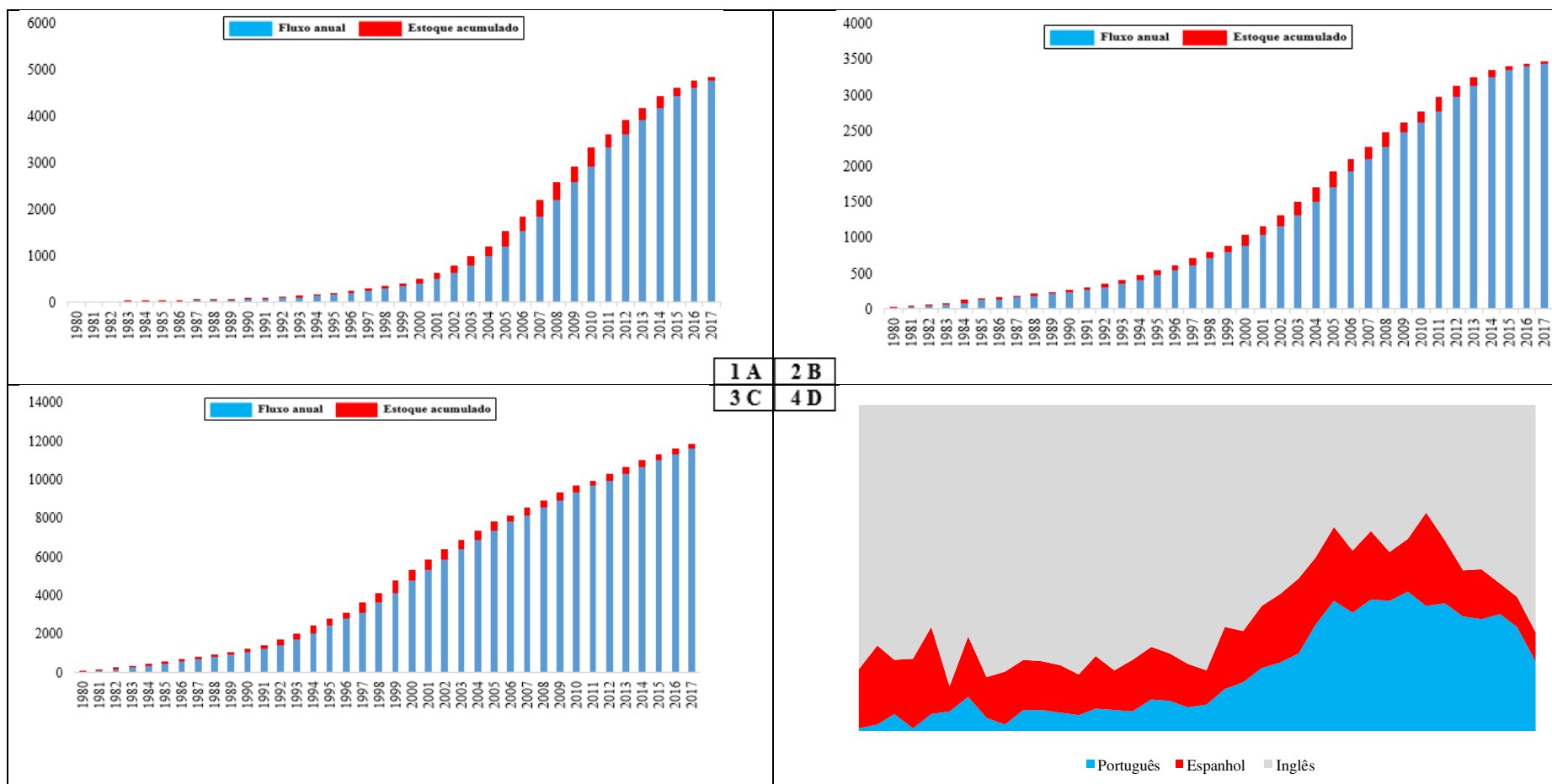
Sendo assim, a figura 7 1A se refere ao conceito de Geopolítica em português, equivalendo 24 % (4.849) das obras identificadas durante o processo bibliométrico, em que se observa, entre as décadas de 1980 e 1990, baixíssimas e rarefeitas produções, com relativa ascendência a partir das décadas de 2000 e 2010, com suave queda desde então quanto aos números de citações e de produções científicas.

A figura 7 2B diz respeito ao conceito de Geopolítica em espanhol, correspondendo a 17,30 % (3 473) das obras encontradas durante o processo bibliométrico, com apontamento para certa regularidade quanto aos números de produções e de citações, com oscilações entre as produções, principalmente nas duas primeiras décadas de 1980-1990, e de forma lenta nas décadas seguintes, além possuir redução quanto aos números de produções e de citações dos autores.

A figura 7 3C se relaciona ao conceito de Geopolítica no idioma inglês, correspondendo a 58,70% (11.832) das obras encontradas durante o processo bibliométrico. Aqui, apresentam-se as produções que possuem elevados números quanto às citações e às produções científicas, principalmente a partir da década de 1990. No entanto, observa-se pequena queda, mesmo ainda se mantendo com elevadas produções e citações a partir da década de 2000, porém mantendo o alto nível de referenciamento nas obras.

A figura 7 4D se refere as séries de tempo de área, em que se mostram como as partes representadas de um todo contribuem e mudam com o total cumulativo ao longo do tempo agregado, distinguindo as produções das terminologias nos três idiomas referentes ao recorte temporal proposto. Assim, se apresenta com significativa expansão quanto às produções de autores da língua inglesa de forma dilatada em detrimento aos demais idiomas, ainda que em dados momentos exista ocorrência de picos de arrefecimento longo ao do recorte.

Figura 7 - Evolução do ciclo de produção do tema Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês



Fonte: Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

No que tange aos idiomas português e espanhol, ambos se assemelham apesar de que as produções do primeiro sejam expressivas em relação ao segundo, considerando apresentarem-se com inflexões em dados momentos e inclinação ascendente a partir da terceira parte do recorte temporal e suave inclinação a partir da década de 2010.

7.1.1.4 Séries de produções Geografia Política em detrimento a Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês

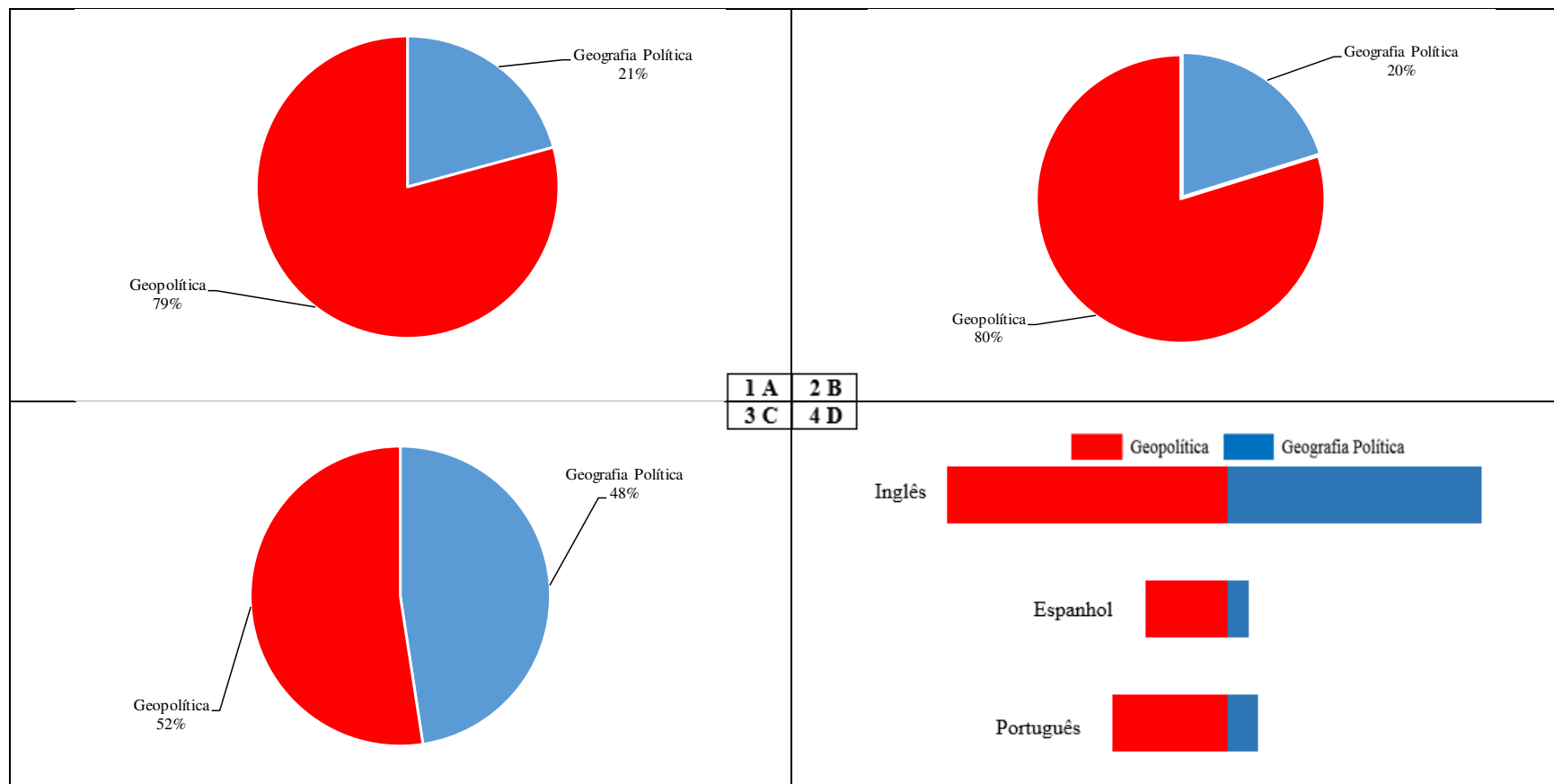
Nesta seção se pretende fazer apontamentos sobre as séries das produções dos conceitos de Geografia Política em detrimento aos conceitos de Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês, mediante uma metodologia que envolveu levantamento bibliométrico, catalogação, categorização e análise das contribuições disponíveis na plataforma *Google Scholar*, que ora foram selecionadas durante a investigação da pesquisa. Deste modo, na figura 8 1A, 2B, 3C e 4D estão dispostos comparativos sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica com a finalidade de apresentação qualitativa das produções ao longo do recorte temporal de 1980 a 2017.

Na figura 8 1A e 2B se apresentam os levantamentos das produções com as utilizações dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no português e espanhol, observando-se certa simetria quanto à quantidade de produções e de citações. A figura 8 1A se refere aos conceitos de Geografia Política e Geopolítica no português, apontando de modo majoritário para o conceito de Geopolítica com 79 % (1.277 e 4.873, respectivamente), enquanto a figura 8 2B se relaciona às produções no espanhol, com 80 % (879 e 3.473, respectivamente) das obras produzidas, independentemente dos formatos e dos gêneros dos autores.

Na figura 5 3C se apresenta certa simetria com relação a ambos os conceitos, com 52 % e 48 % para Geografia Política e de Geopolítica no inglês, com 10.739 e 11.832 produções, respectivamente. Além de apresentarem simetria quanto às quantidades de produções assemelham-se também ao longo do tempo quanto ao ranqueamento nas citações.

A figura 8 4D concerne à amostragem dos conceitos no inglês, espanhol e português, com apresentação de visão global com identificação majoritária do conceito de Geopolítica nas três línguas, com relativa simetria no idioma com o conceito de Geografia Política em inglês e discrepância assimétrica para os demais (espanhol e português).

Figura 8 - Evolução do ciclo de produções dos temas Geografia Política e Geopolítica nos idiomas em português, espanhol e inglês



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

7.1.1.5 Revisão sistemática das 100 produções mais ranqueadas na plataforma Google Scholar

No decorrer do levantamento bibliométrico sobre o uso dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica evidenciou-se que ambos os conceitos possuem grandes distinções entre si, quanto ao ranqueamento e à quantidade de produções produzidas. Entretanto, as produções de conhecimento nestas áreas específicas denotam sensíveis e rugosas distinções entre elas contribuindo, de certa maneira, com a utilização dos conceitos de maneira ambígua pelos autores

Por esta particularidade, optou-se por fazer as junções das produções entre ambos os conceitos a fim de realizar análises destes campos científicos, a partir de quatro etapas: análise das cem produções com maior ranqueamento; marcos de periodização das produções; evolução do ciclo de vidas das produções, findando com análise do estado da arte com as dez produções mais ranqueadas entre as junções dos conceitos.

Sendo assim, esta seção terá intuito de fazer análises quali-quantitativas e apontamentos sobre os perfis dos pesquisadores relacionados quanto: ao gênero dos autores; áreas de conhecimentos específicos; formato das publicações de suas obras; periodização das obras entre as 100 mais ranqueadas; nacionalidades dos autores; escolas de formação dos autores; tipos de obra quanto suas publicações e o uso das terminologias em suas respectivas obras.

Dentre as 33.073 produções identificadas durante o levantamento bibliométrico, como forma de amostragem se utilizou as 100 produções mais ranqueadas a fim de caracterizar alguns aspectos analíticos de ambos os paradigmas quali-quantitativos sobre as produções dos autores, independentemente do formato e do período de suas publicações, uma vez que se buscam as mais ranqueadas entre todas as obras pré-estabelecidas junto à plataforma *Google Scholar*.

Portanto, optou-se por efetuar as análises em momentos distintos, primeiramente, realizando-se uma análise geral das 100 produções mais ranqueadas e, posteriormente, procedendo-se à análise dos autores das áreas de conhecimento em Geografia, independentemente do formato da publicação.

Na figura 9 estão dispostos gráficos com aspectos quali-quantitativo e perfis dos pesquisadores e suas respectivas obras nos quais apontam para uma pluralidade em diversas áreas do conhecimento, permitindo um engendramento difuso quanto à utilização dos conceitos sobre Geografia Política e de Geopolítica em língua portuguesa, quanto: ao gênero dos autores; áreas de conhecimentos; tipo de publicação de suas obras; periodização das obras dentre as 100

mais ranqueadas; nacionalidades dos autores; escolas de formação dos autores; tipos de obra quanto a sua publicação e o uso das terminologias em suas obras.

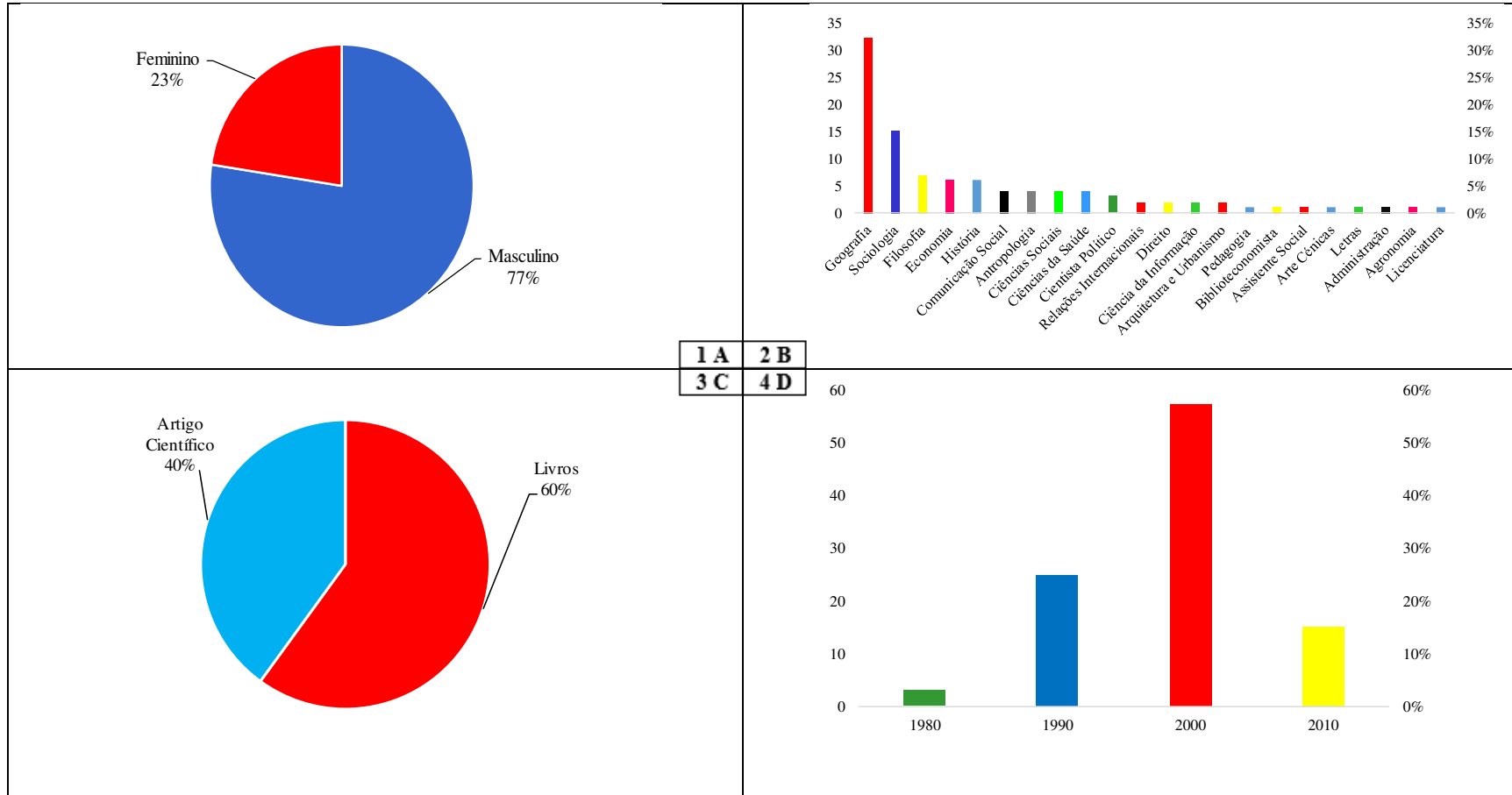
Com relação ao fator gênero (Figura 9 1A), que possui característica analítica com a finalidade de verificação da existência de sensatez ou discrepância entre as produções identificadas durante a revisão integrativa das mais ranqueadas referente ao estado da arte, aponta-se como vertente minoritária o gênero feminino, com 28 autoras, em contraposição aos 71 autores do sexo masculino (salienta-se que existem obras com mais de um autor, desta forma as somas dos gêneros ultrapassam as 100 produções).

A figura 9 2B faz referência às diversas áreas de conhecimento dos autores que discutem em suas áreas de formação a utilização dos conceitos Geografia Política e de Geopolítica, sendo identificadas 22 áreas de conhecimento distintas e de diversas escolas de formações e de nacionalidades, com destaque para as áreas de Geografia e Sociologia, seguida por Comunicação Social, Ciências Sociais, Ciências Políticas, dentre outras.

Na figura 9 3C estão dispostos os tipos de formatações dos textos acadêmicos, fundamentalmente nos formatos de livros e artigos com diversas fontes de informação da base de dados *Google Scholar*, apresentando relativa assimetria quanto ao formato de publicação das obras referentes às amostragens, sendo identificadas publicações nos modelos de 60 livros e 40 artigos científicos.

Na figura 9 4D apresenta-se a construção de marcos de periodização das publicações referentes as 100 obras mais ranqueadas referente ao recorte temporal de 1980 a 2017, em que se observa desconexões entre os números de produções, principalmente se levarmos em consideração a década de 2000, cujo o número de produções é relativamente maior que os anos de 1980 e 2010, apresentando, com isso, inflexão entre as décadas.

Figura 9 - Aspectos quali-quantitativo e perfis dos pesquisadores e referente à suas obras



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Quanto à relação entre as nacionalidades dos autores, a figura 10 1A evidencia de modo majoritário aqueles cujas produções são de autores nativos, com 60 produções, em detrimento aos de nacionalidade estrangeira, com 40 produções, entre os formatos de livros e artigos dentre as diversas áreas de formações dos autores.

A figura 10 2B se refere ao emprego dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nas publicações dos autores dentro do recorte das 100 mais ranqueadas em suas obras, independentemente do formato (livros, artigos científicos, dentre outros) quando da identificação no levantamento bibliométrico. Desta forma, observou-se que predominou a utilização do conceito de Geopolítica, seguido pelo de Geografia Política, e por fim, a utilização de ambos nas mesmas obras, com 75; 17 e 8 produções, respectivamente.

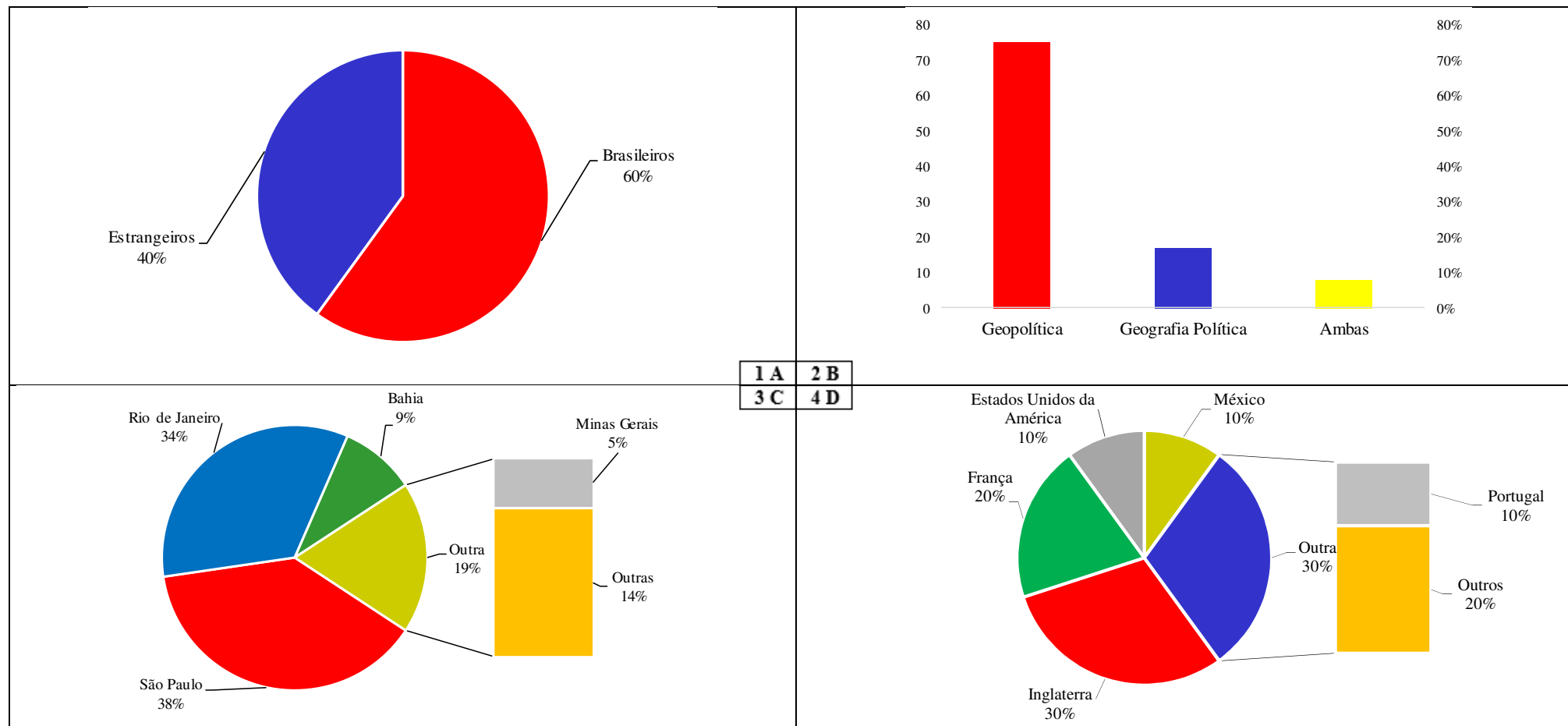
A figuras 10 3C e 4D fazem referências às escolas de formação dos autores de nacionalidades brasileira e estrangeira, sendo que a figura 7 3C diz respeito a nacionalidade nativa⁷ de autores cujos conceitos, estando dentro da perspectiva da Geografia Política e de Geopolítica, advêm da integração de agendas de investigações efetiva em diversas partes do Brasil, mas com ampla concentração entre o eixo Rio-São Paulo (estados do Rio de Janeiro e de São Paulo), seguido dos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Brasília (Distrito Federal).

A figura 10 4D se reporta às escolas de formação dos autores de nacionalidades estrangeiras, observando-se que maior parte é oriunda da Inglaterra (nove autores), seguido por autores da França (seis autores), Estados Unidos da América, Portugal e México (três autores cada), Chile e Argentina (dois autores), Porto Rico, Venezuela e Equador (um autor cada).

De maneira geral, percebe-se haver certa carência da literatura brasileira sobre produção de conhecimento sobre os conceitos em foco, independente de correntes estrangeiras, principalmente quando se leva em consideração as sete primeiras obras entre as 100 mais ranqueadas sendo de autores de nacionalidade estrangeira.

⁷ Segundo Houassis e Villar (2001, p. 1998), que constitui a origem de algo; que nasceu especificamente (em determinado lugar) natural.

Figura 10 - Aspectos quali-quantitativo e perfis dos pesquisadores referente à suas obras



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Com relação à recorrência de autores entre as 100 obras mais ranqueadas da Ciência Geográfica, foram identificados 17 autores que possuem ao menos uma obra neste recorte, das quais 84,21 % são de nacionalidade brasileira e 15,79 % de nacionalidade estrangeira. No primeiro caso, um exemplo é o autor Carlos Walter Porto-Gonçalves, geógrafo de formação, possui seis obras, mesmo que possuindo como tema secundário em suas discussões os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica (Quadro 4).

Quadro 4 - Frequência de publicações na área de conhecimento em Geografia

Ordem	Autor (a)	Frequência					
		1	2	3	4	5	6
1	ANDRADE, N. C.	■					
2	BOISIER, S.	■					
3	CAVALCANTI, L. S.	■					
4	COSTA, W. M.	■					
5	LIMONAD, E.	■					
6	RAFFESTIN, C.	■					
7	MOREIRA, J. C.	■					
8	HARVEY, D.	■					
9	MOREIRA, R.	■					
10	BARCELLOS, C. C.	■					
11	PEREIRA, M. P. B.	■					
12	RIBEIRO, W. C.	■					
13	ROSS, J. L. S.	■					
14	SANTOS, M.	■	■				
15	CLAVAL, P.	■	■				
16	VESENTINI, J. W.	■	■	■			
17	MORAES, A. C. R.	■	■	■	■		
18	BECKER, B. K.	■	■	■	■		
19	GONÇALVES, C. W. P.	■	■	■	■	■	■

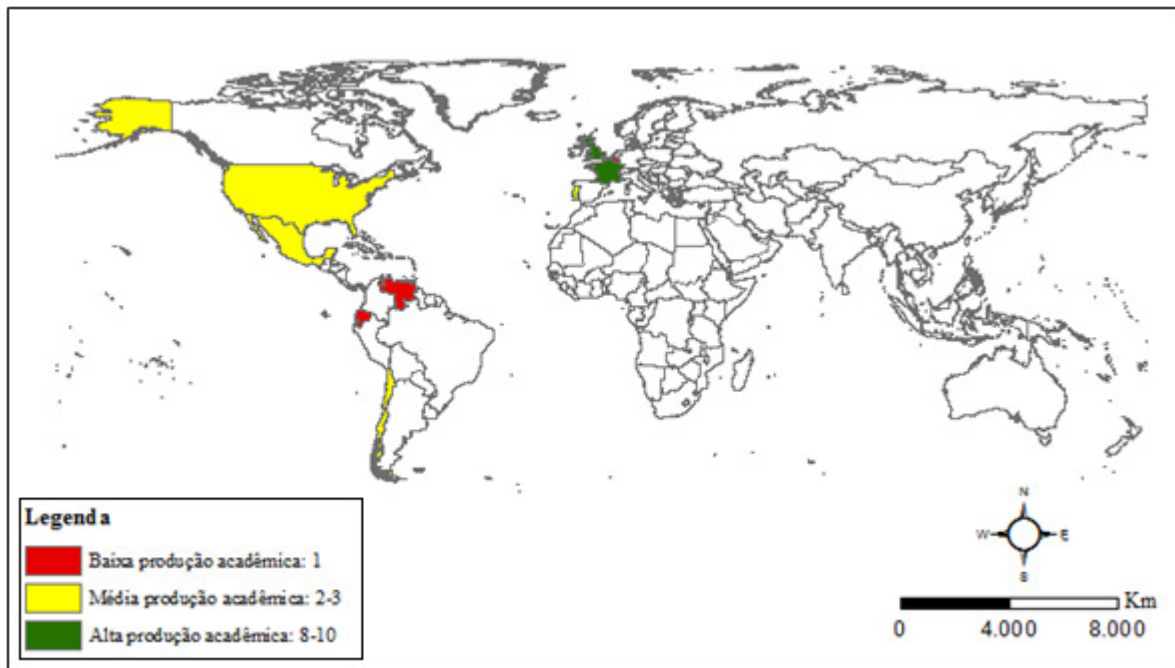
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados *Google Scholar* (2018).

Conforme apresentado no quadro 4, dentre os 19 autores que possuem duas ou mais obras publicadas referentes a este recorte, somente Bertha Becker (4), Vesentini (3) e Harvey (1) fazem uso dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica como tema primário em suas obras, seguidos pelos demais autores, que utilizam os conceitos em questão de maneira secundária em suas obras.

7.1.1.6 Núcleo de produções acadêmicas nacionais e internacionais entre as 100 mais ranqueadas

Durante o levantamento bibliométrico foram identificados pesquisadores de 11 nacionalidades diferentes que produzem trabalhos acadêmicos voltados para os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, independentemente do formato, gênero e periodização. Na figura 11 encontram-se espacializados os núcleos de produções acadêmicas das 100 produções mais ranqueadas, com aparente difusão entre autorias das produções acadêmicas e concentração para o idioma de língua hispânica, ainda que possuam baixo nível quanto ao ranqueamento e números de produções em detrimento aos da língua francesa e britânica.

Figura 11 - Núcleos de produções acadêmicas de nacionalidade estrangeiras



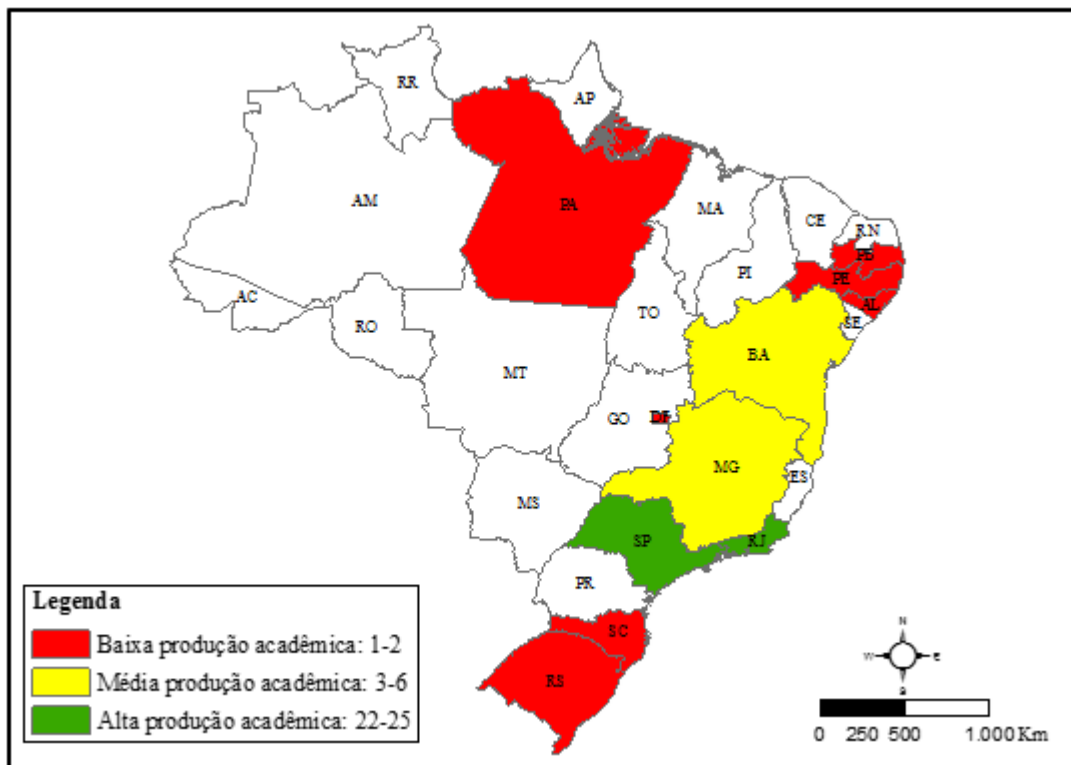
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Assim, demonstrou-se a pluralidade de nacionalidade estrangeira dos autores de diferentes países, com concentração principalmente de países da América Latina (com 63,63 % das produções publicadas, o que inclui Brasil, México, Porto Rico, Argentina, Venezuela, Equador e Chile), além dos Estados Unidos da América e países do continente europeu como França, Inglaterra e Bélgica.

Em relação à distribuição geoespacial dos núcleos de produções no Brasil, no mapa 2 estão espacializadas as escolas de formações dos autores, com destaque para a Região Sudeste, uma vez que se encontram concentrados maior participação percentual nos estados entre o eixo

Rio-São Paulo, pois detém 75,80 % das produções nacionais, seguidos pelas regiões Nordeste, com 14,61 % (estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Alagoas); Sudeste, com 4,83 % (Minas Gerais), e regiões Centro-Oeste (Brasília, Distrito Federal), Sul e Norte (Pará) com 1,62 %.

Mapa 2 - Núcleos de produções acadêmicas de nacionalidade brasileira



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Sendo assim, o estado da arte sugere a ideia de uma monocultura institucional do conhecimento muito fundamentada nos ciclos de produções no Brasil, estando concentrada entre os eixos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, aonde se observa mais da metade das produções nacionais, o que indica, provavelmente, que boa parte da produção sendo de outros países ou de mestres de algumas escolas e acabam reproduzindo recorrentes no âmbito da Geografia, bem como existindo certa influência externa, principalmente francesa e de certa maneira, aponta para uma carência da literatura brasileira em produção autônoma independentemente de correntes estrangeiras.

Neste sentido, identifica-se as produções sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica referente ao recorte temporal entre 1980 a 2017, encontram-se concentradas em distintas escolas do mundo, principalmente em parte da Europa Ocidental representada pelos países França e Inglaterra, com aparente pluralidade em escolas de formações dos autores.

No meio científico, a expressão Geografia Política existe há séculos e teria sido cunhada pelo alemão *Friedrich Ratzel* (1844-1904) em sua obra *Politische Geographie* (1897), estando consolidada como subárea da Geografia embora ainda não existindo consenso sobre sua origem. Segundo Vensetini (2010), esta subárea da ciência geográfica ainda não possui estudo rigoroso e aprofundando sobre sua história, com ressalva à *Claude Raffestin*, que o fez de maneira parcial e basicamente reproduzindo seus estudos ao longo do tempo.

O termo Geopolítica surge por meio do sueco *Rudolf Kjellén* (1864-1922), baseado na obra *Politische Geographie*, de Friedrich Ratzel, ao expressar suas concepções sobre as relações entre o Estado e o território, com destaque para as obras *As Grandes Potências* (1905) e *O Estado como Forma de Vida* (1916). Assim, para *Kjellén*, a Geopolítica incide num ramo independente da Ciência Política, e, portanto, distinguindo-se da Geografia Política (MOURÃO; ARCASSA, 2011).

Estudos clássicos que envolvam os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica começam pela própria origem das palavras, embora haja divergências quanto ao momento exato das suas utilizações pela primeira vez. Independentemente das incertezas quanto a isto, a presente pesquisa aponta através do estado da arte a existência de uma pluralidade quanto a áreas de conhecimentos e de suas escolas de formação, além das utilizações de tais conceitos em suas obras, que ora vem sendo empregadas de forma indiscriminada.

No campo internacional, o estado da arte aponta para um núcleo de produções científicas centradas num eixo entre duas escolas de formações, principalmente entre a francesa e inglesa (Universidade de Paris e Universidade Cambridge/Manchester, respectivamente), que juntas somam 32,25 % de todas as produções no recorte, além das escolas estadunidense (Universidade de New York/Yale), mexicana (Universidade do México-DF) e portuguesa (Universidade de Lisboa).

No campo nacional, de igual forma, o estado da arte indica para o núcleo de produções científicas centradas em um eixo formado por duas escolas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo estas as Universidades Federal do Rio de Janeiro/ Fluminense e Universidade São Paulo / Universidade de Campinas, respectivamente, seguidas pela Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Minas Gerais, dentre outras.

7.1.2 Marcos de periodização dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no idioma português

Caracterizar a evolução de produções científicas é o desígnio da revisão sistemática durante a realizações das análises por meio de gráficos referenciados com duplo filtros, tanto

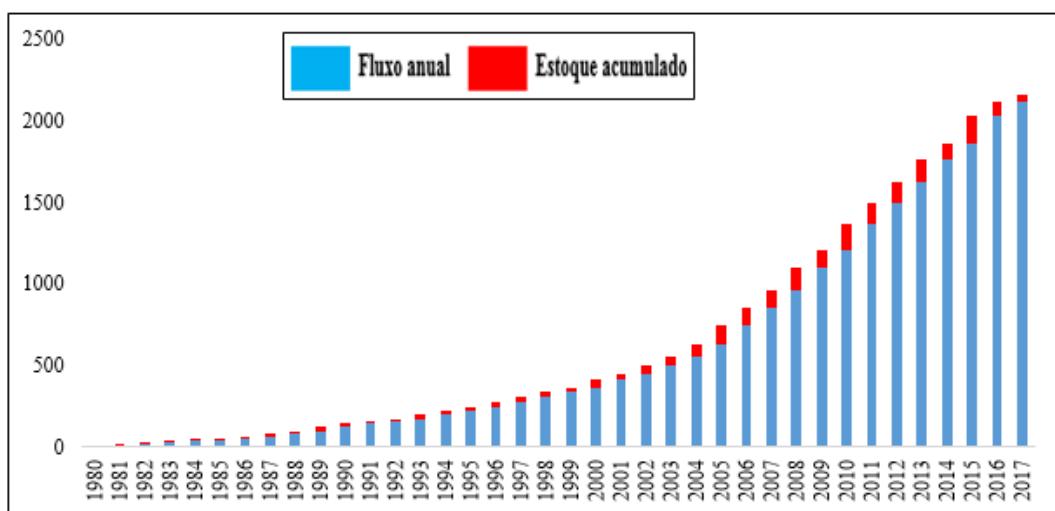
no recorte do objeto com a utilização e combinação das palavras-chave “Geografia Política” e “Geopolítica”, quanto no recorte de periodização das fases de ciclo evolutivo das respectivas fases.

É sabido que toda e qualquer produção do conhecimento caracteriza-se por meio de um projeto numa edificação ao longo do tempo, pois se trata de algo a ser idealizado, que retrata uma concepção que se renova ao longo do tempo, a fim de atender as indagações e inquietações que refletirá em fenômenos históricos afetando diretamente na sociedade.

Neste sentido, observa-se que ao longo do tempo são expressivas as produções que versam sobre o uso dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica (idioma português) no meio acadêmico e/ou não acadêmico, em razão de diferentes influências de forças verticais e horizontais em cada um dos momentos que compõem a periodização de sua construção.

Para tanto, as produções sobre ambos os temas possuem grandes distinções quando se refere tanto ao ranqueamento quanto a quantidade de produções produzidas, ainda que exista rotineiramente o uso ambíguo das terminologias em sua maioria. Desta maneira, foram realizadas as junções das produções com ambos os temas a fim de realizar análises das evoluções dos ciclos de vidas das referidas obras (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Acumulação dos temas Geografia Política e de Geopolítica no idioma português referente ao período de 1980 a 2017



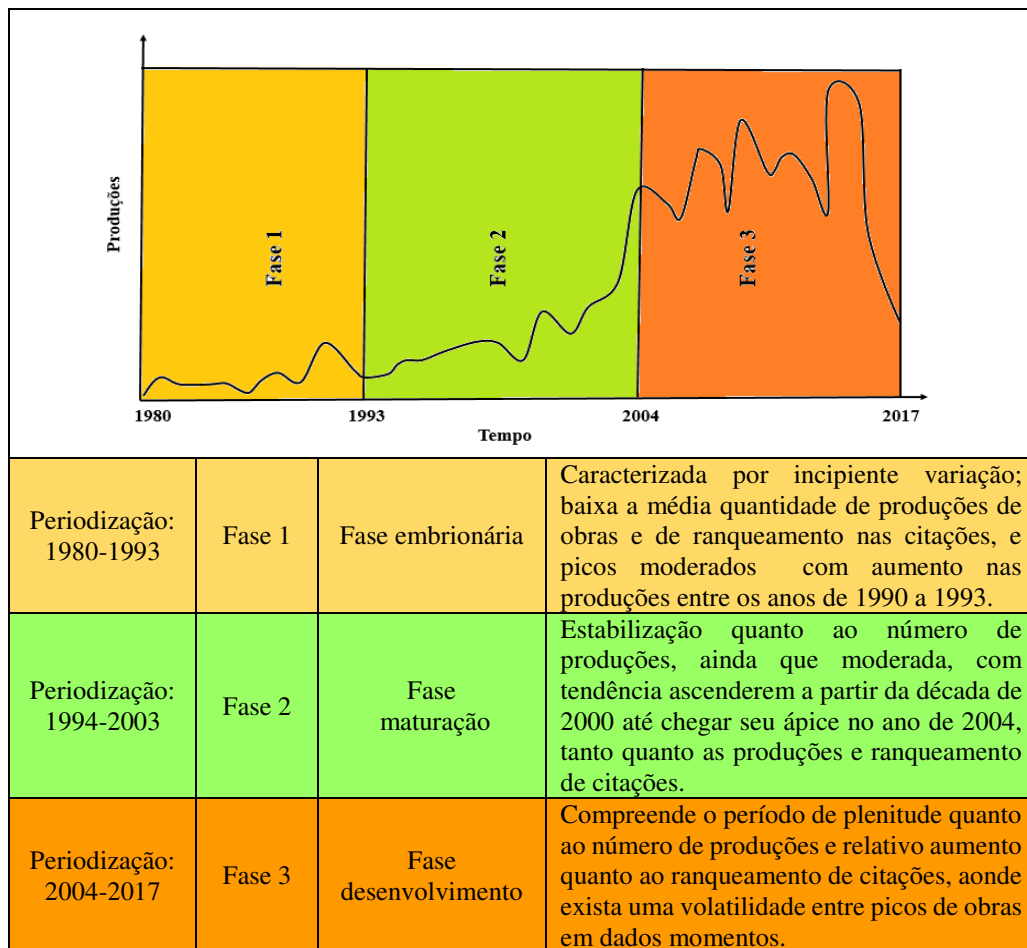
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Em função das análises gráficas evolutivas serem desenvolvidas para caracterização sistemática referente às pesquisas dos conceitos em questão, sugere-se o entendimento de três fases distintas ao longo do recorte temporal, com identificação de uma primeira fase

embrionária de estruturação das primeiras discussões científicas, compreendida entre o período de 1980 a 1993.

A segunda fase de maturação corresponde a um estágio de relativa e moderada estabilização e ascendência a partir da década de 2000, até chegar ao seu ápice no ano de 2004, quanto às discussões científicas; e, por fim, a terceira fase, considera como vértice definida pela plenitude quanto ao número de produções científicas e relativo aumento quanto ao ranqueamento de citações, compreendendo-se entre o período de 2005 a 2017, com apontamento para relativa assimetria entre os ciclos (Figura 12).

Figura 12 -Periodização do ciclo de vida das produções dos temas Geografia Política e de Geopolítica referente ao período de 1980 a 2017



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Dessa maneira, os ciclos de vidas das produções referentes ao recorte temporal de 1980 a 2017, bem como a evolução de sua construção está caracterizada quanto à estrutura, forma e conteúdo, por meio de três marcos de periodização que resultam em padrões específicos com picos baixos/elevados e ascendência quanto aos números de produções e ranqueamento em cada

período. Sendo assim, houve a necessidade de se fazer segmentação das fases 1, 2 e 3, com a seleção das dez obras mais ranqueadas junto a plataforma *Google Scholar*, independentemente do ano e do tipo de obras e de sua publicação: livros, capítulos de livros, artigos científicos, dentre outras, nas respectivas periodizações (quadros 5-7).

A primeira fase (Quadro 5), periodização de 1980-1993, caracteriza-se por produções de autores de nacionalidades brasileira e estrangeira, sendo majoritariamente de nativos, com sete produções, e por três pesquisadores de nacionalidade estrangeira. As produções de escolas nacionais fazem parte principalmente do eixo entre os estados do Rio de Janeiro-São Paulo, com seis autores, e uma do estado do Rio Grande do Sul, enquanto os de nacionalidades estrangeiras são um francês, estadunidense e alemão (com formação no México), com uma produção cada.

Assim, observou-se do uso majoritário da não utilização uso de ambos os conceitos Geografia Política e de Geopolítica pelos autores em suas obras, uma vez que não são discutidos de maneira clara, sendo expostos de forma diluída ao longo de suas obras, com exceção de Becker (1990) e Costa (1992) que fazem distinção clara entre os dois conceitos, uma vez que utilizam ambos os conceitos como eixo principal em suas obras. Para mais, são identificadas obras com relativa simetria quanto ao seu tipo, sendo seis livros e quatro artigos científicos.

Quanto aos números de citações das respectivas obras, possuem relativo ranqueamento e elementar potencial crítico, com tendência ascendente no decorrer da fase, tendo como menor ranqueamento na obra com 152 (STAVENHAGEN, 1984), e com maior ranqueamento a obra com 1149 (VIRILIO, 1993), com média anual 408,4 citações na periodização.

A pluralidade de áreas de conhecimento dos autores e suas respectivas formações que transitam por uma diversidade de ciências, ocorrem de forma diluída em quatro áreas de conhecimento em Geografia (40 %, BECKER, 1990; COSTA, 1992; VESENTINI, 1987 e MOREIRA, 1982); três em Sociologia (30%, SANTOS, 1985; LUZ, 1991 e STAVENHAGE, 1984); duas em Comunicação Social e uma em Filosofia (20 % e 10%, PARENTE, 1993; CAPARELLI, 1986 e VIRILIO, 1993, respectivamente) com apontamento para relativa falta de unidade no entendimento disciplinar nas discussões dos temas, além de possuírem majoritariamente oito autores homens, em contraposição a duas mulheres.

Quadro 5 - Fase 1 - Geografia Política e de Geopolítica (período: 1980 a1993)

Pesquisador	Publicação	Ano	Citação
VIRILIO, P.	O espaço crítico. São Paulo: Editora 34.	1993	1149
PARENTE, A.	Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual. São Paulo: Editora 34.	1993	617
BECKER, B. K.	A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca.ibge.	1990	586
COSTA, W. M.	Geografia política e geopolítica. Rio de Janeiro: Editora Edusp.	1992	424
SANTOS, L. A. C.	O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Revista de Ciências Sociais , Rio de Janeiro, vol.28, n.2.	1985	298
CAPARELLI, S.	Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Editora Somus.	1986	291
LUZ, M. T.	Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "Transição Democrática": anos 80. Revista de Saúde Coletiva , vol. I, n. 77-96.	1991	222
VESENTINI, J. W.	A capital da geopolítica. São Paulo: Editora Ática.	1987	174
MOREIRA, R.	Geografia: teoria e crítica o saber posto em questão. In: MOREIRA, R. (Org.). A geografia serve para desvendar máscaras sociais. Petrópolis: Vozes.	1982	171
STAVENHAGEN, R.	Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.	1984	152

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

A segunda fase (quadro 6), periodização de 1994-2003, de igual maneira a fase anterior, possui assimetria em relação a certos aspectos, principalmente quanto as nacionalidades dos autores, sendo sete brasileiros e três estrangeiros (britânicos, Cambridge), além de relativa simetria quanto ao gênero, sendo seis homens masculino e quatro mulheres.

Em referência à utilização de ambos os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica pelos autores em suas respectivas obras nesta fase, foi observado o emprego ambíguo e difuso durante as discussões, aonde se observa que todos os autores têm como eixo secundário em suas pesquisas na utilização dos conceitos ora mencionados.

Quanto ao tipo de publicação das obras, estas se caracterizam por relativa assimetria entre si, com oito livros e dois artigos científicos, e, quanto à origem das escolas de formação dos autores, possuem dispersão entre os estados de: São Paulo; duas em Minas Gerais; uma na Bahia; uma no Rio de Janeiro, e três em Cambridge (Inglaterra).

Não obstante, ainda que esta periodização possua maior número de autores de nacionalidade nativa, observa-se que os dois primeiros, aqueles que possuem maiores números de citações, são de nacionalidade estrangeira (britânicos), com 38,35 % das citações (6.664), o

que sugere carência da literatura brasileira na produção de conhecimento sobre trabalhos que envolvam os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica.

Quadro 6 - Fase 2 – Geografia Política e de Geopolítica (período: 1994 a 2003)

Pesquisador	Publicação	Ano	Citação
GIDDENS, A.	Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR.	2002	4521
HAMEL, G.; PRAHALAD, C. K.	Competindo pelo futuro. - Rio de Janeiro: Editora Campus.	1995	2173
SANTOS, M.	Por uma outra globalização. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Recrod.	2000	1318
FIGUEIREDO, L. V.	Curso de direito administrativo. São Paulo, Editora Malheiros.	1995	1223
GIDDENS, A.	Mundo em descontrole. Rio de Janeiro: Editora Record.	2003	1191
CHAUÍ, M. S.	Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP.	2001	1149
MORAES, A. C. R.	Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Editora Annablume.	2003	1027
CAVALCANTI, L. S.	Geografia, escola e construção de conhecimentos. São Paulo: Editora Papirus.	1998	785
OLIVEIRA, J. P.	Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Maná. vol. 4/1.	1998	783
CAVALCANTI, L. S.	Geografia, escola e construção de conhecimentos. São Paulo: Editora Papirus.	1998	775
MORAES, A. C. R.	Território e história no Brasil. São Paulo: Editora Annablume.	2002	535
POCOCK, J. G. A.	Linguagens do Ideário Político. São Paulo: Editora EduUSP.	2003	534
TARAPANOFF, K.; GREGOLIN, J. A. R.	Inteligência organizacional e competitiva. Ciência da Informação, Brasília, vol. 31, n. 3, set./dez..	2002	514
ROSS, J. L. S.	Geografia do Brasil. São Paulo: Editora EdUSP.	1996	460
BASTOS, C. R.	Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Editora Saraiva.	1999	420

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Diferentemente da fase anterior, esta possui significativo número quanto ao ranqueamento referente aos números de citações em suas obras, pois possui elevado potencial crítico e, de maneira crescente, com tendência expansiva no decorrer da fase. Também apresenta com menor ranqueamento a obra com 420 citações (BASTOS, 1999), e com maior ranqueamento a obra com 4.421 citações (GIDDENS, 2002), com média anual de 1489,8 citações na periodização.

Além disso, há evidente pluralidade entre os campos de estudos dos autores que transitam em diversas áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, em que se observa diversidade de nas discussões acerca dos temas, em que há 40 % dos autores com formação na

área do conhecimento em Geografia (SANTOS, 2000; MORAES, 2003 e CAVALCANTI, 1998); 20 % na área do conhecimento sociológico (GIDDENS, 2002); 10 % na área do conhecimento da Filosofia, Direito, Antropologia e Gestão Estratégica (CHAUÍ, 2001; FIGUEIREDO, 1995; OLIVEIRA, 1998 e HAMEL; PRAHALD, 1995, respectivamente).

Por fim, a terceira fase (Quadro 7), sendo a única a apresentar simetria em relação as nacionalidades dos autores, com 50% entre os autores. Em referência aos de nacionalidade estrangeira, observa-se sendo: dois franceses, um britânico (duas obras) e um belga, com uma obra (*RAFFESTIN*, 2013; *HARVEY*, 2004; 2005 e *PERROT*, 2017, respectivamente), com destaque para as quatro primeiras obras, que juntas possuem 10.747 citações.

Ainda que os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica sejam utilizadas ambigualmente pela maioria dos autores em suas obras, de acordo com o estudo do estado da arte, observa-se que sete entre as dez produções sendo utilizadas como eixo secundário em suas obras, com ressalva para as obras de *Harvey*, (2004; 2005) e *Becker*, 2005 que utilizam como eixo principal os usos das terminologias Geografia Política e de Geopolítica.

Percebe-se ainda nesta fase o uso majoritário de nove obras em formato de livros e uma publicação em formato de artigo científico (*BECKER*, 2005), além de multiplicidade quanto à origem das publicações nacionais (com destaque as do eixo Rio-Paulo, correspondendo a maioria) e estrangeiras (duas francesas, duas inglesas e uma belga). Ao referimos sobre o gênero dos autores, apresenta-se relativa assimetria com seis autores homens e quatro mulheres.

Essa fase traz consigo elevado número quanto ao ranqueamento nas produções dos autores, com destaque para o autor francês *Raffestin* (2013), com 4.510 das 15.931 citações, além de pluralidade nas discussões das obras e alto nível crítico no decorrer da fase, valendo-se de menor ranqueamento obra com 542 citações (*MORAES*, 2002), com média anual de 1.593,1 na periodização.

Quadro 7 - Fase 3 – Geografia Política e de Geopolítica (período: 2004 a 2017)

Pesquisador	Publicação	Ano	Citação
RAFFESTIN, C.	Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.	2013	4510
HARVEY, D.	Novo imperialismo. São Paulo: Editora Loyola.	2004	2497
HARVEY, D.	Produção Capitalista Do Espaço São Paulo: Editora Annablume.	2005	2099
PERROT, M.	Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.	2017	1641
MATTELART, A.; MATTELART, M.	História das teorias da comunicação. São Paulo: Editora Loyola.	2011	1447
SANTOS, M.	Pensando o espaço do homem. São Paulo: Editora EdUSP. 2	2004	1341
CASSAR, V. B.	Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Editora Método.	2011	664
BARBOSA, M.	História cultural da imprensa Brasil-1900-2000. Rio de Janeiro: Editora Mauad X.	2000	626
BECKER, B. K.	Geopolítica da Amazônia. Estudados avançados. São Paulo. vol. 19, n. 53, jan./Abr..	2005	564
MORAES, A. C. R.	Território e história no Brasil. São Paulo: Editora Annablume.	2002	542

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

A fase apresenta grande diversidade entre os campos de estudos das áreas de conhecimento dos autores, uma vez que nas produções surgem uma variedade interdisciplinar de temas apontados em suas obras, e certa indefinição sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica. Neste sentido, contém obras de seis autores com formação na área do conhecimento de Geografia equivalendo 60 %; 10 % em História; 10 % Sociologia; 10 % Comunicação Social e 10 % na área do Direito.

7.1.2.1 Núcleo ontológico do estado da arte das 10 produções mais ranqueadas

Com o objetivo de caracterizar o núcleo ontológico sobre as pesquisas científicas referentes aos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, buscando atingir o maior grau de objetividade possível, a presente pesquisa utilizou o procedimento de revisão integrativa, que, segundo Senhoras e Magalhães (2018), permitirá fazer levantamento de temas centrais nestes campos científicos, tomando como referência as produções científicas que possuem maior influência devido aos seus indicadores quantitativos de natureza bibliométrica.

A caracterização ontológica ou dos elementos essenciais do campo científico de estudos sobre os conceitos de geografia Política e de Geopolítica é edificada por meio do processo de revisão integrativa à medida que ele se fundamenta, primeiro, na identificação, e

segundo, na integração do estado da arte na literatura científica por meio de um processo de dupla “filtragem que utiliza um critério quantitativo inclusivo dos textos mais citados pela literatura e um critério qualitativo exclusivo dos textos que se desviam do assunto” (SENHORAS; MAGALHÃES, 2018, p. 56).

Sendo assim, num primeiro momento foi realizado o corte no universo de 33.073 produções científicas por meio da seleção das 100 mais ranqueadas perante a comunidade científica e com plena adequação ao assunto da investigação. Em seguida foi realizado a segmentação com uma nova filtragem quali-quantitativa resultando na seleção de apenas 10 produções chave sobre os conceitos de Geografia Política e de geopolítica mais ranqueada junto a plataforma *Google Scholar* referente ao recorte temporal de 1980-2017, de acordo com o estado da arte (Quadro 8).

Quadro 8 - Publicações chave sobre Geografia Política e de Geopolítica no idioma português referente a periodização de 1980-2017

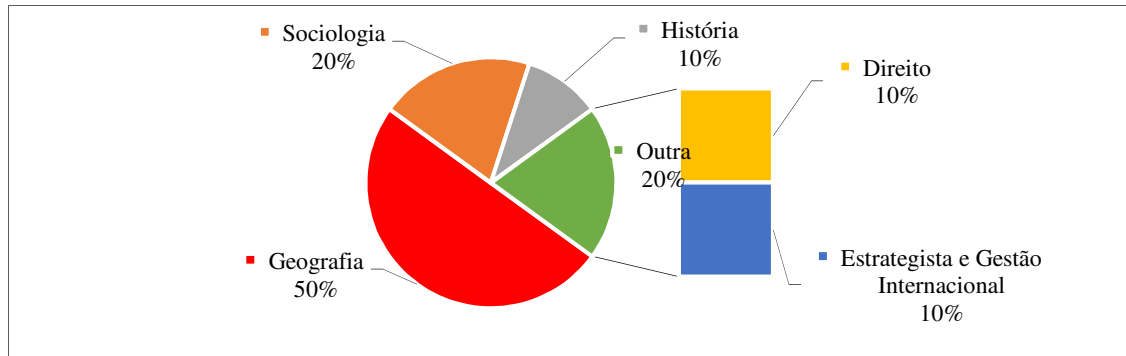
Pesquisador	Publicação	Ano	Obra	Citação
RAFFESTIN, C.	Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.	2013	livro	4510
GIDDENS, A.	Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR.	2002	livro	4483
HARVEY, D.	Novo imperialismo. São Paulo: Editora Loyola.	2004	livro	2497
HAMEL, G.; PRAHALAD, C. K.	Competindo pelo futuro. Rio de Janeiro: Editora Campus.	1995	livro	2173
HARVEY, D.	Produção Capitalista do Espaço São Paulo: Editora Annablume.	2005	livro	2099
PERROT, M.	Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.	2017	livro	1641
MATTELART, A.	História das teorias da comunicação. São Paulo: Editora Loyola,.	2011	livro	1447
SANTOS, M.	Pensando o espaço do homem. São Paulo: Editora EdUSP.	2004	livro	1341
SANTOS, M.	Por uma outra globalização. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Recrod.	2000	livro	1318
GIDDENS, A.	Mundo em descontrole. Rio de Janeiro: Editora Record.	2007	livro	1200

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

O estado da arte aponta para uma composição das áreas de conhecimento dos pesquisadores, com a observância de forma majoritária para as áreas dentro da Geografia, com 50 % das produções, seguida por 20 % de Sociologia e 10 % para as demais áreas,

respectivamente, de Direito, História e Estrategista e Gestão Internacional (Figura 13), com destaque para a existência de oito autores de nacionalidade estrangeira e duas brasileiras.

Figura 13 - Distribuição de área do conhecimento dos autores citados



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

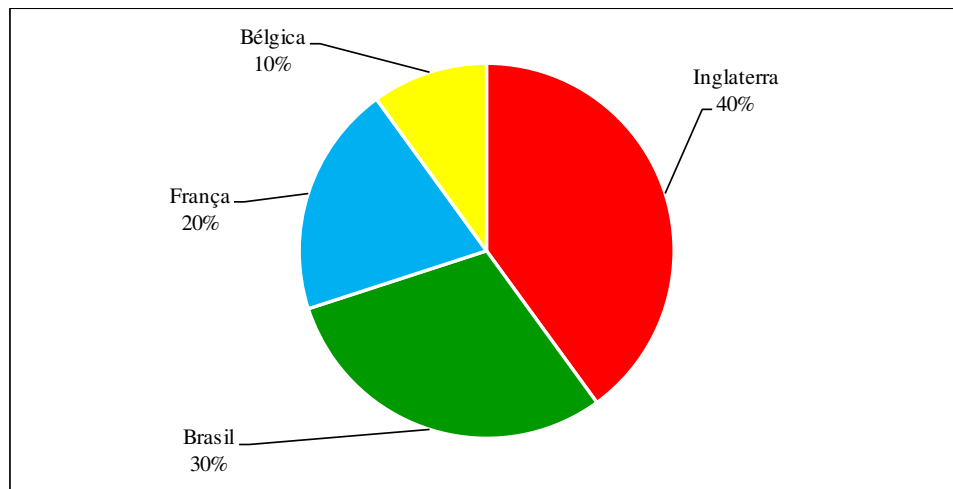
A edificação epistêmica das análises sobre os conceitos em questão está fundamentada numa recente e relativa constituição de um núcleo ontológico de textos escritos majoritariamente por autores estrangeiros com auto referenciamento em suas obras, refletindo assim em uma agenda ainda que no idioma em português ou estrangeira de pluralidade de temas nas produções identificadas pelo estado da arte, uma vez que sete das dez obras são de autores estrangeiros com alto nível de ranqueamento.

Cabe ressaltar que somente Milton Santos possui nacionalidade brasileira, sendo ele considerado autor clássico da área do conhecimento da Geografia e grande epistemólogo da Ciência Geográfica, com identificação de duas obras suas pelo estado da arte, ainda que o uso dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica surja de forma diluída de maneira secundária, não sendo, portanto, o eixo principal de suas discussões.

A pesquisa do estado da arte demonstrou que as dez obras apresentam relativa periodização, ou seja, consideram-se produções de caráter contemporâneo haja vista estarem compreendidas entre as décadas de 1990 a 2010, como também aponta quanto à predominância do gênero dos autores, sendo oito obras publicadas por homens e duas por mulheres.

Além de caracterizar-se pela maioria de obras escritas por estrangeiros, observa-se existir diversidades quanto às escolas de formação dos autores, destacando-se as de nacionalidade britânica, com formação em Cambridge, com quatro obras, seguida por escolas brasileiras da Bahia e São Paulo, em que os autores possuem forte influência da escola francesa, com duas obras, e uma obra pertencente à escola belga (Figura 14).

Figura 14 - Escolas de formação dos autores do estado da arte



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

De forma semelhante, evidencia-se ao longo das periodizações que, de modo majoritário, os autores utilizam-se dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica de forma ambígua, não os discutindo de maneira clara, ao mesmo tempo em que são expostos de forma diluída e indiscriminadamente ao longo das discussões de suas obras. Nesse sentido, oito autores fazem uso de ambas as terminologias em suas obras, com exceção de Milton Santos, que utiliza somente o conceito de Geografia Política, mesmo sendo como eixo secundário em suas produções

Embora a maioria faça uso dos dois conceitos em suas obras, a pesquisa aponta que entre as dez obras, sete possuem discussões como eixo secundário, ou seja, os autores utilizam de forma confusa e diluída, tendo como ressalva as obras de *Raffestin* (2013) e Harvey (2004; 2005), que discutem ambos os conceitos em suas obras.

Por se tratar das dez produções com maiores números de citações independente do ano e formato das obras, o ranqueamento do estado da arte dessa fase apresenta elevados níveis de citações dos autores a partir do *Raffestin* (2013), com 4.510 citações, à *Giddens* (2007), com 1.200 citações, alcançando 22.709 citações.

No entanto, pelo fato do estado da arte apresentar somente 50 % das produções entre as dez mais ranqueados da área de conhecimento em Geografia, optou-se em criar dois critérios de corte com o propósito de selecionar os dez textos mais ranqueados que represente o estado da arte de somente da área de conhecimento em Geografia.

7.1.2.2 Núcleo ontológico de pesquisadores dos 15 mais ranqueados da Ciência Geográfica

Em virtude de o estado da arte apontar para uma simetria entre as áreas do conhecimento em Geografia e uma pluralidade de outras áreas de conhecimento dos autores, optou-se por adotar dois critérios como forma de análise das produções escritas por profissionais da área da Geografia e suas subáreas, cujo uso seja primário e secundário em relação aos conceitos de Geografia Política, Geopolítica e/ou de ambos nas obras.

O primeiro critério são as 15 produções mais citadas de acordo com o *ranking* junto à plataforma *Google Scholar*, independente do formato, ano e do eixo, principal e/ou secundário nas discussões de suas respectivas obras, e, como segundo critério, as 15 produções mais citadas, independentemente do formato e do ano, mas sendo aquelas que possuem como eixo principal de suas discussões os conceitos de Geografia Política, Geopolítica e/ou ambas em suas obras.

Deste modo, para o primeiro critério foram identificados sete entre as 15 produções sendo de autores de nacionalidade brasileira e três de nacionalidade estrangeira, sendo um francês e um britânico (duas obras). No entanto, observa-se que as duas primeiras obras são de autores de nacionalidade estrangeira e com alto nível de citações em suas obras, tendo como eixo principal em suas discussões os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica (Quadro 9).

No decorrer da pesquisa foram identificadas produções majoritariamente do gênero masculino em detrimento ao feminino, o que se repete neste recorte, sendo nove homens e uma mulher (Becker com três produções). Com relação ao formato das obras e os eixos de pesquisas dos autores, foram identificados 12 no formato de livros e três no formato de artigos científicos.

Quanto aos eixos das pesquisas, observa-se que existe relativa simetria entre os autores que discutem em suas obras os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, sendo 40 % para aqueles possuem como eixo primário, e 60 % para aqueles com discussão secundária em suas obras.

Quadro 9 - Núcleo ontológico do estado da arte da Geografia das quinze mais ranqueadas

Pesquisador	Obra	Formato	Ano	Citações
RAFFESTIN, C.	Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.	Livro	2013	4510
HARVEY, D.	Novo imperialismo. São Paulo: Editora Loyola.	Livro	2004	2497
HARVEY, D.	Produção Capitalista do Espaço São Paulo: Editora Annablume.	Livro	2005	2099
SANTOS, M.	Por uma outra globalização. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Recrod.	Livro	2000	1318
MORAES, A. C. R.	Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Editora Annablume.	Livro	2003	1027
BECKER, B. K.	A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca.ibge , a. 36, n. 2.	Livro	1990	586
BECKER, B. K.	Geopolítica da Amazônia. Estudados avançados. São Paulo: vol. 19, n. 53, jan./abr..	Artigo	2005	564
MORAES, A. C. R.	Território e história no brasil. São Paulo: Editora Annablume.	Livro	2002	542
GONÇALVES, C. W. P.	Amazônia, Amazônias. São Paulo: Editora Contexto.	Livro	2012	469
VESENTINI, J. W.	A capital da geopolítica. São Paulo: Editora Ática.	Livro	1987	174
MORAES, A. C. R.	Ideologias geográficas. Editora Annablume.	Livro	2005	452
COSTA, W. M.	Geografia política e geopolítica. Rio de Janeiro: Editora EdUSP.	Livro	1992	424
CLAVAL, P.	O território na transição pós-modernidade. GEOgraphia . vol. 1, n. 2.	Artigo	1999	233
BECKER, K. B.	Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias estratégicas: Brasília, vol. 6, n. 12.	Artigo	2010	233
RIBEIRO, W. C.	Geografia política da água. São Paulo: Editora Annablume.	Livro	2008	211

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Com relação à recorrência de autores entre as 15 obras mais ranqueadas no primeiro corte, encontram-se dois autores brasileiros (Bertha Koiffmann Becker e Antônio Carlos Robert Moraes) com três obras cada, um autor estrangeiro com duas obras (David Harvey, britânico); um autor brasileiro com duas obras (José William Vesentini), e os demais autores com uma obra cada (Milton Santos, Carlos Walter Porto Gonçalves, Wanderley Messias da Costa, *Paul Claval*, Wagner da Costa Ribeiro e *Claude Raffestin*).

No caso do segundo critério, foram selecionadas aquelas de 10 produções mais citadas, independente do formato e do ano, mas que possuem como eixo principal em suas discussões os conceitos de Geografia Política, Geopolítica e/ou ambos. Deste modo, observa-se assimetria quanto ao número de produções de autores de nacionalidade brasileira em detrimento aos estrangeiros, sendo 60 % de brasileiros e 40 % de estrangeiros (Quadro 10).

Quadro 10 – Produções de eixo primário conceitos de Geografia Política, Geopolítica e/ou ambos

Pesquisador	Obra	Formato	Ano	Citações
RAFFESTIN, C.	Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.	Livro	2013	4510
HARVEY, D.	Novo imperialismo (O). São Paulo: Editora Loyola.	Livro	2004	2497
HARVEY, D.	Produção Capitalista Do Espaço São Paulo: Editora Annablume.	Livro	2005	2099
BECKER, B. K.	A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca.ibge, a. 36, n. 2.	Livro	1990	586
BECKER, B. K.	“Geopolítica da Amazônia”. Estudados avançados. São Paulo. vol. 19, n. 53.	Artigo	2005	564
COSTA, W. M.	Geografia política e geopolítica. Rio de Janeiro: Editora EdUSP.	Livro	1992	424
CLAVAL, P.	“O território na transição pós-modernidade”. GEOgraphia. vol. 1, n. 2.	Artigo	1999	233
BECKER, B. K.	Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias estratégicas: Brasília, vol. 6, n. 12.	Artigo	2010	233
VESENTINI, J. W.	O ensino de Geografia no século XXI. São Paulo: Editora Papirus.	Livro	2004	184
BECKER, K. B.	Políticas e planejamento do turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo. vol. 1, n.1.	Artigo	2001	182

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

De igual forma ao recorte anterior, no segundo recorte também se encontram com maioria o gênero masculino, com seis produções, em detrimento ao feminino, com quatro produções. Neste último caso, observou-se que as quatro produções, todas distintas, são de autoria da mesma autora, Bertha Koiffmann Becker, de nacionalidade brasileira, que faz uso literal de ambos os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica.

Quando se leva em consideração a frequência de autoria nesse recorte, ainda que o gênero feminino seja inferior ao masculino, observa-se que Becker, com 40% das produções, seguida por Harvey (inglês), com 20%, juntas somam 60 % das obras, em relação aos demais autores que possuem somente uma obra (Quadro 11).

Quadro 11 - Frequência de autores da área de conhecimento em Geografia com discussões no eixo principal de Geografia Política e de Geopolítica

Autor	Frequência de publicação			
	1	2	3	4
<i>Claude Raffestin</i>	1	0	0	0
Wanderley Messias da Costa	1	0	0	0
<i>Paul Claval</i>	1	0	0	0
José Willian Vesentini	1	0	0	0
David Harvey	1	1	0	0
Bertha Koiffmann Becker	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Quanto às escolas de formação dos autores, observa-se que no Brasil é possível afirmar que a Região Sudeste se destaca pela concentração dado a maior participação percentual nos estados entre o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com quatro e duas produções, respectivamente, sendo as únicas escolas na presente seleção de nacionalidade brasileira com 60 % das obras.

Em relação às escolas de nacionalidade estrangeira, foram identificadas 40 % para os núcleos de produções francesa e inglesa, com duas obras para cada, apresentando formato de suas produções em livros em livros (seis produções) e artigos científicos (quatro produções).

Não obstante, as análises dos 15 textos mais citados na junção das três fases temporais marcam uma diversidade de subtemas responsáveis pela dinâmica dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no idioma português, nomeando-se aqui de eixos temáticos, por se tratarem dos mais recorrentes e constituindo-se como base para discussões sobre os referidos conceitos como tema central, passando a integrar agendas de pesquisas existentes em diversas partes do mundo.

Na oportunidade da confecção da revisão integrativa sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, foram criados seis eixos temáticos (Quadro 12), que ora apresentam uma diversidade estabelecida pelas produções científicas pertencentes ao estado da arte conformada por agenda híbrida de áreas de conhecimento, o que permitiu sintetizar resultados identificando percentuais de tendências existentes nos textos analisados, sendo amplamente repartidos por seus pares.

Sendo assim, realizou-se a construção do quadro síntese da revisão integrativa por meio de uma dupla filtragem com critério inclusivo de caráter bibliométrico (textos mais citados identificados no estado da arte), quanto um critério exclusivo ou de corte qualitativo (textos de autores da área da Ciência Geográfica, independentemente do eixo primário e/ou secundários nas discussões de suas obras).

Quadro 12 - Categorias temáticas do estado da arte sobre os conceitos e Geografia Política e de Geopolítica

NÚCLEO ONTOLÓGICO	%	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]
DISCURSO																
- Racionalistas	63,6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Reflexivistas	36,4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
NATUREZA CIENTÍFICA																
- Descritiva	75	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Normativo e/ou prescritiva	25	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
FOCO DE ESPACIALIZAÇÃO																
- Escala interacional	33,3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Escala nacional	20	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Escala regional	33,3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Território	13,4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
FOCO DE PERIODIZAÇÃO																
- Paradigma crítico	70	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Paradigma eclético	30	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO DE ANÁLISE DE DADOS																
- Hermenêutica geográfica	52,9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Análise geoespacial	35,3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Análise esquemática	11,8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO DE LEVANTAMENTO DE DADOS																
- Estudo de caso	72,7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
- Revisão	27,3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Fonte: Elaboração própria: (GOMES; SENHORAS, 2019). [1] Harvey (2004); [2] Harvey (2005); [3] Santos (2000); [4] Moraes (2003); [5] Becker (1990); [6] Becker (2005); [7] Moraes (2002); [8] Gonçalves (2012); [9] Vesentini (1987); [10] Moraes (2005); [11] Costa (1992); [12] Claval (1999); [13] Becker (2010); [14] Ribeiro (2008); [15] Vesentini (1992). Banco de dados: CNPq.

Desta maneira, foram realizadas intersecções do eixo horizontal de caráter quantitativo, com a disposição dos 15 textos mais citados identificados no estado da arte, com o eixo vertical de caráter qualitativo, com identificação de 15 categorias temáticas de convergência ontológica no campo científico sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica.

Com relação aos eixos temáticos, num primeiro momento, a categoria racionalista, a qual apresenta com ampla maioria textos (63,60 %) com produções de produções com abordagens de natureza mais positivistas com obtenção de resultados objetivos, em detrimento aos textos de natureza reflexionista (36,40 %), com abordagens pós-positivistas que trazem consigo a cisão de paradigmas ora discutidos e novas forma de se pensar o científico.

Num segundo momento, a categoria de natureza científica com indicação majoritária (75 %) para textos de natureza descritiva, e, textos de natureza prescritivo e/ou normativos (25 %) com indicações para normatizações e/ou aqueles que de certa forma possuem padrões a serem explícitos. Num terceiro momento, a categoria de foco de espacialização, com indicação para o tipo de escala que os autores discutem em suas obras, divididas em escala internacional, nacional, escala regional e do tipo território.

A escala internacional (33,30 %) corresponde aquelas obras que possuem discussão num contexto amplo e global, caracterizada pelos autores (a) Harvey (2004/2005), Santos (2000), Moraes (2003) e Ribeiro (2008). Os textos identificados em escala nacional (20 %) constituem aqueles em que o bojo das discussões está centrado em menor escala do que a escala internacional, sendo seus autores Santos (2000), Moraes (2005), Costa (1992) e Vesentini (1992). A escala regional sendo identificadas de forma simetria com a escala internacional (33,30 %): Becker (1990); Becker (2005); Gonçalves (2012); Vesentini (1987) e Becker (2010), e as discussões cujo seu objeto de estudo possui o Território como escala: Moraes (2002) e Claval (1999).

Num quarto momento, a categoria foco de periodização, que tem como identificar os tipos de escolas do pensamento geográfico derivado da sistematização da Geografia do início século XIX, com destaque para correntes do Determinismo Ambiental, o Possibilismo, o Método Regional, a Nova Geografia e a Geografia Crítica (CORREA, 2000).

Dentre os paradigmas das correntes do pensamento geográfico, identifica-se aquele com característica de participação de um processo no qual transpassa por transformação da sociedade, designada por uma Geografia Crítica, ocorrido durante as décadas de 1970 (França) e 1980 (Brasil). Sendo assim, majoritariamente (70 %), dos textos se apresentaram como Geografia Política e de Geopolítica crítica, e, de forma pontual aqueles textos cujas discussões

são apresentadas de forma eclética, ou seja, não sendo fundamentadas em um paradigma definido, com confluência nos discursos (30 %).

Num quinto momento, os procedimentos metodológicos de análises de dados existente nas obras são subdivididos em três aspectos distintos: hermenêutica geográfica (interpretação), análise geoespacial e análise esquemática. De forma majoritária, foram identificados textos com característica hermenêutica geográfica (52,90 %) sendo estes textos cuja subjetividade possui caráter interpretativo.

Os que possuem característica de análise geoespacial (35,30 %) sendo aqueles textos em que se possuem conteúdos analíticos de mapas com combinação de fenômenos geográficos diversos, além de análise esquemática (11,80 %) com os textos que possuem discussões e conteúdos esquemáticos, como nas obras de Becker (1990) e Vesentini (1987).

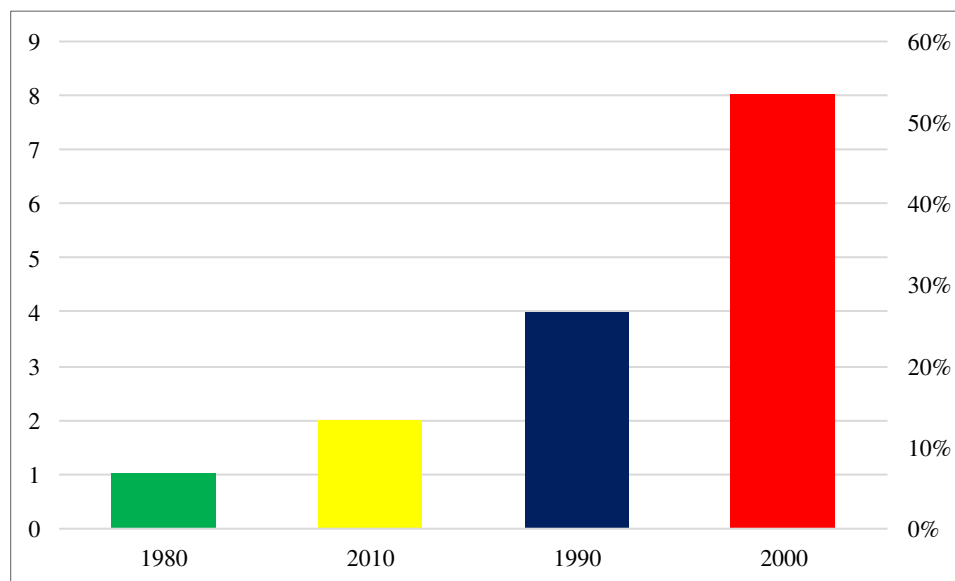
Num sexto momento, os procedimentos metodológicos de levantamentos de dados existentes nas obras são subdivididos em dois aspectos, o de estudo de caso, sendo majoritário (72,70 %), em que foram identificados textos cujo objetivo é fazer análises de fenômenos existentes em dado estudo de caso, e o de revisão de literatura (27,30 %) cuja identificação caracterizou-se por revisão de obra pré-existente, além de fazer suspensão teórica e/ou prática de dado fenômeno.

Desse modo, após o estudo do estado da arte findado no quadro síntese, nota-se que os três primeiros autores sendo estes Harvey (2004; 2005) e Santos (2000) que possuem alto número de citações em suas obras somando mais da metade entre os 15 textos (53,85 %) com repetição de autoria de nacionalidade estrangeira (britânico) e um brasileiro, Milton Santos, ainda que seja um ícone para a Ciência Geográfica, de formação jurídica (Direito), possui discussão em suas obras dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica como eixo secundário.

Dentre as obras consideradas como estado da arte, somente nove textos foram considerados como eixo principal os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nas discussões realizadas pelos autores em suas obras, o que de certo modo sugere um teor eclético e uma complexidade nas discussões sobre os conceitos ora elencados.

Quanto ao formato das publicações, predominantemente encontram-se como livros (80 %) em detrimento ao formato de artigo científico (20 %), com publicações entre as décadas de 1980 a 2010 (Gráfico 3), com destaque para a década de 2000 com oito publicações: Santos (2000), Moraes (2002; 2003; 2005), *Harvery* (2004; 2005), Ribeiro (2008) e Becker (2005).

Gráfico 3 - Periodização das obras publicadas do estudo do estado da arte



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Dentre as publicações no formato de artigo científico, somente a obra de *Paul Claval*⁸ foi publicada em periódico da área da Geografia com artigos originais resultantes de pesquisa empírica nos diferentes campos da Geografia ou áreas afins da Universidade Federal Fluminense (UFF).

As demais publicações estão na revista *Parcerias estratégicas* cujos debates sobre temas de interesse estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, e na revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP).

Com referência as nacionalidades dos autores (a) no quadro síntese, foram identificados somente dois autores estrangeiros, com três obras *Harvery* (2004; 2005) e *Claval* (1999), e os demais de nacionalidade brasileira.

É sabido que a Ciência Geográfica desde sua institucionalização em 1870 persegue sua identidade, objeto e método, e durante todo seu trajeto realizando convergências de escola de pensamento como a tradicional – determinista e possibilista – positivista, crítica, e mais recentemente com o surgimento de certas correntes de pesquisadores cujo entendimento derivam de compreensões mais completas, sistêmicas e/ou holísticas de objetos de estudos, assim, tendo maior abrangência nos resultados de suas pesquisas (LIMBERGER, 2006).

Portanto, a pesquisa aponta para uma Geografia complexa independente de correntes de pensamento acadêmico, construída a partir de diversas leituras possíveis, não se tratando

⁸ CLAVAL, P. "O território na transição pós-modernidade". *GEOgraphia*. vol. 1, n.2, 1999.

apenas do ponto de vista físico ou social, mas plural, no sentido das diversas discussões de distintas áreas do conhecimento ao abordarem os conceitos de Geografia Política e Geopolítica num dinamismo constante e não completo. O pensamento complexo parte dos fenômenos simultaneamente complementares, antagônicos, respeitando as concorrentes diversas que se associam em dialógicas ou polilógicas e, por isso, enfrenta a contradição por vias lógicas (MORIN, 2001).

7.1.3 Caracterização fenomenológica dos campos científicos sobre Geografia Política e de Geopolítica no Brasil

A fenomenologia consiste na descrição de um conjunto de fenômenos que se manifestam por meio do tempo e/ou espaço. Esta dimensão aborda intensas e recorrentes mudanças no cenário internacional que detém alcance sobre diversos e complexos fenômenos, incluído em estudo empírico, razões para investigar o processo de evolutivo dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica como fundamento da ciência e suas práxis (SENHORAS; MAGALHÃES, 2018).

Para tanto, utilizou-se do Diretório de Grupos de Pesquisa, pertencente à Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para extração de dados primários que componham informações de pesquisadores e instituições de pesquisas no Brasil, com o propósito de mapear o perfil dos seus grupos de pesquisas. Como resultados, identificou-se 107 grupos de pesquisas sobre os conceitos de Geografia Política e Geopolítica, sendo 30 e 77, respectivamente, compostos por 2.543 pesquisadores (professores líderes de grupos, estudantes de doutorado, mestrado, especialização, graduação, ensino médio e outros).

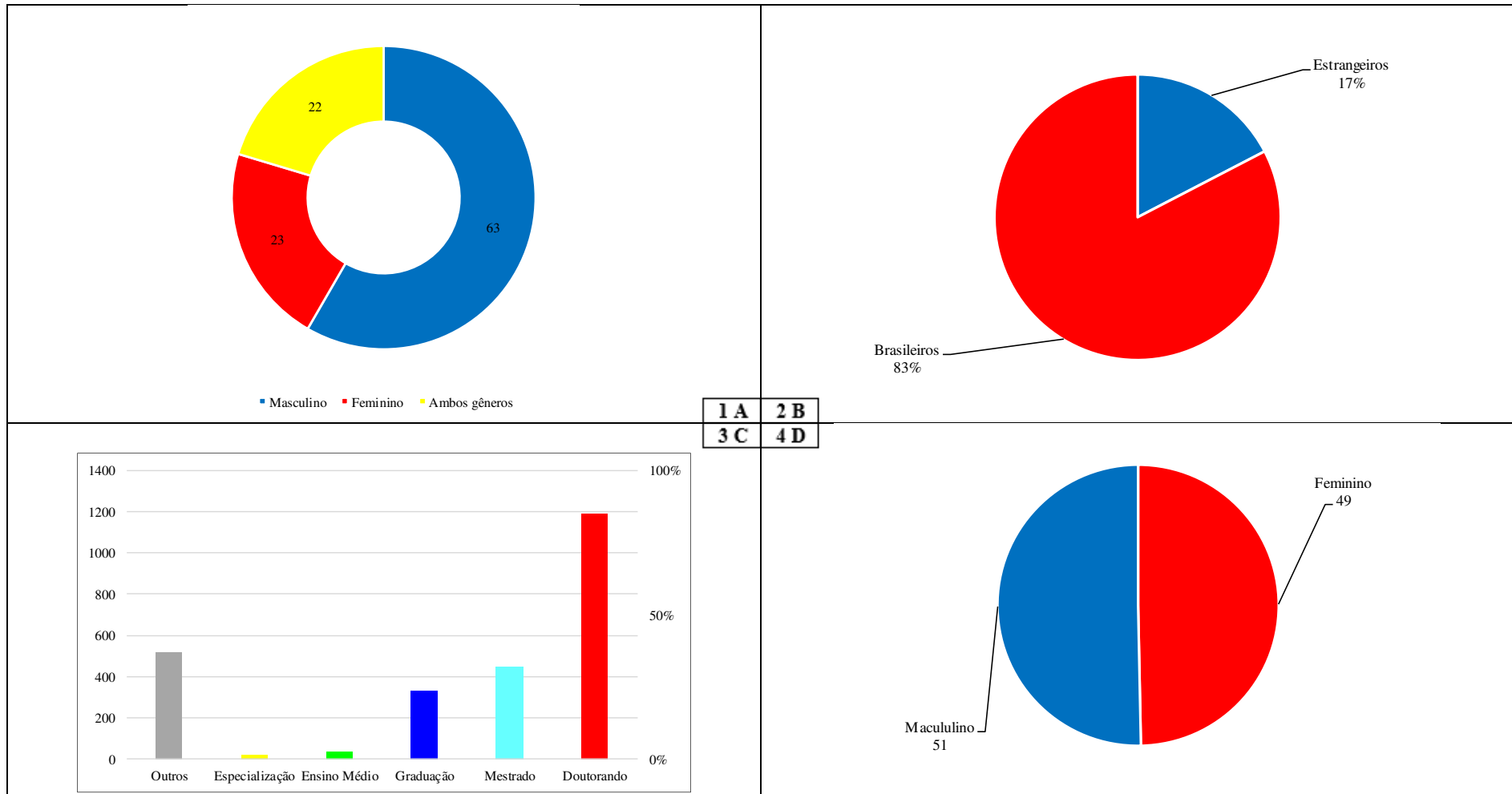
Durante a pesquisa de levantamento, coleta e análises de dados e de informações na referida plataforma, evidenciou-se grande diversidade quantitativa de áreas de conhecimento que discutem os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nas diversas instituições nacionais em níveis federal, estadual, municipal, militar, privada e/ou mista, especializadas em todo o território nacional.

A estruturação dos campos científicos sobre Geografia Política e de Geopolítica no Brasil apresentam uma pluralidade de grupos de pesquisas e de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Durante a pesquisa, o acesso para o levantamento de dados foi obtido por meio da plataforma *lattes* que corroborou diretamente com a tese antes apurada durante o estudo do estado da arte, em que de modo geral os pesquisadores fazem uso ambíguo dos conceitos em questão nas diversas escolas de pensamento nacional e estrangeira.

Em relação à composição dos grupos de pesquisas constituídos por líderes e vice-líderes das comunidades científicas de estudos sobre os conceitos acima mencionados, a pesquisa apontou para um segmento predominantemente masculino (63), equivalendo a 58,30 %; para grupos compostos somente por mulheres (23), equivalendo a 21,20 %; e para uma composição mista (22), correspondendo 20,50 % (Figura 15 1A), indicando uma relativa assimetria nas composições dos grupos formados por pesquisadores professores e/ou estudantes, observando-se a maioria como sendo de brasileiros, com 2.101 pesquisadores, em detrimento à nacionalidade estrangeira, com 442 (Figura 15 2B) .

Do universo de 2.543 pesquisadores constantes dos grupos de pesquisas que foram disponibilizados na plataforma CNPq, 1.190 (4 %) foram identificados como sendo estudantes de doutorado; 444 de mestrado (18 %), 24 de especialização (1 %), 331 de graduação(12 %), 38 do Ensino Médio (1,5 %) e 517 (21 %) tipificados como outros (Figura 15 3C), com relativa disparidade entre os níveis de estudos com: 102 doutorandos, 52 mestrandos, 5 especializações e 154 graduações, além de praticamente ser simétrica a participação dos segmentos masculino e feminino (Figura 15 4D), com 1.280 e 1.263, respectivamente.

Figura 15 - Perfil dos grupos de pesquisas sobre Geografia Política e de Geopolítica



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: CNPq (2019).

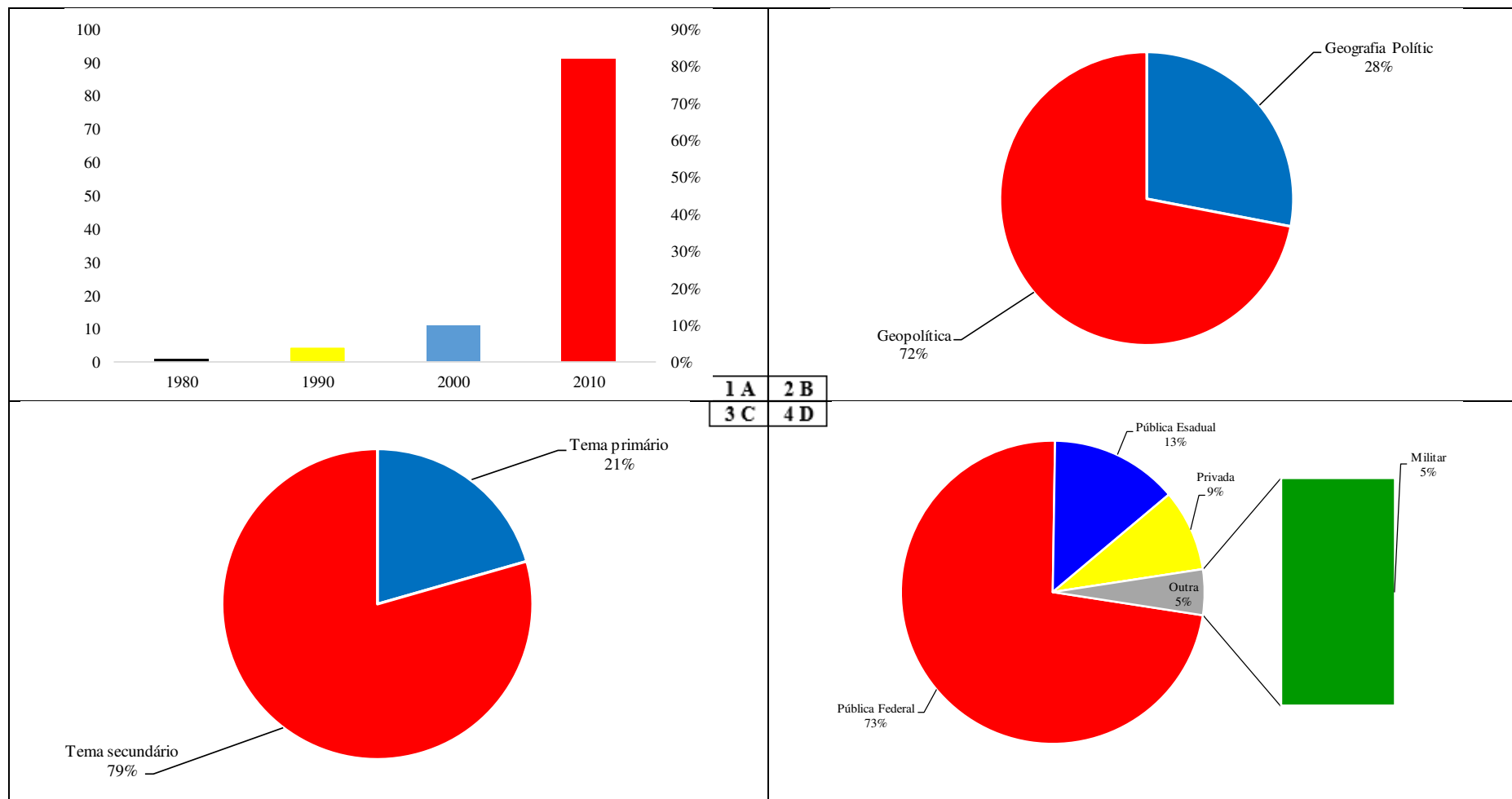
Os grupos de pesquisas sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no Brasil se originaram há 32 anos, de maneira diluída em todo o território nacional, repercutindo na consolidação moderada de um universo qualitativo de pesquisadores, sendo possível identificar o primeiro grupo com data de criação a partir da década de 1980, como também *a posteriori* evolução numérica sobre os conceitos em questão, permitindo identificação de um recorte histórico que se consolida nos campos científicos conformados por uma periodização instituída entre os anos de 1987 a 2018 (Figura 16 1A).

As buscas visaram identificar o perfil quantitativo dos grupos de pesquisas em território nacional que trabalham com os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nas diversas instituições públicas (federal, estadual e/ou municipal), privadas e/ou mista, independente da premissa dos temas nos grupos de pesquisas serem tema primário e/ou secundário. Desta maneira, foram identificados 30 e 77 grupos de pesquisas (Figura 16 2B).

Observou-se que 22 grupos de pesquisas, espacializados nas cinco regiões geográficas do Brasil com Instituições de Ensino Superior (IES), discutem os conceitos de Geografia Política e/ou Geopolítica tendo-os como temas primários em seus núcleos de estudos, em contrapartida aos 85 grupos em que predominam nas discussões como tema secundário e difuso (Figura 16 3C).

Após o mapeamento dos grupos de pesquisas cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq, percebe-se assimetria quanto a especializações das Instituições de Ensino Superior (IES), embora haja distribuição por todo o território nacional, podendo ser pública federal, estadual, municipal, privada e/ou militar, prevalecendo as IES federais, presentes em todo o território nacional (70,10 %), além de apresentarem perfil plural em suas áreas de pesquisas (Figura 16 4D)

Figura 16 - Caracterização dos grupos de pesquisas sobre Geografia Política e de Geopolítica

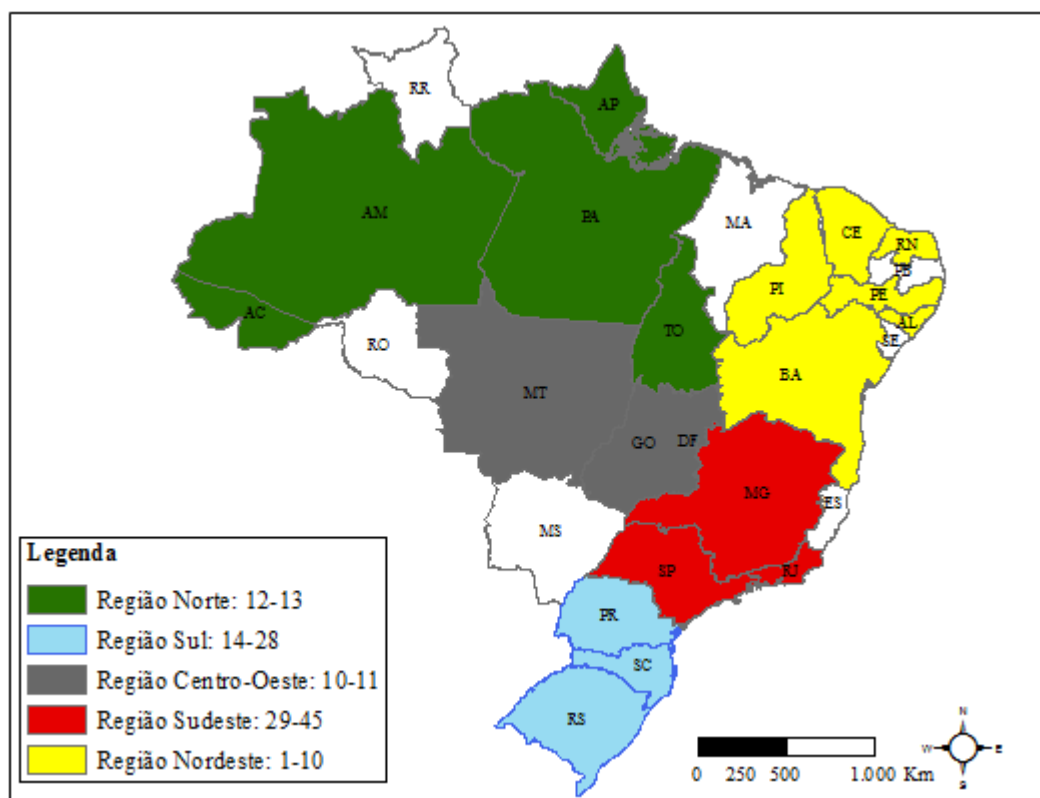


Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: CNPq (2019).

7.1.3.1 Espacialização dos grupos de pesquisas e de Instituições de Ensino Superior

A distribuição socioespacial dos grupos de pesquisas que trabalham direta ou indiretamente com os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica ocorre por quase todo território nacional (Figura 17), mesmo que de forma assimétrica principalmente em relação à dispersão quantitativa por estados o que ocasiona distinções entre si, com concentração nos estados de duas regiões geográficas (Sudeste e Sul), excetuando-se as UF de Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo.

Figura 17 - Distribuição socioespacial dos grupos de pesquisas por região Geográfica



Fonte: Elaboração própria (GOEMES; SENHORAS, 2019).

Dentre as cinco regiões geográficas do Brasil, há notória polarização conformada pela distribuição socioespacial dos grupos de pesquisas, com concentração majoritária na região Sudeste distribuída entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com 23, 16 e 6 grupos de pesquisas, respectivamente (Figura 18 1A), representado ao todo 45 grupos de pesquisas (42,10 %); seguida da região Sul, com 22 grupos de pesquisas (26,60 %), representados por Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com 14, 11 e 3 grupos de pesquisas, respectivamente (Figura 18 2B).

As demais Regiões geográficas apresentam relativa assimetria quanto aos números de grupos de pesquisas os quais possuem dois padrões sequenciais. O primeiro caracterizado pelas Regiões Norte e Nordeste, ambas com elevado números de estados em detrimento das demais regiões (5 e 67 unidades, respectivamente), o que de certa forma corrobora para um substancial aumento dos grupos de pesquisas. E, noutro lado, representada pela Região Centro-Oeste com característica de semelhança quanto aos números de grupos de pesquisas (11) entre seus estados e o Distrito Federal.

A espacialização dos grupos de pesquisas por estados e pelo Distrito Federal se estruturam em quase todo território nacional, o que permitiu observar ampla concentração de forma assimétrica entre os diferentes estados, com destaque para as do Rio de Janeiro/São Paulo (Sudeste) e Paraná/Rio Grande do Sul (Sul), figura 18 3C. Além disto, a pesquisa apontou para uma pluralidade de 23 áreas de conhecimentos (Quadro 13) dos pesquisadores que discutem os conceitos de Geografia Política e Geopolítica nos seus grupos de pesquisas.

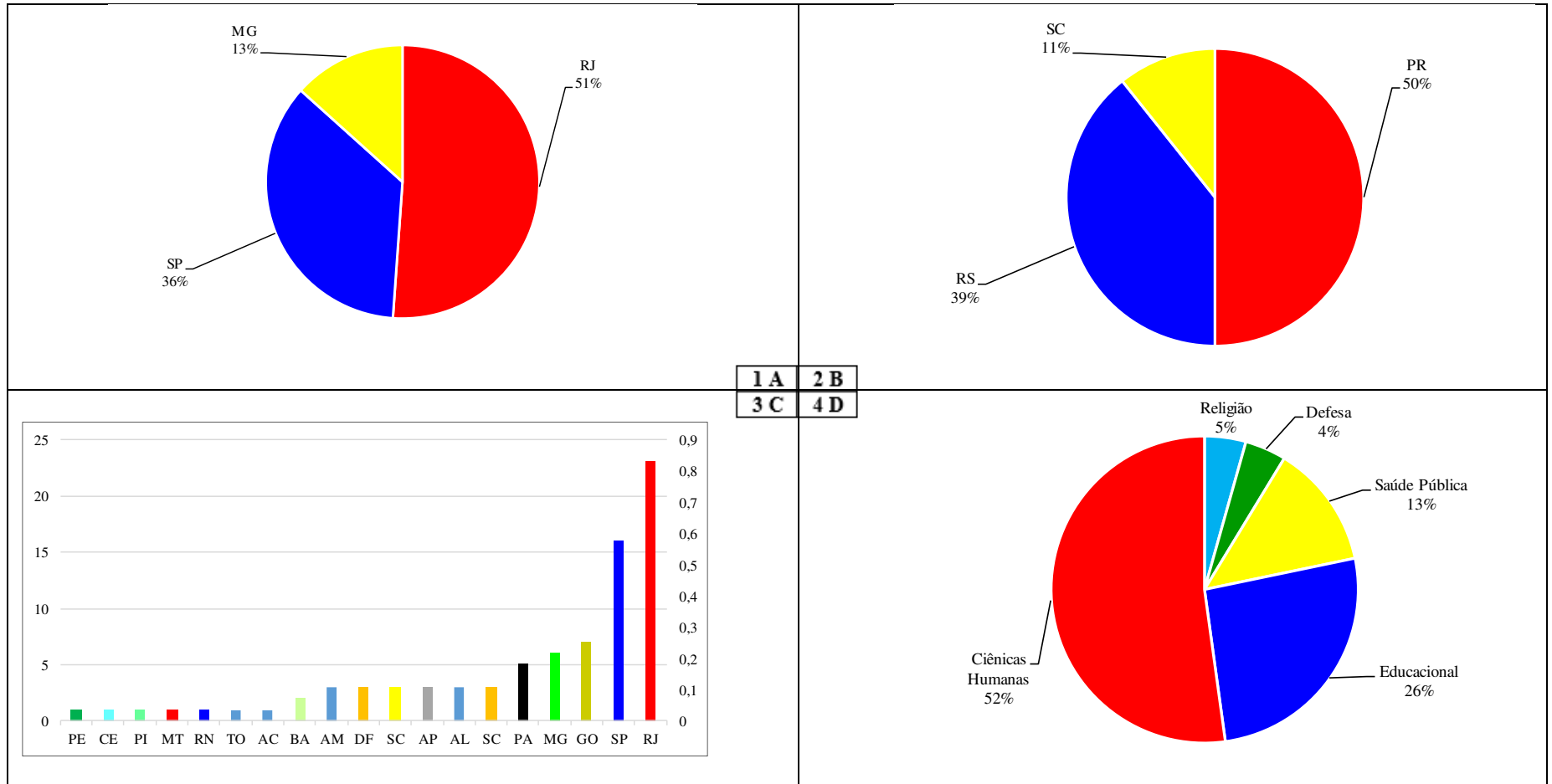
Quadro 13 - Áreas de conhecimentos existentes nos grupos de pesquisas CNPq sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica

Áreas de conhecimento			
Artes	Biologia	Ciências Agrárias	Ciência da Saúde
Ciência da Informação	Comunicação social	Arquitetura	Engenharia
Economia	Antropologia	Sociologia	Ecologia
Filosofia	Educação	Direito	Psicologia
Geografia	Historia	Ciências Sociais	Teologia
Linguística	Relações Internacionais	Defesa	

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: CNPq (2019).

Deste modo, afim proporcionar melhor interação, optou-se em fazer junção destas áreas em cinco grupos de conhecimentos: Ciências Humanas, Educacional, Saúde Pública, Religião e Defesa (Figura 18 4D).

Figura 18 - Áreas de conhecimento nos grupos de pesquisas CNPq



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: CNPq (2019).

7.1.3.2 Espacialização das Instituições de Ensino Superior que discutem os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no Brasil

Após o mapeamento dos grupos de pesquisa cadastrados junto ao Diretório de Pesquisa do CNPq e o levantamento das Instituições de Ensino Superior (IES) que a ele se encontram vinculadas, constatou-se que a grande maioria é da esfera federal, com 78 IES (72,9 0%), seguida pela esfera estadual, com 14 IES (13,10 %); IES privadas com 10 (9,30 %) e, por fim, pelas IES militares, com 5, equivalendo a 4,70 %.

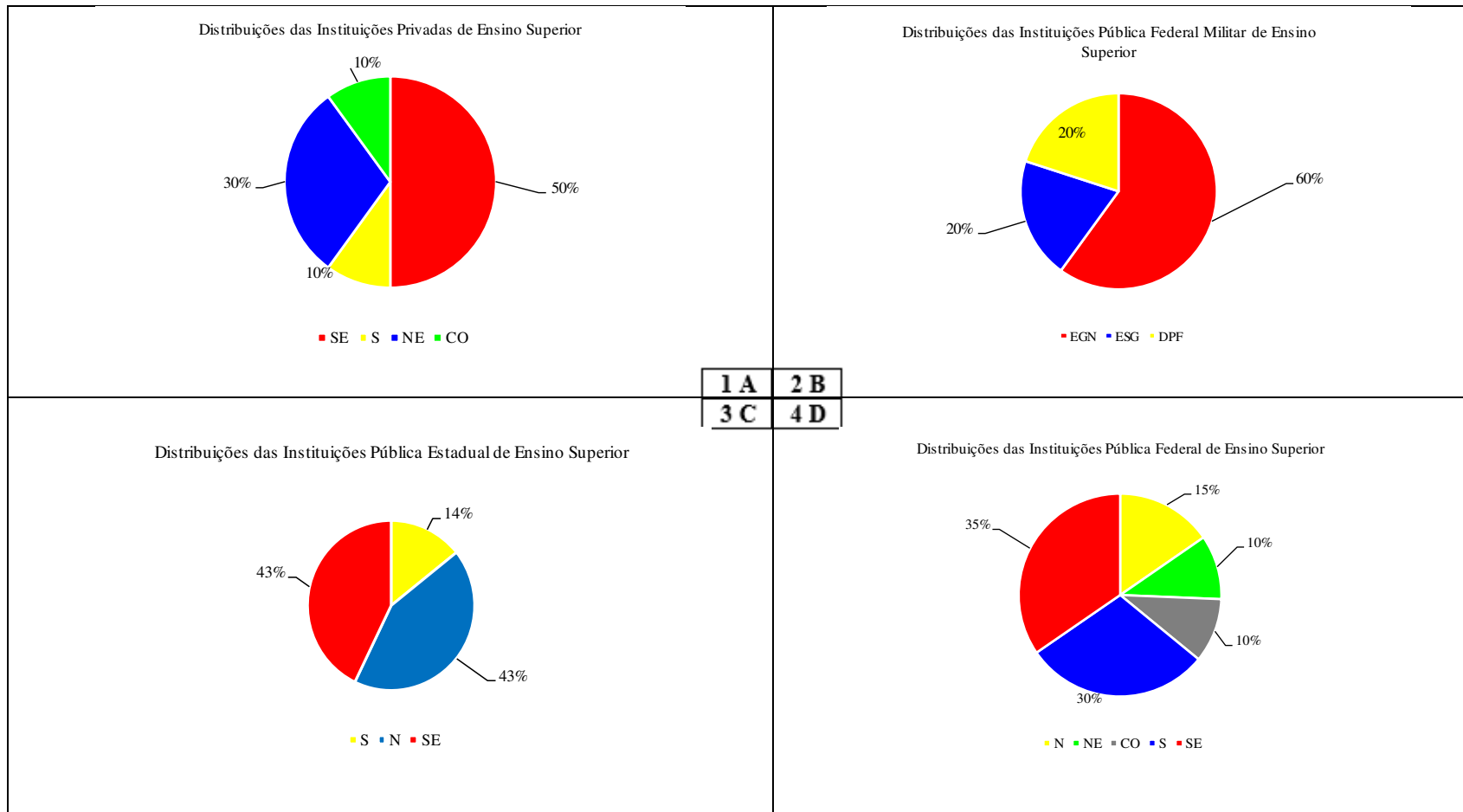
A figura 19 1A, ilustra a espacialização das 14 IES privadas em quatro das cinco regiões geográficas do Brasil, com concentração majoritária na região Sudeste com cinco instituições, seguidas das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul, com 2 e 1 instituições, respectivamente. A exceção é a Região Norte, que não possui nenhuma IES cadastrada junto ao Diretório de Pesquisa do CNPq,

Ainda na figura 19 2B, são apresentadas as Instituições Pública Federal de Ensino Militar concentradas especificamente na região Sudeste, somando ao todo cinco: três grupos de pesquisa na Escola de Guerra Naval (EGN-RJ), vinculada à Marinha do Brasil, que tem a Ciência Política como área de conhecimento; um grupo de pesquisa na Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada ao Exército Brasileiro, tendo a Defesa como área de conhecimento; e o um grupo de pesquisa no Departamento de Polícia Federal (DPF-DF), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com área de conhecimento do Direito.

Com relação as IES públicas estaduais, observa-se que se encontram espacializadas em três regiões geográficas do Brasil, sobretudo na região Sudeste, onde se concentra grande parte, com nove instituições, especificamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, seguidas pelas do Pará, Paraná, com duas cada; o Amazonas e Minas Gerais, com uma cada (Figura 19 3C).

As IES federais estão espacializadas em todo o território nacional, nas cinco regiões brasileiras, com destaque para a região Sudeste que concentra 77 unidades (72 %,) particularmente agrupadas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com 15 e 7 unidades respectivamente; seguida da região Sul, com concentração no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com 12, 11 e 1 unidades, respectivamente. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam 12 e 8 unidades (Figura 19 4D).

Figura 19 - Instituições de Ensino Superior por regiões geográficas no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: CNPq (2019).

7.1.3.3 Distribuição de pesquisadores por produtividade no Brasil

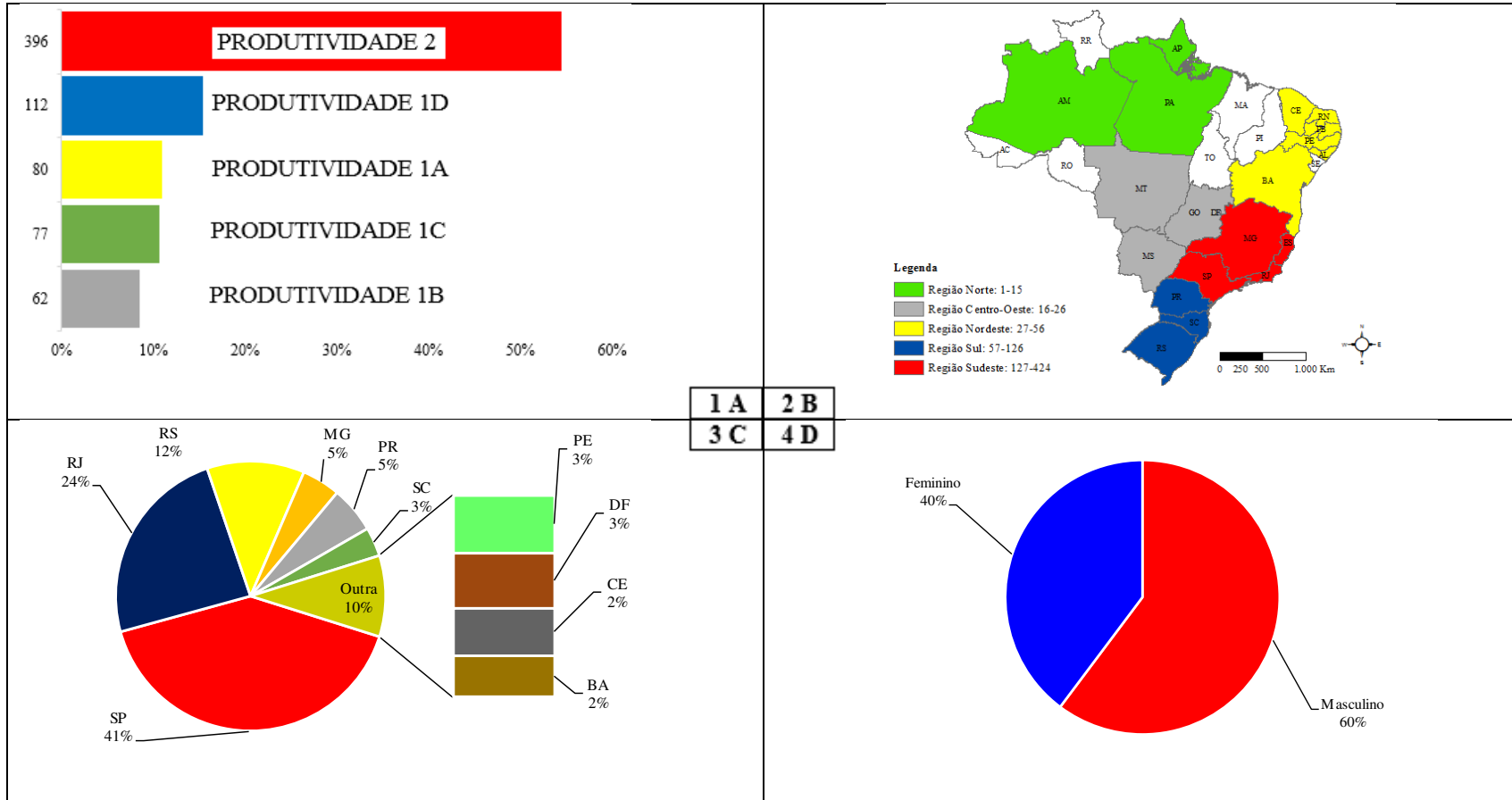
Para a consecução das pesquisas, a plataforma Lattes CNPq disponibiliza bolsas de Produtividade em Pesquisa, com o objetivo de subsidiar financeiramente pesquisadores nacionais e estrangeiros, de todos os níveis de formação, concedendo-as mediante meritocracia e valorização de produção científica individual, destas sendo considerada seu nível crescente de hierarquização 2, 1D, 1C, 1B, 1A (os últimos quatro são coletivamente chamados de níveis 1 (LEITE e NETO, 2017). Observa-se que os perfis de bolsistas são majoritariamente pesquisadores com admissão inicial maturada de agendas de pesquisas com bolsas do tipo 2 (54 e 50 %), consideradas de “excelência”, em detrimento das bolsas com maturação mediana nos níveis 1D e 1A (26 e 40 %) e as de maturação incipiente 1B e 1C (18 %), (Figura 20 1A).

A distribuição socioespacial dos pesquisadores bolsistas de produtividade, que têm como objetivo desenvolver trabalhos acerca dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, aponta para uma demanda em todas as regiões geográficas do Brasil com adensamento em duas específicas (Sudeste e Sul) e dispersão decentralizadas por quase todas os estados, como exceção de Rondônia, Roraima, Tocantins (Região Norte) e Piauí, Maranhão e Sergipe (Região Nordeste), que não possuem nenhum bolsista cadastrado junto ao diretório do CNPq. Tais distribuições se constituem por um perfil assimétrico de poder, através do qual o campo científico sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica se situa em pontuais IES de pesquisas geograficamente delimitadas (Figura 20 2B).

Em relação à região Sudeste, esta apresenta forte concentração de bolsistas (58,30 %), com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com 41 e 21 % de bolsistas, respectivamente, seguidas pelas regiões Sul (16,10 %), Centro-Oeste, Nordeste e Norte, estas três juntas somando 17,30 %. Assim, de igual forma as demais regiões, existem assimetria entre os estados, destacando-se os estados do Rio Grande de Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, juntos somando 22 % dos bolsistas (Figura 20 3C).

Desta maneira, após levantamento de informações, foram identificados 727 pesquisadores com caracterização relativamente assimétrica entre homens e mulheres, com presença masculina de 438 pesquisadores em relação à presença feminina com 289 pesquisadoras, nas diversas áreas de conhecimentos e de níveis de instruções, bem como relativa distribuição espacial em distintas IES no território brasileiro (Figura 20 4D).

Figura 20 - Caracterização dos pesquisadores por produtividade sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: Base de dados: CNPq (2019).

7.1.3.4 Produtividade de pesquisadores estrangeiros

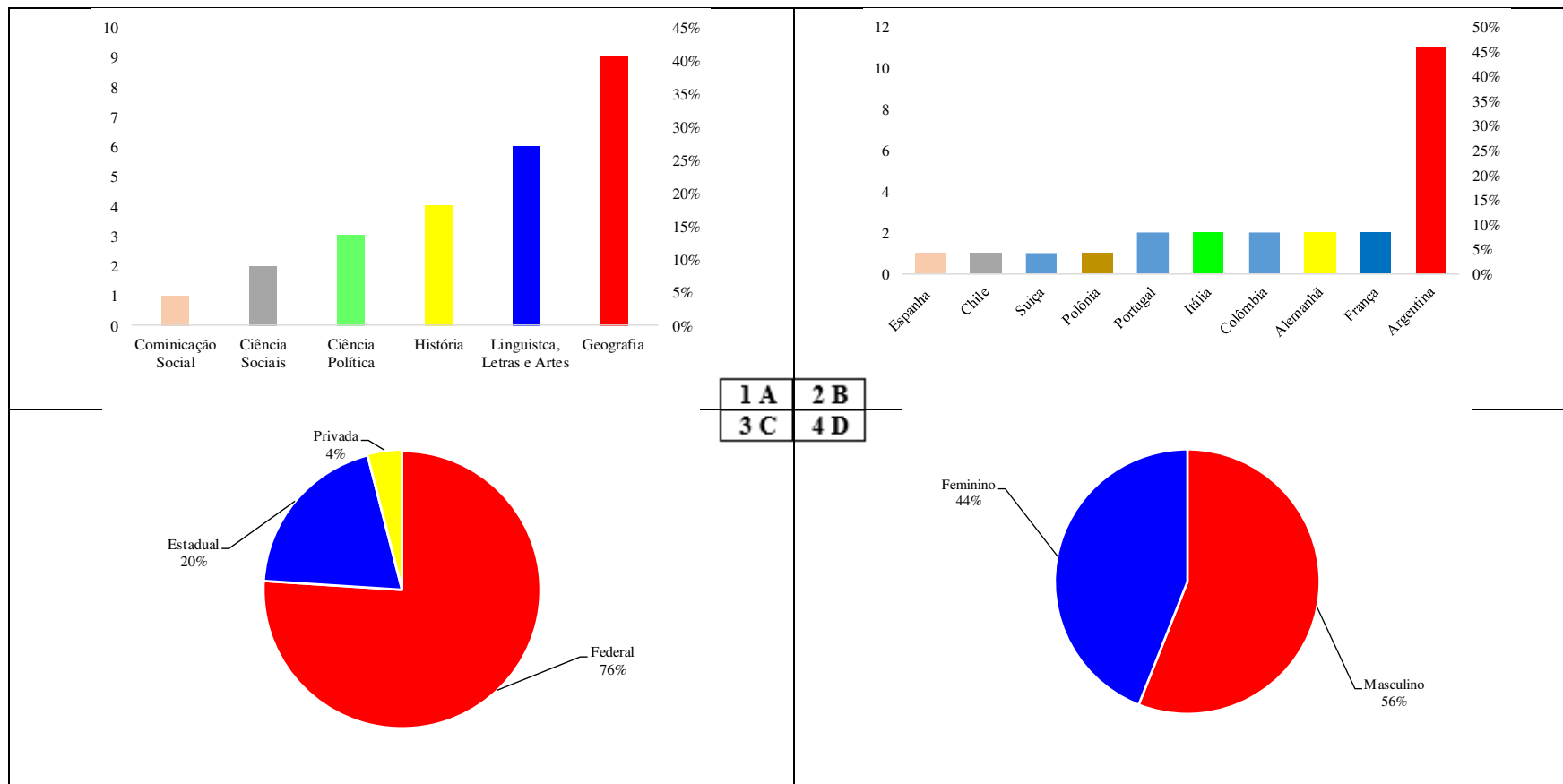
Esta etapa consistiu em fazer o apuramento das produtividades de pesquisadores estrangeiros contidos nos grupos de pesquisas sobre os conceitos em questão, em que se observou que apenas 25 pesquisadores participam e/ou participaram do programa de bolsa produtividade, e que todos foram ou são residentes permanentes com titulação de doutorado em diversas áreas do conhecimento, com destaque para Geografia (9), Linguística, Letras e Artes (6) e História (4), conforme figura 210 1A.

Quanto às nacionalidades dos pesquisadores, observa-se que grande maioria é do Continente Americano, notadamente da América do Sul, e os demais do Continente europeu, sendo representados principalmente por franceses, alemães, portugueses e italianos, estes últimos com dois pesquisadores cada (Figura 21 2B).

Outro fator observado se refere às IES em que estão e/ou estiveram vinculados. A figura 21 3C aponta que a maioria pertence às instituições federais (19 unidades), destacando-se as Universidades de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB). Logo em seguida, encontram-se as instituições estaduais (5 unidades), como a Universidade Estadual de São Paulo (UESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e uma privada Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Campus São Leopoldo (UVRs/RS).

Quanto ao universo relativo ao gênero dos pesquisadores, destacou-se como a maioria sendo de homens, com 14 membros, em contraposição ao gênero feminino, com 11 membros, pertencentes aos diversos grupos de pesquisas, além de possuírem vínculos permanentes e/ou não nas diferentes IES, e nas diversas áreas de conhecimentos (Figura 21 4D)

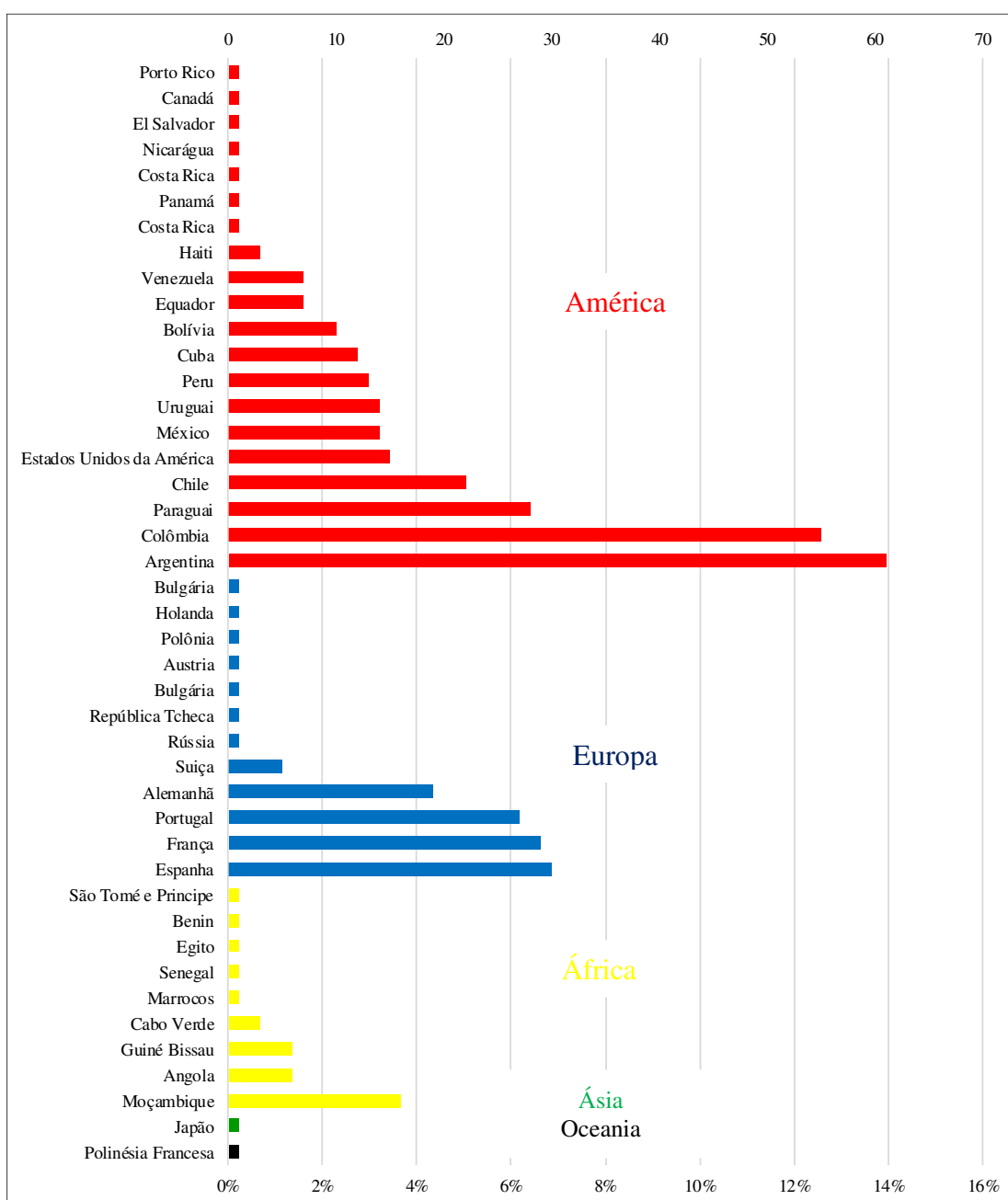
Figura 21 - Caracterização dos pesquisadores estrangeiros sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: Base de dados: CNPq (2019).

A pesquisa apontou para uma pluralidade de bolsistas de nações distintas provenientes de cinco Continentes do planeta (América, Europa, Ásia, África e Oceania), com predominância do Continente Americano, com dezessete países, sendo oito na América do Sul, seguido da América Central, com cinco, e América do Norte, com quatro (se considerarmos Porto Rico como Estado independente dos Estados Unidos da América). O Continente europeu se apresenta com nove países, com destaque para: França, Alemanha, Portugal e Espanha, seguido pelos Continentes africano, asiático e Oceania (Figura 22).

Figura 22 - Espacialização por país de pesquisadores de nacionalidades estrangeiras sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica no Brasil (por Continente)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: Base de dados: CNPq (2019).

Durante o levantamento de dados e de informações, pôde-se observar que foi a partir da década de 2000 que aconteceu um aumento substancial quanto às criações de novos grupos de pesquisas, e, concomitantemente, a inserção de novos pesquisadores e bolsistas, principalmente pesquisadores de origem da América Latina (Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola), todos oriundos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da América Latina e Caribe em razão de uma proximidade cultural (SENHORAS; SILVA NETO, 2014), bem como do surgimento de novos países da CPLP como Argentina, que possuem o maior número de bolsista da América Latina, seguido por bolsistas da Colômbia, Paraguai e Chile.

Por meio destas breves análises e com base nos grupos de pesquisas investigados, apontam-se para existências de disparidades em suas especializações grupos de pesquisas, com isso revelando-se os interesses existentes no *métier* do poder científico, uma vez que se expõem dados assimétricos em todo território nacional dada a uma lógica de escalonamentos entre ambos. Assim tornando-se elemento importante para se compreender a dinâmica diacrônica das produções científicas uma vez que tais acontecimentos não ocorrem de maneira fortuita.

7.1.3.5 Considerações parciais

No decorrer da elaboração do pensamento até então exposto, pôde-se observar que a possibilidade da utilização de análise sistemática como instrumento metodológico nos estudos dos conceitos propostos como objeto de estudo surge como elemento agregador junto a pesquisa científica nas diversas áreas do conhecimento, notadamente na Geografia, uma vez que proporcionará ao pesquisador uma infinidade de informações percebidas, possibilitando a realização de análise sistemática com base no estudo da arte, e *posteriori* identificação de temas centrais nestes campos científicos, com parâmetros e tendências existentes nos textos analisados sendo amplamente repartidos por seus pares.

Para o desenvolvimento da pesquisa houve a necessidade de busca em demasia em banco de dados da plataforma *Google Scholar*, onde se encontrou grande quantidade informações diluídas, o que exigiu realizar mapeamentos e análises diversas. Desse modo, ficou evidenciado de forma clara a evolução e o ciclo de vida das produções científicas, possibilitando fazer periodizações das produções dentro de cada conceito-chave de forma sistemática e, assim, elencar suas particularidades, como também apontar as nacionalidades dos autores.

A pesquisa identificou grande quantidade de produções científicas que discutem os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos três idiomas propostos, onde os resultados apresentaram como sendo de maioria de pesquisadores estrangeiros, notadamente da língua

inglesa sobre o conceito de Geopolítica em diversas áreas do conhecimento, dispersos cinco continentes do planeta.

Além disso, assinalou-se para o uso indiscriminado dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica por autores de diversas áreas do conhecimento, apontando que os empregos destes possuem perfis pluralistas e generalistas, tornando sua compreensão ambígua para estudos de Geografia Política e de Geopolítica, considerando-se que tais conceitos possuem caráter estruturante junto ao pensamento geográfico e não se constituem de fácil definição, sendo carregados de teorias que compartilham as compreensões de significados abstratos.

De forma semelhante, evidenciou-se ao longo das periodizações que majoritariamente os autores se utilizam dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica de maneira ambígua, não os discutindo claramente ao mesmo tempo em que são expostos diluída e indiscriminadamente no transcurso das discussões de suas obras. Nesse sentido, destaca-se que oito autores fazem uso de ambas as terminologias em suas obras, com exceção do professor Milton Santos que se utiliza somente do conceito de Geografia Política em suas obras, embora sendo como eixo secundário em suas produções.

Assim sendo, percebe-se a importância para a utilização do método de estudo do estado da arte, uma vez que este permitiu realizar uma revisão bibliográfica com produções científicas mais relevantes do perfil ideológico desejado, de forma objetiva, durante o desenvolvimento da presente pesquisa, o que possibilitou visualizar e selecionar referências adequadas e contemporâneas.

7.2 ÓTICAS GEOGRÁFICAS SOBRE OS CONCEITOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA E DE GEOPOLÍTICA SOBRE A AMAZÔNIA

7.2.1 A Amazônia sob um olhar geográfico

Entender a complexa inter-relação entre assuntos distintos que guardam, ao mesmo tempo, peculiaridades semelhantes é o objetivo do presente capítulo, ao fazê-lo por meio de apontamentos sob a ótica geográfica fundamentados nos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica para a Amazônia, partindo de levantamento bibliométrico com filtragem qualitativa e análises sistemáticas dos perfis de produções científicas por meio da plataforma *Google Scholar*, o que possibilitou o uso de estratégias para identificar a evolução geracional das produções e suas distribuições socioespaciais.

Os instrumentos de visualização dos fenômenos da pesquisa foram apreendidos pela caracterização temporal da evolução das produções científicas sobre os conceitos de Geografia

Política e de Geopolítica com ênfase na Amazônia, sendo neles identificados a existência de marcos históricos de periodização à luz do ciclo evolutivo das produções geradas no campo científico, estabelecidos de: (i) Pré-Regime Militar (1958-1963), (ii) Regime Militar (1964-1984) e (iii) Pós-Regime Militar (1985-2018), com a *posteriori* realização de uma revisão sistemática a partir dos resultados obtidos.

A Amazônia sempre esteve presente em agendas geopolíticas cujo espaço sempre esteve marcado por questões políticas e/ou conflitivas por agentes endógenos ou exógenos, seu uso e ocupação deriva de tempo histórico passado recente quando da exploração da então União Ibérica, e posteriormente pela Coroa Portuguesa. Após sua ocupação, várias foram as formas de políticas utilizadas para manter sua posse e sua integridade, tendo como marcos definidores as fortificações militares que tiveram grande significado geopolítico para a região.

Considerando os elementos apresentados nessa breve introdução, estudos geohistóricos combinados com geopolíticos são a baliza do presente capítulo, partindo de uma visão holística sobre a Amazônia numa tentativa de compreender a complexidade do contexto regional e sub-regional, mediante a compreensão dos conceitos de Pan-amazônia, Amazônia Caribenha, Amazônia Legal e Amazônia Setentrional, na esperança de que se possa colaborar para um debate da produção do espaço amazônico, com reflexo sobre o contexto da presença e ocupação militar no estado de Roraima.

7.2.1.1 Periodizações dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica na Amazônia

A presente seção traz consigo o levantamento do perfil bibliométrico das produções científicas publicadas ao longo do recorte temporal de 1958 a 2018 por meio da plataforma *Google Scholar*⁹, com o propósito de realizar análises dos perfis das produções científicas sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica cujas discussões versam sobre a temática “Amazônia”, sendo identificadas 2.768 e 23.483 publicações, respectivamente.

As consultas na referida plataforma aconteceram em momentos distintos: primeiramente, buscou-se pelas palavras-chave “**Geografia Política**” **Amazônia**, e posteriormente, pelas palavras-chave **Geopolítica Amazônia** (sem aspas), ambas nos idiomas português e espanhol, realizando-se para cada, uma busca ano a ano no período compreendido entre 1958 a 2018.

⁹ A utilização desta plataforma reside na capacidade bibliométrica de identificação quantitativa de vasto universo de textos produzidos em obras ao longo do tempo, e, a *posteriori*, a possibilidade de se fazer identificação qualitativa e comparativa da importância dos textos, haja vista possuir *ranking* de citações individualizadas.

As análises ocorreram a partir de três momentos históricos recentes do Brasil, compreendidos: 1) o recorte temporal entre os anos de 1958-1963¹⁰, referente a um período Pré-Regime Militar, 2) o recorte temporal entre os anos de 1964-1984, período que compreende o Regime Militar no Brasil, e, por fim, 3) o recorte temporal entre os anos de 1985-2018, referente ao período Pós-Regime Militar.

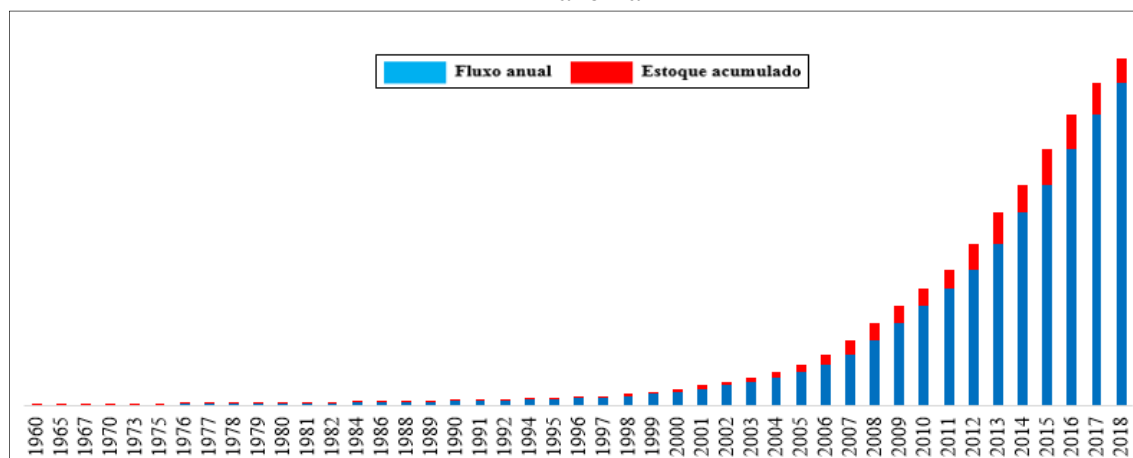
A fragmentação do recorte temporal teve como intuito realizar levantamento bibliométrico de produções científicas sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica com enfoque na Amazônia Legal, a fim de caracterizar quais tipos de publicações qualitativas sobre as discussões recorrentes no meio científico são consideradas as mais relevantes perante o estudo do estado da arte. Assim sendo, as análises dos ciclos de vidas e das revisões sistemáticas, aconteceu a partir da junção das produções científicas de ambos os conceitos, daquelas que se encontra com maior número de ranqueamento de acordo com o estudo do estado da arte.

7.2.1.2 Levantamento bibliométrico sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica na Amazônia

Com referência ao conceito de Geografia Política na Amazônia legal nos idiomas português e espanhol (Gráfico 4), apresenta-se a evolução do ciclo de vida das produções, estando postas de forma sistemática e estratificada com base no recorte temporal de 1958 a 2018, de forma cumulativa de forma cumulativa e ordem crescente e bianual das produções, em que observa-se ascensão lenta quanto ao número de produções científicas ao longo do recorte temporal até a década de 1970, e de um aumento gradual de produções a partir da década de 1980, com abrupta ascensão a partir da década de 2000 até chegar em 2018.

¹⁰ Optou-se por este recorte, virtude do fato que o período do Regime Militar findar em março de 1985. Deste modo, será considerado na presente pesquisa, o recorte temporal entre os anos de 1964 a 1984, como sendo o fechamento do ciclo militar no ano de 1984.

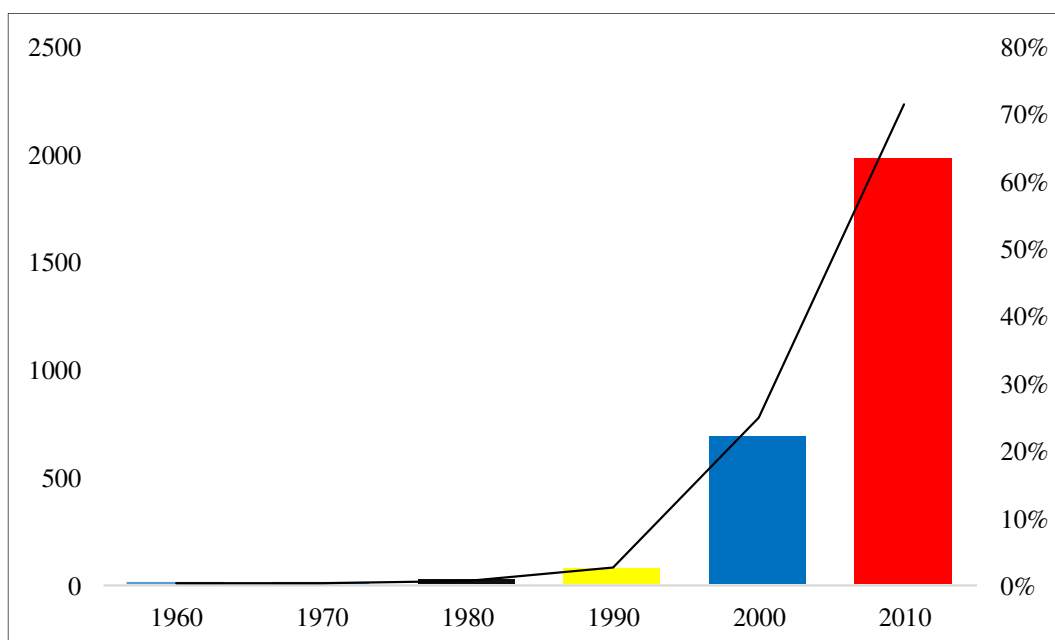
Gráfico 4 - Evolução do ciclo das produções do conceito de Geografia Política com ênfase na Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2018). Base de dados: *Google Scholar* (2018).

Durante o levantamento bibliométrico, foram identificadas 2 768 produções independentemente dos formatos de publicações (livros, artigos, teses, dissertações, etc.). O gráfico 5 apresenta o perfil das produções científicas publicadas ao longo do recorte temporal de 1958 a 2018 sobre o conceito de Geografia Política com ênfase na Amazônia, nos idiomas português e espanhol, segmentados por décadas de produções científicas.

Gráfico 5 - Bibliometria das produções científicas por décadas



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

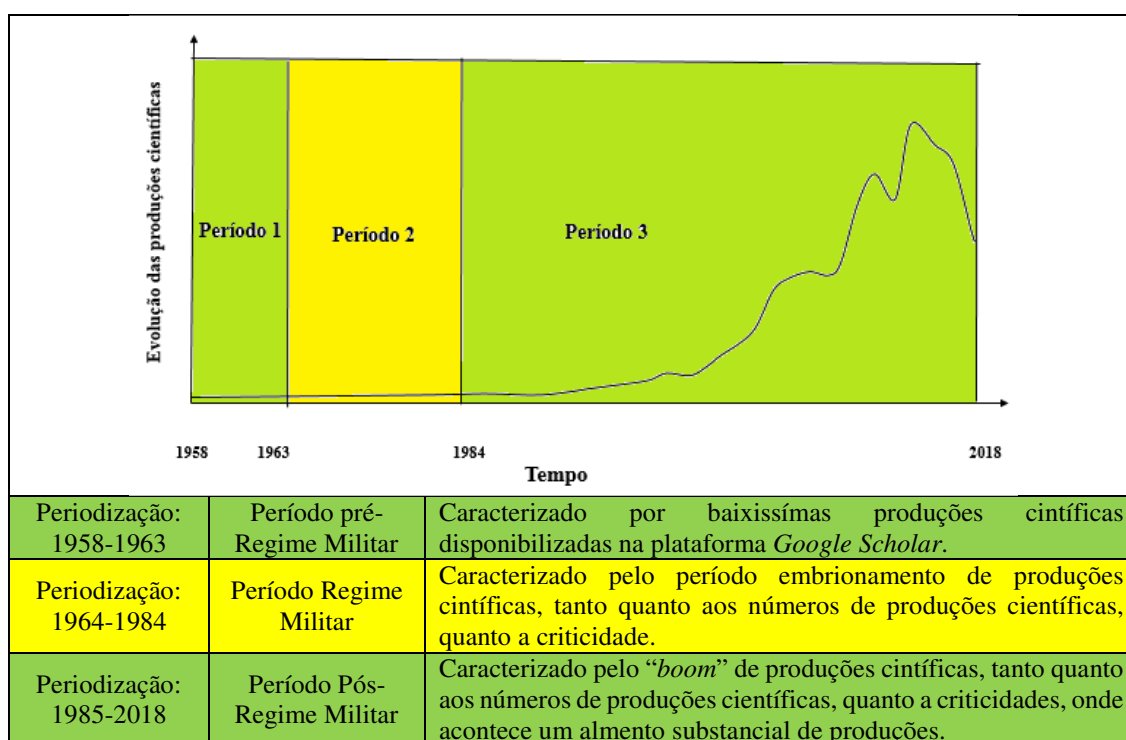
Observa-se aparente discrepância entre as décadas, principalmente quando se leva em consideração as três primeiras décadas (1960, 1970 e 1980), em que estas apresentam características semelhantes com baixo número de publicações científicas (36, 11 e 73

produções, respectivamente); a década de 1990, que apresenta pequena elevação quanto aos números de publicações científicas e moderada criticidade junto à comunidade científica; e as demais décadas de 2000 e 2010 (até 2018), com abrupta ascensão quanto ao número de publicações científicas, 685 e 1.976 produções, respectivamente.

7.2.1.3 Ciclo de vida das produções do conceito sobre Geografia Política no enfoque na Amazônia: 1958-2018

Em função das análises gráficas evolutivas serem desenvolvidas para caracterização sistemática referente à pesquisa sobre o conceito de Geografia Política, sugere-se o entendimento de três ciclos de vida distintos ao longo do recorte temporal entre os anos de 1958-2018. (Quadro 14).

Quadro 14 - Ciclo de vida das produções do conceito de Geografia Política com enfoque na Amazônia: 1958-2018



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

O primeiro período caracteriza-se por uma fase embrionária de estruturação das primeiras discussões científicas compreendido entre o período de 1958 a 1963, com baixíssimos índices de criticidade junto à comunidade científica, bem como quanto ao número de produções científicas.

No segundo período, compreendido entre os anos de 1964 a 1984, se evidenciam aquelas publicações em maturação, ainda que incipientes. Estas publicações se encontram em estágio crescente quanto ao número de citações (ranqueamento), e baixo índice de criticidade junto à comunidade científica.

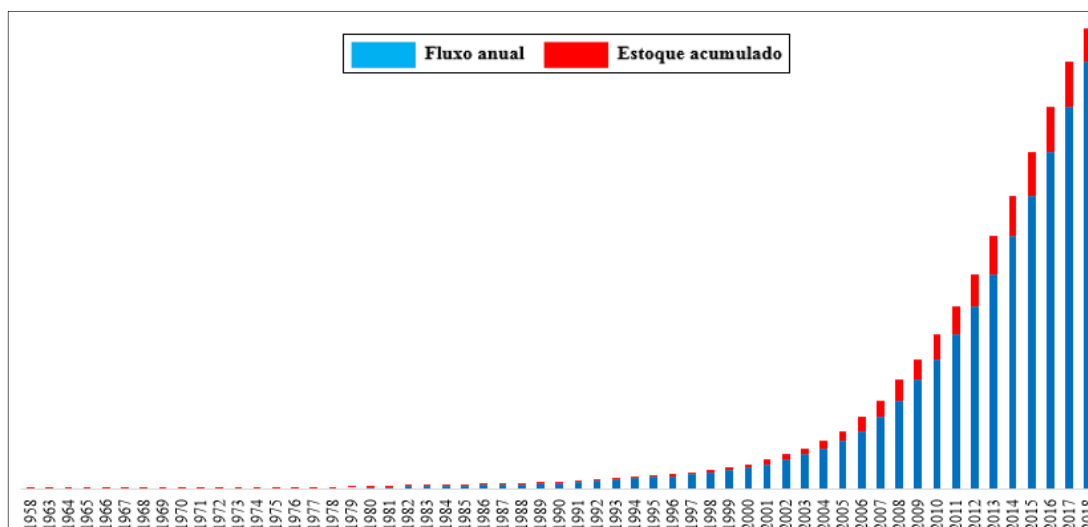
Por fim, o terceiro período, que apresenta publicações num estágio com maior solidez de produções científicas, tanto ao que se refere ao ranqueamento quanto à criticidade das obras publicadas, representando um substancial aumento referente às criticidades em detrimento aos períodos anteriores de 30,79 %, apesar de existir um lapso temporal entre eles, existindo 26 anos entre o primeiro e segundo períodos enquanto há um lapso de 34 anos para o terceiro.

Sendo assim, o ciclo de vida das produções do conceito de Geografia Política com enfoque na Amazônia (quadro acima), juntamente com suas evoluções, estão caracterizadas quanto a estrutura, forma e conteúdo, por meio de três marcos de periodização que resultam em padrões específicos com picos baixos/elevados e ascendência abrupta quanto ao número de produções científicas e levantamento bibliométrico em cada período perante a comunidade científica, conforme o estudo da estado da arte disponibilizados no banco de dados da *Google Scholar* 2019.

Por sua vez, o conceito sobre a Geopolítica com ênfase na Amazônia, em português e espanhol, as evoluções do ciclo de vida das produções estão postas de maneira sistemática e estratificada de acordo com recorte temporal de 1958 a 2018, bem como de forma cumulativa de acordo as produções em ordem crescente e bianual.

Foi observado que houve uma elevação rarefeita quanto aos números de produções científicas ao longo do recorte temporal de maneira branda até o ano de 1978, e uma ascensão gradual de produções científicas a partir da década de 2000, quando se observa um súbito aumento com alto nível de criticidade, ocorrendo, na década de 2016, estancamento com tendência à ascendência nas produções científicas (Gráfico 6).

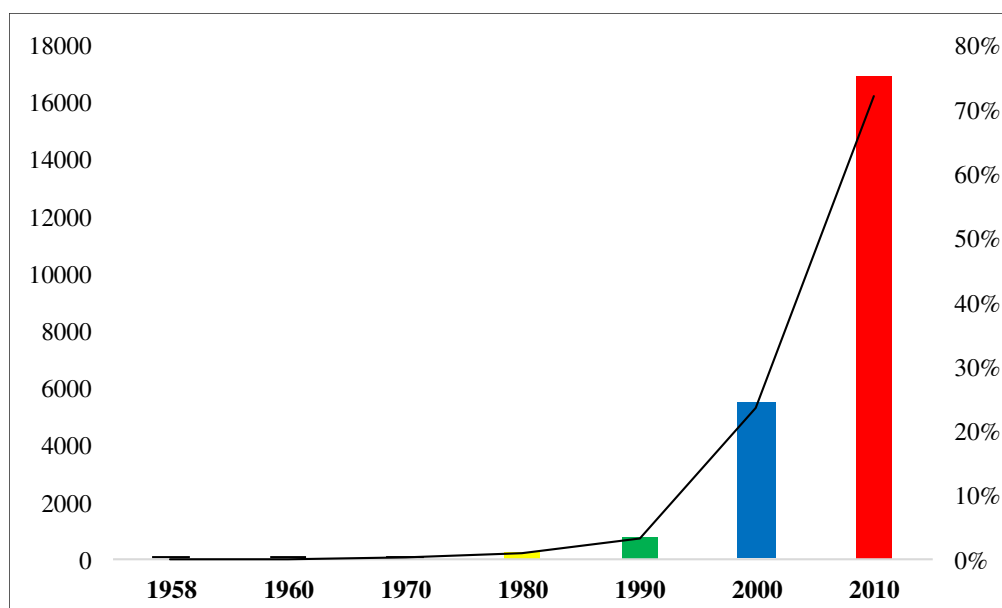
Gráfico 6 - Evolução do ciclo das produções do conceito de Geopolítica com ênfase na Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

Desse modo, o estudo do estado da arte apontou que, entre as décadas de 1958 a 1970, apresentam-se baixos números de produções científicas, e tendência crescente nas décadas de 1980 e 1990 (237 e 773 produções, respectivamente), com elevados índices das produções científicas, quanto aos números de obras e ao ranqueamento, a partir de 2000 e 2010 (5 501 e 1 689 produções, respectivamente), conforme gráfico 7.

Gráfico 7 - Bibliometria das produções científicas por décadas

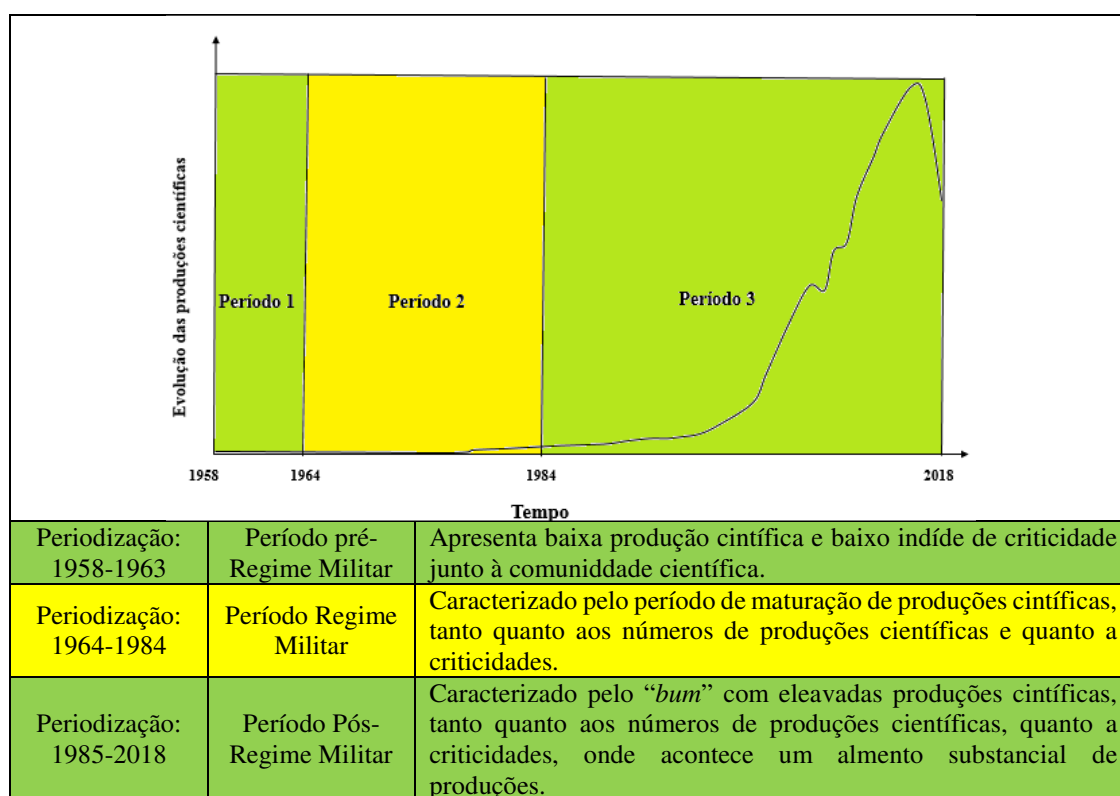


Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

7.2.1.4 Ciclo de vida das produções do conceito sobre a Geopolítica com enfoque na Amazônia: 1958-2018

Em função das análises gráficas evolutivas terem sido construídas para caracterização sistemática referente à pesquisa do conceito de Geopolítica com enfoque na Amazônia, alude-se o endossamento de três períodos distintos ao longo do recorte temporal de 1958 a 2018 (Quadro 15).

Quadro 15 - Periodização do ciclo de vida das produções do conceito de Geopolítica com enfoque na Amazônia: 1958-2018



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

A evolução do ciclo de vida referente ao primeiro período (1958 a 1963) caracteriza-se com produções incipientes e rarefeitas discussões no meio científico, além de baixos índices de criticidade e de baixo ranqueamento junto à comunidade científica. Por sua vez, o segundo período (1964 a 1984) define-se pelas publicações em maturação, em que há aparente evolução, ainda que tímida, num estágio crescente quanto aos números de citações (*ranking*), e baixo índice de criticidade junto à comunidade científica, com 1.066 citações nas 10 obras.

Por fim, o terceiro período (1985-2018), com característica de robustez de produções científicas, quanto ao ranqueamento e à criticidade das obras publicadas, com aparente

amadurecimento e alto índice de criticidade, apresentando 2.215 citações nas 10 obras selecionadas pelo estado da arte.

Desse modo, o ciclo de vida das produções do conceito de Geopolítica com enfoque na Amazônia, estrutura-se por meio de seus três períodos de periodizações que resultam em padrões específicos com baixo e elevados índices, referindo-se tanto aos números de produções científicas quanto aos padrões bibliométricos em cada período perante a comunidade científica, com base no estudo do estado da arte disponibilizados no banco de dados da plataforma *Google Scholar* 2019.

7.3 REVISÃO SISTEMÁTICA DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE OS CONCEITOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA E DE GEOPOLÍTICA

A revisão sistemática consiste numa forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, disponibilizando um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, por intermédio de aplicação de métodos nítidos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Para sua efetivação na presente pesquisa, perpassa por três caminhos distintos, sendo estes: (i) a realização da pesquisa na plataforma *Google Scholar* sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica referentes aos recortes pré-estabelecidos; (ii) posteriormente, as publicações referentes aos dois conceitos serão reunidas para a realização de análises qualitativas e apontamentos sobre os perfis dos pesquisadores relacionados quanto: ao gênero dos autores, áreas de conhecimentos específicos, formato das publicações de suas obras e nacionalidades dos autores; finalmente, (iii) elaboração de um núcleo ontológico do estudo da arte a partir da seleção das 25 obras mais ranqueadas de acordo com o estudo do estado da arte para ambos os conceitos, a fim de se fazer análises dos perfis dos pesquisadores que mais se destacaram sobre estudos sobre a temática Amazônia.

A denominação de “estado da arte” ou “estado do conhecimento” se define como estilo bibliográfico, que traz consigo o desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, ao mesmo tempo em que se busca responder questionamentos em diferentes ocasiões e momentos (FERREIRA, 2002), possibilitando a percepção de discursos que *a priori* se apresentam descontínuos ou conflitantes, contribuindo tanto com a teoria e prática de uma área do conhecimento (ROMANOWSKI, 2006).

Sendo assim, para a realização da revisão sistemática sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica com ênfase na Amazônia, nos idiomas português e espanhol, foram identificadas, respectivamente, 2.728 e 23.483 produções científicas que versam sobre os conceitos anteriormente citados, referente ao recorte temporal compreendido entre os anos de 1958 a 2018.

As análises se deram a partir de três recortes temporais (1958-1963, 1964-1984 e 1985-2018), com base em um *ranking* de maior número de citação perante a comunidade científica, independentemente do formato (livro, artigo, tese, dissertação, monografia, etc.), de publicações, gênero dos autores, nacionalidades e período de publicação.

7.3.1 Revisão Sistemática das 10 produções científicas mais ranqueadas sobre o conceito de Geografia Política com ênfase na Amazônia

O primeiro recorte, compreendido entre os anos de 1958 a 1963, refere-se ao período Pré-Regime Militar, sendo neste identificada somente uma publicação disponível na plataforma *Google Scholar*, com discussão sobre a temática de paisagem natural e seus aspectos fisiográficos de dada região da Colômbia, em que se observou a utilização do emprego ambíguo e de forma diluída sobre o conceito de Geografia Política ao longo do texto.

O segundo recorte se relaciona ao período do Regime Militar, compreendido entre os anos de 1964 a 1984, em que se observa uma diversidade quanto à nacionalidade dos autores das produções científicas que se destacaram no presente recorte temporal entre as dez mais ranqueadas pela plataforma *Google Scholar* (Figura 23 1A). Ainda nesse período, com referência a periodização foi observada simetria quanto ao número de publicações espacializadas ao longo do recorte temporal, com elementar potencial crítico em discussões junto à comunidade científica que apresentam somente 138 citações em todas as produções referente ao recorte (Figura 23 2B).

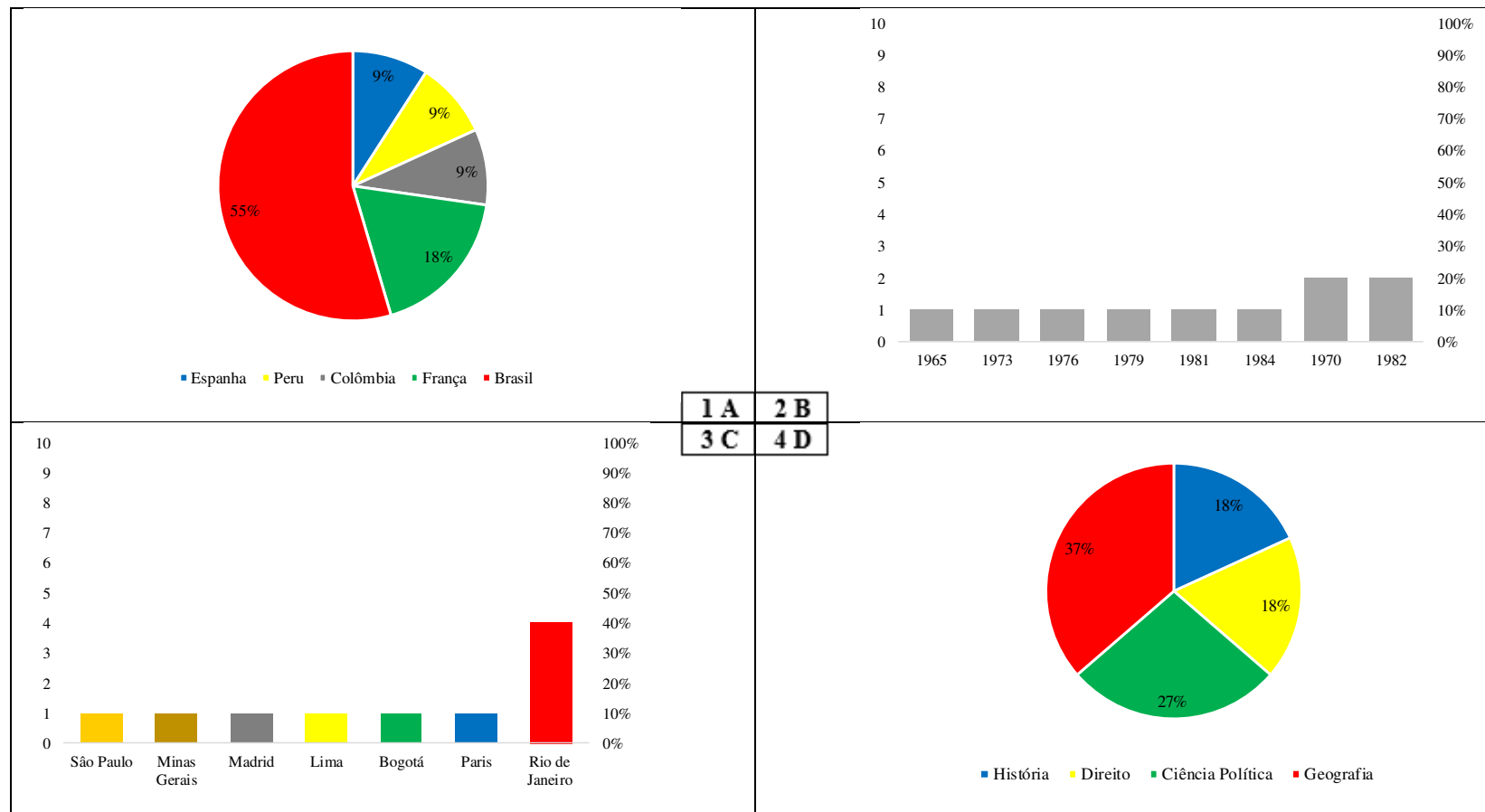
Em deferência as escolas de formação dos autores, observa-se que em sua maioria de autores de procedência autóctone com ampla concentração na Unidade da Federação do Rio de Janeiro, com 40 %, seguidas por São Paulo e Minas Gerais, com 10 %, e de autores alóctones cujas formações foram em instituições de Paris (França), Madrid (Espanha), Lima (Peru) e Bogotá (Colômbia), figura 23 3C.

A análise também aponta para uma composição de diversas áreas de conhecimento dos pesquisadores, sendo majoritariamente da área de conhecimento em Geografia (37%), seguidas das áreas de Ciência Política (27,5 %), de História e Direito (ambas com 18 %), dentre outras

(Figura 23 4D). Quanto ao gênero, os homens compõem a maioria da representação, com 64 % em relação às mulheres, com 36 % das produções científicas no referido recorte, bem como são em maior quantidade as publicações em formato de livros, com oito obras, e duas obras no formato de artigos científicos.

Por fim, identifica-se relativa discrepância em relação ao número de citações nas produções científicas selecionadas no estado da arte, em que a obra *Geopolítica da Amazônia* (1982), de Bertha Koiffmann Becker, apresenta alto número de citações (com 376 até a data da presente consulta), em contraposição a obra *Território e Territorialidade* (1982), de Carlos Alexandre dos Santos, que apresenta baixo número de citações (com 31 até a data da presente consulta).

Figura 23 - Evolução das publicações sobre Geografia Política sobre a Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

O terceiro recorte diz respeito ao período temporal entre os anos de 1985-2018, referente ao período Pós-Regime Militar, e dentre as produções científicas destacadas pelo estado da arte quanto ao gênero dos autores observa-se relativa simetria entre ambos os gêneros, com sete homens e cinco mulheres (Figura 24 1A).

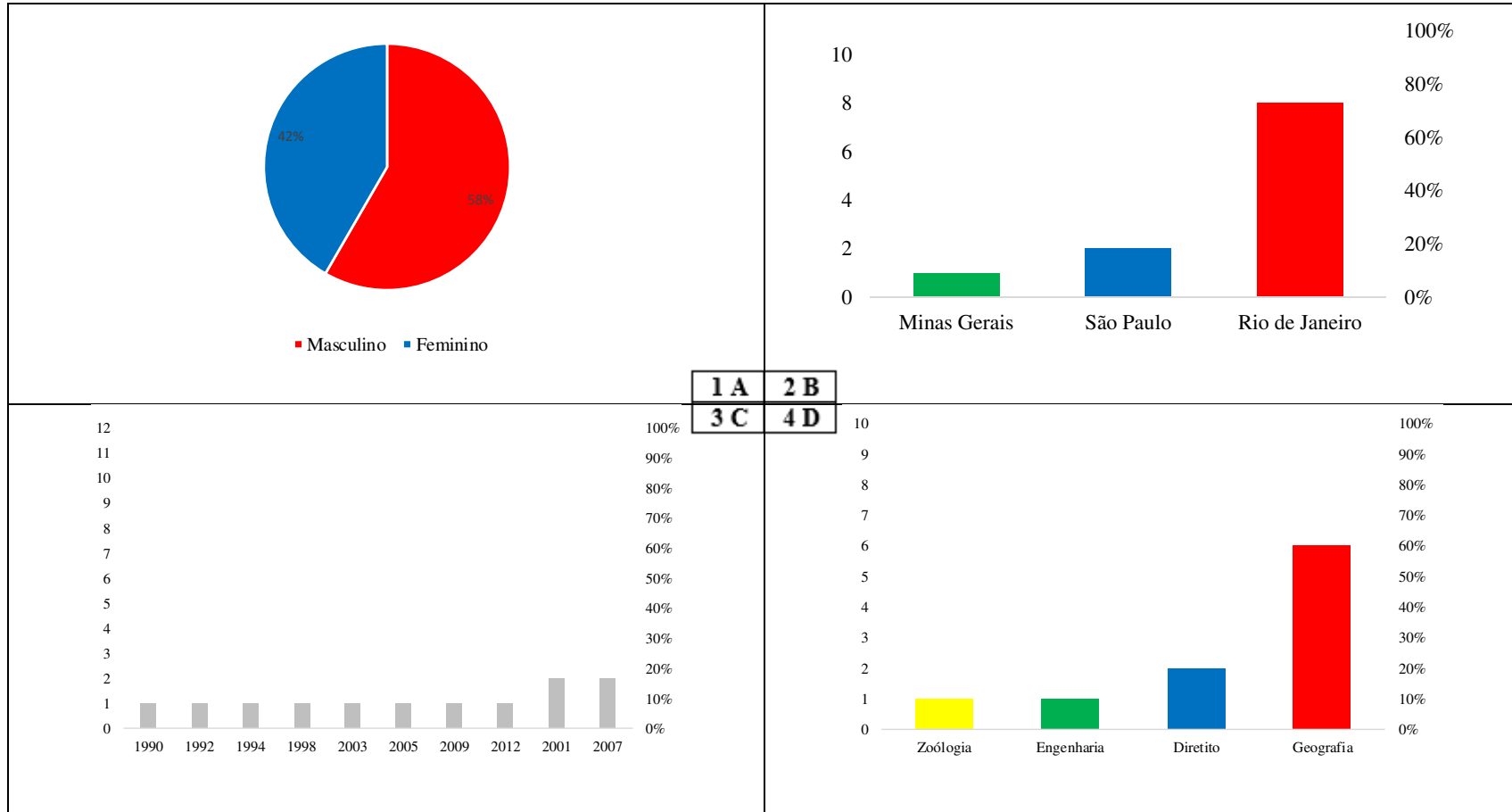
Com referência às escolas de formação dos autores, diferentemente do recorte anterior, este apresenta somente autores autóctones, com ampla concentração no estado do Rio de Janeiro, com 73 %, seguidas por São Paulo, com 18% e Minas Gerais, com 18% (Figura 24 2B).

Essa periodização apresenta-se com elevadas produções científicas em detrimento aos recortes anteriores e relativa simetria quanto ao número de publicações especializadas ao longo do recorte temporal, além de elevado potencial crítico em discussões junto à comunidade científica, em que apresentam 2.215 citações em todas as produções referentes ao recorte (Figura 24 3C).

Em alusão as áreas de conhecimento, apresenta uma composição plural com cinco áreas distintas, predomina a área de conhecimento em Geografia, com 60 %, seguidas das áreas de Direito, com 20 %, e de Zoologia e Engenharia, ambas com 10 % (Figura 24 4D), com apontamento para uma pluralidade de discussões sobre o conceito ora investigado.

Com relação ao formato das publicações científicas dos autores, foi identificada relativa assimetria entre artigos científicos, com 70 % em relação as de formato em livros, com 30 %, com destaque para o artigo de Becker (1990), que apresenta alto ranqueamento, com 586 citações.

Figura 24 - Evolução das publicações sobre Geografia Política sobre a Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

7.3.2 Revisão sistemática das 10 produções científicas mais ranqueadas sobre o conceito de Geopolítica com ênfase na Amazônia

Semelhante à revisão sistemática em relação ao conceito de Geografia Política, essa seção possui análises em três periodizações distintas: 1958 a 1963, 1964 a 1984 e 1985 a 2018, períodos estes que completam um ciclo de 80 anos de produções científicas que se encontram disponível na plataforma *Google Scholar*. Deste modo, foram analisadas as dez produções científicas que possuem maior ranqueamento referente aos respectivos períodos.

O período compreendido entre 1958 a 1963 representa o Pré-Regime Militar, no qual foi identificada somente uma publicação disponível na plataforma *Google Scholar*, *Projeção Mundial do Brasil* (1958), de Carlos Meira Mattos. No entanto, tal obra não se encontra disponível para obtenções de informações para posteriores análises pertinentes.

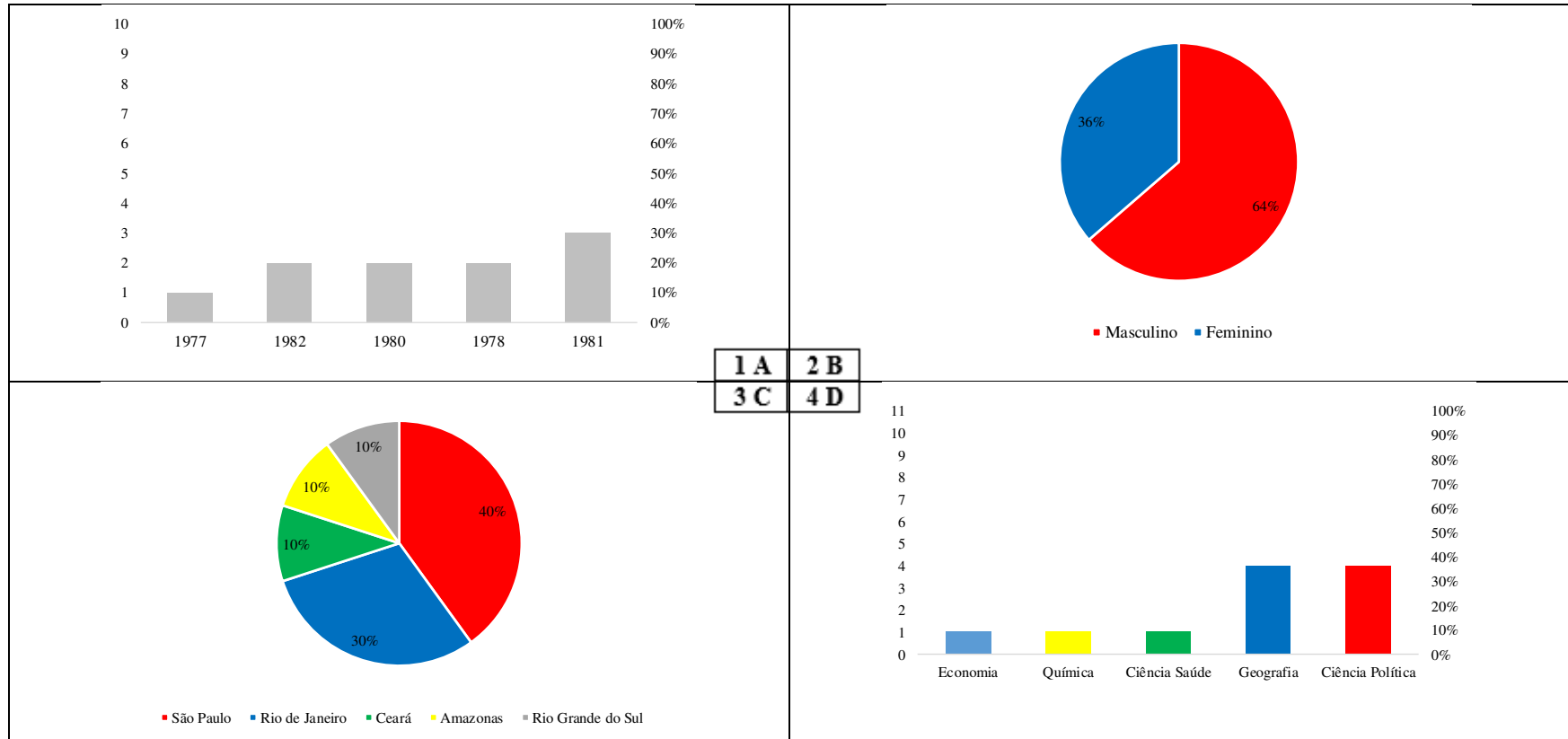
O período entre 1964 a 1984 compreende o Regime Militar, neste sendo observada assimetria quanto ao número de publicações especializadas pelo recorte temporal, com razoável potencial crítico em discussões junto à comunidade científica, apresentando 1.066 citações em todas as produções referente ao recorte, alocadas nos anos de 1980, 1981, 1982, 1977 e 1978 (Figura 25 1A), além da presença majoritária do gênero masculino em detrimento ao feminino referente às produções científicas (Figura 25 2B).

No tocante à nacionalidade dos autores, o estado da arte indica que a maioria é de nacionalidade autóctone, estando estes presentes em todas as obras do referido recorte, com exceção do autor alóctone estadunidense que faz parceria com outro autor em mesma obra. Além disso, também aponta que suas escolas de formação estão concentradas nos estados de: São Paulo (40 %), seguido do Rio de Janeiro (30 %), e de 10 % para os estados do: Ceará, Rio Grande do Sul e do Amazonas (Figura 25 3C)

Com relação às áreas de conhecimento dos autores do referido período, observou-se que as obras possuem caráter eclético, pois, entre as 10 produções científicas, cinco são de diferentes áreas de conhecimento, com concentração nas áreas da Geografia e Ciência Política (36 %), seguidas pelas áreas de conhecimento de Economia, Química e Ciência da Saúde (Figura 25 4D).

Sobre a divulgação científica dos resultados de pesquisa multidisciplinar, o estado da arte aponta que esta ocorre de modo majoritário no formato de livro, com oito edições, em relação aos artigos científicos, com duas edições, além de apresentar elevado *ranking* de citações, destacando-se as obras de Becker (1992) com 376 citações, como também o menor, Santos (1982) com 31 citações.

Figura 25 - Evolução das publicações sobre Geopolítica na Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

No terceiro recorte temporal, compreendendo o período Pós-Regime Militar entre os anos de 1985-2018, observa-se relativo índice crítico em discussões junto à comunidade científica, apresentando 2.761 citações entre as dez produções selecionadas pelo estado da arte, alocadas nos anos de 1990, 1991, 1998, 2002, 2005, 2006, 2008 e 2010 (Figura 26 1A).

Com referência ao gênero dos autores, a maioria é composta por mulheres, diferentemente dos demais períodos das revisões sistemáticas em que os homens são em maior número. Sendo assim, nesse recorte se evidenciam sete obras de autoras mulheres (dentre estas, cinco são apenas de Bertha Koiffmann Becker) em contraposição a quatro autores homens (Figura 26 2B).

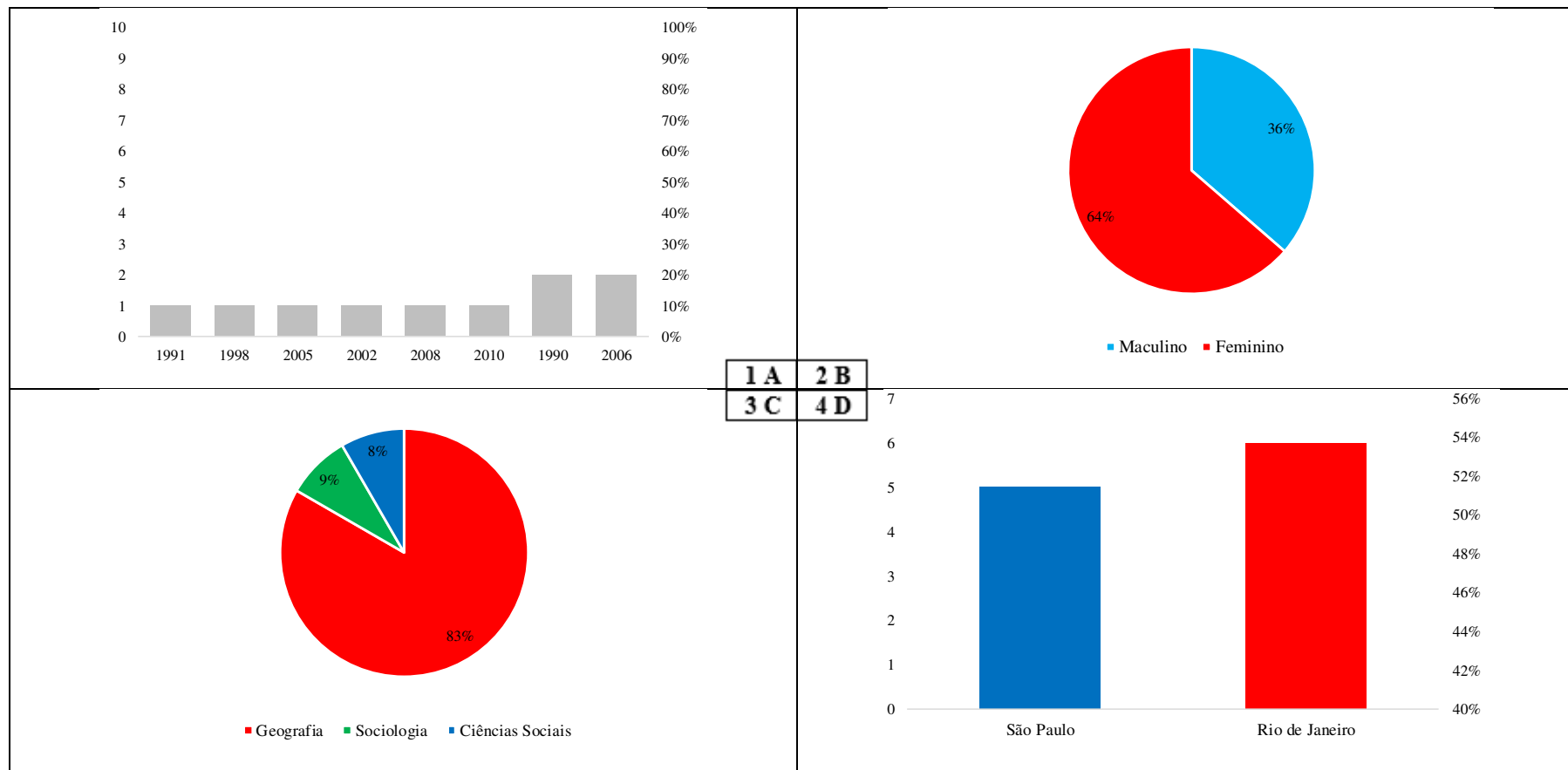
Quanto às áreas de conhecimento dos autores que compõem a presente análise, observou-se que as obras pertencem em sua maioria à de conhecimento em Geografia (83 %), sobretudo por representar nove das 10 produções científicas selecionadas pelo estado da arte, seguidas das áreas de Sociologia (9 %) e Ciências Sociais (8 %), sendo esta produção ser produzida por dois autores distintos (Figura 26 3C).

No tocante as escolas de formação dos autores, observa-se concentração em duas escolas específicas no eixo regional do Sudeste do Brasil (Figura 26 4D), com distribuição espacial assimétrica nos estados do Rio de Janeiro (55 %) e de São Paulo (45 %), principalmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em relação às nacionalidades dos autores, nove das dez obras do recorte, foram identificados autores de nacionalidade autóctone, a exceção de um autor alóctone Gerd Kohlhepp (alemão), geógrafo econômico e pesquisador do Instituto de estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Dessarte, o estudo da arte apontou que as divulgações científicas, além de possuírem caráter multidisciplinar, pois trata-se de diversas temáticas, possuem simetrias quanto aos formatos das obras, entre livros e artigos (50 %), como também possuem índice elevado de citações, destacando-se as obras de Becker (1990) com 609 citações, sendo o menor *ranking Kohlhepp* (2002), com 123 citações.

Figura 26 - Evolução das publicações sobre conceito de Geopolítica sobre a Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

7.3.3 Estado da arte das 10 mais ranqueadas entre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica

Para a realização das análises do estudo do estado da arte referentes ao recorte temporal de 1958-2018, foram selecionadas as dez produções científicas que possuem maior número de citações disponível plataforma *Google Scholar*, com o objetivo de realizar análises qualitativas e apontamentos sobre os perfis dos pesquisadores relacionados quanto: ao gênero dos autores, às áreas de conhecimento específico, ao formato das publicações de suas obras e à nacionalidades dos autores.

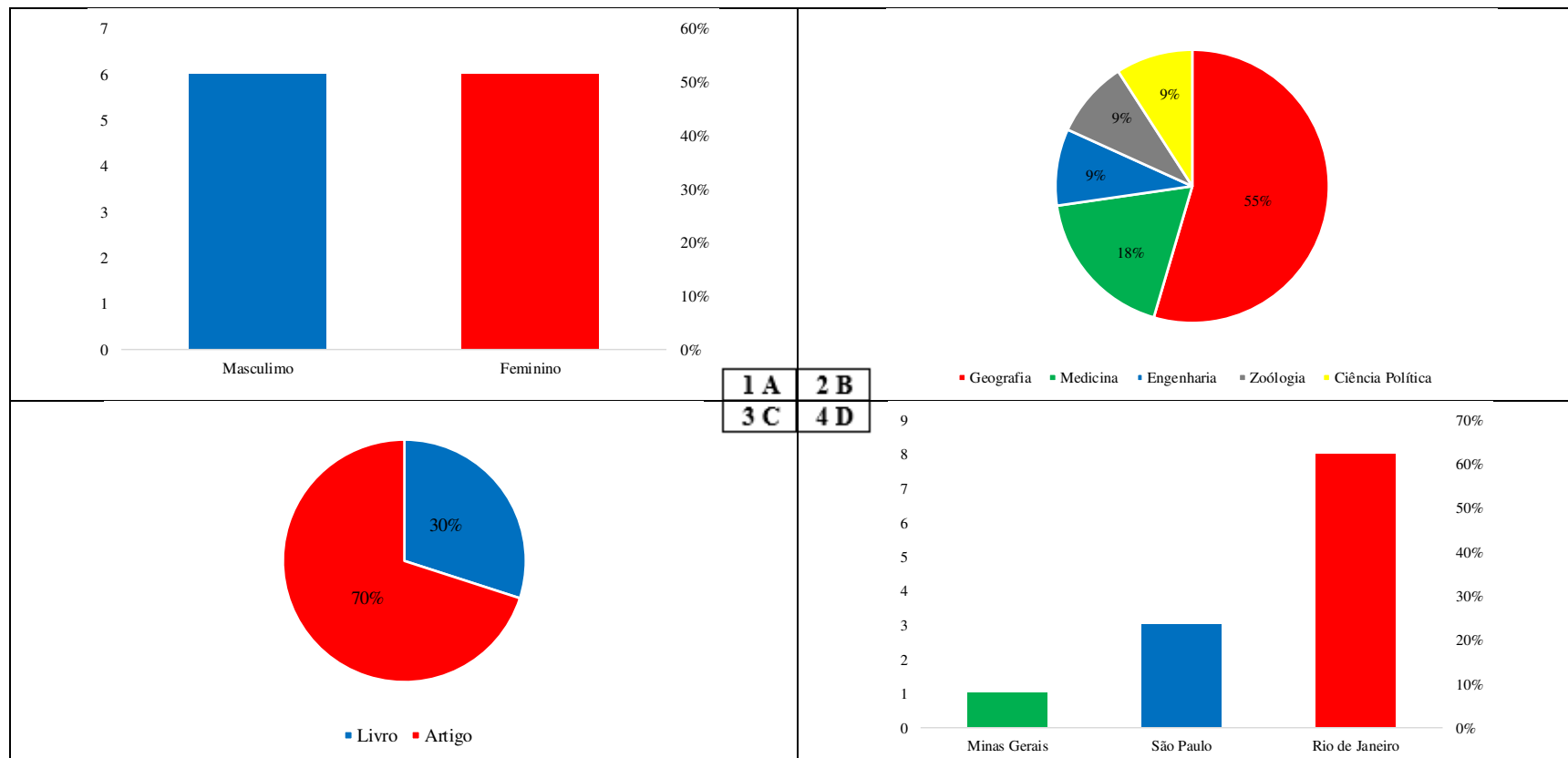
Com relação ao aspecto gênero aqui apresentado (Figura 27 1A), este se refere à característica analítica que tem como finalidade a verificação da existência de discricção ou discrepância entre as produções identificadas durante o levantamento bibliométrico entre ambos os gêneros. Sendo assim, observou-se simetria entres homens e mulheres, com 50% para ambos os gêneros.

Com relação as áreas de conhecimento dos autores (Figura 27 2B), ficou evidenciado sendo a maioria da área da Geografia com 60 % das obras, ainda que esta maioria possui discussão secundária sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica (oito entre as 10 obras), seguidas pelas áreas de: Medicina (20 %) e Engenharia e Ciência Política 10 % cada. A figura 27 3C apresenta o tipo de formatação das obras, fundamentalmente em formatos de artigos científicos com sete unidades e por três livros.

A figura 27 4D alude as escolas de formação dos autores espacializadas em diversas localidades do Brasil, mais com ampla concentração entre o eixo dos estados do Rio de Janeiro-São Paulo e de Minas Gerais, com 67 %, 25 % e 8 % respectivamente.

Por fim, com relação às nacionalidades dos autores pertencentes ao estudo do estado da arte, identificou-se que 100 % das produções científicas são de brasileiros, ainda que existam duas obras escritas no idioma espanhol de um mesmo autor de nacionalidade brasileira: Carlos Walter Porto-GONÇALVES. *Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidade* (2001), e, *De saberes y de territorios-diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana* (2009).

Figura 27 - Perfil das 10 produções científicas referente ao estado da arte de ambos os conceitos



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHRAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

7.3.4 Núcleo ontológico do estudo do estado da arte Geografia Política e Geopolítica: 1958-2018

Após conclusões das revisões sistemáticas dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, o estudo do estado arte apontou para uma geografia eclética e de complexidade nas discussões sobre os conceitos ora elencados, independente de correntes de pensamento geográfico, construída a partir de diversas leituras possíveis, não se tratando apenas do ponto de vista físico ou social, mas plural, no sentido das diversas discussões de distintas áreas do conhecimento.

Para Morin (2001), o pensamento complexo parte dos fenômenos simultaneamente complementares, antagônicos, respeitando as concorrentes diversas que se associam em dialógicas ou polilógicas e, por isso, enfrenta a contradição por vias lógicas.

Nesse sentido, na presente revisão foi observada a utilização frequente por parte dos autores dos conceitos ora elencados, notadamente por aqueles que os possuem em suas discussões como temáticas secundárias, de maneira ambígua ao longo dos textos e por vezes não os discutindo de maneira epistêmica, ao mesmo tempo que são expostos de forma diluída e de certo modo indiscriminado ao longo das discussões de suas obras.

O uso indiscriminado dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica por autores de diversas áreas do conhecimento apontam que o emprego destes possuem perfis pluralistas e generalistas, em que suas compressões se tornam ambíguas e não claras para estudos geopolíticos, uma vez que tais conceitos possuem caráter estruturante junto ao pensamento geográfico e não se constituem de fácil definição, sendo carregados de teorias que compartilham as compreensões de significados abstratos.

Desse modo, para o desenvolvimento do núcleo ontológico sobre conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas português e espanhol, optou-se por reunir as produções científicas de ambos os conceitos referente ao recorte temporal de 1958 a 2018 e, destas, selecionar as 25 produções com *ranking* de maior número de citações, de acordo com o estado da arte por parte da comunidade científica, junto à plataforma *Google Scholar*, independente do ano da publicação da obra, formato e do gênero dos autores (Quadro 16).

5 - Estado da arte sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica da Amazônia

Publicação	Formato	Ano	Citação	Agenda
“Geopolítica da Amazônia”. Estudos Avançados . vol. 19, n. 53, jan./Abr..	Artigo	2005	591	1ª
A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca.ibge, a. 36, n. 2.	Livro	1990	586	1ª
<i>Amazônia, amazônias</i> . São Paulo: Editora Contexto.	Livro	2012	469	2ª
<i>Geo-graías: movimientos sociales, nuevas territorialidade. México (DF): Siglo veintiuno.</i>	Livro	2001	385	2ª
“Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Ciência Trópico”: vol.1, n. 1, jan./jun..	Artigo	1982	376	1ª
Amazônia: expansão do capitalismo . São Paulo: Editora books.scielo.org.	Livro	2008	361	2ª
“Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? “ - Parcerias Estratégicas . vol. 6, n. 12	Artigo	2010	240	1ª
“O território em tempos de globalização”. Etc..., espaço, tempo e crítica . vol. n. 2, ago..	Artigo	2007	233	2ª
Uma Geopolítica Pan-amazônia. Rio de Janeiro: Editora Bibliex.	Livro	1980	196	1ª
“Políticas e planejamento do turismo no Brasil”. Caderno virtual de turismo, vol. 1, n.1.	Artigo	2001	186	2ª
Amazônia, um pouco-antes e além-depois . Manaus: Editora Umberto Calderaro.	Livro	1977	178	2ª
“Geopolítica da biodiversidade”. Parcerias Estratégicas . n. 12, set..	Artigo	1998	177	2ª
Políticas territoriais na Amazônia . Editora Annablume. São Paulo.	Livro	2006	175	2ª
Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Editora Papirus.	Livro	1991	161	2ª
Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB.	Livro	1990	141	2ª
“Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira São Paulo”. Estudos Avançados . vol. 16 n. 45, mai./ago..	Artigo	2002	126	2ª
“ <i>E saberes y de territorios-diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana</i> ”. Polis. abp. .	Artigo	2009	118	2ª
“Fronteira e urbanização repensadas”. Revista Brasileira de Geografia , a. 47.	Artigo	1985	117	1ª
Metamorfoses da Amazônia . 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo, UNICAMP.	Tese	1997	113	2ª
“Situações da Amazônia no Brasil e no continente”. Estudos Avançados . vol. 19, n. 53.	Artigo	2005	108	2ª
“Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia”. Novos cadernos NAEA . vol. 8, n. 2.	Artigo	2008	106	2ª
“Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social”. Cadernos de saúde pública . vol. 23, n. 4.	Artigo	2007	101	2ª

O estado da arte aponta para uma composição das áreas de conhecimento dos pesquisadores, sendo estes em sua maioria da área do conhecimento de Geografia, com 67 % das produções científicas, seguida pelas áreas de: Sociologia, Ciências Sociais Aplicadas, Ciência da Saúde, Ciência Política, com 6 % cada das produções científicas, e 3 % para cada área de conhecimento de: Economia, Química, Ecologia e História (Figura 28 1A).

A edificação epistêmica das análises sobre os conceitos em questão está fundamentada numa recente e relativa constituição de um núcleo ontológico de textos escritos por autores autóctones, com relativo referenciamento em suas obras, refletindo pluralidade de temas nas produções identificadas pelo estado da arte, uma vez que existem oito áreas de conhecimento distintas.

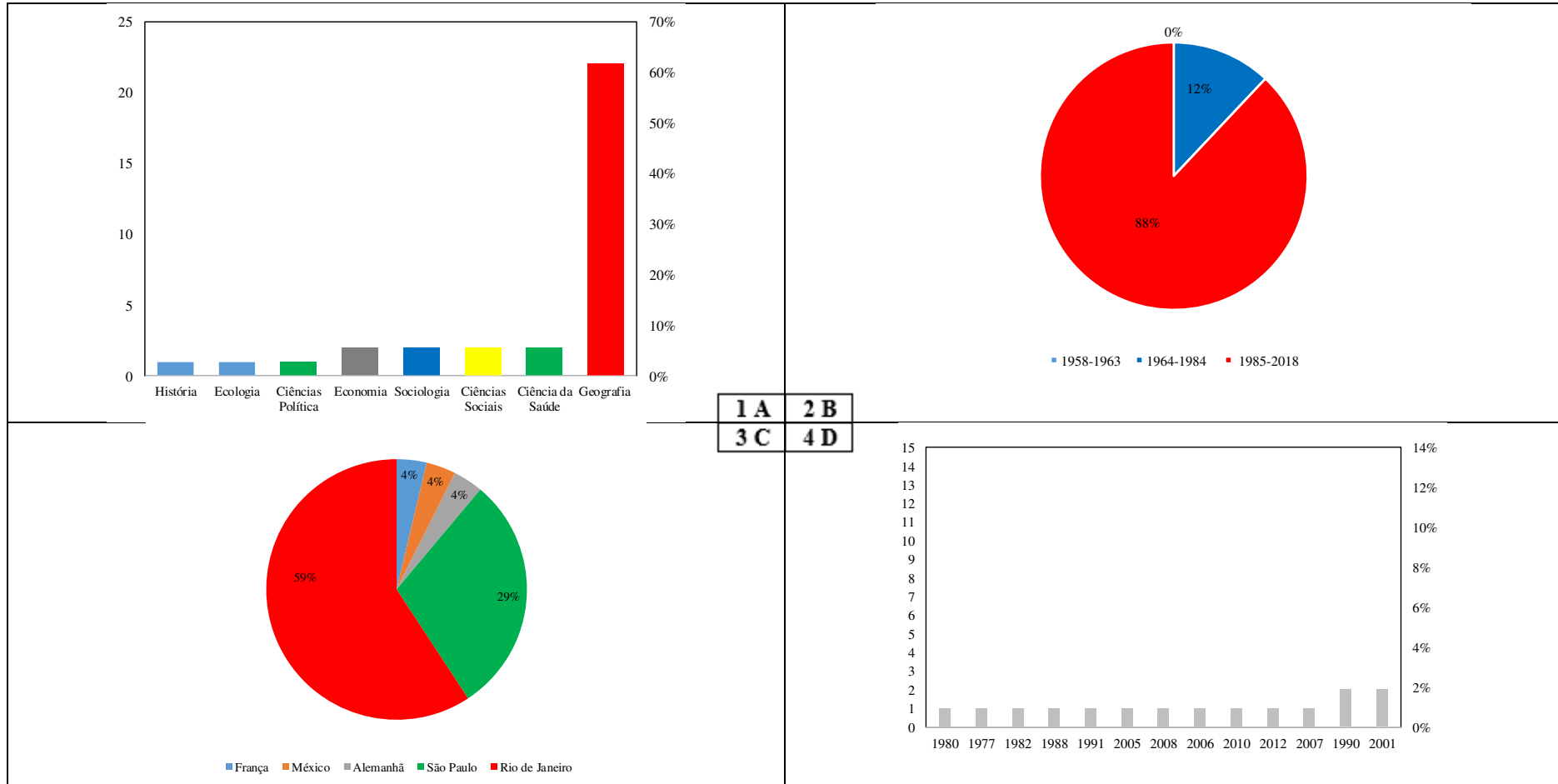
De acordo com o proposto, o estudo do estado da arte compreende três períodos temporais distintos: 1958-1963, 1964-1984 e 1985-2018. Sendo assim, dentre as 25 mais ranqueadas no presente recorte, apresentam produções científicas diluídas apenas em dois períodos identificados na plataforma *Google Scholar*: 1964-1984 e 1985-2018 (Figura 28 2B), apresentando relativa concentração no terceiro recorte (1985-2018), com 22 produções científicas e no segundo recorte temporal (1964-1984), com três produções científicas.

Quando analisamos as especializações das escolas de formação dos autores, observa-se concentração em apenas dois estados, notadamente na Região Sudeste entre Rio de Janeiro e São Paulo, e em três escolas exógenas de autores de nacionalidades francesa, alemão e mexicano (Figura 28 3C).

Ressalva-se que entre as 25 obras identificadas pelo o estado da arte, seis obras são exclusiva autoria de Bertha Koiffmann Becker, e uma com participação de outras duas autoras: Mariana Miranda e Lia Osório Machado.

O recorte aponta para uma diluição entre as periodizações das produções científicas compreendidos num período 13 anos (Figura 28 4D), mas com concentração nas décadas de 1990 e 2001, ambas com duas produções científicas com formatação em livros (10), artigos científicos (14) e uma tese de doutoramento.

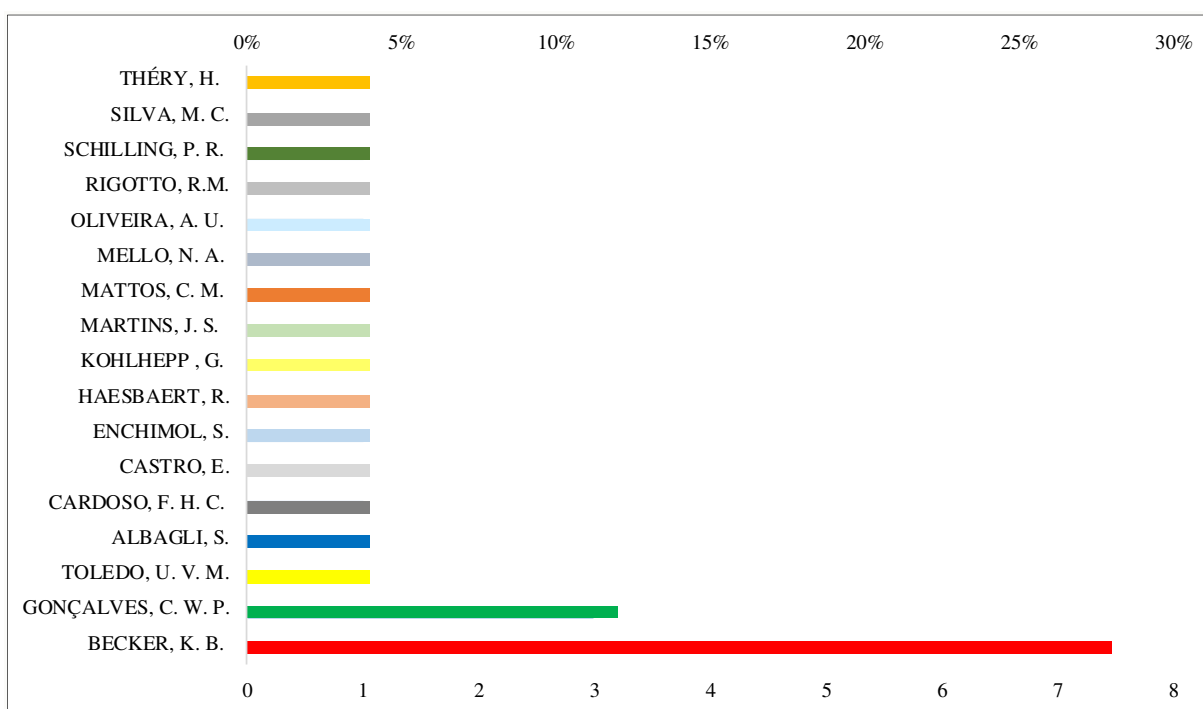
Figura 28 - Perfil ontológico do estado da arte sobre Geografia Política e de Geopolítica, com ênfase na Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019). Base de dados: *Google Scholar* (2019).

Com relação à recorrência de autorias das produções científicas, percebe-se que entre as 25 obras mais ranqueadas no recorte temporal, existe repetição somente entre dois autores, sendo estes Becker, a qual possui discussões em suas obras com eixo primário sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, e o autor Gonçalves, com discussão em suas obras com eixo secundário (Quadro 17).

Quadro 17 - Frequência de autorias de obras estado da arte



Fonte; Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019). Baseada na plataforma *Google scholar* (2019).

É importante salientar que o núcleo ontológico identificou que apenas os autores Becker e Gonçalves, juntos, possuem nível elevado de criticidade em suas obras com 58 % das citações entre o recorte pré-estabelecido, sendo 2.237 e 972 citações respectivamente. Individualizando, Becker surge com 40,40 % e Gonçalves com 17,60 % de todas as produções.

Sendo assim, o estado da arte apontou para uma corrente minoritária, em que somente dois autores possui como eixo principal estudos de Geografia Política e de Geopolítica nas discussões de suas obras, com destaque para Becker (geógrafa), com sete obras, e Carlos Meira Mattos (cientista político) com uma obra, ambos de escola de formação do estado do Rio de Janeiro.

7.4 PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NA AMAZÔNIA

Historicamente, o tema geopolítico, como também sua aplicação de estudos, inicia-se por meio da obra do geógrafo alemão *Friedrich Ratzel* (1844-1904), *Politische Geographie*, sobre a relação Estado-espço (1897), da qual é atribuído ao sueco *Rudolf Kjellén* (1846-1922) sua expressão a partir então. Para *Ratzel*, o homem era considerado como produto do meio, onde as condições naturais determinam a vida em sociedade, concebendo assim o Determinismo Geográfico, devendo o Estado ser analisado como organismo vivo, ou seja, a sociedade organizada para construir, defender ou expandir o seu território.

Sendo assim, a partir do determinismo geográfico, *Ratzel* desenvolve o conceito do Espaço Vital, no qual se analisam as condições naturais disponíveis para consolidação determinada sociedade e/ou povo, em que os que disfrutassem de melhor espaço vital seriam mais aptos a se desenvolver e a conquistar outros territórios (SUENSON, 2017).

Nesse sentido *Kjellén* amplia a proposta de *Ratzel* para validar a Geopolítica como uma corrente destinada a estudos da dominação dos territórios, notadamente, sobre a relação entre Estado e o Espaço Geográfico, possibilitando incrementos de teorias imperialistas. Assim, acaba por utilizar-se da ideia de Estado como organismo territorial apontada por *Ratzel*, mas acaba por restringir o Estado a um organismo de tipo biológico.

Para *Karl Haushofer* (1869-1946), a geopolítica é considerada uma ciência aplicada pelos políticos, saindo da esfera das reflexões políticas e/ou acadêmicas para tornar-se uma hipótese que aponta ou justifica a ação política. Segundo *Suenson* (2017), *Haushofer* ingressou na academia científica com intuito de reerguer a Alemanha após o fim da primeira Guerra Mundial, entendendo que a falta de conhecimento geográfico e geopolítico dos alemães tenha sido uma das causas da derrota, conduzindo para a geopolítica o discernimento bélico, uma visão adequada para a corrente geopolítica militar.

No Brasil, segundo *Miyamoto* (1981), a influência das ideias de *Kjellén* são ligeiramente disseminadas junto aos pensadores geopolíticos militares a partir da década de 1920, nos quais, se apoiaram em teorias de unidade nacional-territorial, diferentemente de outras escolas de pensamento que tinham como ideia a análise ou pensamento acadêmico, principalmente com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), cuja finalidade primeira era a discussão de temas de importância nacional, bem como formação de quadros de pessoas com notório saber voltados para suas funções.

Miyamoto (1981) relata que entre as décadas de 1920 e 1930 foram produzidas várias obras que versavam sobre estudos geopolíticos no Brasil, com temas diversificados e de grande

importância; no entanto, alguns temas lhe chamaram atenção, dentre eles, a questão fronteiriça, uma vez que o Brasil possui extensa fronteira com diversos países sul-americanos e um mar territorial. “O mar tem recebido muito mais tratamento jurídico, enquanto as fronteiras têm sido estudadas o sob o ponto de vista histórico” (MIYAMOTO, 1981, p. 75), diferentemente de outros países que reconhece este tema como elemento de suma importância na política internacional.

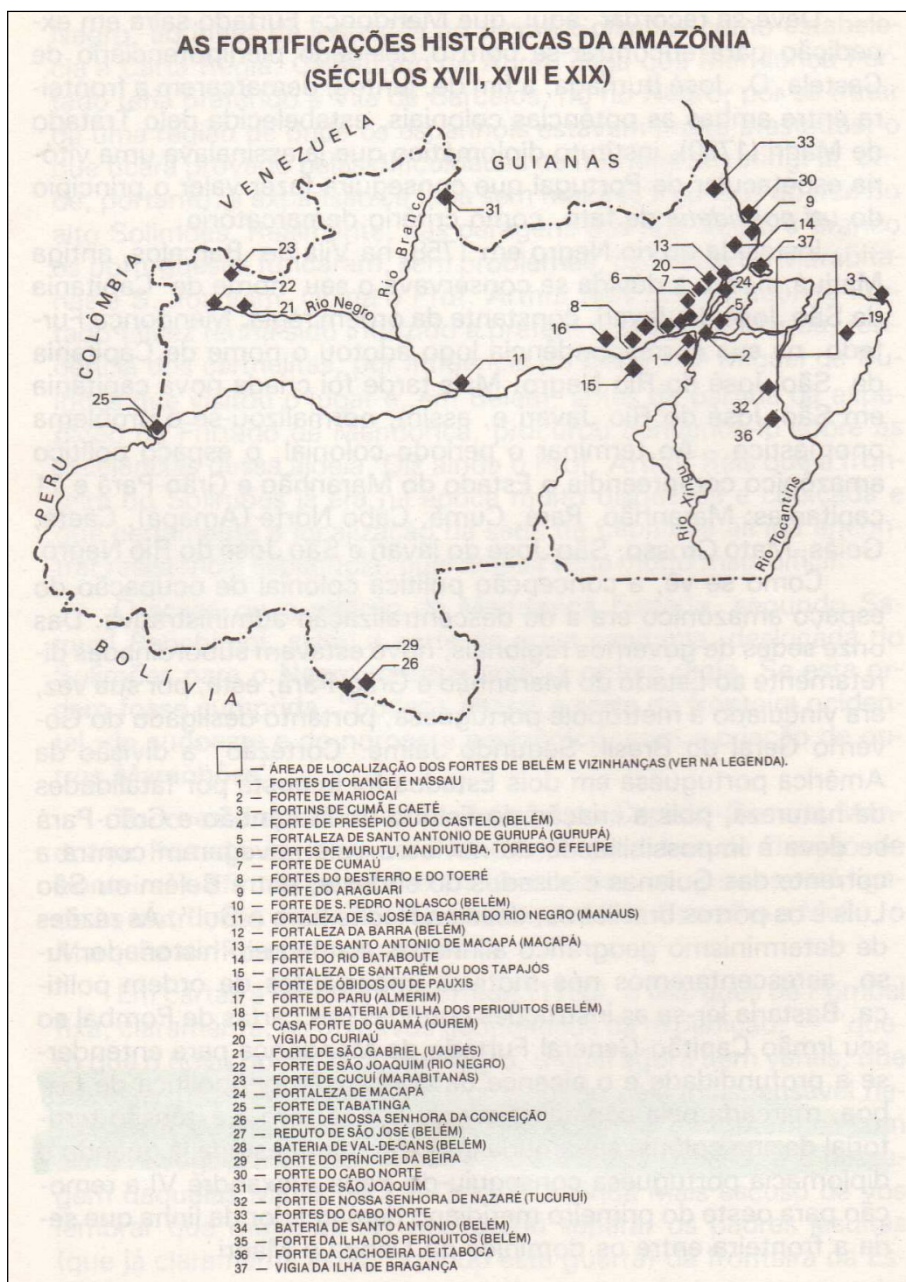
De qualquer modo, ainda que temas importantes tenham sido relegados às questões de política externa, em que esta é de suma importância para a geopolítica na formulação de política internacional do Brasil, várias outras obras foram publicadas entre as décadas de 1920-1930, cujo pioneirismo e solidez nos argumentos são apresentados em favor de uma política clara considerando todas as concepções geográficas.

Num passado recente, a conquista e ocupação da Amazônia perpassa por momento epopeico a partir de sua exploração com enfrentamentos adversos entre explorador e explorado, de desafios impostos pela exuberante floresta equatorial e de ameaças endógenas e exógenas. Assim, foi um longo período vencido até chegar à construção do Forte Presépio, o que originou na criação da cidade de Belém (PA), e, *posteriori*, com ampliação de mais de 60 fortificações na Amazônia (Mapa 3) como marcos definidores das fronteiras atuais, com destaque para as “expedições de Pedro Teixeira pela bandeira de Raposo Tavares, pela ação dos capitães gerais Mendonça Furtado e Lobo D’Almada, pela defesa do Amapá e pela revolução do Acre” (VILLAS BÔAS, 2003, p. 47).

Não podemos deixar de fazer referência à saga de tantos outros brasileiros das mais diversas origens e regiões, notadamente no Nordeste, fascinados pelas extrações de metais preciosos (ouro, diamantes, dentre outros), da borracha, do pescado, da madeira, de espaço, uso e ocupação, dentre uma infinidade de recursos naturais que a floresta proporcionou, assim trazendo importante contribuição para a economia do país (VILLAS BÔAS, 2003).

Ressalva-se que a aspiração da Coroa Portuguesa sobre o domínio e ocupação estratégica do território de suas colônias foi o que deu sustentação geopolítica na região, uma vez que dominavam as técnicas de navegação e discernimento de ocupação estratégica do território dos portugueses.

Mapa 3 - Mapa das Fortificações históricas da Amazônia (séculos XVII, XVIII e XIX)



Fonte: Mattos (1980, p. 40).

Nesse cenário, a Amazônia se qualifica como área pivô da América do Sul, com destaque para o Brasil com posição excepcional por acolher 70 % da região e deter mais de 11 mil km² de fronteira com seis países dos demais condôminos. Por esta excepcionalidade, o Brasil possui também maior complexidade em razão de sua extensão territorial e demandas endógenas e exógenas, neste último caso, especificamente a cobiça das potências

internacionais, fato este narrado pelo então General Meira Mattos em um artigo publicado em 2005¹¹, no qual explica sua preocupação com a região:

É antiga a ideia da internacionalização da Amazônia. De tempos em tempos ela volta ao palco, trazida por novos ventos, revestida em teses pseudocientíficas ou sócio humanitaristas usadas para ocultar o seu verdadeiro objetivo político ou econômico. No começo era apenas a surpresa aplastante de quantos famosos cientistas e naturalistas, europeus e norte-americanos, diante da magnitude do cenário florestal e hidrográfico com que deparavam na Amazônia. Nos séculos 17 e 18 vieram conhecê-la e estudá-la renomados cientistas e naturalistas da Europa e dos EUA. Seus relatórios e estudos chamaram a atenção internacional para a Amazônia. Passada a fase de admiração científica pela sua colossal imagem geográfica, vieram as ambições e a cobiça.

Geograficamente, o Brasil possui posição de grande importância na América do Sul por fazer fronteira com dez dos doze países existentes, o que propicia e facilita sua geopolítica regional entre Estados. Assim, considera-se como importante que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, com especial atenção para as áreas de defesa e segurança regional.

Segundo Mattos (1980), para que a economia brasileira possa decolar, será de suma importância que haja estabilidade entre os demais condôminos, pois a instabilidade afetará diretamente o Brasil, deste modo, ele ressalva que a integração de nossa extensão territorial de 5 milhões de km², somados as 2 milhões de km² de nossos vizinhos, ligados a nós pelo então Tratado de Cooperação da Amazônia (TCA), exigirá de nós o maior esforço.

O Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), assinado em 1978, reuniu Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guyana, Peru, Suriname e Venezuela, que resultou de um esforço diplomático em torno da ideia de integração e desenvolvimento internacional das nações participantes da imensa bacia hidrográfica amazônica, equivalendo a 2/5 do território sul-americano e abrangendo a quinta parte da disponibilidade de água doce do planeta (MATTOS, 1980). Deste modo, a estabilidade entre os países condôminos da Pan-amazônia permitirá maior interação e cooperação, respeitando a soberania de cada Estado por meio de uma geopolítica diplomática e eficiente.

Para Becker (2005), por um longo período na Amazônia, a força fundamental exercida sobre ela pertencia ao Estado representado pelo poder por meio de política e de suas ingerências, ao passo que em dias atuais esta relação geopolítica influi diretamente na tomada de decisões dos Estados sobre o uso do território, haja vista que para conquistá-los por meio do uso da força

¹¹ Artigo concedido ao repórter Cesar Maia na seção OPINIÃO: Tendências/Debates do jornal Folha de São Paulo, em 13 de abril de 2005, com o tema A internacionalização da Amazônia.

torna-se muito dispendioso, notadamente no período colonial, ou seja, existe uma forte pressão velada para que o Estado passa tomar alguma decisão sobre seus territórios.

A autora Becker (2005) ainda discorre que esta mudança de postura tem ligação direta com a revolução científico-tecnológica e suas derivações, principalmente na ampliação e na circulação de fluxos e redes, acelerando o tempo e dilatando as escalas de comunicação e de relações, ajustando espaços-tempos diferenciados, tendo como fonte uma geopolítica recente, uma vez que espaço sempre foi associado ao tempo. As redes derivam de potências internacionais, em que os centros de poder estão concentrados e os avanços tecnológicos são dinâmicos, desta forma, permitindo uma circulação eficaz e planetária, como também selecionando e direcionando seus investimentos em dado território.

Sendo assim, o final do século XX traz consigo diversas mudanças relacionadas aos vetores de transformações no mundo recente, principalmente a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental, doravante a um novo modo de produção o qual se baseia em novas tecnologias e inovação contínua de produto e processos. Tal aceleração torna-se elemento fundamental sobre espaços-territórios, impactando diretamente em todas as escalas geográficas pelas redes técnico-informacionais com admissão de articulações diretas entre o local e o espaço transacional (BECKER, 2001).

O formato de política de ocupação para Amazônia transcorreu por três fatores conceituais importantes, baseado a partir de motivações, estratégicas e recorrência sobre o uso do território. Segundo Becker (2001), a primeira premissa se refere a um padrão econômico direcionado a exploração dominante na ocupação regional, desde o período colonial e persistindo até os dias atuais, repercutindo não apenas no Brasil-Colônia, mas por toda a América Latina.

A segunda premissa parte de uma visão privilegiada e endógena do território derivado de contatos entre colonizadores e habitantes locais e sua autonomia local, em que se pode destacar o projeto das Missões religiosas, cuja funções foram bem-sucedidas por meio da presença e ocupação territorial com base numa economia organizada, diferentemente do governo colonial (BECKER, 2001).

A terceira premissa se refere ao modelo das redes de articulações exógenas, compostas por vias de articulações e núcleos que garantam a produção e suas concentrações para exportações, e aquelas do tipo endógenas, baseadas em áreas consideradas extensas e isoladas, compostas por populações que vivem por meio de produtos naturais locais.

Amazônia e geopolítica sempre estiveram associadas a interesses econômicos, contudo, nem sempre foram eficientes na implantação tampouco mantiveram estáveis em sua base

econômica e populacional, não sendo capazes de garantir a soberania sobre a área. Segundo Becker (2001, p.135), “o controle do território foi mantido por estratégias de intervenção em locais estratégicos, de posse gradativa da terra (*uti possidetis*) e da criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central”.

Sendo assim, neste contexto geohistórico, em que meio-espço são construídos e se integram num processo histórico de longa duração transformando o território em ecúmeno, para que se possa compreender os fenômenos geográficos num processo histórico social, o Estado formou-se num moderno aparelho, associando-se à crescente intervenção na economia e no território com rápido e contínuo processo de ocupação na Amazônia (BECKER, 2001). Por outro lado, com políticas consideradas ambíguas e muitas vezes com um discurso que não corresponde à prática.

Entre planejar e executar existe um grande lapso, assim, podemos fazer uma analogia quanto os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Juscelino Kubitchek (1956-1961) quanto ao planejamento regional no Brasil. O primeiro é caracterizado pela implantação do “Estado Novo”, com muito discurso e pouca prática, em que a necessidade de unificação do mercado nacional era crescente juntamente com o progresso da industrialização, sendo estes fenômenos responsáveis pela abertura da região.

Em contrapartida, no governo Juscelino Kubitchek é marcado por ações propriamente ditas, que afetaram diretamente construções de rodovias federais Belém-Brasília e Brasília-Acre (1958), dando início a uma nova fase em direção a Amazônia, acentuando o processo migratório existente, e, concomitantemente o Estado dando início a um novo e ordenado ciclo desaviso junto a Amazônia.

É durante a era Getúlio Vargas (1930-1945), que se iniciam discussões sobre a (re) organização do espaço amazônico, contribuindo para a ampliação de uma nova geopolítica em virtude de grandes construções de Estado e da Nação, que tinham como retórica discussões sobre desenvolvimento e intergeração de regiões de grandes proporções, notadamente entre as regiões Centro-Oeste e Norte com especial atenção da Amazônia.

De acordo com Martins (2017), após a “revolução de 1930”, a geopolítica ganha espaço no campo de estudo durante o Estado Novo (1937-1945) que tinham apoio da ala militar que compunham o então governo, que defendiam uma estratégia de defesa e segurança das fronteiras nacionais. Além disto, tinha como objetivo principal fazer a manutenção de políticas que garantissem o domínio do território nacional, conforme anotado por Costa (2013, p.185), “o pensamento conservador brasileiro, desde o período colonial, passando pelo o Império, é de

certo modo até os dias atuais, sempre tendeu a expressar um conceito de nação articulado com o território”.

Com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, a geopolítica brasileira ganha fortalecimento por meio de estudiosos sobre a Geopolítica os quais contribuíram com produções de grandes repercussões no campo científico, principalmente sobre temáticas de defesa, segurança, integração e desenvolvimento do Brasil, com destaque para os Generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

A ESG teve sua fundação baseada no campo da geopolítica nacional, possibilitando o surgimento de uma doutrina militar brasileira a partir da formulação do princípio de Segurança Nacional, marcando, assim, nova etapa nos estudos geopolíticos no Brasil, baseada no modelo norte-americano da *National War College*, conforme destaca Fernandes (2009, p. 33):

A Escola Superior de Guerra foi criada com base no modelo do *National War College*, quando os militares brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), antes de retornarem ao Brasil após terem participado da Segunda Guerra Mundial, foram enviados aos Estados Unidos para entrar em contato com suas instituições militares de ensino. Ali, os oficiais brasileiros perceberam a demonstração da superioridade militar-bélica norte-americana e o clima da Guerra Fria.

A ESG é considerada como o centro produtor e propagador de visões estratégicas sobre o espaço, principalmente quando da utilização das apostilas de projeções cartográficas sobre a espacialidade geopolítica, do General Golbery do Couto e Silva, em que afirma ser necessário desenvolver estratégias para a sobrevivência da Nação, por meio de um governo com estilo centralizador e autoritário, tornando-se, assim, laboratório de ideias do seio militar.

Com a chegada de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ao centro do poder no Brasil, com *slogan* “50 anos em 5” e propostas para 31 setores de governo que serviriam de alicerce durante sua gestão, traz consigo uma nova roupagem para a geopolítica brasileira, com novo modelo de política de desenvolvimento econômico, cuja proposta era voltada para política de desenvolvimentismo internacionalista (associado ao capital estrangeiro), redirecionando o Brasil para um processo de industrialização.

Sua gestão ganha projeção pelo fato de propor mudança radical no espaço nacional, principalmente quanto à infraestrutura nacional destacando-se a construção da nova capital federal (Brasília, década de 1960), além de diversas novas rodovias federais que propiciaria fazer ligação entre as regiões Centro-Oeste e Norte, dentre elas: Belém-Brasília, Brasília-Rio Branco e Cuiabá-Porto Velho, consideradas como os verdadeiros eixos de integração e de

ocupação do espaço, retomando nova postura com relação à Amazônia por parte do governo central.

Foi durante o governo de Juscelino Kubistschek que pensadores geopolíticos da época tiveram grandes influências, sobretudo dos generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Vesentini (1987) ressalta na sua obra *A capital geopolítica*, que as condições econômicas, sociais e políticas no Brasil deram sustentação e sentido durante o período da construção da nova capital federal.

Sendo assim, a dicotomia desenvolvimento e segurança sempre estiveram presentes durante a gestão de JK, considerando o ponto de vista da geopolítica em que o Estado estabelece política pelas condições geográficas; deste modo, o Brasil possui exímio potencial, haja vista possuir grande extensão territorial, suscitado pelas obras de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos (VLACH, 2003), sendo esta discussão dicotômica empregada com mais ênfase no período do Regime Militar no Brasil (1964-1985).

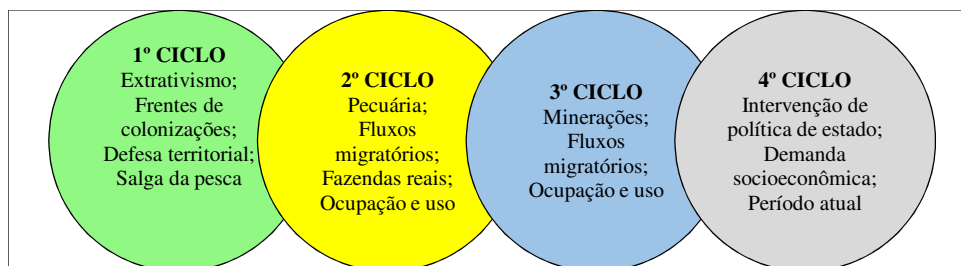
O período do Regime Militar trouxe certo distanciamento entre a sociedade brasileira e as Forças Armadas, sendo comum que se associem algumas práticas pejorativamente ao período, assim, reafirmamos que o trabalho ora apresentado não busca refletir sobre as contradições do período militar, ou sobre seu legado, mas sobre as contribuições sobre o pensamento geopolítico militar da época, bem como os laços que unem os diversos segmentos da sociedade de ontem e de hoje, no caso, o Exército Brasileiro por meio de suas ações junto à sociedade brasileira de forma direta ou indireta.

Sabe-se que a região da Amazônia Legal sempre foi tema estratégico e possuía lugar de destaque no meio castrense; sendo assim, durante o período do Regime Militar, as antigas ideias de integrá-la a economia e a vida com as demais regiões do Brasil, era objeto de discussões geopolíticas pelos militares desde 1920 (SANTOS, 2014), principalmente com relação ocupação de “espaços vazios” pelo Estado.

7.4.1 Formação socioespacial e Geopolítica de Roraima

Vários foram os acontecimentos geohistóricos até se alcançar a atual conformação territorial e socioespacial, como também o desenvolvimento regional, do estado de Roraima. Para compreender tal processo, na presente seção pretende-se realizar breves considerações de como este se sucedeu, elencando alguns momentos geohistóricos que compõem a historicidade e peculiaridades roraimenses a partir de quatro ciclos de evoluções e periodizações, desde o período da colonização na Amazônia (Figura 29).

Figura 29 - Evolução geohistórica e socioespacial de Roraima



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

O primeiro ciclo se caracteriza pelo processo de ocupação territorial desde as primeiras explorações por europeus, principalmente espanhóis, ingleses, holandeses, franceses e portugueses na Amazônia. Nesse processo, destaca-se o português Pedro Teixeira que teve grande participação quando em viagem de explorações da calha do rio Negro e seus afluentes (1637-1639), partindo de Cametá-PA até Quito (Equador), percorrendo cerca de 10.000 km entre trilhas e rios, com o objetivo de conhecer, explorar e expulsar prováveis contingentes estrangeiros, tendo papel fundamental para a expansão do domínio português sobre a Amazônia.

Nessa época, os movimentos colonialistas já frequentavam a região do baixo rio Branco e tinham como meio de produção o extrativismo, principalmente por meio de roças, feitorias e pesqueiros, em que os pescados eram salgados para consumo das Missões estabelecidas ao longo das margens dos rios Branco e Negro (foco das colonizações), ficando conhecido como período da “salga do peixe” (SILVA JÚNIOR, 1993).

De acordo com Santos (2010), no início século XVIII houve outras tentativas por parte dos portugueses de chegar ao rio Branco por meio do rio Negro, a exemplo de Francisco Ferreira (1718) cujo objetivo era alcançar as regiões das Guianas através do rio Branco. Tal aspiração era suscitada por terem conhecimento do comércio holandês existente na região o qual era intermediado por indígenas que traficavam o rio; pela oportunidade de realizar levantamento geográfico da região e localizar as possíveis “drogas do sertão”; além de aproximar-se dos indígenas com o objetivo de capturá-los para trabalhos escravos nas fazendas no Pará e Maranhão.

Segundo Silva Júnior (1993), em 1725 foram enviadas para a região do rio Branco as primeiras Missionárias Carmelitas do rio Negro, cujo objetivo principal visava a posse por meio das “Missões religiosas” como forma de se estabelecerem nas diversas localidades nas margens do rio Branco, deste modo, foram instaladas as Missões de Nossa Senhora do Carmo, Santa Maria, São Felipe e Conceição.

A Coroa Portuguesa, como forma de delimitar posição no vale do rio Branco, resolve enviar uma expedição sob o comando do então Capitão Engenheiro *Fehilippe Strum*, de origem alemã, com a finalidade de construir um forte no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera (especificamente a esquerda do rio Tacutu, ponto considerado estratégico pela Coroa Portuguesa). Acreditava-se que os dois rios seriam a porta de entrada para alcançar à foz do rio Amazonas: o rio Tacutu seria a passagem dos espanhóis oriundos da Venezuela e o rio Uraricoera de entrada de holandeses vindos do Suriname para se chegar ao Amazonas (COSTA, 2016).

A construção do Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778) era interesse particular por parte da Coroa Portuguesa, cujo objetivo principal era destruir instalações estrangeiras e garantir a posse territorial, em que o comandante se convertia em representante da política portuguesa no local, assim favorecendo a ocupação através de povoamentos no entorno do forte, constituídos por militares e indígenas da região (COSTA, 2016).

Dessa maneira, concluía-se o arco de fortificações que cercavam os seus domínios amazônicos por meio do Forte São Joaquim do rio Branco, fechando os principais acessos à região do interior da Amazônia, complementando o que já existia no estuário do rio Amazonas, que, segundo Vieira e Filho (2015), tinham acesso pelos rios Branco (Forte São Joaquim), rio Negro (Forte São José de Marabitanas - Cucuí e Forte São Gabriel), rio Solimões (Forte de Tabatinga) e rio Guaporé (Forte Príncipe da Beira).

O segundo ciclo se define pelo fato de renovadas tentativas de ocupação, uso e posse por parte de invasores europeus na porção mais setentrional da então colônia lusitana no Brasil. Diante disso, a Coroa Portuguesa inicia instalações de fazendas estatais, designadas de Fazendas Reais e/ou Nacionais (São Marcos, São Bento e São José) na porção montante do rio Branco (hoje considerado médio rio Branco), cujo objetivo principal era ocupação e presença lusitana, e do Forte São Joaquim do rio Branco, com a proteção dos aldeamentos já consolidados no entorno do forte e a defesa fronteira contra os invasores europeus (VIEIRA; FILHO, 2015).

Após a criação das fazendas estatais se dá início ao ingresso da pecuária bovina a partir de 1787, que visava “integrar a região ao mercado interno colonial, no entanto, a pecuária só atraiu os civis para a região nas últimas décadas do século XIX, com a expansão da atividade de coleta da borracha na Amazônia” (SANTOS, 2010, p. 9), tornando-se principal atividade econômica em Roraima até início século XX.

A segunda característica que compõe o segundo ciclo se refere aos fluxos migratórios da história recente do estado de Roraima (final do século XIX e início do XX), especificamente

por nordestino atraídos primeiramente pelo extrativismo vegetal e o declínio do ciclo da borracha na Amazônia (VIEIRA; FILHO, 2015), pela política de assentamentos agrícolas, garimpagem e a possibilidade de ingresso no serviço público.

O processo migratório para a Amazônia, em especial para Roraima, deriva principalmente da abertura de estradas cujo objetivo era integrar a região às demais do país, e, sobretudo, minimizar tensões sociais e agrárias, principalmente no Nordeste. Segundo Vieira e Filho (2015), a consolidação de aberturas de rodovias federais, tais como: a Transamazônica, Belém-Brasília (1960-1970), Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Manaus e a Perimetral Norte (Manaus-Caracarái no então Território Federal de Roraima), contribuiu significativamente com a dinâmica socioespacial do estado.

O terceiro ciclo é caracterizado pelo processo exploratório de minérios, em que historicamente Roraima se coloca como palco atrativo pela extração de materiais preciosos, principalmente de ouro e diamante. A descoberta de minérios ocorreu na porção setentrional e comumente em áreas de proteção indígenas, podendo ser caracterizado em três momentos distintos da histórica recente segundo Rodrigues (1996), tendo início de suas explorações em 1912 e seu declínio em 1992:

O primeiro período da história da mineração inicia-se em 1912 com as descobertas dos primeiros garimpos e vai até 1965. O segundo período inicia-se em 1966 a partir do aprimoramento técnico da atividade de garimpagem e vai até 1979. O terceiro período inicia-se a partir de 1980 com as descobertas de novos garimpos, passa pela "corrida do ouro" e se estende até o declínio contemporâneo da atividade garimpeira. (RODRIGUES, 1996, p. 8).

Historicamente, Roraima tornou-se um importante marco de exploração de diamantes (décadas de 1950 e 1960), incluindo as localidades das bacias hidrográficas dos rios Maú, Contingo, Quinô, Suapi e Serra do Tepequém. De outro lado, nas décadas dos anos 1980 e 1990, Roraima foi palco de intensa garimpagem de ouro em diversas frentes de garimpo, principalmente ao longo das bacias hidrográficas dos rios Apiaú, Mucajaí, Parima e Uraricoera, ocorrendo fechamento de todo tipo de exploração mineral em Roraima durante o governo Fernando Collor de Mello em 1992 (VIEIRA, *et al.*, 2007).

No cenário socioeconômico regional, o fenômeno “garimpo” trouxe consigo elementos importantes de forma direta ou indireta, até meados da década de 1990, alavancando a economia e o comércio de Roraima, influenciando o crescimento populacional no estado, na qual a dinâmica socioespacial era ligada ao sul, deslocando agora para o norte do estado.

No entanto, com o fechamento das atividades de garimpo e todo qualquer outro tipo de exploração mineral em Roraima durante o governo de Fernando Collor de Mello, em 1992,

acontece novamente mudança na dinâmica socioespacial, agora havendo deslocamento da porção norte para centro, havendo desaceleração no crescimento populacional do estado.

O quarto ciclo, caracterizado pela demanda socioeconômica, o estado de Roraima é afetado diretamente no seu processo de desenvolvimento por três questões específicas nos setores, segundo Freitas (2008), sendo elas: (i) territorial, devido à alta concentração de áreas institucionais, principalmente das Forças Armadas, Fundação Nacional do Índio e Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, ou seja, pertencente à União; (ii) à garimpagem ilegal, contínua gerando conflitos, além do desflorestamento principalmente em áreas protegidas, como as Terras Indígenas, finalmente, (iii) a questão econômica, sendo ela vinculada diretamente a “economia do contracheque” dependendo especificamente do setor terciário, que, segundo Freitas (2008, p. 53), “uma vez que se consta que sua economia é fortemente baseada no setor terciário com 87 % do PIB, contra 8,4 % do setor secundário e 4,3 % do setor primário”, concentrada em transferências federais oriundas especificamente de fundos federais, como: Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo Nacional de Saúde (FNS) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante do exposto, a questão econômica relaciona-se diretamente com o estado de Roraima ao gerar um padrão de desenvolvimento claramente exógeno, não existindo uma economia autônoma com padrão de crescimento independente de transferências federais, estando vinculada direta ou indiretamente à administração pública com dinamismo rentista econômico que buscam atividades destes recursos na própria administração e/ou no setor privado.

7.4.2 Geopolítica roraimense

O processo geohistórico roraimense sempre esteve ligado ao regime de ocupação da Amazônia e a conquista do rio Negro, e, por conseguinte, do rio Branco no século XVII desde início da colonização europeia no Brasil. Segundo Silva Júnior (1993), é a partir de expedições militares ocorridas em 1535 e conduzidas pelo espanhol *Gonzalo Jiménez de Quesada* (Lima-Peru) que teve intuito de procurar índios que haviam fugidos de atrocidades de Francisco Pizarro, além de outras de expedições em direção à Colômbia, Venezuela e Roraima em busca do sonho do “*El Dourado*”.

Por séculos, aventureiros continuaram a busca pela América do Sul, principalmente a Noroeste, por tesouros da lenda do “*El Dourado*”, uma cidade rica em metais e pedras preciosas. Ainda no século XVII acontece abrupta mudança de direção para o leste em direção à fronteira da Venezuela e Roraima, fato este que teria sido o motivo de conflitos sobre territórios coloniais de Portugal com a Espanha e com a Inglaterra (SILVA JÚNIOR, 1993).

É secular que a história retrata o fato de que a Amazônia sempre foi campo de cobiças nacionais e internacionais. Agostinho (2001, p. 386) afirma que a Amazônia sempre foi palco de atração para os europeus encantados pela narrativa de imensas riquezas ali existentes, “alardeadas inicialmente por correspondências enviadas à Europa em 1555 pelo espanhol *Francisco Orellana* que primeiro desceu o Rio Amazonas desde os Andes até a sua foz”.

De certa forma, histórias e estórias se confundem sobre a existência de uma cidade perdida no meio de uma extensa e densa floresta na Amazônia, o que poderia ser mais uma cidade inca perdida como tantas outras que aventureiros dos quatro cantos do mundo sonhavam e sonham em encontrar tão rica localidade denominada de “*El Dourado*”, também conhecida por indígenas como *Manoa*, localizada nas margens do rio chamado “*Parime e/ou Parima*” (AGOSTINHO, 2001). Fato este contestado pelo naturalista *Alexander Von Humboldt*, em meados do século XVII, conforme anotado por Silva Júnior (1993), quando de uma visita no rio Negro nas proximidades da Colômbia, e pelo explorador *Shomburgk*, em viagem ao Amazonas (Brasil) e a Roraima em 1839.

O caso é que todos esses acontecimentos corroboraram para disseminação de relatos sobre a existência de um tesouro perdido que aguçou a cobiça de inúmeros aventureiros, os quais se organizaram em expedições patrocinadas por comerciantes e/ou potências do velho continente no intuito de se perdurar numa conquista, ocupação e exploração da região da grande ilha das Guianas.

Sendo assim, iniciaram-se os interesses por parte de governos europeus em obter o controle direto sobre a Guiana Francesa e, indiretamente, pelo Suriname e Guyana, regiões estas que possuíam posição de grande importância estratégica/militar e enorme potencial mineral, biodiversidade, dentre outros, razão pela qual se tornou motivo de disputas territoriais e fronteiriças no passado e até nos dias atuais (AGOSTINHO, 2001).

A pretensão em conquistar, ocupar e expandir a Amazônia lusitana ao longo dos séculos transcorreu por longos períodos de entaves do ponto de vista histórico e de ameaças externas, que tiveram como percussores desbravadores da então Coroa portuguesa até se chegar a fundação da cidade de Belém (hoje estado do Pará, em 1616), pelo então Capitão-Mor do Rio

Grande do Norte Francisco Caldeira Castelo Branco (BELÉM, 2012), e *a posteriori* a criação dos estados do Maranhão e Grão-Pará.

É com a Constituição Federativa do Brasil de 1937, conhecida como Constituição do Estado Novo, que se abrem caminhos para a criação de Territórios Federais, convergindo com o pensamento geopolítico de estudiosos brasileiros da época, e possibilitando o Estado brasileiro criar, dentro do princípio de interesse de segurança nacional e por meio de desmembramentos dos territórios dos estados, novas unidades federativas, cuja administração seria regulada em lei especial (MATTOS, 1980), assim chancelando ao Estado a possibilidade de intervenção na região amazônica.

Concomitantemente, com o fim do período ditatorial do governo de Getúlio Vargas (1937-1945), ou seja, do Estado Novo, também é chegado ao fim o período intervencionista do governo central na Amazônia, momentaneamente, pois, ao retornar ao poder central do Brasil, Vargas (1951-1954) retoma a ideia de ocupação da Amazônia, com a dicotomia integração e desenvolvimento da região, através da aprovação da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 195, que cria a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPEVEA (SANTOS, 2012), mais tarde substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, por meio da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

A Amazônia, no contexto dos estados federados, sempre representou uma peça importante sob o ponto de vista geopolítico, considerando que a sua geografia se constitui em fator predominante em qualquer tipo de política que se procure estabelecer para a região. Para integrá-la plenamente ao resto do País, mediante o desenvolvimento de suas potencialidades, será necessário enfrentar desafios internos e os externos.

A partir da intervenção estatal republicana na Amazônia (1940), por meio de proposta e medidas concretas de planejamento regional sistemático, além de uma forte ideologia desenvolvimentista, a ideia de criação de Territórios com o propósito de melhor controlar as fronteiras que tinham como precursores, estudiosos geopolíticos brasileiros, haja vista ser nítida a semelhança de algumas ideias como a necessidade de ocupar e desenvolver economicamente as áreas junto às fronteiras norte do Brasil (SANTOS, 2012).

Desmembrado o estado do Amazonas, é por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que é criado o Território Federal do Rio Branco (atual estado de Roraima) durante o governo de Getúlio Vargas, tal medida teve apoio de grande parte da sociedade brasileira, uma vez que seria de suma importância a presença estatal naquelas regiões pois ampliaria o poder central por meio dos Territórios Federais.

Após a criação do Território Federal do Rio Branco, acontece a primeira intervenção política do Estado com ações de incrementação da ocupação econômica e demográfica para o Território, principalmente aquelas de cunho fundiária, como as criações de colônias agrícolas (Santa Maria do Boiaçu, Cantá, Mucajaí, dentre outras); integração rodoviária com rodovias federais e estaduais, além de projetos de assentamentos por meio do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) às margens das rodovias. De certo modo, tais ações corroboraram com o crescimento demográfico, socioeconômico e socioespacial local.

Desde as expedições de Pedro Teixeira (1637-1639) pelos rios amazônicos, a participação dos militares brasileiros junto às transformações para a região amazônica foi e continua sendo de fundamental importância para o Brasil, mesmo durante o período do Regime Militar (1964-1985). A geopolítica militar para a região teve avanços significativos, principalmente quanto aos diversos programas implementados nas regiões Norte e Nordeste, dentre eles consideram-se como destaques aqueles que, de certa forma, corroboraram para que houvesse transformações diretamente à vida econômica, social e política local.

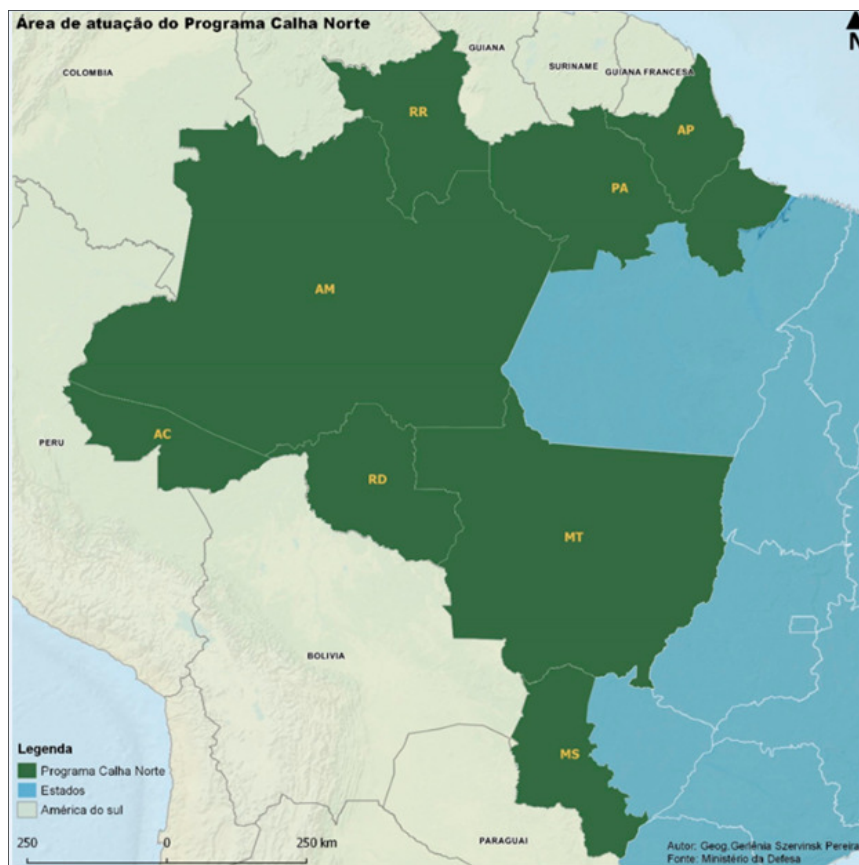
Nesse sentido, destacaram-se o Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970, cujo objetivo era implementação de obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país; o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II, compreendidos entre os anos de 1972-1979, cuja finalidade era promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia, dentre elas, Roraima; o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), criado em 1974, com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia.

Outro projeto que merece destaque, foi o Projeto Calha Norte (PCN) criado durante os governos militares, mas somente implementado durante o governo de José Sarney (1985) que tinha como escopo principal a manutenção da soberania da Amazônia e promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável, que conquistou grande relevância devido ao fato da ausência de poder estatal na região, “vazio demográfico amazônico”, bem com a intensificação contra crimes transfronteiriços de natureza diversa.

Atualmente o PCN possui grande abrangência em todo território nacional, contemplando 379 municípios, 6,80 % em nível nacional, distribuídos em oito Unidades da Federação brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia e Roraima. Assim, segundo (ANDRADE; LIMA, 2018), o PCN é, portanto, um eixo importante tanto da política de defesa quanto de desenvolvimento regional

da Amazônia brasileira e das fronteiras, uma vez que deixou de atuar apenas acima da Calha Norte do rio Amazonas para gradualmente adentrar zonas abaixo dele (Mapa 4).

Mapa 4 - Mapa de abrangência e atuação do Programa Calha Norte



Fonte: Brasil (2017).

O PCN foi criado tendo no escopo três ações com duas vertentes: a militar, com duas ações, e a civil, com uma ação. A vertente militar, que corresponde à “manutenção da soberania e integridade territorial”, com desenvolvimento sustentável da região do Calha Norte, e a vertente civil, com implantação de infraestrutura básica nos municípios da região do PCN.

Com os governos militares, a relação poder local *versus* poder central, como em todo o Brasil, é de ampla dominância do segundo, cabendo ao primeiro apenas o apoio e a legitimação do sistema político pelo voto. A administração dos territórios federais eram atribuição do poder central mediante nomeações previstas em Decreto-Lei, sendo atribuição deste corroborar para que houvesse a ocupação efetiva dos territórios, principalmente dos espaços tidos como vazios.

A partir da criação do 6º Batalhão de Engenharia de Construção em 1967, uma nova ordem geopolítica para Roraima surge, pois são retomadas as obras da construção da rodovia

federal BR-174, até então a cargo do governo amazonense, que ligaria as capitais do Amazonas e Roraima, sendo concluída em 1977. Concomitantemente, culminam com a transferência do Comando Militar da Amazônia da cidade de Belém para Manaus, em 17 de abril de 1969, por meio do Decreto nº 64.366, e com as instalações de Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) nos municípios de Bonfim, Normandia e Vila Pereira (que posteriormente seria transferido para Pacaraima), fato este associado às tensões existentes na Guyana ocasionadas por disputas territoriais, o que sugere estratégias prioritárias para a Amazônia Setentrional e Caribenha.

Com a Constituição Federal de 1988, Roraima é transformado em estado da federação, tendo suas primeiras eleições em 1990 e o surgimento de um novo período após o fim do Regime Militar, notadamente baseado em estratégias geopolíticas por meio do término das rodovias federais BR-174 (acesso Brasil-Venezuela) e BR-401 (Brasil-Guyana), que daria oportunidades de criação de novos municípios e, conseqüentemente, geraria novos fluxos migratórios e a fixação do homem em pontos considerados “vazios”, contribuindo, assim, para o fortalecimento da soberania nacional.

7.4.3 Regionalizações e subdivisões da Amazônia

A Amazônia e suas complexas relações derivam de um apanhado de ecossistemas de selva úmida, que compreende 4,2 milhões de km² de zona equatorial e está na agenda mundial do debate sobre a preservação/conservação de sua biodiversidade, sendo palco de intensas discussões em todo planeta. Sobre ela pesa o título de maior floresta equatorial e maior bacia hidrográfica do mundo, bem como de seus aspectos da biodiversidade da flora e fauna. Deste modo, pretende-se nesta seção fazer apontamentos da Amazônia por meio da regionalização a partir das subdivisões da: Pan-amazônia, Amazônia Caribenha, Amazônia Legal e Amazônia Setentrional.

7.4.3.1 Pan-amazônia, Amazônia Interacional e/ou Amazônia Continental

A utilização de terminologias para caracterização da Pan-amazônia e/ou Amazônia Continental se faz à medida que questões geopolíticas voltadas para a Amazônia passam a incidir sobre sua totalidade (RIBEIRO, 2005), sendo esta região considerada o *locus* de discussões sobre geopolítica, tendo sua composição pelos seguintes países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Republica da Guyana, Suriname, e o Território Ultramarino da França - Guyana Francesa (Mapa 5).

Mapa 5 - Mapa das subdivisões da Amazônia



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, OLIVEIRA, 2020).

No mapa 5, apresentam-se dois formatos da Pan-Amazônia, onde, o primeiro refere-se a Amazônia do ponto de vista histórico que abrange toda a extensão territorial dos os Estados que a compõe, e o segundo aquele do ponto de vista geográfico, notadamente formado pelos biomas amazonidas de seus Estados.

O uso da terminologia para definição da dimensão internacional da Amazônia em nível regional deriva de um entendimento sobre a Amazônia como um todo, para diferenciá-la da Amazônia nacional em cada país que compartilha a região. Sendo assim, são várias as terminologias utilizadas para defini-la, como: Pan-Amazônia, Amazônia sul-americana, Grande Amazônia, Amazônia Internacional, dentre outras.

A abordagem que se retrata sobre uma Amazônia Continental e/ou Pan-amazônia consiste na percepção da conscientização que extravase para os demais países parcialmente amazônicos, no sentido de possibilitar sempre uma ação conjugada com o objetivo de resguardar a soberania dos respectivos países sobre a Região. Para Ribeiro (2005, p. 35), tal postura de conscientização deve-se, a *priori*, começar pela formação intelectual endógena, ainda nos bancos das escolas, de forma que se tenha aporte “*intelligentsia* regional sobre a questão tenha o indispensável suporte de apoio para lutar contra os abusos e intervenções que vêm atingindo a Região”.

Ainda segundo Ribeiro (2005), a indefinição geopolítica para a denominação da Pan-Amazônia deriva da dificuldade de se chegar a um acordo quanto às dimensões das Amazônias florestal e hidrográfica, em que a primeira compreende uma área total de 5.897.795 km², sendo o Brasil possuidor de maior parcela com 60 %, e a segunda, excluindo as Guianas com área de 6.869.344 km², sendo formada pelas áreas da bacia hidrográfica amazônica que integram o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela, sendo o Brasil possuidor de maior parcela com 76,2 %.

7.4.3.2 Amazônia Caribenha

A Amazônia Caribenha consiste num território situado à Nordeste da América do Sul, composto por parte de cinco países, sendo estes Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Território Ultramarino da Guiana Francesa, região que teve sua história marcada por conflitos e disputas étnicas a partir da chegada dos primeiros exploradores europeus atrás do sonho da cidade do “El Dourado” e de suas pedras preciosas (Mapa 6).

Mapa 6 -Amazônia Caribenha



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, OLIVEIRA, 2020).

O conceito de Amazônia Caribenha foi construído com base na historicidade do homem americano que habitou esta região após manter contato direto com colonizadores europeus, fazendo com que avançasse os estudos de base na cartografia histórica, além de embasamentos de informações trazidas por viajantes e exploradores sobre aquela região, principalmente por europeus, onde Oliveira (2011, p.1) denomina como sendo Amazônia Caribenha:

Todo o território das Ilhas das Guianas¹² “que compreendem o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas, pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco” .

O processo de povoamento da Amazônia Caribenha demonstra como era intensa a presença de europeus nesta região, principalmente de espanhóis, portugueses e holandeses. Durante o século XVII, com a chegada dos portugueses, então unificados ao reino espanhol (União Ibérica 1580-1640) que se dá início a ocupação no delta e do rio Amazonas, consolidando a presença dos povos ibéricos nas terras da Amazônia (OLIVEIRA, 2003), dando início ao pioneirismo neste processo de ocupação na Amazônia ou da ilha das antigas guianas, com indicação de entrada para o rio Branco.

O período Ibérico compreendeu momentos históricos de expedições exploratórias para as Amazônias e ideais de povoamentos tanto nas ilhas do Mar do Caribe como nas margens do rio Orinoco, principalmente, no final do século XVI, por meio de instalações de fortificações por determinação do reinado espanhol, que gradativamente foram intensificando a presença de indígenas e de colonos espanhóis no entorno dos fortes, sempre assistidos por missionários religiosos na região do rio Orinoco (RESENDE, 2006).

O processo de colonização na América do Sul, geralmente, aconteceu por meio dos países que compunham a União Ibérica, culminando na ocupação em dada porção da vasta região do subcontinente sul-americano. No que concerne ao processo histórico das Ilhas das Guianas, este possui peculiaridade quanto à demarcação da fronteira amazônica na América do Sul (OLIVEIRA, 2011). É notório que a histografia brasileira apresente com clareza a colonização espanhola nos vales da Amazônia, no entanto, em relação a presença de holandeses durante o processo de colonização da Amazônia pela costa caribenha esta é considerada pífia. Sendo assim, pesquisas de estudiosos recentes, notadamente as do professor Reginaldo Gomes

¹² As Guianas são uma subdivisão da América do Sul, composta pelos países e Território: Guyana, Território ultramarino (Guyana Francesa), Suriname e parte do Brasil - Pará, Roraima, Amapá e Roraima. (PARANÁ, 2019).

de Oliveira¹³, apontam para outra historiografia que tem como ênfase a presença e ocupação nas ilhas das Guianas.

Nesse processo, os holandeses possuem papel importante na evolução histórica, uma vez que era colônia da Corroa Espanhola até 1581, sendo ela uma das mais importantes províncias dos Países Baixos, além de que eram exímios navegadores e terem livre acesso e permissão para comercializar no Atlântico Norte; desta maneira, mantinham comércio com indígenas no litoral das Guianas na região do rio Suriname desde 1600 (OLIVEIRA, 2003).

A conformação da Amazônia Caribenha tem perspectiva da dinâmica da afirmação dessa região ao longo de um processo geohistórico, com a marcante presença dos povos indígenas e suas influências na cultura, bem como por meio de economia e da utilização das redes interétnicas indígenas pelos holandeses para disseminar mercadorias ou ainda na produção do espaço (OLIVEIRA, 2011).

7.4.3.3 Amazônia Legal

Através da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), por meio da Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico, a fim de atender as demandas do governo central voltados para o planejamento e promoção do desenvolvimento regional.

A SPVEA deriva de momentos difíceis da humanidade durante o período da 2ª Grande Guerra, em que o Brasil se comprometeu junto ao Acordo de Washington¹⁴ o fortalecimento da obtenção de matérias-primas, principalmente da borracha silvestre, necessárias ao programa bélico norte-americano, o governo forneceria assistência à população, como assistência sanitária, alimentos e crédito (MASCARENHAS, 2016). Em 1966, por meio da Lei nº 5.173, de 27 de outubro, foi publicada a extinção da SPVEA e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ampliando seus limites com a inserção do estado do Mato Grosso (Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977), mapa 7.

¹³ Professor Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Roraima (Plataforma LATTES).

¹⁴ Trata-se de acordos entre o Brasil e com os Estados Unidos da América (1942 e 1943), cujo objetivo maior era garantir matéria-prima considerada estratégica e com exclusividade (SILVA, 2015).

Mapa 7 - Mapa da Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, OLIVEIRA, 2020).

Com a chegada dos militares ao centro do poder por meio do Regime Militar (1964-1985), os planejamentos para a Amazônia ganharam implementações com novo rumo e novas estratégias, sob forte intervenção governamental de investimentos de recursos, notadamente a partir do discurso proferido em janeiro de 1966, pelo então presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), ao fazer o lançamento da “Operação Amazônia”, que tinha como finalidade principal transformar a economia da Amazônia, fortalecer as fronteiras e fazer a integração do espaço amazônico com as demais regiões do Brasil (BRASIL, 2019b).

Após a extinção da SPVEA e criação da SUDAM, outros incentivos para a região amazônica foram implementados com o objetivo de oferecer celeridade e possibilitar outras estruturas. Na oportunidade, com a sanção da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, que versa sobre a contingência de pessoas jurídicas de isenções fiscais. Na oportunidade, destacou-se a sanção da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, que versa sobre a contingência de pessoas jurídicas de isenções fiscais, em especial sobre imposto de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras. Desse modo, colocando-se como instrumento de atração de investidores endógenos e exógenos para a região.

É fato que várias foram as estratégias utilizadas como base para incremento de ocupação na região amazônica. Segundo Becker (2001), dentre estas estratégias, destacam-se a criação do Banco da Amazônia (BASA); extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); como também a criação da Zona Franca de Manaus, todas na década de 1960. Assim, o Estado se apoiou em estratégias que implementaram a ocupação regional como “a produção do espaço”.

A SUDAM, após sua criação, teve como primeiro superintendente o General Mário de Barros Cavalcante, tornando-se uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, posteriormente vinculando-se ao Ministério do Interior. Teve em seu cerne o planejamento, a coordenação, bem como a promoção da execução e do controle da ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional (BRASIL, 2019w).

Coube ao Engenheiro Civil Hugo de Almeida (1974), primeiro civil a ocupar a função de superintendência da SUDAM, o propósito de implantar a Superintendência da Zona Franca de Manaus. Esta, por sua vez, tinha como objetivo comportar incentivos fiscais e extrafiscais para atrair investimentos e implantar um polo industrial, comercial e agropecuário na região,

além de colocar em prática o sistema de reunião mensal do Conselho Deliberativo da Sudam (CONDEL).

Como ícone voltado para o planejamento e promoção do desenvolvimento da Amazônia Legal, a SUDAM operou, sobretudo, na atração de investimentos para a Amazônia, neste quesito destacando-se o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), criado por meio do Decreto Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974¹⁵; de incentivos fiscais, bem como na atuação da coordenação e supervisão, outras vezes mesmo, na elaboração e execução de programas e planos de outros órgãos federais.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 24 de agosto de 2001, por meio da medida provisória nº. 2.157-5, foi publicada a extinção da SUDAM e, por conseguinte, criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), sob fortes críticas quanto à eficiência dessa autarquia, passando a ser a responsável pelo gerenciamento dos programas relativos à Amazônia Legal. Assim, a ADA passa a ter uma estrutura pequena e orçamento limitado, com atuação no planejamento regional, tendo como principal missão o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) da Amazônia Legal.

Durante o mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), é recriada a nova SUDAM por meio da Lei Complementar nº124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que, segundo Brasil (2019), passa a ser uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, cuja missão institucional é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de uma área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados que compõe a Amazônia Legal.

O Projeto Calha Norte (PCN) é lançado em 1985 visando corroborar com a integração, o pensamento e a presença militar na Amazônia. Tinha como escopo a manutenção da soberania na Amazônia e promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável, surgindo a partir da necessidade decorrente da ausência estatal na Região Norte, que possui baixa densidade demográfica (vazio demográfico), e da intensificação de crimes transfronteiriços. Para Mattos (1990) o PCN tinha grande importância pelo fato de acontecimentos a época, sobretudo quanto a administração da fronteira norte, e as práticas ilícitas que se agravam na região, principalmente em Roraima com conflitos entre garimpeiros e indígenas.

¹⁵ Sua redação teve diversas alterações e/ou complementos: Lei nº 8.167, de 16.01.91; Decreto nº 101, de 17.04.91; Lei nº 9.808, de 20.07.99, Lei nº 9.532, de 10.12.97, Lei 6.404, de 15.12.76; Lei nº 9.808, de 20.07.99, Lei nº 9.532, de 10.12.97, Lei 6.404, de 15.12.7.

Por iniciativa brasileira, em 1978 é criado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), surgindo da necessidade de institucionalizar e orientar um processo de cooperação regional que já havia sido idealizado ao longo dos anos 60 e 70, que tinha como objetivo maior gerar o desenvolvimento integral da região e o bem-estar de suas populações, além da manutenção da soberania dos países sobre seus territórios amazônicos, tendo como base o fortalecimento da cooperação regional o principal meio para alcançar esses objetivos (BRASIL, 2019z).

Composto pelos países signatários de: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guyana, Peru, Equador, Venezuela e Suriname, o TCA possuía discurso desenvolvimentista, contudo, não era uma de suas preocupações fundamentais incrementar o desenvolvimento econômico, e sim, políticas estratégicas, tendo resistido por vinte anos até ser substituído pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a qual é dotada de secretaria permanente e orçamento próprio.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) possui caráter específico em relação à cooperação e integração entre os países, “na busca de formulação de um conjunto de princípios, regras e costumes que orientem a ação dos governantes em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável da região, além de facilitar a troca de informações e a cooperação em ações conjuntas” (HOSANNAH, 2015, p.10).

Deste modo, observa-se a consolidação dessa região por meio do seu processo evolutivo (Quadro 18), sobretudo pelo fato de forte influência por parte do governo central por meio de políticas públicas, cujo objetivo maior era fazer integração socioeconômica, integração intranacional e o fortalecimento das fronteiras amazônicas, culminando com os dispositivos normativos da região e das Unidades da Federação.

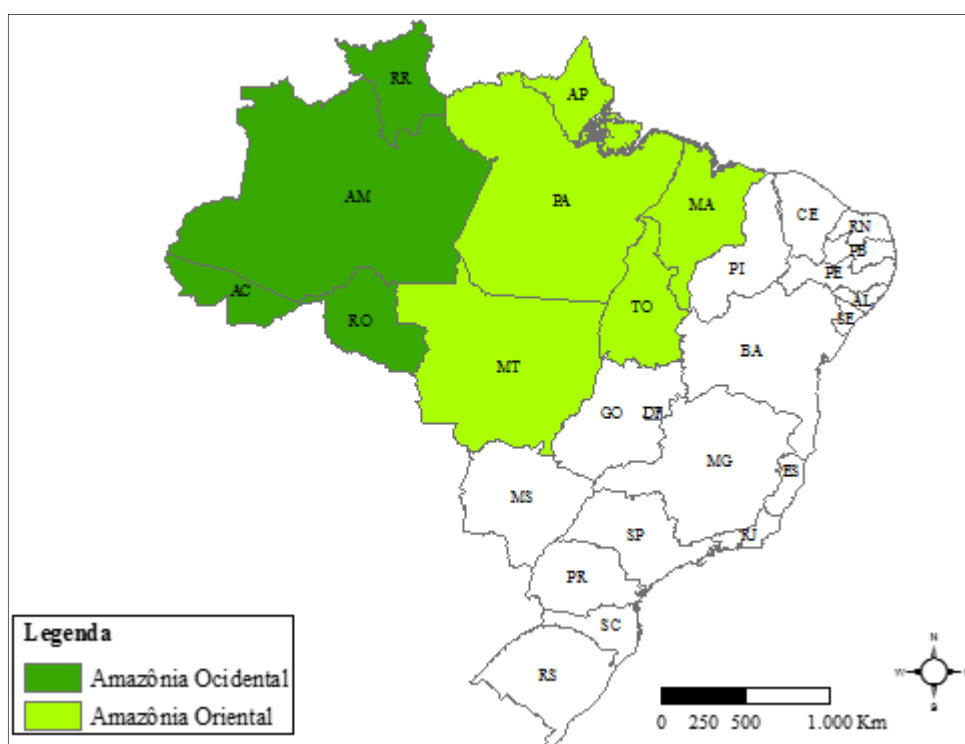
Quadro 18 - Processo evolutivo e seus dispositivos legais para a Amazônia Legal.

Periodização	Evento e dispositivos legais
1953	Criação da SPVEA e denominação do conceito da Amazônia Legal, Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953.
1957	Criação da Zona Franca de Manaus, Lei Nº 3.173, de 06 de junho de 1957.
1966	Lançamento da Operação Amazônia e extinção da SPVEA e criação da SUDAM, Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966.
1966	Contingência de pessoas jurídicas de isenções fiscais, Lei nº 5.174.
1974	Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), criado por meio do Decreto Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.
1977	Inserção da UF de Mato Grosso como integrante da Amazônia Legal, Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977.
1978-1998	TCA e OTCA, cooperação e integração de países sul-americanos.
1985	Criação do Projeto Calha Norte.
2001	Extinção da SUDAM e Agência de Desenvolvimento da Amazônia.
2007	Extinção da Agência de Desenvolvimento da Amazônia e recriação da SUDAM.

Fonte: Elaboração própria. (GOMES; SENHORAS, 2019).

Concomitantemente a esse processo normativo e evolutivo da Amazônia Legal, foram definidas as subdivisões da Amazônia Ocidental, estabelecida por meio do Decreto Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, compreendendo os estados do: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, equivalendo 42,97% da extensão territorial da Amazônia Legal (BRASIL, 2017) 2013); e da Amazônia Oriental, que foi definida por exclusão, com ratificação por meio do Decreto nº 356, de 15 de agosto de 1968, compreendendo os estados do: Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso (Mapa 8).

Mapa 8 - Subdivisões da Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A divisão geoespacial entre Amazônia Ocidental e Oriental é utilizado para o planejamento e execução de missões pelos militares durante seus planejamentos estratégicos para Amazônia Legal. Na porção Ocidental visa-se o preparo para eventuais ameaças provenientes de forças baseadas na vasta área que engloba a Venezuela e parte das Guianas, bem como das áreas marítimas circunvizinhas, com base em estratégicos “governamentais multissetoriais, com ênfase na integração e desenvolvimento socioeconômico cada vez maior, juntamente com uma estratégia militar com destaque para as capacidades terrestres” (GONÇALVES, 2016, p. 70).

Em contrapartida na porção da Amazônia Oriental, a preocupação deriva da defesa da foz do Amazonas e suas grandes extensões adjacentes, em sua grande parte revestida de

vegetação equatorial densa e não menos complexa, na qual, a atuação estatal deverá ser diversificada e integradora quanto na porção ocidental.

7.4.3.4 Amazônia Setentrional

A tipificação da Amazônia Setentrional deriva de um imperativo geográfico na definição de uma sub-região localizada a partir da margem esquerda do rio Amazonas, limitando-se ao sul com o rio Amazonas e ao norte com os países vizinhos. Abrange os territórios do Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá, fazendo limite com a Colômbia, Venezuela, República da Guayana, Suriname e Guiana Francesa (Mapa 9).

A Amazônia Setentrional está ligada intrinsecamente às práticas geopolíticas, notadamente na estruturação territorial do Brasil, desde o período Brasil Colônia durante a ocupação da Amazônia, iniciando por meio da exploração econômica como estratégias, em seguida por processo decorrente das Missões religiosas e as fortificações instaladas em pontos estratégicos, que tinham *a priori*, intuito de colonização nas margens dos rios e a pregação dos conceitos ocidental, *a posteriori*, a missão barrar tentativa de incursões inimigas em solo lusitano (LIMA; SILVA; SOUZA 2012).

Como um dos últimos projetos geopolíticos do período militar, em 1985 foi criado o Projeto Calha Norte (PCN), que seria ampliado para Programa, nascendo com o escopo de desenvolvimento na região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, reforçando as fronteiras setentrionais brasileiras, bem como promovendo a ocupação e o desenvolvimento sustentável e ordenado da região.

Várias foram as motivações geopolíticas que viabilizaram a criação do PCN, dentre elas, destacam-se: a ausência estatal na região do extremo norte do Brasil, a baixa densidade demográfica, a cobiça internacional, a influência socialista em países limítrofes, a porosidade fronteiriça que propiciam a entrada de ilícitos, a presença de crimes ambientais e extração de minérios em áreas de proteção, principalmente em terras indígenas no estado de Roraima em que já existiam grandes explorações, além da necessidade de ocupar e ao mesmo tempo integrar a região norte com resto do país.

Mapa 9 - Mapa Amazônia Setentrional



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, OLIVEIRA, 2020).

De igual forma às demais Amazôniaas, a Amazônia Setentrional, notadamente nas regiões de fronteiras, apresenta enorme dificuldade em manter a defesa e segurança, em virtude da baixa densidade populacional, baixo nível de desenvolvimento e forte dependência dos principais centros comerciais, políticos e financeiros de seus respectivos países.

Esta sub-região é considerada um dos principais focos de interesse da defesa nacional por encontrar-se no cerne de discussões geopolíticas na atualidade devido ao amplo destaque para problemas fronteiriços como no caso de migrações, principalmente entre Brasil-Venezuela, devido as demandas políticas, socioeconômicas, culturais e moral com o país vizinho, além de questões ambientais e crimes transfronteiriços diversos. Sendo assim, com abordagem multidisciplinar, a estratégia de defesa para a Amazônia sustenta-se por meio do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, com isto, demonstrando a necessidade de um olhar mais atento para as dificuldades presentes na defesa da região.

7.4.4 Considerações parciais

O presente capítulo teve o objetivo de fazer levantamentos bibliométricos qualitativos de dois conceitos-chave da ciência geográfica, Geografia Política e da Geopolítica na Amazônia, a fim de identificar suas evoluções e ciclos de vidas, e caracterizar os perfis das produções científicas mais recorrentes de acordo com o estudo do estado da arte em três recortes pré-estabelecidos na presente seção.

As análises apontaram para produções com discussões plurais, ecléticas e assimétricas nos diferentes recortes temporais, além da diversidade de áreas do conhecimento que discutem os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, sendo estes discutidos por uma maioria de autores que os têm como eixo secundário em suas obras, com raríssimas exceções, em especial Bertha Koiffmann Becker, cujo estado da arte apontou sete obras entre as 25 selecionadas, e Carlos Meira Mattos com discussões tendo os conceitos em questão como eixos primários.

A análise sistemática sobre os conceitos em voga expôs uma visão holística sobre as discussões mais recorrentes no âmbito acadêmico especializado, ficando evidente, por meio do estudo do estado da arte, o uso de forma ambígua e indiscriminada das terminologias por aqueles autores que utilizam os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica como eixo secundário.

Por outro lado, entender os processos geohistóricos e geopolíticos da atual conformação da Amazônia, perpassa por acontecimentos e abordagens complexas, a começar pela sua extensão e os Estados que a compõe. Num passado recente, a Amazônia esteve sob

posse e guarda lusitana e, desde então, passou por diversas transformações endógenas e exógenas culminando com conflitos territoriais e étnico-culturais, dentre outros.

Neste sentido, a Amazônia passou por diversas transformações ao longo do tempo-espaço, na qual ocorreram certezas e incertezas sobre seu futuro, o que corroborou para uma nova geopolítica na Amazônia, em que as relações entre a política e o espaço geográfico demandam ações impositivas e conflitivas afetando diretamente a vida social da população da região, devendo o Estado traçar estratégias entre os diferentes Estados da Amazônia, numa tentativa de integração e manutenção da soberania de cada Estado nação.

8 GEOPOLÍTICA SOB O PRISMA MILITAR DA AMAZÔNIA (SÉCULOS XV AO XXI)

8.1 GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA DA AMAZÔNIA

O presente capítulo traz uma síntese ampliada dos eventos histórico-militares que envolveram as primeiras expedições e/ou explorações de europeus na Amazônia, procurando entender o processo histórico dos múltiplos conflitos socioculturais decorrentes de acontecimentos geopolíticos e militares a partir da metade do século XV, tendo em vista a importância de se conhecer e compreender o contexto objetivo e subjetivo da comunidade científica no momento da concepção do capital científico sobre o tema, em que várias correntes teóricas convergem ou divergem acerca, dada a especificidade dos debates e teorias construídas neste campo científico.

A pesquisa tem como objetivo mostrar como ocorreu o processo geopolítico-militar na Amazônia por meio da europeização e *posteriori* conformação portuguesa nesta região, sob a ótica de acontecimentos geopolíticos que transformaram sua configuração territorial através de estratégias de contenção e de defesa com fortificações militares e da consolidação da geopolítica portuguesa na Amazônia.

O capítulo discute a evolução da presença e ocupação militar a partir da metade do século XV ao XXI, por meio da hermenêutica geográfica (interpretação) e militar, nos quais se buscou identificar como ocorreu o processo de ampliação do Poder Militar no estado Roraima, tendo como expoente o momento da instalação do Forte São Joaquim do rio Branco, em 1775, o qual foi desativado em 1900, concluindo, assim, um longo e lento processo de fortificações militares na Amazônia.

A pesquisa bibliográfica se constitui como alicerce metodológico, possibilitando a análise geral da produção científica total quanto a análise específica dos textos de natureza híbrida e normatizada. Com base neste procedimento, foi identificado e estabelecido um ciclo de vida periodizado, por nós nominado de quatro fases: embrionária; (ii) déficit do Poder Militar institucional; (iii) reintegração do Poder Militar institucional; (iv) institucionalização e irradiação de Organizações Militares em Roraima, e (v) reestruturação do Exército Brasileiro por meio de criação e/ou transferências de Organizações Militares, notadamente para a região da Amazônia Legal, bem como a obtenção de arquivo iconográfico de Organizações Militares que veio auxiliar junto à construção do presente capítulo.

Como resultado foi possível identificar como ocorreu o processo de ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal, notadamente no estado de Roraima, por meio da

consolidação da 1ª Brigada de infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) na cidade de Boa Vista a partir do ano de 1992 e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas.

8.1.1 Geopolítica da Amazônia e hermenêutica geográfica

A geopolítica da Amazônia transcorreu a partir da presença e ocupação europeia sob a ótica de acontecimentos geopolíticos que transformaram sua configuração ao longo de séculos por meio de expedições e/ou exploração de europeus na região. Dessa forma, fez-se necessário realizar uma síntese ampliada dos eventos histórico-militares que, segundo Oliveira (2003), é nesse processo histórico que se devem considerar os múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações do sistema político, os quais possuíam intenção de expansão territorial da cultura ocidental oriunda das monarquias ibéricas e das elites burguesas da Europa, que travavam disputas pela partilha do poder central e o direito do comércio no Atlântico Norte.

Esse conjunto de interpretações decorreu de acontecimentos geopolíticos em que as formas sociais são consideradas produtos históricos reconhecidos pela Geografia como resultado da ação humana sobre a superfície terrestre. Dessa maneira, estudar e interpretar acontecimentos passados sob a ótica desta disciplina não se deve limitar somente em realizar o resgate das antigas formas morfológicas, embora tenha sua devida importância na recuperação da produção material das sociedades do passado (ABREU, 1996).

Sendo assim, propomo-nos a realizar uma ampla análise na qual se coloca a Geografia como Ciência que responde outros questionamentos de necessidade, de descrição e de explicação do mundo enquanto sociedade organizada. Santos (2002) ressalta que será necessário estudar conjuntamente com o tempo e espaço como parâmetros compatíveis, uma vez que o espaço é considerado concreto demandando que o tempo também assim o seja, pois, os eventos mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novas características.

Desta maneira, ressalva-se que durante a realização da revisão integrativa (capítulo 1) ficou evidente que grande parte dos pesquisadores geopolíticos eram tradicionalmente considerados como clássicos em suas épocas, mas perderam espaço em leituras contemporâneas, assim, vale destacar alguns outros autores que já fizeram revisões bibliográficas quantitativas e de natureza qualitativa demonstrando, a sua época, quem eram os clássicos.

Ulteriormente, segundo Oliveira (2003), é nesse processo histórico que se deve considerar os múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações do sistema político, os quais possuíam intenção de expansão territorial da cultura ocidental oriunda das

monarquias ibéricas e das elites burguesas da Europa, que travavam disputas pela partilha do poder central e o direito do comércio no Atlântico Norte.

Os processos geopolíticos dos séculos XV e XVI foram caracterizados por grandes conquistas e explorações de antigas e novas rotas marítimas comerciais por países europeus, que culminaram em profundas transformações geopolíticas e socioeconômicas, com expansão marítima e exploração econômica “de antigos e novos mercados no Oriente e Ocidente, provocaram a expedição de bulas¹⁶ pelos Papas e a celebração de tratados entre Portugal e Espanha, com a finalidade de regular esse novo cenário intra e extraeuropeu” (PONTIN, 2012, p. 2).

Nascimento (2008) anota que foi no contexto da virada dos séculos XV-XVI na Europa Ocidental que se vivia o esplendor da renascença, assim sendo de suma importância que se dê relevância para a geopolítica da Amazônia nesse momento histórico, considerando que, de certo modo, a literatura negligencia tais fenômenos acima mencionados. Para tanto, deve-se fazer análises nas diversas escalas espaços-temporais, em que, conforme discorre Prado Júnior (2007, p. 20), “todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”. Desse modo, entende-se que as mudanças em dada porção do espaço repercutirão em outras porções do todo, modificando ele próprio.

A busca pela expansão marítimo-comercial na Europa fez parte do processo geohistórico no qual as burguesias europeias buscavam ampliar seus lucros por meio da criação de novas e vantajosas rotas comerciais, em que o sistema econômico dominante baseava-se no acúmulo de divisas e de metais preciosos adquiridos pelo Estado e tinha como base o comércio exterior de caráter protecionista, o que causou disputas comerciais marítimas entre forças imperiais entre duas monarquias antagônicas, derivando numa divisão entre o oceano e as terras descobertas no Novo Mundo (OLIVEIRA, 2003).

A revelação da “descoberta” da Amazônia pelo genovês *Cristóvão Colombo*, durante sua terceira viagem no Atlântico Norte em 1498, deu notícias do litoral amazônico e dos povos indígenas do tronco linguístico *Karíb* e *Arawak*, deparando-se com a ilha de Trinidad (nas proximidades da atual Venezuela) de que encontrara terra firme do atual continente americano

¹⁶ A Bula Papal é um documento expedido pela Chancelaria Apostólica que recebe o selo e assinatura do Papa, atestando sua autenticidade. Possui diversos fins, variando conforme o seu conteúdo, cuja finalidade pode estar relacionada a questões judiciais, políticas, administrativas, assuntos de fé, questões gerais, designações de bispos, como é nosso caso e assim sucessivamente (DIOCESSE DE SANTO ANRÉ, 2019).

(REZENDE, 2006; OLIVEIRA, 2006). De acordo com Oliveira (2003), o fenômeno da europeização no mundo amazônico ocorreu após a descoberta da rota fluvial interligada ao rio Amazonas que tinha como acesso o Oceano Pacífico, cuja sistematização da navegação fluvial-marítima entre o Rio Amazonas e o Atlântico se constituiu como elo entre indígenas que habitavam o Novo Mundo e os europeus. Para o referido autor, os rios Orinoco e Essequibo ganharam destaque no século XVI, enquanto que o rio Amazonas tinha pouca ou nenhuma representação na cartografia europeia.

De acordo com Miranda (2005), a “descoberta” de *Cristóvão Colombo* é, na verdade, uma terra compartilhada por diversas etnias indígenas que lá já habitavam as Américas. Para Sousa (2019), tais eventos de “descoberta” na América aumentaram a disputa geopolítica entre os países ibéricos, considerando que a Espanha ganhava notoriedade junto à exploração colonial de novas áreas, causando desconforto e conflitos com Portugal. Estes desconfortos entre os países ibéricos levou a Espanha a solicitar ao Papa Alexandre VI uma arbitragem referente à questão e solução para o impasse.

Com o propósito de dá posse aos territórios recém-descobertos, o Papa Alexandre VI evocou, em 4 de maio de 1493, o Tratado de Alcáçovas, a Bula “Inter Coetera” (Mapa 11), que estabelecia um acordo com o Rei espanhol atribuindo o domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes a partir de um meridiano que ultrapassasse 100 léguas a Oeste de qualquer Ilha dos Açores e Cabo Verde. No entanto, tal medida desagradou o monarca português D. João II, que recusou o acordo causando tensões entre os dois reinos (NASCIMENTO, 2008).

Mapa 10 - Tratado de Tordesilhas



Fonte: Cintra (2012).

De acordo com Silva (2015), as tensões geopolíticas já estavam avançadas, assim, foi realizada outra tentativa de solucionar tal impasse. Então, no dia 7 de julho de 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que mostrou modificações significativas que trariam efeitos sobre a formação territorial do Brasil, passando a fixação do meridiano a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde, em que as terras a Leste do meridiano pertenceriam a Portugal e a Oeste do meridiano pertenceriam a Espanha. Nesse evento sobre as fronteiras no Novo Mundo, o Tratado em questão foi considerado um marco histórico nesse processo de partilha política e econômica, com a divisão do mundo em dois hemisférios.

O Tratado de Tordesilhas, além de ser um marco histórico com conteúdos jurídicos e sociopolíticos para interpretar a partilha político-econômica, foi considerado como o primeiro ato geopolítico relevante da diplomacia moderna, em que aconteceram negociações entre Estados não prevalecendo somente a decisão exclusiva dos Papas como ocorria durante a Idade Média, como também representava o primeiro documento que reconhecia a posse de parte do atual território do Brasil aos portugueses (CAPISTRANO DE ABREU, 2000). Esse tratado, segundo Oliveira (2011, p. 6), ganhou destaque como o primeiro documento na literatura histórica que celebrou o acordo jurídico e geopolítico entre os reinos ibéricos:

O Tratado de Tordesilhas, como primeiro documento na literatura histórica, que celebrou o acordo entre os reinos Ibéricos (Espanha e Portugal) na posse da terra e delimitação das fronteiras no Novo Mundo, fortaleceu propósitos de expansão marítima e colonização ibérica. Ao longo do século XVI foi oferecido aos reinos Ibéricos enormes possibilidades internacionais de expansão.

Após a celebração do Tratado de Tordesilhas, diversos foram os fenômenos geopolíticos que corroboraram para a expansão e colonização da então Amazônia portuguesa por meio de política expansionista, com a utilização de mão-de-obra indígena escravizada e de colonos desbravadores como os bandeirantes, estes últimos considerados como ícones autênticos dos exploradores portugueses, notadamente “a partir do Estado do Maranhão e do Grão Pará que se irradiaram as incursões bandeirantes sobre o território amazônico que visam à conquista deste território para a coroa portuguesa” (NASCIMENTO, 2008, p. 31).

Estes temas da historiografia amazônica são considerados complexos em que Oliveira (2003) aponta, por exemplo, a inexistência de referências com maiores informações na literatura brasileira sobre os fenômenos geopolíticos, sociopolíticos e econômicos internacionais que aconteceram durante o século XVI e XVII.

Notadamente, a literatura brasileira aborda o período da União Ibérica (1580-1640) com enfoques que não esclarecem o embate teórico ou de paradigmas na historiografia

brasileira referentes aos processos colonizadores e as pendências fronteiriças entre portugueses e nações europeias, entre elas: Espanha, França, Holanda e Inglaterra. Em geral, são relatos que enaltecem ou valorizam os comportamentos de homens corajosos do Brasil colonial, que desbravaram caminhos no interior amazônico. Foram esses homens que, em nome do reino português, deram possibilidades para novas formas de exploração do povo indígena, além da busca por pedras preciosas e ouro, com ampliação do espaço físico português na Amazônia.

Neste contexto, para Mattos (1980), o espanhol *Orellana* foi considerado o primeiro europeu a reconhecer todo o emaranhado território do rio Amazonas, desde a nascente até sua foz no Atlântico, em 1542. Mais tarde, diferentes grupos de europeus realizaram outras tentativas geopolíticas de ocupação e exploração na região. Contudo, foram os portugueses que tiveram sucesso nesse processo colonizador amazônico. Enquanto os espanhóis, holandeses e ingleses buscavam maiores informações geopolíticas e comerciais na Amazônia, o grande feito de subir o famoso rio descoberto por *Orellana* foi realizado pela expedição portuguesa de *Pedro Teixeira*, em 1637, ou seja, quase um século depois da expedição de *Orellana*:

Nesse ano de 1637 o Capitão *Pedro Teixeira* partiu de Gurupá com uma frota de quarenta e sete canoas, seiscentos soldados e mil e duzentos índios, alcançou foz do Madeira (que assim denominou pela quantidade de troncos que encontrou nesse rio), alcançou o Napo em 1668 e continuou em direção a Quito. Esta foi a primeira grande Bandeira fluvial da história do Continente. Percorreu o itinerário de *Orellana* em sentido inverso (MATTOS, 1980, p. 22).

Os eventos geopolíticos de europeus na Amazônia desencadearam um processo de militarização por meio da construção dos fortes, que consolidaram a ocupação e a defesa territorial pelas nações da Europa. Nessa perspectiva, Oliveira (2003; 2011) comenta este processo citando a construção do forte espanhol próximo ao delta do rio Orinoco e o diálogo dos espanhóis com os povos *Karíb* e *Arawak*.

No mesmo processo geopolítico de ocupação militar, os holandeses se instalaram no interior do rio Essequibo, com a construção do Forte *Kijkoveral*, 1616, (Figura 30), contando também com a cooperação dos povos *Karíb* e *Arawak*. Os franceses tomaram dos holandeses parte do litoral, instalando-se em Caiena por volta de 1604. Os portugueses, durante a União Ibérica, ocuparam o delta direito do rio Amazonas, com a construção do Forte do Presépio, em 1616 (hoje, capital Belém-PA).

Figura 30 - Portal do Forte *Kijkoveral*

Fonte: Oliveira (2011, p. 35).

Ainda de acordo com Oliveira (2006; 2011), o Forte *Kijkoveral* consolidou não apenas a militarização holandesa na região como também expandiu as redes comerciais na Amazônia, chegando até o alto Solimões, com os povos *Omagua*. Nessa expansão geopolítica-militar e colonial, o representante governamental holandês *Nicholas Horstman* instalou-se no rio Rupununi (1738) e alargou o poder geopolítico-político militar dos holandeses na região do rio Branco. Ainda segundo o autor, o diálogo e as relações socioculturais entre os holandeses com os povos *Karíb* e *Arawak* foram valiosos para a permanência holandesa no interior amazônico, entre os rios *Rupununi* e Branco.

Durante o período da União Ibérica, no século XVII, também foram evidentes outros conflitos geopolíticos, políticos e militares entre os franceses e portugueses no litoral amazônico. Faleiros (2013) afirma que, em 1612, houve uma segunda tentativa de invasão francesa no Brasil português para fundação da denominada França Equinocial.

O referido conflito armado ocorreu no atual estado do Maranhão, onde os franceses fundaram a cidade de São Luís, que de igual forma à primeira tentativa tinha intuito de garantir produtos dos indígenas para serem enviados para a Europa como também a conquista e ocupação territorial no Novo Mundo. No entanto, a apropriação territorial da França em São Luís foi até o ano de 1615, quando foram expulsos pelos portugueses com apoio dos indígenas. Ainda nesse contexto, mais tarde estabeleceriam colônias na designada, à época, de Costa Selvagem, atual Guiana Francesa, assim empreendendo suas relações comerciais com indígenas do delta amazônico até meados do século XVIII. Conforme anota Rezende (2006, p. 50):

Em 1612, porém, os franceses fariam nova e mais perigosa investida no Brasil. Aliados dos tupinambás e liderados por Daniel de La Touch, conhecido por senhor de La Ravardière, tentaram fixar uma colônia na ilha do Maranhão, instalando a França Equinocial, com a fundação de Sant Loius, nome que homenageava o Rei francês Luís XVII.

Devido à investida dos franceses no Maranhão, ao tomar conhecimento dos fatos, o Rei Felipe III, da Espanha, ordenou um novo governador no Brasil em 1613, Gaspar de Souza, com residência fixa em Recife para melhor acompanhar e comandar a expulsão do inimigo invasor, assim cumprindo as ordens régias, tendo ao seu lado como primeiro comandante Jeronimo de Albuquerque (1613) cujo efetivo também era composto por tropas formadas por portugueses, brasileiros e indígenas que haviam combatido em Pernambuco (GADELHA, 2002).

Após intensos combates entre franceses e lusitanos, os conflitos chegaram ao fim em 3 de novembro de 1615, com a rendição de *La Ravardière*, sendo entregue o forte da ilha de São Luís ao comandante português Alexandre de Moura, que passou a governar a nova colônia com sede em São Luís, cidade fundada pelos franceses. Tal acontecimento se tornaria um verdadeiro marco da conquista do litoral lusitano, “no sentido Leste-Oeste, dando início a conquista e ocupação da hinterlândia amazônica” (REZENDE, 2006, p. 5).

Conforme os estudos de Carneiro (2006), Carvalho (2018) e Oliveira (2011; 2014), os diferentes conflitos armados envolvendo índios e europeus na Amazônia e as guerras na Europa, durante os séculos XVI e XVII, provocaram outros recortes geopolíticos na Amazônia. Entre os eventos europeus, destacaram-se a Guerra dos 80 anos (1568-1648), que foi uma batalha de independência dos holandeses contra o reino espanhol; a Guerra dos 30 anos (1618-1648), que envolveu diferentes nações protestantes e católicas, com consequências diretas para o Novo Mundo, ampliando as disputas geopolíticas das rotas comerciais no Atlântico e territórios na Amazônia; e a Guerra da Restauração (1640-1668), que deu início ao processo de independência do reino de Portugal e o fim da União Ibérica.

Nesse contexto de rivalidades amazônicas, conforme as análises de Oliveira (2011, 2014) e Fernandes (2009), foram eventos geopolíticos e históricos que possibilitaram a ocupação de cinco nações europeias no território da ilha da Guiana¹⁷, uma singular região amazônica e caribenha, também conhecida por ilha da Amazônia Caribenha (Mapa 11).

¹⁷ Guiana é um termo dos povos *Arawak*, que significa terra de muitos rios ou terra de muitas águas, identificando as terras da ilha com limites pelo litoral do Atlântico Norte entre os deltas dos rios *Orinoco* e Amazonas, indo para o interior pela margem esquerda do rio Amazonas e Negro, com o Canal de Cassiquiare e a margem direita do rio Orinoco (OLIVEIRA, 2006, 2011, 2014).

Mapa 11 – Ilha Amazônica Caribenha



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, OLIVEIRA, 2019).

Para os autores Oliveira (2011, 2014) e Fernandes (2019), o século XVIII trouxe consolidação aos processos geopolíticos de ocupação e militarização dos espanhóis, holandeses, franceses e portugueses na Amazônia, com incorporação dos povos indígenas aos distintos planos de interesses geopolíticos, militares e comerciais implantados por estes grupos europeus. Povos da Europa que conquistaram e ocuparam o território amazônico por meio do processo de colonização, estenderam o cristianismo, a defesa territorial e o comércio desde o litoral ao interior amazônico, onde as fronteiras nacionais eram desconhecidas pelos europeus (OLIVEIRA, 2003).

8.1.2 A consolidação da Geopolítica portuguesa na Amazônia

Em meados do século XVIII, no dia 13 de janeiro de 1750, foi firmado o Tratado de Madrid para tentar pôr fim aos intensos desentendimentos geopolíticos e conflitos armados entre os países ibéricos: Espanha e Portugal. O citado tratado mostrou conteúdos jurídicos, geopolíticos, políticos e militares que reconheceram a legalidade de posse para a nação europeia que de fato exercesse a colonização sobre o território em litígio.

Essas duas nações disputavam terras amazônicas sem considerar os dispositivos de direitos do Tratado de Tordesilhas (1494) e do Tratado de Münster (1648), que foi o tratado responsável pela legitimação da posse da ilha da Guiana para o holandês (OLIVEIRA, 2006, 2011). Após a Guerra da Restauração (1640-1668), espanhóis e portugueses disputaram a ocupação de territórios e a posse dos habitantes da Amazônia. Nesse processo de colonização e conflitos armados, os dois reinos ibéricos expandiram seus territórios amazônicos, com invasões mútuas, dando início a diversas disputas e incorporação dos povos indígenas em apropriações ilegais de jurisdição dos limites até então fixados (NASCIMENTO, 2008).

Nesse conjunto de conflitos geopolíticos amazônicos, os povos indígenas tiveram seu universo sociocultural transformado e sua maioria foi integrada aos Estados ibéricos, holandeses e franceses, como propriedades ou súditos europeus (OLIVEIRA, 2003). De acordo com Oliveira (2003, 2011), com apoio das políticas do reino de Portugal implementadas pelo Marquês de Pombal, o colonizador português da segunda metade do século XVIII deu início ao processo colonizador dos rios Negro e Branco. Para o autor em questão, o Estado Independente do Grão-Pará e Rio Negro tinha legislação de proteção e direitos indígenas.

No desenrolar dos acontecimentos do final do século XVIII, a geopolítica dos portugueses estava consolidada no Grão-Pará e Rio Negro, sendo assim intensificaram ações no rio Branco para barrar a presença holandesa pelos rios Maú e Tacutu, como também dos

espanhóis pelo rio Uraricoera (OLIVEIRA, 2003). No entanto, houve alguns confrontos armados com os povos indígenas para implementação da expansão portuguesa nos rios Negro e Branco.

Um dos conflitos mais conhecido foi a “guerra justa” contra os povos indígenas Manao, que eram chefiados por Ajuricaba. Encontramos nos estudos de Oliveira (2003) algumas reflexões sobre o referido confronto militar português com os índios Manao. O comando da tropa portuguesa era do capitão *Belchior Mendes de Moraes* que, em 1723, deu um final no incidente armado ao prender Ajuricaba e conduzi-lo para Belém. Contudo, os poucos registros históricos deram notícias de que, acorrentado na embarcação, ele se rebelou durante a viagem e saltou da canoa, desaparecendo no rio.

Com o final do evento político militar, envolvendo os portugueses e os Manao, o rei de Portugal autorizou, em 1775, a construção do Forte São Joaquim, no rio Branco. Em 1778 (Figura 31), após a conclusão do forte, parte do armamento foi transportada do Grão-Pará enquanto outra parte foi tomada dos espanhóis durante os confrontos armados entre estes e os portugueses nos rios Branco e Uraricoera (FARAGE, 1991; OLIVEIRA, 2003).

Figura 31 - Forte São Joaquim do rio Branco



Fonte: Oliveira (2003, p. 92). Iconografia de Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua viagem entre 1783 e 1792. Biblioteca Nacional/ Rio de Janeiro.

Segundo Farage (1991) e Oliveira (2003), a introdução do gado e organização dos aldeamentos pelos missionários católicos se constituíram como estratégias colonizadoras portuguesas para assegurar o poder político e militar, gerenciado pelo comandante do Forte São Joaquim no rio Branco. Nesta proposta geopolítica de expansão militar, o reino português buscava fazer uso dos povos indígenas como “fronteiras vivas” e defensoras junto aos militares

do Território do Rio Branco, com sede em Belém, que era a capital do Grão-Pará e Rio Negro (FAREGÉ, 1991).

Com o fim das guerras napoleônicas, no começo do século XIX, foram assinados vários Tratados de Paz durante o Congresso de Viena (1814-1815), na Áustria. Os conteúdos jurídicos e políticos dos tratados asseguravam o reconhecimento territorial dos reinos na Europa, que tinham perdidos suas propriedades para França no decorrer das guerras napoleônicas.

No caso da Amazônia Caribenha, foi solicitado ao reino português devolver a Guiana Francesa que tinha sido tomada da França pelos portugueses, em 1809. No âmbito dos tratados assinados, no decurso do referido Congresso, abriu-se possibilidades ao rei de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI, retornar para Lisboa e assumir o território português na Europa (OLIVEIRA, 2011, 2014). A volta do reino português para a Europa gerou alguns descontentamentos e conflitos no Brasil que, em 1822 (Box 2), tornou-se independente e foi transformado em Brasil Império.

Os eventos geopolíticos e histórico-militares do começo do século XIX, descritos no box abaixo deram outros recortes à geopolítica da Amazônia, com anexação da Amazônia portuguesa ao Brasil Império. Para Oliveira (2011, 2014), o Congresso de Viena transferiu terras na ilha Amazônia Caribenha, que eram dos holandeses, para os britânicos, dividindo o seu território entre cinco nações, denominados de: Guiana Espanhola, Guiana Britânica, Guiana Holandesa, Guiana Francesa e Guiana Portuguesa. Para o autor, com o processo de independência nas Américas no século XIX, apenas três Guianas seguiram suas trajetórias históricas no século XX: Britânica, Holandesa e Francesa.

Com base na historiografia brasileira, revelou-se que, em 1835, durante o governo regencial do Brasil Império, aconteceu uma guerra na Amazônia brasileira denominada de Revolta da Cabanagem. Os militares desse período tiveram dificuldades de conter os rebeldes cabanos, os quais tinham variados líderes e diferentes ideários conservadores e liberais, entre outros interesses dos setores mais pobres da sociedade do Grão-Pará. Ao ser declarado Imperador do Brasil, em 1840, D. Pedro II, com apoio da Inglaterra, conseguiu pôr fim ao sangrento combate.

Após a Revolta da Cabanagem (1835-1840), que envolveu toda população do Grão-Pará e Rio Negro, D. Pedro II denominou a Província Imperial do Pará, com extensão de terras para o atual estado do Amapá; a Província Imperial do Amazonas, com extensão de terras para os Andes e o rio Branco (atual estado de Roraima). Nesse contexto de reorganização geopolítica do Brasil Império, o imperador deu atenção ao regime militar da época, que passou a defender a soberania e ocupar territórios estratégicos na região amazônica brasileira (OLIVEIRA, 2003).

Box 1 - Origem do Exército Brasileiro

Na sua origem, as Forças Armadas brasileiras estiveram vinculadas à tradição militar portuguesa, permanecendo com estrutura e modelo lusitana. Após a Proclamação da Independência do Brasil, grande quantidade de oficiais portugueses preferiu continuar a servir nas Forças Armadas brasileiras a retornar a Portugal (FREITAS; *et al.*, 2012).

Para Nascimento (2011), as Batalhas dos Guararapes ocorridas em 1648 e 1649, são consideradas como marcos simbólicos da gênese do Exército Brasileiro. A primeira Batalha ocorreu em, 19 de abril de 1648, em que os luso-brasileiros controlavam o interior da Capitania de Pernambuco e sitiavam os holandeses em Recife, e a segunda Batalha ocorreu no dia 17 fevereiro de 1649.

Essas batalhas significaram as junções do povo negro e do índio com o branco por um ideal: a defesa do território contra a ameaça externa, sendo este momento considerado como crucial para o surgimento do heroísmo e do valor combativo do homem brasileiro. Nesse contexto, o Exército luso-brasileiro surge como o único elemento de aglutinação e de entrosamento das diversas raças formadoras dos país nesse período.

Ademais, após a Batalha dos Guararapes, outro acontecimento importante para a consolidação do Exército Brasileiro ocorreu durante o processo de independência do Brasil em 1822. Isso porque o processo de separação do Brasil de Portugal encontrou resistência em algumas províncias, como Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina, com isto, houve a necessidade de uma atuação prática do Exército, para evitar a desfragmentação do território nacional nos anos seguintes (BRASIL, 2019hh).

O Exército Imperial (como era chamado costumeiramente) durante o período monárquico possuía dois ramos distintos: (i) os de 1ª Linha, os do Exército de fato, e (ii) os de 2ª Linha, a Guarda Nacional, formada em 1831 pelas antigas milícias paramilitares e ordenança herdada dos tempos coloniais comandadas por líderes regionais, grandes latifundiários e proprietários de escravos conhecidos a partir da Independência pelo título de Coronéis (BRASIL, 2019hh).

A historiografia do Exército Brasileiro aponta que no decorrer do processo da Independência do Brasil, sua composição era basicamente de brasileiros, mercenários portugueses e estrangeiros, que eram comandados na maioria por mercenários e oficiais portugueses leais ao então príncipe regente Dom Pedro e, depois, ao Imperador Do Pedro I, e, por conseguinte, entre os anos de 1822 e 1823, o Exército conseguiu sobrepujar a resistência portuguesa, notadamente no Norte do Brasil e na Cisplatina, o que evitou a fragmentação do então recém-criado Império do Brasil após sua Independência (BRASIL, 2019hh).

De acordo Brasil (2019, 2019hh), após a proclamação da independência brasileira, o Exército, com apoio da Guarda Nacional, combateu tendências separatistas dos primeiros anos, que corroborou para a manutenção da autoridade central do Império durante o período da Regência no país. Acontecimentos desse tipo havia em grande parte do Brasil, o que culminou com represálias dos movimentos populares a fim de manter a autonomia política e/ou contra a escravidão e o poder dos coronéis.

Sendo assim, segundo Brasil (2019hh), desde 1850 o Exército Imperial brasileiro participou ativamente de ações contra forças contrárias aos interesses do Império do Brasil, como foram os casos, que juntamente a Armada Imperial contra argentinos e uruguaios (1850-1860); em 1865 após Brasil, Uruguai e Argentina firmarem acordo que findou na assinatura da “Tríplice Aliança” para se defenderem contra a agressão das tropas do Paraguai, que haviam invadido o território brasileiro, através da província de Mato Grosso, e o norte da Argentina, e estavam indo para o Sul do Brasil e o Norte do Uruguai. Este conflito conhecido como guerra do Paraguai que duraria cinco anos liderada pelo Brasil Império, derrotado o Exército de Solano López (BRASIL, 2019hh).

Nesse ínterim, o dia 19 de abril é a data oficial de comemoração da criação do Exército Brasileiro, data esta comemorada em cerimônias militares e diversos eventos com grande presença de público civil, que marca a gênese da Força Terrestre, que traduz a própria nacionalidade brasileira, tendo como marco definidor a união das etnias formadoras de nosso povo que permitiu a vitória sobre o invasor estrangeiro na epopeia de Guararapes, em 19 de abril de 1648. No entanto, oficialmente, a história do Exército Brasileiro começa a partir do surgimento do Estado brasileiro, ou seja, com a Independência do Brasil no dia 7 de setembro de 1822 (BRASIL, 2019hh).

Ademais, a evolução histórica do Exército Brasileiro se confunde com a própria solidificação da identidade do país, o qual encontra-se presente em todo o território brasileiro, cuja missão é condicionada pelas dimensões continentais do Brasil, caracterizadas pela variedade de ambientes geográficos e por uma faixa de fronteira com países limítrofes que se estende por quase 17 mil quilômetros (BRASIL, 2019, 2019hh).

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019)

No entanto, o final do século XIX revelou novas mudanças na esfera do poder geopolítico e militar na Amazônia, com a derrubada do imperador e a consequente instalação da Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1889. Tal evento histórico-militar transformou as Províncias Imperiais em estados.

Em 1890, ao dar continuidade aos projetos de segurança e geopolítica na Amazônia brasileira, o governo republicano criou na região do rio Branco o município de Boa Vista, pertencente ao estado do Amazonas. Na proposta governamental, foi pensada a atuação do contingente da Guarda Nacional, que daria todo o apoio militar no novo projeto do Brasil República da virada do século XIX para o XX, na Amazônia brasileira (OLIVEIRA, 2003).

8.1.3 Presença da Marinha e da Força Aérea na Amazônia Legal

Para Lourenção (2007), as Forças Armadas do Brasil tiveram grande participação na consolidação do Estado brasileiro que, juntamente com seu corpo diplomático, cooperaram na delimitação do nosso território, desde a colonização à Proclamação da República. Os militares da época seguiam primeiro os desejos do rei e imperador e, posteriormente, as ordens dos Presidentes da República, em se constitui como de fundamental importância a normatização das atividades e o emprego das Forças Armadas para que houvesse uma relação política entre governantes e governados.

A Constituição Federal é a lei fundamental e suprema de um país, em que nela se dispõe sobre a organização do Estado e as garantias e direitos individuais do cidadão, bem como também estabelece a organização jurídica fundamental de um Estado. Nesse sentido, segundo Cavalcanti (2016, p. 38), “as Forças Armadas possuem suas tarefas descritas em todas as constituições brasileiras (1824-1988)”.

A atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, define em seu capítulo II, artigo 142, sobre a regulamentação e disposição sobre a missão e a composição das Forças Armadas do Brasil, sendo ela constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, tendo suas destinações à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

8.1.3.1 Marinha do Brasil (MB)

Na historiografia da Marinha do Brasil, um dos primeiros marcos legais ligados à sua origem remonta ao século XVIII, quando D. João V, rei de Portugal na época, cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1736). Contudo, somente com a transferência da família real lusitana para o Rio de Janeiro, em 1808, que a Marinha Brasileira dá um salto em sua estrutura (OBINO, 1998).

Segundo Brasil (1995), a presença da Marinha Portuguesa na Amazônia remonta a meados de 1728, com a criação da Divisão Naval do Norte com sede na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, considerada como posição estratégica, pois de lá se poderia controlar a entrada de navios pelo rio Amazonas e barrar as incursões de piratas e colonizadores vindos do Atlântico. Após a ativação da Divisão Naval houve a necessidade de apoio, assim sendo criada a Casa das Canoas, em 1729 (hoje local da Feira do Açaí no mercado do Ver-o-Peso), cujo propósito era construir e consertar canoas de guerra, alojar pessoal e armazenar mantimentos e material.

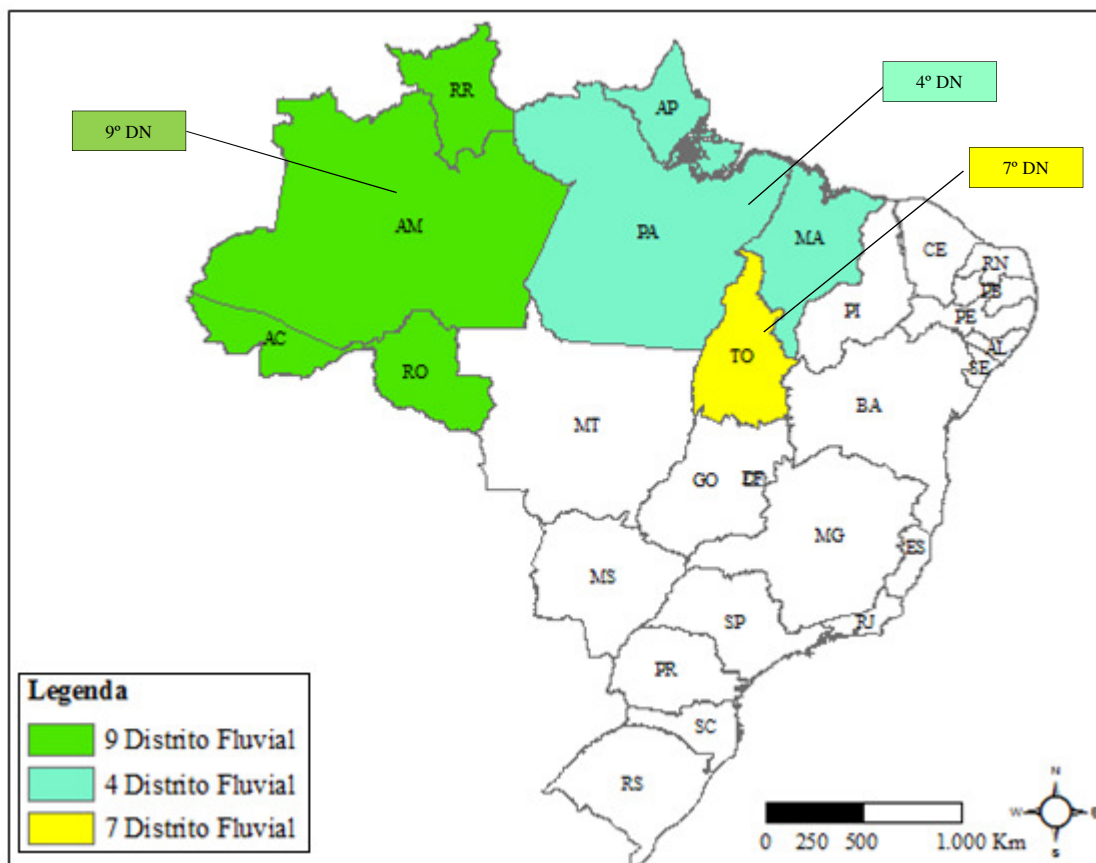
Ainda segundo Brasil (1995), a Casa das Canoas foi transferida para o Convento de São Boaventura, sede atual do Comando do 4º Distrito Naval, nascendo o Arsenal de Marinha do Pará, o qual foi desativado em 1950 quando a Base Naval de Val-de-Cães iniciou seus trabalhos. Devido à abertura da navegação no rio Amazonas, notadamente para às nações amigas, em 1867, houve a necessidade de resguardar a soberania do império na região. Sendo assim, em substituição à Divisão Naval do Norte, foi instituída, em 1868, a Flotilha do Amazonas, visando à proteção do litoral e das vias interiores.

Silveira (2015) anota que desde o período da colonização e da formação do Estado-Nação brasileira, a Marinha do Brasil vem participando de operações militares e humanitárias, apesar da preponderância do Exército Brasileiro e das diferentes e crescentes atividades da Força Área do Brasil, destacando que a presença e a ocupação militar em tempos pretéritos e recente decorreu da necessidade dos interesses brasileiros e de seus vizinhos no continente, consoante à consolidação do funcionamento do poder militar brasileiro na Amazônia para os objetivos de defesa e do desenvolvimento nacional num contexto de mudanças internas e externas ao país.

Atualmente a Marinha do Brasil está representada na Amazônia Legal pelos: 4º Distrito Naval, com jurisdição nas Unidades Federativas do Amapá, Pará, Piauí e Maranhão (Piauí não pertencendo a Amazônia Legal); 7º Distrito Naval, com jurisdição nas Unidades Federativas de Goiás, Distrito Federal e Tocantins (Goiás e Distrito não

pertencente à Amazônia Legal); e o 9º Distrito Naval, com jurisdição nas Unidades Federativas de Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia (Mapa 12).

Mapa 12 - Distritos Navais na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019j).

Em Roraima, a Marinha do Brasil se faz presente por meio da Agência Fluvial de Caracarái (AgCaracarái), criada em consonância com a Portaria nº 311, de 29 de novembro de 2017, estando localizada no município de Caracarái (Figura 32). Constitui-se na primeira Organização Militar da Marinha do Brasil no estado, subordinada à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC) em Manaus (AM), tendo como responsabilidade toda área do estado de Roraima, bem como suas águas jurisdicionais diretas, sendo estas o rio Branco e seus afluentes, além da confluência do rio Branco com o rio Negro, no limite entre os estados de Roraima e Amazonas (BRASIL, 2018).

Figura 32 – Agencia Fluvial de Caracaraí (RR)



Fonte: Brasil (2018).

Dentre os motivos que corroboraram para a criação da AgCaracaraí, destaca-se a importância que o município sempre exerceu para a navegação fluvial, uma vez que sempre foi reconhecido como Cidade-Porto do estado, além de apresentar-se com posição estratégica para navegação no rio Branco (principal bacia hidrográfica do estado), que outrora se constituiu como único caminho para o escoamento das riquezas produzidas ou destinadas ao estado de Roraima, garantindo a ligação fluvial com o Oceano Atlântico, por meio dos rios Negro e Amazonas (BRASIL, 2018).

A presença da Marinha do Brasil na Amazônia se faz continuamente com contribuições que vão além da preservação da soberania nacional, mas também com apoio às populações ribeirinhas, que desde várias gerações tem os navios como maior sinal de presença do Estado, e passa a dispor de dois segmentos distintos para a aplicação do poder naval: um sediado na cidade de Belém-PA, mais voltado para o meio oceânico, e outro, sediado em Manaus-AM, voltado para o ambiente fluvial. “Outra referência foi a chegada dos Navios de Assistência Hospitalar classe Oswaldo Cruz, na década de 80, que concederam à MB meios especializados na relevante atribuição subsidiária de assistência à população ribeirinha” (NOGUEIRA, 2016, p. 50).

8.1.3.2 Força Área Brasileira (FAB)

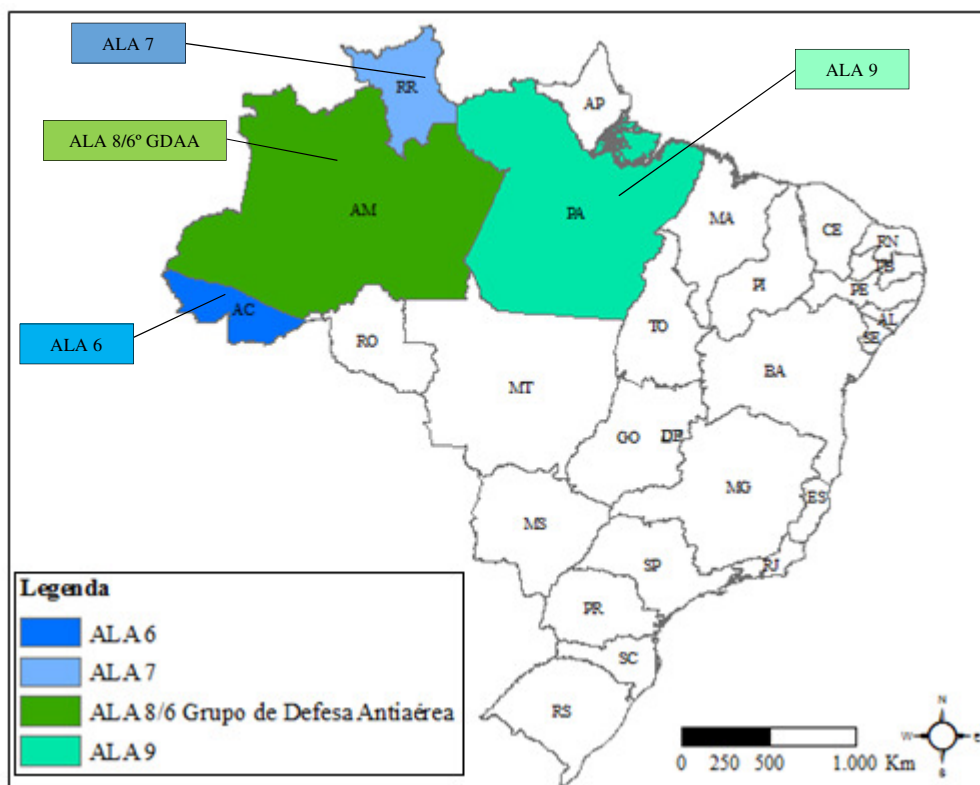
A criação da Aeronáutica brasileira deriva de um longo processo que remonta aos anos de 1920, quando da instituição da Arma da Aviação ao lado das Armas do Exército Brasileiro (Artilharia, Cavalaria e Infantaria). A partir da década de 1940 grupos de militares tinham o intuito de criar um Ministério da Aeronáutica e uma Força Área Brasileira juntamente com uma indústria aeronáutica nacional e o domínio da tecnologia necessária para isso (FORJAZ, 2005).

Durante o governo do presidente da República Getúlio Vargas, após a unificação das aviações naval e militar e da infraestrutura aeronáutica existente até então, é criado o Ministério da Aeronáutica por meio de Decreto-Lei nº 2.291, de 20 de janeiro de 1941, transferindo militares, servidores civis, aviões e instalações da Marinha, do Exército Brasileiro e do Ministério da Aviação e Obras Públicas para a Aeronáutica, e denominando-a de Forças Aéreas Nacionais. No mesmo ano, passa a ser designada como Força Aérea Brasileira por meio do Decreto-Lei nº 3.302, de 22 de maio (BRASIL, 2019cc).

Em um cenário onde a Amazônia brasileira possui proporções gigantescas com mais da metade do território nacional e de características diversas do restante do país, em que os conglomerados populacionais geralmente são distantes uns dos outros, em que a natureza preponderante do uso das vias de comunicação fluviais carece de um meio de mobilidade de maior precisão e rapidez, neste sentido, a Força Aérea veio contribuir para a redução do isolamento socioeconômico da região amazônica (BRASIL, 2019cc).

A Força Aérea Brasileira se encontra presente na Amazônia Legal com Organizações Militares (Mapa 13) com o propósito de fortalecer e marcar presença de forma efetiva em áreas remotas e de fronteira desta região por meio de quatro ALAs e um Grupo de Defesa Antiaérea. Sendo assim, na porção da Amazônia Ocidental, encontram-se as seguintes Organizações Militares: no estado do Acre ALA 6, Roraima ALA 7, e Amazonas ALA 8 e o 6º grupo de Defesa Antiaérea; na porção da Amazônia Oriental, a ALA 9 no estado do Pará.

Mapa 13 - Estrutura Organizacional da Força Aérea Brasileira na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A presença da Força Aérea Brasileira na Amazônia ocorreu a partir de 1935 por meio do Correio Aéreo Militar (tendo seu prolongamento para Teresina-Fortaleza até Belém no ano seguinte), período em que era reconhecida pelo trinômio FAB/Missionário/Índio, representando a presença estatal na região e da educação para diversas comunidades que viviam isoladas na grande hileia brasileira. A fim de melhor administrar a região, em 1983 houve uma reestruturação da força ocasionando sua segmentação em dois Grandes Comandos Regionais de Áreas: a porção da Amazônia Ocidental sob Comando do VII COMAR, e a porção da Amazônia Oriental sob Comando do I COMAR (BRASIL, 2019cc).

A partir do ano de 2016, a FAB passou por uma reestruturação com o objetivo de promover o incremento da eficácia administrativa e maior racionalidade da estrutura organizacional com atualizações nas estruturas dos Grandes Comandos. Sendo assim, foi desativada a Base Aérea de Boa Vista, criada em 1983, entrando em operação a ALA 7 (Figura 33) a partir de 7 de março de 2017, nas mesmas instalações localizadas na cidade de Boa Vista, na porção mais setentrional do Brasil e com posição estratégica para a defesa da soberania nacional (BRASIL, 2019cc).

Figura 33 - Inauguração da ALA 7 em Boa Vista (RR)



Fonte: FAB (2017).

A ampliação de Organizações Militares da FAB acontece com a expansão das rotas do Correio Aéreo Militar (CAM)¹⁸ durante a década de 1930, em que as memórias dos aviadores que estiveram em operação na Amazônia entre as décadas de 1950 e 1980 “relatam que na grande maioria de suas missões estavam prioritariamente voltadas para cumprimentos de missões ligadas ao desenvolvimento da área e ao desejo de integrá-la ao restante do país” (MARQUES, 2007, p. 121).

Desde então, a FAB em muito contribuiu para reduzir o isolamento da região Amazônica Legal e das dispersas comunidades nela agregadas, participando ativamente das ações desenvolvidas através das linhas regulares do Correio Aéreo Nacional (CAN), tendo como desafio a integração da Amazônia brasileira às demais regiões do país, levando, assim, cidadania às comunidades mais longínquas de nossas fronteiras.

¹⁸ O Correio Aéreo Militar (CAM) era operado pelo Grupo Misto de Aviação do Exército Brasileiro criado em 1931, tendo seu voo inaugural entre as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, o CAM foi fundido ao Correio Aéreo Naval e rebatizado de Correio Aéreo Nacional (LORCH, 2000).

8.1.4 Ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional

A postura de fortalecimento das funções do governo central de Vargas (1930-1945 e 1951-1954) refletia, entre os diversos problemas, a Segunda Grande Guerra e o Estado Novo, fazendo com que utilizasse estratégias de governo dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e integração nacional visando estabelecer a imagem de um “Estado Forte”, o que compreendia o desafio da ocupação da Amazônia (BRITO, 2001; OLIVEIRA, 2003).

Sendo assim, de acordo com Nascimento (2009), em 1938, foi aceito um pedido do General Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME) que autorizaria a criação de Batalhões de Fronteiras na Amazônia. Todavia, no hiato do conflito mundial, a temática da segurança nesta região fica em segundo plano. Com a nova configuração de uma nova ordem mundial pós 2ª Grande Guerra, o tema volta a ser discutido nas agendas militares e da segurança nacional, seguido de construções de unidades militares na fronteira, atendendo a finalidade de presença e proteção física na região. Diante disto,

A arquitetura organizacional desenvolvida e mantida atende aos requisitos da disponibilidade de fornecer, na Faixa de Fronteira, uma armadura composta por unidades físicas, inicialmente constituídas por Unidades Militares, para posteriormente transformar-se em vilas e cidades, segundo a concepção geopolítica da vivificação da fronteira por meio da atração de contingentes primeiramente familiares dos militares deslocados de outras cidades e/ ou regiões do país. Essa sempre foi a concepção estratégica dos militares, pelo menos os do EB, para a defesa da região (NASCIMENTO, 2009, p. 10).

Para Porto (1999), é durante a primeira gestão de Getúlio Vargas (1937-1945) e a promulgação da Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil de 1937 que se tem uma política de ocupação territorial voltada para as regiões fronteiriças da região Norte do Brasil, que possibilitaria ao Estado instalar Territórios Federais no Brasil quando houvesse uma justificativa para a sua criação sob interesse da defesa nacional, determinando que suas áreas fossem oriundas de partes desmembradas dos estados, e suas administrações reguladas por lei especial. Conforme anota Priori (2012, p. 5):

Na década de 1920, e com maior intensidade nos anos de 1930, surgiu no Brasil, entre intelectuais e estudiosos de Geografia, uma discussão embasada na necessidade de redivisão administrativa do território brasileiro. Esse tema vinha sendo discutido desde o período colonial com as capitânicas hereditárias e encontrava sua justificativa na existência de unidades federativas muito pequenas, como Sergipe e Alagoas, e outras muito grandes, como Pará e Amazonas, além da necessidade de se estabelecer uma divisão mais igualitária.

Com a finalidade de melhorar a organização do espaço brasileiro, em meados da década de 1930, realizou-se um estudo para reavaliar a divisão territorial do Brasil que foi conduzido pelo pesquisador geopolítico Everaldo Backheiser, por meio da Comissão Nacional de Redivisão Territorial, como conclusão chegou-se a sugestão de instalação de territórios nacionais, a fim de atender às necessidades de povoamento apropriado na região, bem como a defesa de fronteira em caráter de urgência, além de criação de dez novas entidades no Brasil (MEDEIROS, 1944).

Segundo Porto (1999), no cerne da criação dos territórios federais havia a preocupação com a proteção das regiões fronteiriças devido à baixa densidade demográfica, a preocupação com escassa presença estatal nestas regiões, havendo a necessidade de criar condições jurídicas e socioeconômicas para reorganizar o espaço brasileiro baseado na constituição, bem como instituir programa de desenvolvimento que preconizava o saneamento e educação, dando início as etapas de valorização econômica para Amazônia brasileira.

Para Oliveira (2003) e Silva (2007), a criação de novos territórios federais derivou da intenção de garantir o povoamento de áreas “desabitadas” uma vez que era de interesse do Estado se fazer presente em áreas fronteiriças, sendo este um dilema recorrente desde o século XVIII, tendo como respaldo o discurso de difusão da Segurança Nacional, instrumento de legitimação das políticas públicas do governo federal, durante o Estado Novo (1937-1945).

Acontecimentos geopolíticos tiveram influência direta sob a ordem mundial a partir da metade da década de 1940, em fins da Segunda Grande Guerra, o que favoreceu a criação de territórios federais em regiões limítrofes do Brasil sob a égide do aumento da proteção e aumento da defesa nacional em áreas consideradas de pouca presença estatal, em ideias geopolíticas de concepção de federalização de entidades governamentais visava o controle de fronteiras se concretizava por meio da criação dos territórios federais.

Para Oliveira (2003), vários foram os fatores geopolíticos que corroboraram para que ocorresse a criação de territórios federais no Brasil, notadamente em fronteiras de áreas consideradas sensíveis para a segurança nacional, a fim de se manter a integridade nacional inviolável por meio de uma política nacionalista de povoar, desenvolver e proteger as fronteiras, em especial a Amazônia brasileira que possuía entraves de demarcação de limites com países limítrofes como a França e Inglaterra.

Por outro lado, Santos (2005) anota que as gêneses dos territórios federais possuíam caráter intervencionista na Amazônia por meio de medidas concretas de um planejamento regional sistemático que obedecia a fatores endógenos e exógenos, uma vez que se discutia o papel do Brasil e a importância estratégica da Amazônia perante a uma política de

modernização na sua economia a procura de matéria-prima, principalmente pelos beligerantes no decorrer da Segunda Grande Guerra, sendo necessário que o Estado brasileiro mantivesse o controle em suas fronteiras.

Dessa maneira havia necessidade explícita de presença estatal em áreas fronteiriças consideradas frágeis e de pouca densidade demográfica, sendo assim foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e do Iguassú, os quais de desmembraram dos estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina (mais tarde, na Constituição de 1946, viria extinguir-se os territórios federais de Iguassú e Ponta-Porã), de acordo com o Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943.

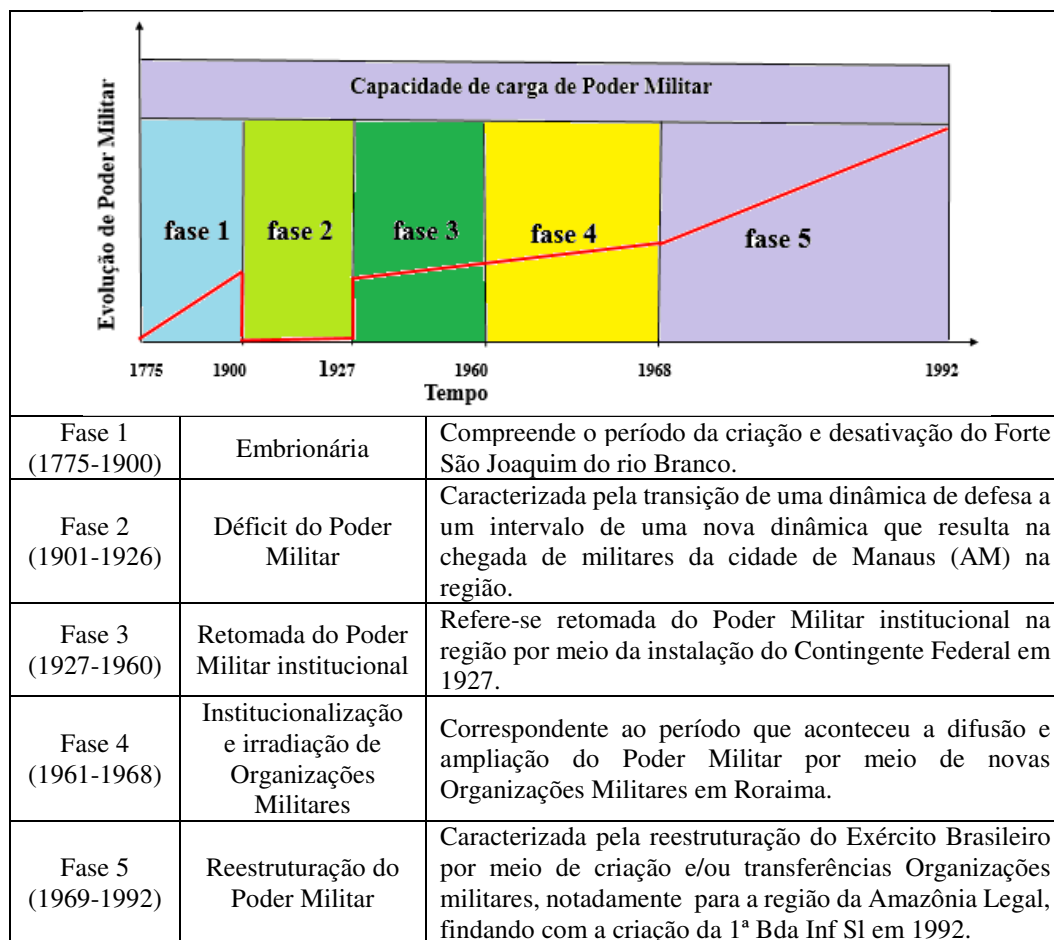
No que concerne a Amazônia brasileira, foram criados os territórios federais do Amapá, Guaporé e do Rio Branco, desmembrados do estado do Amazonas, em que o Rio Branco adquiriu uma configuração territorial dividida entre dois municípios: Boa Vista, que se tornou capital, e Catrimani, que nunca chegou a ser instalado, sendo extinto oficialmente em maio de 1955 por meio da lei nº 2.495, dando, assim, lugar ao município de Caracaraí e para o território federal do Rio Branco, nomeando-se como seu primeiro governador o Capitão Ene Garcez dos Reis, em junho de 1944 (SILVA, 2007).

8.1.5 Ciclo de vida da ampliação do poder militar e da Geopolítica no estado de Roraima

Em decorrência da existência de uma periodização extensa sobre a ampliação do Poder Militar, sobretudo no estado de Roraima, optou-se em fazer o ciclo de vida periodizado em cinco fases distintas, compreendidas entre o período de 1775 a 1992, que corresponde à criação do Forte São Joaquim do rio Branco até a efetivação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), em 1992 (Figura 34).

A fase 1 se caracteriza pela construção do Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778) e pela expedição comandada pelo Capitão *Phelippe Sturm* (oficial engenheiro alemão que servia à Coroa portuguesa) à margem esquerda do rio Tacutu (ponto de encontro com o Uraricoera, que forma o rio Branco), sendo considerado marco da ocupação portuguesa no Vale do rio Branco, posição considerada estratégica, pois barraria a passagem de espanhóis e holandeses para o rio Branco, impedindo qualquer tentativa de incursões estrangeiras no rio Negro (FILHO; VIEIRA, 2015):

Figura 34 - Evolução do Poder Militar no estado de Roraima



Fonte: Elabora própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

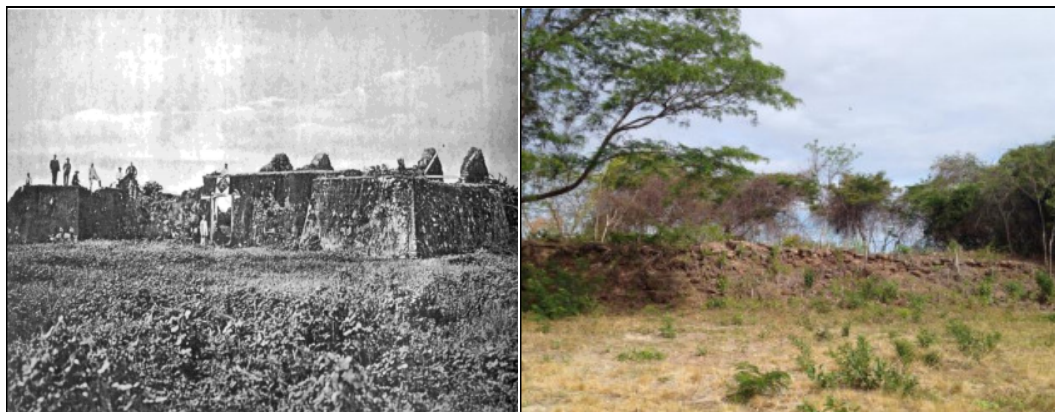
Segundo Bento (1975) o Forte São Joaquim do rio Branco fazia parte do arco de fortificações lusitana que circundavam a Amazônia no século XVIII, que fecha os principais acessos à região, como no caso do rio Branco (Forte São Joaquim), rio Negro (Forte São José de Marabitanas – Cucuí e Forte São Gabriel), rio Solimões (Forte de Tabatinga) e rio Guaporé (Forte Príncipe da Beira).

Para Frage (1991), o avanço dos portugueses sobre o rio Branco no início do século XVII deriva de dois pontos principais que marcariam esta região para sempre: o primeiro, pela sua importância no mercado interno da colônia, pois fornecia mão-de-obra indígena; e o segundo, pela sua posição estratégica como zona de proteção do interior de possíveis tentativas de expansão espanhola ou holandesa.

O Forte São Joaquim do rio Branco foi concluído em 1778 e, por mais de um século, esteve sob comando de dez comandantes até sua desativação em 1900 (Figura 35), representando o centro da atividade política do vale do rio Branco, servindo de extensão do Estado, primeiro português e depois brasileiro, pois “detinha o poder da administração da

região, gerenciando a geopolítica de ocupação não-indígena na fronteira extremo Norte do Brasil em seus aspectos políticos e econômicos” (FILHO; VIEIRA, 2015, p. 134).

Figura 35 – Ruínas do Forte São Joaquim do rio Branco



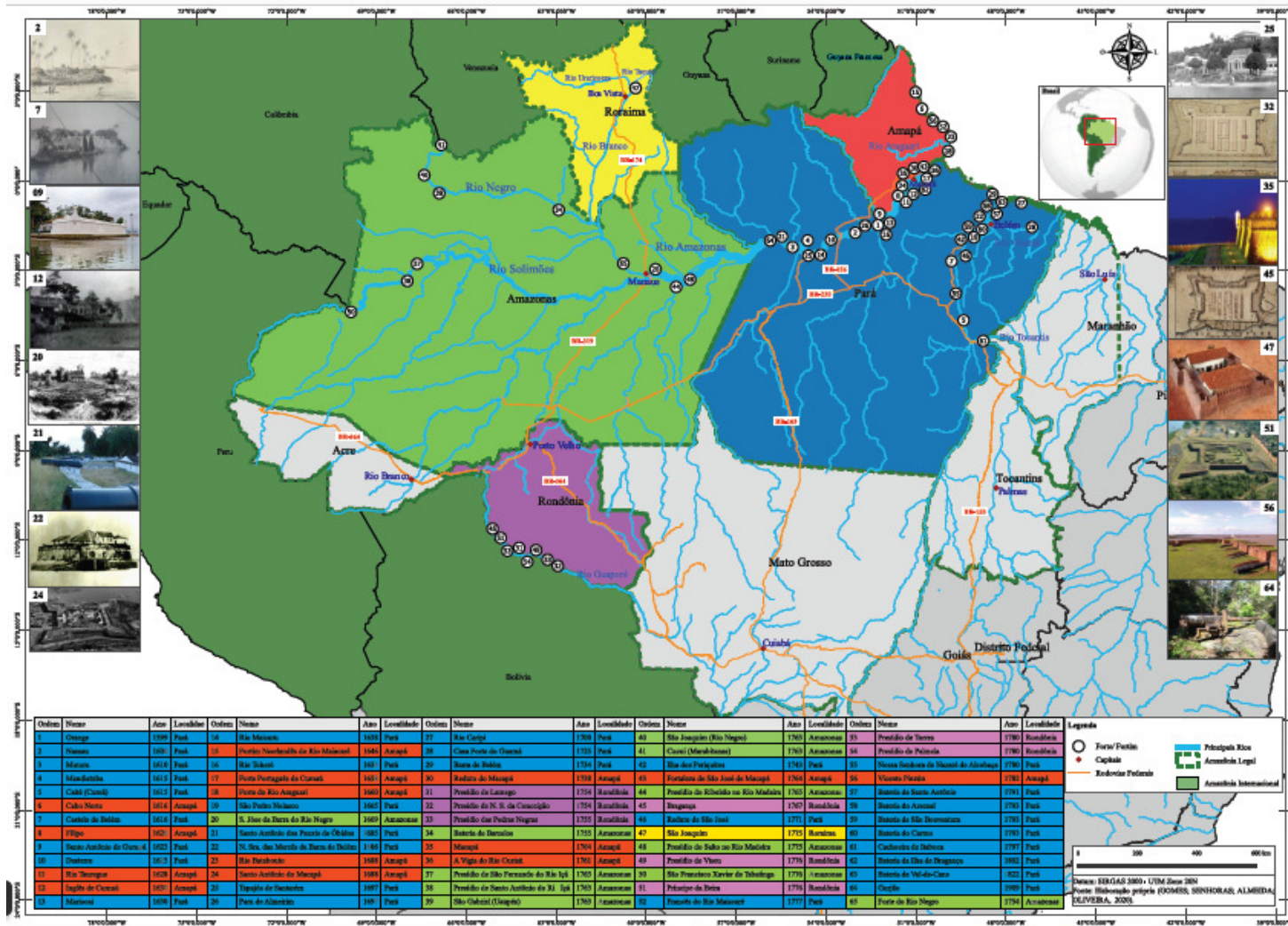
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019m).

Além de ser considerado um dos baluartes mantenedores de nossa integridade territorial, o Forte São Joaquim do rio Branco teve o mérito de se constituir como referência do início da colonização do estado de Roraima, bem como marcar a presença militar na região. Teve um considerável período de grande importância no momento da consolidação da ocupação portuguesa no rio Branco a partir de sua construção (1775-1778), contribuindo na agenda diplomática acerca dos limites fronteiriços com os países vizinhos, já que serviu como argumentação da presença estatal na região do Branco (BRASIL, 2019).

Cabe ressaltar que durante a pesquisa de campo junto ao Comando Militar da Amazônia (Manaus-AM), foi possível o acesso de informações sobre construções de 65 fortificações na Amazônia entre os séculos XVI-XIX, por meio da obra¹⁹ “Os Fortes da Amazônia” que permeia a história de como se desenvolveu o processo de ocupação portuguesa na região, onde obteve-se as devidas referências (Mapa 14).

¹⁹ Obra de autoria do Ten-Coronel da reserva remunerada do exército Brasileiro, Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (LATTES, 2020).

Mapa 14 – Fortificações militares na Amazônia (séculos XVI-XVII)



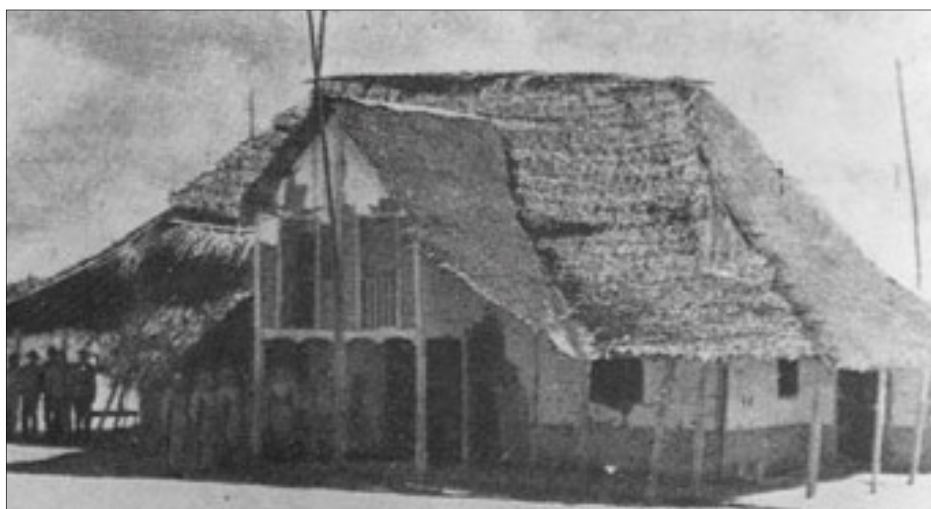
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, OLIVEIRA, 2020).

A fase 2 se define pela ausência física do Poder Militar na região após a desativação do Forte São Joaquim do rio Branco em 1900. No entanto, esta região estava sob jurisdição do 1º Distrito Militar criado por meio do Decreto nº 431 de 2 de julho de 1891 que possuía jurisdição sobre aos atuais estados: do Pará, Maranhão, Piauí, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia, cuja sede inicial na cidade de Belém-PA, e transferido da cidade de Manaus em 1903.

Contudo, no decorrer da pesquisa não foi identificado nenhum tipo de instalação e/ou representação militar na região do Vale do rio Branco (atual estado de Roraima), ainda que exista uma referência no portal do Jornal Folha de Boa Vista²⁰ com indicação de um destacamento de militares denominado de Contingente Especial de Fronteira na região em 1920, no período que compreende de 1900 à 1926.

A fase 3 se caracteriza pela retomada do Poder Militar institucional na região através da instalação do Contingente Federal, em 1927. O processo de ampliação deste poder em Roraima aconteceu de forma lenta, dando-se por meio da articulação geopolítica do poder central para a região mais setentrional do Brasil, concretizando-se com a instalação do Contingente Federal. Considerado a primeira Unidade Militar do vindouro estado de Roraima (Figura 36), era composto por uma guarnição de 28 militares, permanecendo até 1943 quando é transformada em Pelotão de Fronteira.

Figura 36 - Contingente Federal (1926)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019n).

²⁰ Quartéis militares do Exército em Roraima. 2015 (BOA VISTA, 2015).

Após a criação dos territórios federais, são criadas as respectivas Guardas Territoriais que tinham como missão vigiar e proteger as fronteiras, uma vez que a Guarda Nacional havia sido desmobiada em 7 de setembro de 1922. Para Lazzarini *et al.* (1998), a Guarda Territorial tinha como função: manter a ordem pública, bem como realizar policiamento urbano preventivo e repressivo; segurança de autoridades e dos bens públicos; promover abertura de estradas, segurança de fronteiras, dentre outras, estando subordinada diretamente ao governo territorial. No Território Federal do Rio Branco (Figura 37), a Guarda Territorial foi criada mediante Decreto Federal nº 002/44, de 26 de novembro de 1944.

Figura 37 – Quartel da Guarda Territorial do rio Branco



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019o).

A Guarda Territorial do Rio Branco funcionou durante 31 anos, sendo desativada em 1974, o que daria início há um novo aparato policial com a criação da Polícia Militar (PMRR) e o Corpo de Bombeiro Militar (CBMRR), ambos criados em 26 de novembro de 1975 por meio da Lei nº 6.270, tendo de fato suas atividades iniciadas somente a partir de sua regulamentação por meio do Decreto-Lei nº 79.108, de 10 de janeiro de 1977 (BATISTA, 2014).

A fase 4 corresponde ao período que acontece a difusão e ampliação do Poder Militar por meio de novas Organizações Militares em Roraima, a partir da criação da 9ª Companhia de Fronteira (9ª Cia Fron) em 1961, com sede em Boa Vista, então Território Federal do Rio Branco (TFRB), estando diretamente subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira (Manaus-AM), e o 1º Pelotão de Fronteira passando a integrar a 9ª Cia Fron (BRASIL, 1961). Esta modificação daria início da ampliação do Poder Militar para a região, já que a composição física de uma Companhia aumentaria o efetivo militar, considerando que, em média, equivaleria

a três Pelotões de Fronteira, somado a um grupo de Comando e base de apoio logístico e de intendência.

Concomitantemente, ao processo de ampliação do Poder Militar nas fronteiras do Norte do Brasil, acontecia o processo de fomento de políticas públicas para o desenvolvimento da região amazônica, que teve início ainda no governo de Getúlio Vargas, com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia criado por meio da Lei no 1.806 de, 16 de janeiro de 1953. Este plano foi um instrumento político social em que se observou uma efetiva movimentação estatal no sentido de salvaguardar a soberania nessa região, integrando-a às demais regiões do Brasil, um real um plano regional para ocupação, tendo influência direta em questões de Defesa Nacional (LUEDY; MELLO, 2016).

Para Pieranti e Da Silva (2007), nessa época o principal projeto dessa época foram as construções de rodovias federais, como a Belém-Brasília, concluída em 1960, no governo Juscelino Kubitschek. A estrada e as rodovias federais de Cuiabá-PortoVelho-Manaus e Brasília-Cuiabá-Santarém seriam o elo entre a região Centro-Oeste e a Amazônia Legal, deste modo criando-se um sistema multimodal (rodovia-hidrovia) de significado estratégico na agenda de defesa nacional.

No tocante a agenda de Defesa Nacional voltada para a Amazônia Legal, em 27 de outubro de 1956, foi criado o Comando Militar da Amazônia (CMA), por meio do Decreto nº 40.179, com sede em Belém (PA) e jurisdição sobre os elementos do Exército sediados nos estados do Amazonas, Pará, parte norte de Goiás (a partir de Porto Nacional), parte do estado de Mato Grosso (Município de Aripuanã) e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (hoje estado de Roraima), Acre e Guaporé (hoje estado de Rondônia), herdando, assim, a responsabilidade do IV Exército, com sede em Recife-PE (BRASIL, 2016b).

Nesse sentido, de acordo com Nascimento (2009), com a criação do CMA encerra-se a longa trajetória das fortificações na Amazônia. Na visão de Mattos (1990), o desígnio deste Grande Comando, Comando Militar da Amazônia, eram os fortes construídos entre os séculos XVII e XIX, em que mesmo aqueles que não foram utilizados em batalhas pelos portugueses serviram para uma estratégia dissuasória de enorme valor simbólico, e desde então vem recebendo o encargo de enquadrar e apoiar, em melhores condições de proximidade, todas as organizações militares situadas na imensa Hileia e, de forma gradativa, o Estado brasileiro intensifica sua presença militar na Amazônia Legal. Conforme discorre Ferreira (2016, p. 25):

Com o passar do tempo, gradativamente, foi ganhando robustez a ideia de que o Estado brasileiro, em particular, as Forças Armadas deveriam exercer uma maior efetividade, em termos de estrutura, organização e consolidação de presença institucional na Amazônia. No que tange ao Exército, então, no ano de 1956, [...] foi criado o Comando Militar da Amazônia (CMA), na cidade de Belém-PA. Em 1969, houve a mudança da sede para Manaus-AM.

Segundo Hora e Marques (2005; 2015), observou-se que durante as últimas quatro décadas do século XX, aconteceu uma mudança de postura na doutrina e no emprego do Exército Brasileiro, passando pela doutrina da guerra convencional de forte influência francesa e a *posteriori* estadunidense de doutrina de combate à subversão, com ênfase nos primeiros governos militares (1964-1985), e chegando até a nova visão da realidade amazônica, sendo a última considerada como a propulsora da descentralização do foco da Força Terrestre deixando de ser o Centro-Sul do Brasil, e a crescente importância atribuída à Amazônia Legal.

Para Mattos (1980), a concepção estratégica então vigente das Forças Armadas, era de priorizar a Região Sul, uma vez que o dispositivo operacional estava articulado em face dos países platinos, considerando a herança de confrontação geohistórica entre as colonizações portuguesa e espanhola em torno da Bacia do Prata.

Na Amazônia, o desafio se constituiu outro, a começar pela sua extensão e sua biodiversidade, as “velhas e novas ameaças” percebidas, além dos desafios gigantescos advindos de ameaças externas, como a ação de aventureiros ou do próprio meio ambiente; sendo assim, a mesma natureza que se mostra rica pela sua diversidade traz as maiores ameaças à soberania nacional na região (VILLAS BÔAS, 2013).

Segundo Gomes (2017), a preocupação do Exército Brasileiro com a Amazônia advém desde o período de sua conquista pelos portugueses, e o esforço de mantê-la pautou-se pela presença, ocupação e manutenção do território, a exemplo do que foi realizado pelo General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Barros, primeiro Comandante Militar da Amazônia (julho de 1968 e março de 1970).

O General Rodrigo Octávio já apontava sobre quão grande era a missão do Estado brasileiro em se fazer presente na região ao proferir a seguinte frase, que marcaria seu pensamento patriótico: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la” (Figura 38), palavras estas que estão expostas em letreiros obrigatórios em todas as unidades militares da região amazônica.

Figura 38 - Letreiro do 6º Pelotão Especial de Fronteira-Uiramutã (RR)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

Para Ferreira (2015), a partir dos governos militares (1964-1985) que se tem maior exploração e integração da Amazônia Legal com as demais regiões do Brasil através de projetos que possibilitassem o desenvolvimento, começando, assim, a despertar o interesse nacional e internacional considerando que a escassez de produtos naturais em países desenvolvidos aguça o imaginário destes Estados extra-amazônicos sobre uma possível intervenção travestida de proteção mundial para futuras gerações (NASCIMENTO, 2013).

Após os incentivos do governo brasileiro para a Amazônia, o avanço demográfico foi fortemente impulsionado por meio de programas que visavam, notadamente, o povoamento e o desenvolvimento econômico por meio da exploração dos recursos naturais. De acordo com Curado e Sartí (2008), ainda que questões ambientais fossem consideradas assunto de relevância, estas eram abertamente relegadas ao segundo plano caso eventualmente pudesse interferir ou atrasar, direta ou indiretamente, em projetos do Governo militar.

Sendo assim, nas décadas de 1960-1970, várias foram as ações implementadas no espaço amazônico que contribuíram para (re) produção dessa região, dentre elas: o Projeto RADAM/BRASIL (Radar na Amazônia), que priorizava a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste, justificado pela vastidão de sua área florestada; e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, que tinha por objetivo desenvolver e integrar a região ao resto do Brasil. Ambos tinham por objetivo desenvolver e integrar a região ao resto do Brasil.

Para Aguiar; *et al.* (2013), nesse mesmo período iniciam-se discursões sobre políticas ambientais, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano com a

consequente assinatura da Declaração de Estocolmo (1972), paralelamente ao início das pressões para preservação ambiental no mundo, em que a Pan-Amazônia se situa como tema central nos debates. Sendo assim, “a conferência marca a Amazônia como espaço de representação ecológica internacional, o território passa a ser foco de debates internacionais e o ideal de “internacionalização da Amazônia” debuta na pauta de discussões dos líderes das grandes potências mundiais” (AGUIAR; *et al.*, 2013, p.7).

No que concerne à ideia de internacionalização da Amazônia, em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo de 13 de abril de 2005²¹, o General Meira Mattos anota que esta ideia é antiga e que, de tempos em tempos, ela volta à tona para discussão, sendo trazida por novos ventos revestidos por teses pseudocientíficas ou sócio humanitaristas para ocultar o seu verdadeiro objetivo político e/ou econômico:

No começo era apenas a surpresa aplastante de quantos famosos cientistas e naturalistas, europeus e norte-americanos, diante da magnitude do cenário florestal e hidrográfico com que deparavam na Amazônia. Nos séculos 17 e 18 vieram conhecê-la e estudá-la renomados cientistas e naturalistas da Europa e dos EUA. Seus relatórios e estudos chamaram a atenção internacional para a Amazônia. Passada a fase de admiração científica pela sua colossal imagem geográfica, vieram as ambições e a cobiça.

Portanto, observa-se haver mudança de postura do governo brasileiro no que concerne a ampliação do Poder Militar na região amazônica, especificamente para Roraima, decorrente de acontecimentos políticos na então Guiana britânica que se tornaria independente no dia 26 de maio de 1966. Além de adquirirem independência, o Estado guianense passaria por mais um período conturbado em sua historiografia por meio da nominada Questão do Rupununi, a qual traria consequências diretas para o Brasil.

De acordo com Pereira (2008), *Rupununi* é a nona região entre as dez que o Estado guianense possui e está localizada a Sudoeste, numa extensão de 6.000 km banhada pelo rio de mesmo nome na qual, também, estão as fronteiras da Guyana com o Brasil e da Guyana com a Venezuela. Essa região esteve envolvida em fatos “políticos mais significantes daquele país é, por conseguinte, a história política desse país o viés que ajuda na interpretação da composição multicultural e das relações sociais construídas com o Brasil” (PEREIRA, 2008, p. 119).

Ainda segundo Pereira (2008) foi durante as décadas de 1950-1960 que resultaram na consolidação de cultura partidária que se impunha numa situação de colônia, que contribuiria

²¹ Artigo concedido ao repórter Cesar Maia na seção OPINIÃO: Tendências/Debates do jornal Folha de São Paulo, em 13 de abril de 2005, com o tema A internacionalização da Amazônia.

para que ocorresse no processo de independência da Guyana, uma vez que posturas ideológicas particulares trazidas do pós Segunda Grande Guerra traria preocupação da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América com tendência marxista-leninista para a região, por consequência, implicaria diretamente na fronteira com o Brasil.

Nessa direção, em 1966, a Guyana adquiriu sua independência do domínio inglês antes mesmo de sequer resolver as questões de instabilidade política que acometia a região, sobretudo as que envolviam o interesse norte-americano em impedir a instalação de um governo socialista em sua área de influência como também as que se tratavam de disputas étnicas pelo poder, tendo em vista que antes a divisão política na Guyana era marcadamente étnica, “sendo que os dois partidos principais, o *People’s Progressive Party* e o *People’s National Congress*, estavam divididos entre indoguanenses e afroguanenses, respectivamente” (AGUIAR, 2014, p. 22).

A fase 5 se caracteriza pela reestruturação organizacional do Exército Brasileiro por meio da criação e/ou transferências de Organizações Militares de grandes centros urbanos para regiões de menor adensamento populacional, principalmente para os estados fronteiriços que compõe a Amazônia Legal. Tais acontecimentos deriva de acontecimentos geopolíticos que afetaria diretamente a Amazônia Setentrional, como exemplo, destaca-se o caso da revolução do *Rupununi* que tinha como objetivo obter sua independência do Estado da Guyana ocorrido entre os dias 01 e 04 de janeiro de 1969 a partir da tomada da cidade de *Lethen* (fronteira com o Brasil), e deste modo, tentar impedir a chegada da Guiana *Defense Force* (AGUIAR, 2014).

A questão do *Rupununi* teve como protagonistas os fazendeiros/rancheiros locais que não possuíam organização nem tinham como treiná-los, além de não possuírem armamentos para dar suporte à insurreição. Sendo assim, buscaram apoio junto ao governo da Venezuela, o que obtiveram de pronto. No entanto, o governo venezuelano possuía intento de apenas desestabilizar o governo guianense objetivando a reanexação da região de *Esequibo*, que ainda se encontra em litígio entre os dois países.

Para Aguiar (2014), a revolta encerrou-se a partir da não prestação de apoio prometido por parte do governo venezuelano, o que causou desintegração do movimento, implicando em emigrações para o território brasileiro para as regiões de Boqueirão do Lua, onde havia uma aeronave clandestina para conduzi-los para a Venezuela. Parte do movimento conseguiu atravessar a fronteira entre Brasil e Guyana pelo rio Tacutu e chegar à cidade de Bonfim (Figura 39), sendo em seguida presos por militares do Exército Brasileiro e conduzidos para as cidades de Boa Vista e Rio de Janeiro, onde foram libertados.

Figura 39 – Refugiados da Revolta da região de *Rupununi* e apreensões de munições e armamentos pelo o Exército Brasileiro (1969)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

Em decorrência dos acontecimentos da Questão do *Rupununi*, o Estado brasileiro enviou tropas para as cidades de Bonfim, Normandia e Vila Pereira, atual Vila Surumu (fronteira entre Brasil e a Guayana) que mais tarde dariam origem as criações dos 1º, 2º e 3º Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), respectivamente, considerados como a ponta de lança do Comando Militar da Amazônia na região.

Segundo o Capitão Damásio Douglas Nogueira²², entres os dias 01 e 03 de janeiro de 1969 foram enviadas tropas do Exército Brasileiro nível Pelotão, composto por 30 militares, entres Sargentos, Cabos e Soldados da 9ª Companhia de Fronteira, que estavam sob o Comando do Capitão Airton Amorim de Lima e do 2º Tenente Eutychio Gonçalves Pereira Mendes, com a missão manter a integridade física da população local e o controle da área dando sustentação à defesa da fronteira na região.

Ainda segundo o Capitão Damásio, as tropas permaneceram em Bonfim e Vila Pereira até o dia 25 de março de 1969 (Figura 40), sendo substituídas por militares do Grupo de Elementos de Fronteira (GEF) da cidade de Manaus-AM e da 5ª Companhia de Guarda da cidade de Belém-PA, os quais foram substituídos por um Desatamento de militares da 9ª

²² Entrevista cedida à Seção de Comunicação Social do CFR/7º BIS.

Companhia de Fronteira. Enquanto na Normandia, após o controle da situação, foram deslocadas tropas do 27º Batalhão de Caçadores (27º BC) da cidade de Manaus-AM (hoje 1º BIS/Amv), permanecendo até 25 de março de 1969.

Figura 40 - Primeiro Contingente militar em Bonfim (1969)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

Em Normandia, as tropas foram substituídas por militares da 9ª Cia Fron (Boa Vista), sob o Comando do 3º Sargento Damásio Douglas Nogueira cuja equipe era composta por mais nove militares (Figura 41), constituindo, assim, o primeiro destacamento de segurança na área, ocupando as mesmas instalações do tapiri²³ deixado pelo 27º Batalhão de caçadores, local da atual sede do 2º Pelotão Especial de Fronteira.

Figura 41 - Destacamento pioneiro na região de Normandia (março de 1969)

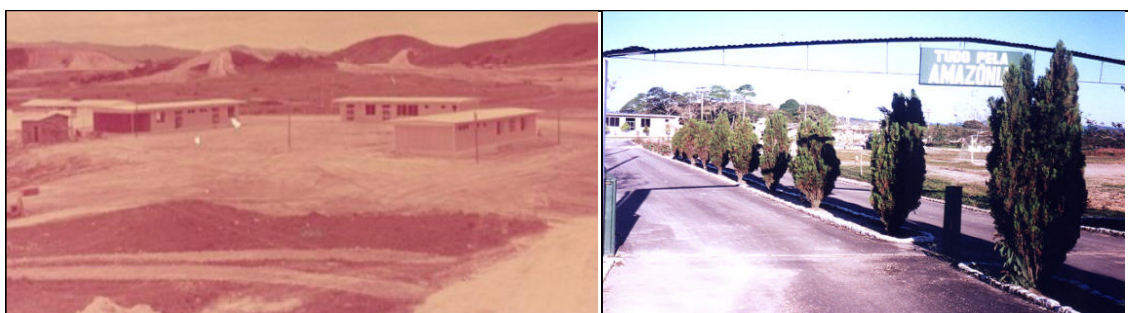


Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

²³ Segundo Houaiss e Villar (2001, p. 2670) choupana construída para abrigar provisoriamente seringueiros, lavradores, etc..

O 3º Pelotão Especial de Fronteira teve sua gênese na Vila Pereira, quando do envio de tropas militares da 9ª Companhia de Fronteira em 1969 concomitantemente a construção da Rodovia Federal BR-174 (1970-1977). Seu primeiro efetivo foi composto por nove militares no dia 8 de março de 1973 após a construção de suas novas instalações para a então Vila Pacaraima (fronteira com a Venezuela), sendo assim, segundo Silva (2015) dava-se início os primeiros aglomerados de casas que possibilitaria o surgimento da atual cidade de Pacaraima (Figura 42).

Figura 42 - Instalações militares na Vila Pereira e de Pacaraima



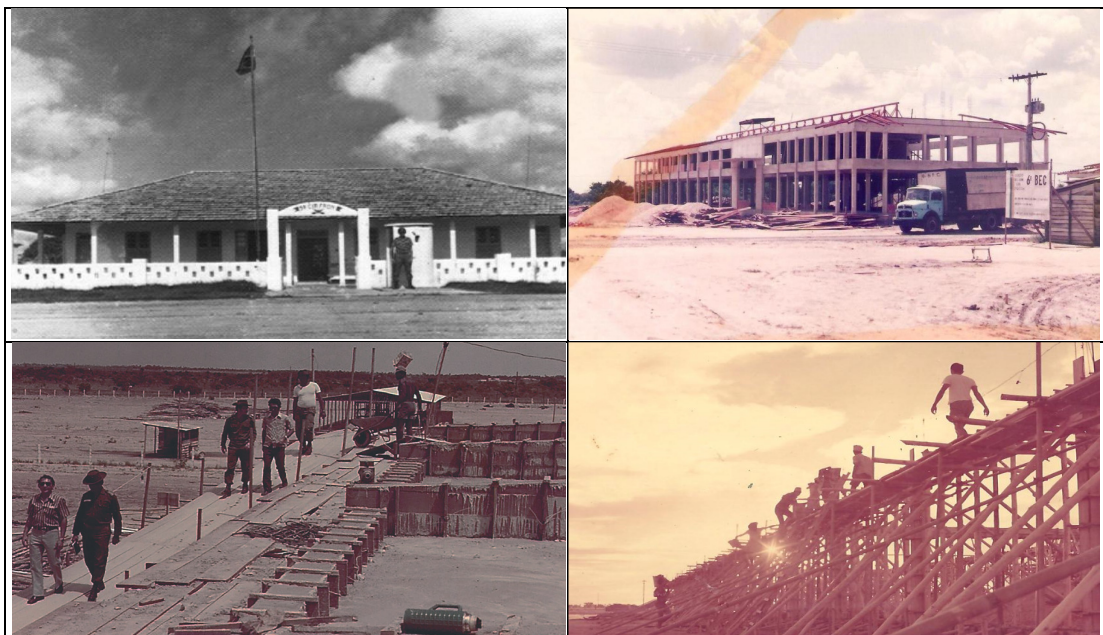
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

A transferência do Comando Militar da Amazônia da cidade de Belém-PA para a cidade Manaus-AM, em 1969, transcorreu pelo fato de se cumprir as exigências de melhor administrar a região da Amazônia Ocidental, concomitantemente aos acontecimentos resultantes das tensões políticas na Guayana que culminariam na Revolta do Rupununi no início do ano de 1969.

Esse fato, decerto, corroborou para implementação da reestruturação da força terrestre com ampliação de ações que resultaria na ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal, a partir de realocamentos, criações e transferências de Organizações Militares das regiões Sul e Sudeste do Brasil, sendo criadas, segundo Brasil (2019), 15 novas Organizações Militares, fato este considerando inédito e de grande envergadura para um Grande Comando de Área.

Para Roraima, aconteceram significativas mudanças estruturais, a começar pela criação do Comando de Fronteira de Roraima (CFR) por meio do Decreto nº 64.497, de 23 de maio de 1969, e a transformação da 9ª Companhia de Fronteira para o 2º Batalhão Especial de Fronteira (2º BEF), conforme Decreto Federal nº 65.133, de 11 de setembro de 1969, ambos comandados pelo mesmo Comandante (Figura 43), e sendo efetivados a partir de 31 de março de 1976. Atualmente, são representados pelo Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (BRASIL, 2019).

Figura 43 - Construção das instalações do Comando Fronteira / 2º Batalhão Especial de Fronteira



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

No contexto das ações estratégicas do governo federal, o Decreto Presidencial nº 63.184, de 27 de agosto de 1968, cria o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (Figura 44), que se originou a partir da 1ª Companhia Especial de Engenharia na cidade de Manaus (AM), que foi criada em 1967 e instalada em 9 de agosto de 1968, data de comemoração da criação do Batalhão. A motivação da transferência da sede do 6º BEC da cidade de Manaus para a cidade de Boa Vista, decorreu dos acontecimentos das tensões suscitadas na fronteira do Brasil e Guyana pela Questão do *Rupununi* (BRASIL, 2019bb).

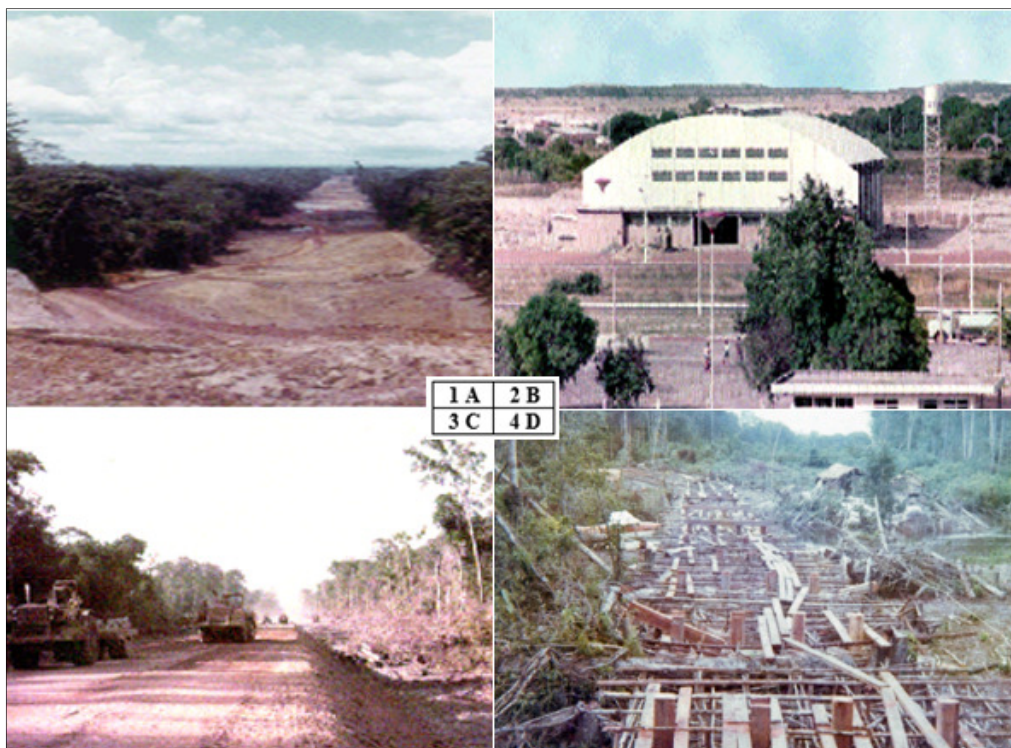
Figura 44 - Sede provisória do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (Avenida Ene Garcêz, Boa Vista) e construção da atual sede em Boa Vista - RR



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019p).

Com a presença do 6º BEC em Roraima, deu-se início a um longo processo de construções de infraestrutura de grande envergadura, instalações militares e civis por todo Território Federal do Rio Branco, como foi o caso das obras consideradas mais emblemáticas da história do Batalhão, as construções das rodovias federais BR-174 (Figura 45 1A e 4D) de conexão entre as cidades de Manaus (AM) e Pacaraima (RR) (fronteira com a Venezuela), e a BR-401, que faz conexão entre Boa Vista, fronteira com a cidade de *Lethen* Vista e Bonfim (Figura 45 3C), bem com a construção do ginásio desportivo da Guarnição de Boa Vista, Figura 45 2B (BRASIL, 2019bb).

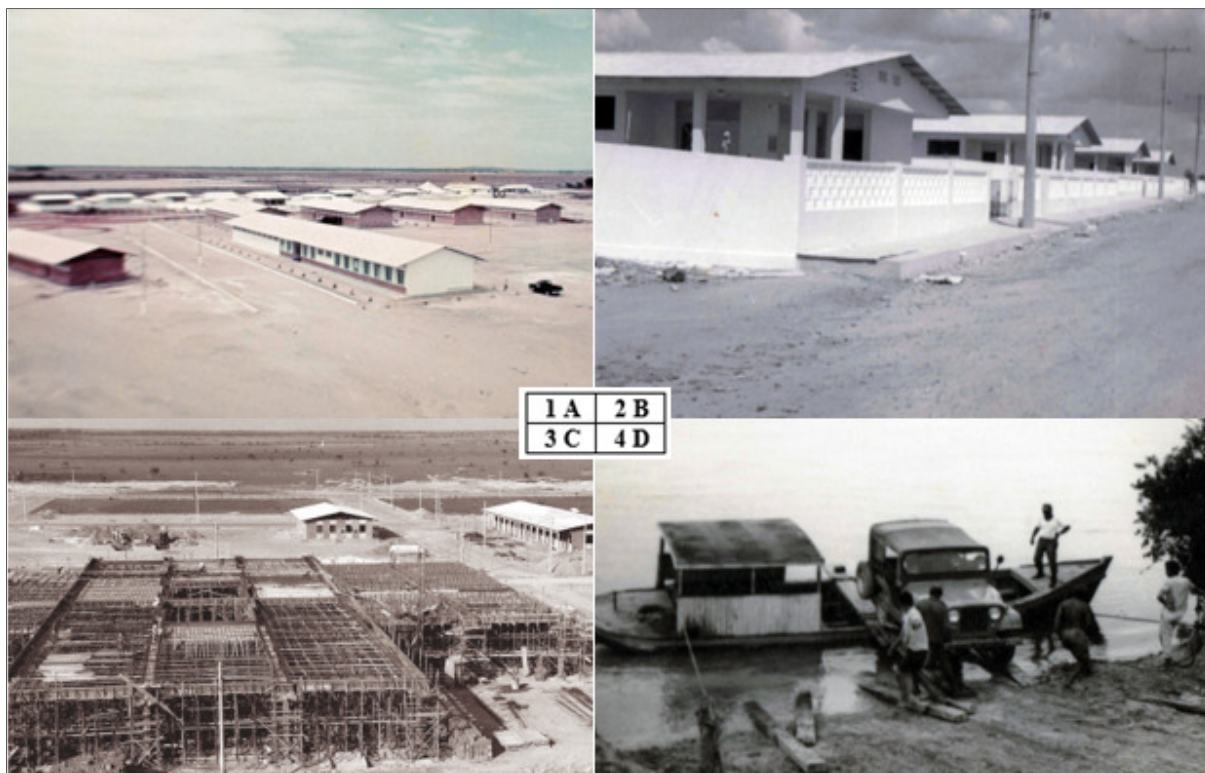
Figura 45 - Obras da BR-174 realizada pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019p).

Sendo assim, o 6º BEC recebeu a responsabilidade de construção de diversas obras na cidade de Boa Vista, incluídas suas atuais instalações, bem como de 15 casas no município de Caracaraí (RR) para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASA, figura 46 1A); bem como para a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL, figura 46 2B); Instalações da antiga Base Aérea de Boa Vista, 1984 (hoje ALA 7, figura 46 3C); transporte de viaturas e meios de Engenharia no rio Uraricoera durante construção da BR-174, 1970 (Figura 46 4D); dentre outras.

Figura 46 - Obras executadas pelo 6º Batalhão de Engenharia de construção (1970-1980)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019p).

Recentemente, o 6º BEC participou ativamente da Operação Acolhida, lançada pelo Governo Federal em março de 2018, que visa à prestação de apoio a organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente da crise migratória da Venezuela. Segundo Brasil (2018a), a coordenação dos trabalhos é feita pela Força-Tarefa Logística Humanitária do Exército Brasileiro, em que os trabalhos são realizados de forma conjunta por órgãos federais, estaduais e municipais, notadamente com apoio logístico e de infraestrutura nos abrigos (Figura 47).

Figura 47 - Construção de abrigos e bases utilizadas pela Força-Tarefa (Pacaraima 2019)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019p).

Ainda na década de 1980, no dia 18 de agosto de 1982, foi instinto o 2º Esquadrão Independente de Cavalaria, sendo suas atividades encerradas em 31 de dezembro do mesmo ano. Em Portaria de mesma data, criou-se o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec) com sede na cidade de Boa Vista-RR, diretamente subordinado ao Comando Militar da Amazônia (Figura 48).

Figura 48 - Instalações e tiro de carro de combate Cascavel EE-90 do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019i).

O 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado é oriundo do 15º Regimento de Cavalaria Independente na cidade de Castro-PR de 1943, passando a ser denominado de II Esquadrão de Fuzileiros do 2º Regimento de Cavalaria em 1946, e em 1957 passando ser nominada de 2º Esquadrão Independente de Cavalaria em 1946. Seu primeiro Comandante foi então o Major de Cavalaria César Augusto Barroso Ramos nomeado em 3 de setembro de 1982, aonde teve suas primeiras instalações (dois pavilhões existentes) no então Comando Fronteira /2º Batalhão de Fronteira (hoje CFR/7º BIS) (BRASIL, 2019r).

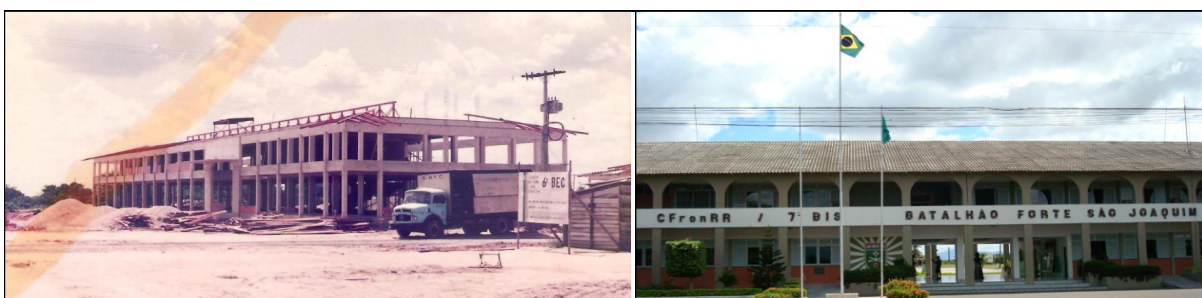
O estado de Roraima também se compõe pela fisiografia de savanas (cerrados), correspondendo à formação de vegetação rasteira em que se destacam as gramíneas, ervas, arbustos e árvores esparsas, representando cerca de 39.800 km² os quais estão estabelecidos à Nordeste do estado (BARBOSA; MIRANDA, 2004). Esta composição se assemelha às da Região Sul do país, onde se concentram grande parte das Unidades Militares de Cavalaria Mecanizado do Exército Brasileiro, constituindo-se, assim, em fator determinante para criação e transferência deste tipo de unidade para a cidade de Boa Vista.

As unidades de cavalaria podem ser dotadas por viaturas blindadas, mecanizadas, de guardas e por carros de combate, o que lhe proporciona poder de mobilidade e, conseqüentemente, vantagem como instrumento multiplicador de forças favorecendo sua

atuação no terreno. No caso específico do 12º Esqd C Mec, este está dotado por viaturas: blindadas, leves e média, além de caminhões, dentre outras.

Ainda dentro da perspectiva de ampliação do Poder Militar, em 12 de julho de 1988, por meio da Portaria Ministerial nº 654, foi concedido ao Comando de Fronteira Roraima/2º Batalhão Especial de Fronteira a denominação histórica de Batalhão Forte São Joaquim, e, em primeiro de janeiro de 1992, foi dada a denominação atual de Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, o qual está diretamente subordinado ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Figura 49).

Figura 49 – Construção do pavilhão de Comando (antes e depois) do Comando Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

Ulteriormente, o período que compreendeu o fim da Guerra Fria (1991) trouxe grandes modificações para o sistema internacional, mesmo que tenha seguido por um período de unilateralismo norte-americano que ocasionou o arrefecimento do rigor do sistema internacional devido ao término da disputa bipolar. Essa mudança no nível sistêmico leva a um relativo enfraquecimento da liderança no nível global, “dando maior espaço a potências regionais, ampliando a margem para a construção de regimes sub-regionais que atendam às demandas específicas dos atores regionais” (FAGUNDES, 2013, p. 3).

Desse modo, aconteceu uma reconfiguração da segurança internacional, em que fontes de insegurança, antes secundárias, ganham importância na agenda de segurança dos Estados. As chamadas “novas ameaças” tinham como fundamental característica seu caráter não-militar. Entre tais ameaças destaca-se o narcotráfico, o terrorismo e o crime transnacional organizado (FAGUNDES, 2013).

Para Martins Filho e Zirker (2001), é esta lógica que irá se refletir no espaço amazônico por meio do ressurgimento de temas antes pouco debatidos, como a vulnerabilidade das fronteiras, o crime transfronteiriços, tráfico de drogas, guerrilhas, como também sua

compreensão como parte de um contexto mais amplo como a “cobiça internacional”, proferidos numa visão mais rígida da ameaça de internacionalização da Amazônia.

A partir da década de 1980 várias foram as ações do Estado brasileiro em se fazer mais eficaz e presente na região da Amazônia Legal com intuito de explorar, desenvolver e integrá-la às demais regiões. Além disso, é com base na chamada Nova República, com o governo de José Sarney (1985-1990), que é lançado o Projeto Calha Norte (PCN) que visou, dentre outras, responder a pressões exógenas.

Considerado um dos últimos grandes projetos com viés voltado tanto para Defesa Nacional quanto para integração regional durante o período militar para a Amazônia Legal, o Projeto Calha Norte (PCN), segundo Curado e Sarti (2008), seria uma resposta unilateral do Brasil, frente sua aparente insatisfação quanto à falta de avanços obtidos com o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), mas com o objetivo de aumentar sua área de atuação.

Para Mattos (1990), o PCN foi de grande importância para o Brasil, especialmente no que se refere a questões geopolíticas daquele momento, sobretudo quanto à administração da fronteira norte e às práticas ilícitas que se agravavam na região, notadamente em Roraima, com conflitos entre garimpeiros e indígenas. Desde sua criação, promoveu a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia, primeiramente ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas e, anos mais tarde, abrangendo quase que toda a Amazônia legal.

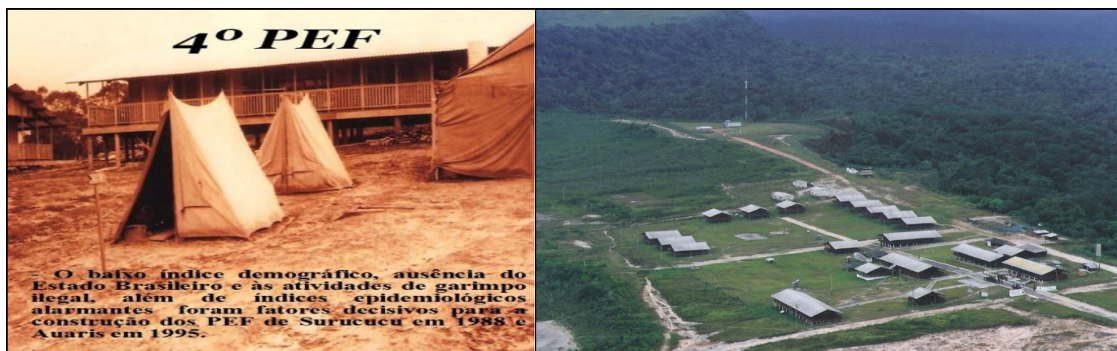
O PCN teve em seu escopo inicial a manutenção da soberania da Amazônia Legal e promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável, colocando-se como de grande relevância a partir do discurso da baixa densidade demográfica existente na região e o avanço de crimes transfronteiriços. Sendo assim, surgiu com três ações com duas vertentes: a militar, com duas ações, e a civil, com uma ação, com abrangência inicial contemplando áreas militares como o âmbito social, para serem aplicadas na faixa de fronteira setentrional da Amazônia brasileira (Amazonas, Amapá, Roraima e Pará). De acordo com Gomes (2017, p. 30):

A Vertente Militar, que corresponde à “manutenção da soberania e integridade territorial”, com desenvolvimento sustentável da região do Calha Norte, e a “Vertente Civil”, implantação de infraestrutura básica nos municípios da região do PCN. Para maior presença do Estado e, sobretudo dos militares, nos pontos chaves para a soberania e defesa brasileira, a abrangência do CN foi expandida.

O PCN possibilitou a ampliação do Poder Militar para o estado de Roraima com a criação de mais três Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). O primeiro foi o 4º PEF na região da Serra de Surucucu (município de Alto Alegre), cuja construção foi outorgada pelo governo federal em 14 de abril de 1986, com efetivo marcando a presença militar em 08 de março de

1988. Situado num platô sobre as elevações do Planalto das Guianas na região serrana do Parima (Figura 50), localizado a noroeste do estado de Roraima, possui cerca de 40 km de distância da fronteira venezuelana. (BRASIL, 2019 HISTORIO 7º BIS).

Figura 50 - Instalações do 4º Pelotão Especial de Fronteira - Surucucu (RR)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

Os 5º e 6º PEF foram criados nos anos de 1988 e 2002, respectivamente, durante a transformação do Projeto Calha Norte. O 5º PEF encontra-se localizado na região de Auaris, no município de Amajari, a Noroeste do estado, cerca de 445 km de Boa Vista. Situado numa clareira aberta na floresta densa sob as montanhas da Serra Parima, localizada em terra indígena Yanomâmi, foi inaugurado em 04 de dezembro de 1995 (Figura 51 1A e 2 B), quando da chegada de uma aeronave Búfalo C-115 da Força Área Brasileira (FAB), que transportava o primeiro destacamento de militares do Exército Brasileiro para aquela região (BRASIL, 2019).

Por fim, o 6º PEF, criado em 26 de abril de 2002 (Figura 51 3C e 4D) com a chegada dos primeiros militares de valor Pelotão para ocupação da instalação PEF. Foi inaugurado em 02 de maio de 2002, estando localizado cerca de 800 m da sede do município de Uiramutã, a Nordeste do estado de Roraima, circundado por várias localidades, sendo a maior parte da população composta pelas comunidades de Socó, Água Fria e de Mutum (BRASIL, 2019).

Figura 51 - Instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteira-Auaris (RR)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019f).

Desse modo, é com a criação do 6º PEF que o Exército Brasileiro conclui (até o momento) o processo com seis unidades militares de pequeno valor (Mapa 15) e completa o arco-extremo norte roraimense, que engloba as porções Leste-Nordeste (fronteira com a Guayana) até porção Oeste-Nordeste (fronteira com a Venezuela) ao longo dos 1.922 km de fronteira, sendo todos diretamente subordinados ao Comando Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (BRASIL, 2019).

Segundo Gomes e Dias (2018), os PEF são considerados como “a ponta de lança” do Comando Militar da Amazônia com seus 28 PEF especializados pela a Amazônia Legal, especificamente em áreas fronteiriças, de maneira que cumprem a missão estratégica da presença estatal em locais de difícil acesso (geralmente), bem como possuem encargos e atividades idênticas às demais unidades militares. Entretanto, por encontrar-se geralmente em locais isolados, possuem características específicas, mas com a missão comum vinculada à tríade combate, vida e trabalho, notadamente visando realizar vigilância aproximada e a proteção preventiva da faixa de fronteira.

É nesse ínterim que se observa que as Forças Armadas do Brasil, especialmente o Exército Brasileiro, buscam realizar uma reestruturação na força por meio de realocamentos, transferências e/ou criação de novas Unidades Militares de grandes centros urbanos para a região considerada de baixo adensamento populacional e mais vulnerável a tensões endógenas e exógenas, como foi o caso da Amazônia Legal.

Desse modo, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada da cidade de Petrópolis (RJ) para Boa Vista (RR), em 13 de janeiro de 1991, foi criada a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) através de Portaria Ministerial, passando a funcionar a partir de 01 de janeiro de 1992 na cidade de Boa Vista, atendendo os critérios estruturais do Exército Brasileiro uma vez que estes Grandes Comandos possuem “formação básica de combinação de armas, integradas por unidades de combate, apoio ao combate e de apoio administrativo, com capacidade de atuar de maneira independente e por tempo significativo” (BRASIL, 1984, p. 17).

Com a finalidade de complementação do quadro organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, no dia 20 de abril de 2004 foi criado o 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com SI), por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 183, de mesma data com instalações anexas ao Comando da Brigada, que proporcionaria as ligações necessárias aos escalões mais altos que exercerá a coordenação entre as diversas Organizações Militares que compõem a 1ª Bda Inf SI.

A desativação da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (Petrópolis-RJ) e a ativação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Boa Vista-RR) cumpria a determinação prevista no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que, num primeiro momento, contemplava uma reestruturação de curto prazo denominada de Força Terrestre 90 (FT 90), dentro do período de 1986 a 1990; outra de médio prazo denominada FT 2000, até o ano 2000; por fim, uma de longo alcance até 2015.

Observa-se que além disso, que o Exército Brasileiro desde a década de 1960 vem buscando uma nova reestruturação da sua força adequando-se à realidade brasileira após o rompimento do acordo militar²⁴ com os Estados Unidos da América em 1977. Isso, desde a reformulação da doutrina militar (décadas de 1960-1970) até se chegar à modificação da base regimental divisória utilizada na Segunda Grande Guerra para a organização tática de brigada, quando surgem as Brigadas de Infantaria em 1973 (KUHLMANN, 2007).

²⁴ Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América assinado em março de 1952 pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, com o objetivo de garantir a defesa do hemisfério ocidental, vigorando até 1977 (D'ARAÚJO, 2019).

Segundo Kuhlmann (2007), o maior impacto na Força Terrestre ocorreu logo após o conflito entre argentinos e britânicos nas Ilhas Malvinas/Falklands²⁵ na década de 1980, que derivou estudos sobre a reestruturação da Força e culminou com o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), instituído por meio da Portaria no 077-EME, de 04 de dezembro de 1995.

Para Alves e Campos (2012), o episódio das Ilhas Falklands/Malvinas serviu de alerta para o Exército Brasileiro, que extraiu importantes ensinamentos desse conflito, sendo este o mais recente episódio de guerra convencional no Teatro de Operações Sul-americano e o primeiro após o rompimento do acordo militar Brasil-EUA. Ao mesmo tempo, o Exército Brasileiro passou a buscar, com maior autonomia, um pensamento militar autóctone.

Para o SIPLEX, num primeiro momento, havia previsão de uma reestruturação de curto prazo denominada de Força Terrestre 90 (FT 90), dentro do período de 1986 a 1990; outra de médio prazo até o ano 2000, denominada FT 2000; finalizando com uma de longo alcance até 2015. O SIPLEX se trata de procedimento do planejamento estratégico que tenta obter eficiência pelo progresso incremental da instituição, conforme anota Da Silva (2009, p. 71):

O núcleo central do SIPLEX diz respeito, exatamente, a um sistema de planejamento organizacional que funciona como laço fechado de retroalimentação que deve possibilitar a melhoria contínua do desempenho do Exército Brasileiro (EB), por meio da prática do planejamento, execução do plano, avaliação do resultado e ação de correção dos desvios.

No que tange sobre a Doutrina dentro da concepção estratégica geral do Exército Brasileiro, a Força Terrestre destaca-se em três tipos: a Doutrina Alfa (Garantia da Lei e da Ordem), a Doutrina Gama (referente à defesa da região Amazônia) e a Doutrina Delta (área Continental, exceto a região Amazônia). A defesa da Área Estratégica da Amazônia, que inclui a região guianense, diz respeito ao SIPLEX-IV, sendo considerada como região de Defesa Externa e, deste modo, defendida como prioridade 1 (Da Silva, 2009), sendo assim,

A Concepção Estratégica (CE), como parte do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), constitui-se em um embasamento conceitual, decorrente de estudos, análises e avaliações, que indica como o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão e, por via de consequência, organizado, articulado e preparado, tudo consubstanciado no Plano Estratégico do Exército (Ex) (BRASIL, 2017, p. 5).

²⁵ A Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre Argentina e Inglaterra pelas Ilhas Malvinas, ocorrida no ano de 1982. “As ilhas, localizadas no Atlântico, são questões de controvérsias em relação à soberania da região, já que diferentes relatos são de diversas nacionalidades terem chegado primeiro no pequeno arquipélago”. (MACEDO, 2018, p. 16).

Para Kuhlmann (2007) o SIPLEX é considerado uma doutrina consolidada que estabelece uma metodologia de planejamento, homogeneizando o pensamento militar brasileiro. Compreende desde a interpretação da missão do Exército, passando pelas concepções estratégicas, diretrizes e planos de execução, com ele, havia previsão de criação abrupta de brigadas operacionais no Brasil, de 27 para 41 unidades.

No entanto, a previsão de aumento efetivo de unidades de brigadas não se concretizou, mas algumas brigadas de selva foram criadas e/ou transferidas de grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, para a região da Amazônia Legal, deixando de existir algumas Unidades Motorizadas. Sendo assim, foram feitas adaptações “pela falta de condições de implementar todo o plano criaram um reordenamento que poderia ser considerado um *downsizing*, ainda que não tenha ocorrido a diminuição de unidades, apenas sua alocação” (KUHLMANN, 2007, p. 13).

Como objetivos iniciais, o SIPLEX tinha como escopo diminuir o hiato tecnológico por meio da aviação do Exército e da Guerra Eletrônica, criar novas brigadas na Amazônia Legal em conexão com o Projeto Calha Norte, além da intenção de desconcentração de organizações militares do Rio de Janeiro, redistribuindo-as estrategicamente uma vez que era patente a falta de unidades militares na Amazônia, como também os problemas fronteiriços, destacando-se os crimes socioambientais, transnacionais, tráfico, contrabando, dentre outros (KUHLMANN, 2007).

No caso brasileiro, sabemos que a Amazônia ocupa um lugar de destaque no imaginário militar e que, desde meados da década de 1980, quando se arrefeceram as antigas rivalidades estratégicas entre o Brasil e a Argentina, aumentaram as preocupações militares com as fronteiras amazônicas. Há, desde então, um movimento de transferência de unidades militares das fronteiras sul-sudeste para a fronteira norte e a implementação de projetos governamentais voltados para o desenvolvimento, a proteção e a defesa militar da Amazônia, como o Programa Calha Norte e o SIVAM/SIPAM (Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia).

Após a desativação do Forte São Joaquim do rio Branco, em 1900, ao longo do tempo ocorreram vários fenômenos geopolíticos, políticos e militares que corroboram para que ocorressem a ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional (especialmente em Roraima) dentro de um contexto que possibilitasse a ocupação e presença militar em áreas fronteiriças, através de realocamentos, transferências e/ou criação de unidade militares.

8.1.6 Geopolítica e defesa nas fronteiras terrestres no Brasil contemporâneo (1985-2017)

Ainda que o Programa Calha Norte (PCN) tenha na sua gênese ações duas vertentes, a militar com duas ações e a civil com uma ação, observa-se que o programa foi criado dentro de uma perspectiva militar de Defesa Nacional numa tentativa de aumentar a presença estatal na região Norte, primeiramente ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas e, mais tarde, com abrangência por quase toda Amazônia Legal.

De acordo com Brasil (2018a), percebe-se uma mudança orçamentária substancial para a vertente civil em relação à militar. Como aponta o Relatório Situacional 2018 do Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018, foram destinados para a vertente civil um total de R\$ 380.101.992,00, em detrimento a vertente militar contemplado com um total de R\$ 45.063.030,00.

No período que compreende o Regime Militar (1964-1985) aconteceram mudanças significativas para a região da Amazônia brasileira, a começar pelo plano nacional de “grandes projetos” governamentais que visava o desenvolvimento socioeconômico com a sua integração às demais regiões do país, além do aumento da presença estatal em áreas consideradas vulneráveis e de baixo adensamento populacional.

Posteriormente ao PCN, considerado o principal projeto de defesa para a Amazônia Legal, surgiram os projetos Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM), o Sistema de Monitoramento das Fronteiras (SisFron), o Plano Estratégico de Fronteiras, e o Plano de Proteção Integrada das Fronteiras, ampliando um arcabouço de iniciativas para regiões fronteiriças. Nesse contexto, segundo o “O PCN foi sintomático no contexto que foi gestado. Brasil avançava no processo de distensão das relações com a Argentina e iniciava a sua redemocratização, deslocando sua preocupação estratégica do Sul para a Amazônia” (ANDRADE; LIMA, 2018, p. 128).

Várias são as interpretações de estudiosos geopolíticos com relação ao PCN. Miyamoto (2009) e Santos (2014) apontam para a crescente importância dada a Amazônia Legal sob a influência da emergente agenda internacional de meio ambiente e de fortes críticas ao governo brasileiro sobre a gestão sob seus recursos naturais. Outra interpretação é a do pesquisador Oliveira Filho (1991), que referência à tentativa do Conselho de Segurança Nacional de manter sua influência sobre as políticas de segurança e defesa do país na transição para o novo governo.

No âmbito das tensões geopolíticas existia o intento de intensificar as interações com países vizinhos, principalmente no âmbito do TCA, em facilitar o comércio bilateral, a cooperação técnica-científica e a construção de infraestrutura regional, o que envolveu as

Forças Armadas e os ministérios das Relações Exteriores. Com relação à distribuição de organizações militares, Diniz (1994) aponta que existia a necessidade de o Exército Brasileiro constituir Pelotões Especiais de Fronteiras em pontos críticos e melhorar os já existentes; a Força Aérea Brasileira construir e melhorar os aeródromos de apoio; e a Marinha intensificar suas patrulhas fluviais.

Em consideração à proteção das fronteiras, outra iniciativa ganhou importância desde meados dos anos 1990: o Sistema de Vigilância da Amazônia e Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM) que, segundo Miyamoto (2009), teriam sido gestados como uma forma mais adequada de aprofundar e cumprir o objetivo militar visado pelo PCN: proteger e monitorar as fronteiras do Norte e a Região Amazônica.

Desse modo, entre os anos de 1990 e 1992, foi trabalhada a concepção de uma infraestrutura integrada para a aquisição, visualização, processamento, armazenamento e difusão de dados e imagens para a Amazônia brasileira, sendo criada, em 1993, a Comissão de Implantação do SIPAM. Dada à complexidade da proposta, a implementação do programa se realizou ao longo de sete anos, entre 1995 e 2002 (ANDRADE; LIMA, 2018).

O SIVAM/SIPAM se originou da necessidade de haver um sistema eficiente de proteção e processamento de informações qualificadas sobre a região da Amazônia Legal em 1990. Nesse sentido, o SIVAM se refere a infraestrutura de vigilância e análise do SIPAM, tendo como finalidade a proteção territorial e patrimonial da Amazônia Legal e a defesa da soberania nacional da região, “com estrutura que abrange o sensoriamento remotos, a vigilância e controle do tráfego aéreo e de superfície, a monitoração ambiental e meteorológica, a exploração e monitoramento de comunicações” (MARQUES, 2007, p. 160).

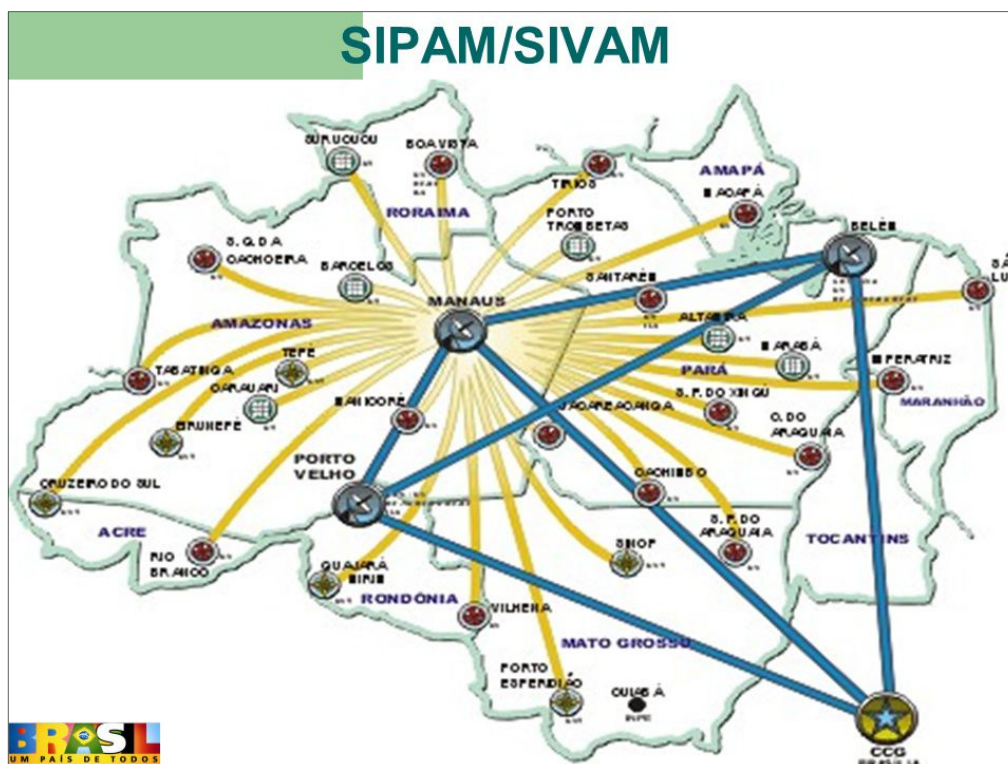
A criação do SIVAM deriva de política de Defesa Nacional como um projeto de capacidade, que envolve elevados recursos financeiros, gerador de importantes benefícios de ordem política e socioeconômica para o país. Assim como o PCN, o SIVAM/SIPAM se constituem em programas em que suas concepções se inserem no contexto de uma importante reorientação estratégica promovida pelo governo federal, tornando-se componentes importantes da política de Defesa Nacional, com agenda multidisciplinar que integra meios destinados à difusão de dados e imagens.

Concomitantemente, Becker (2002) acredita que a implantação do SIVAM/SIPAM resulta de uma resposta a um processo de militarização que vem ocorrendo na América Central e na franja Sul-americana do Pacífico. Tal fenômeno seria reflexo da Guerra Fria, observando-se uma crescente corrida armamentista por meio de política de transformação dos Andes em “*mare nostrum*” dos Estados Unidos da América que utilizava da instabilidade dos países

Andinos e da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) como contraponto estratégico. O SIVAM teve sua implantação concluída em julho de 2005, enquanto o SIPAM somente em abril de 2006.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) foi criado em 2002. Embora sua concepção remonte à década de 1990, trata-se de uma instituição nova organizada com sede em Brasília (DF), com mais três centros regionais instalados na cidade de Belém (PA), Manaus (AM) e Porto Velho (RO) (BRASIL, 2017). Possui infraestrutura tecnológica instalada por toda a Amazônia, com: detectores de raios; estações meteorológicas, utilizadas principalmente para a proteção ambiental; aeronaves de vigilância aérea e sensoriamento remoto os quais estão sob gestão da Aeronáutica, além dos radares, entre outros. Esse instrumental se torna fundamental na Amazônia, considerando que em grande parte da região há baixa visibilidade na obtenção de imagens por meio de sensores em base de satélites, devido à quantidade de nuvens que a cobre (Figura 52).

Figura 52 - Organização do SIPAM



Fonte: Brasil (2017).

Dando continuidade à política protecionista sobre as fronteiras brasileiras, em 2011 foram implementados dois projetos: o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SisFron). O primeiro concebido de forma conjunta

pelo Ministério da Defesa e o então Ministério da Justiça (hoje Ministério da Justiça e Segurança Pública) por meio do Decreto nº 7.496, de 2011, tendo como finalidade, entre outras, obter o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

Durante o Plano Estratégico de Fronteiras, as Operações Sentinela e Ágata, que estavam sob coordenadas diretas do vice-presidente da República, se constituíram como um dos desdobramentos das ações executadas por diversos entes estatais na prevenção e combate a crimes transfronteiriços, como a entrada de armas e drogas no país.

Na Operação Sentinela, coordenada pelo então Ministério da Justiça, as ações eram centradas no trabalho investigativo e de inteligência com atuação conjunta de órgãos federais de segurança: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança. Em contrapartida, na Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), eram mobilizadas tropas federais das Forças Armadas da Marinha, do Exército e da Força Aérea, os quais atuavam de forma episódica e em pontos estratégicos da fronteira brasileira (BRASIL, 2019).

No entanto, em 2016, o Plano Estratégico de Fronteiras foi substituído pelo o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) por meio do Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, com a finalidade de melhorar a articulação entre as agendas governamentais de segurança e defesa das fronteiras. O Plano Estratégico de Fronteiras possuía propostas interessantes, considerando sua intenção de atuação integrada, com execução de ações conjuntas de informações entre os principais agentes de segurança, defesa e fiscalização, além de acordos intergovernamentais.

O PPIF tem como diretrizes atuar de forma integrada e coordenada com órgãos e agências de segurança pública, de inteligência, da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, além da cooperação e integração com os países vizinhos. Sendo assim, tem como objetivo: “integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima” (BRASIL, 2016, p. 1).

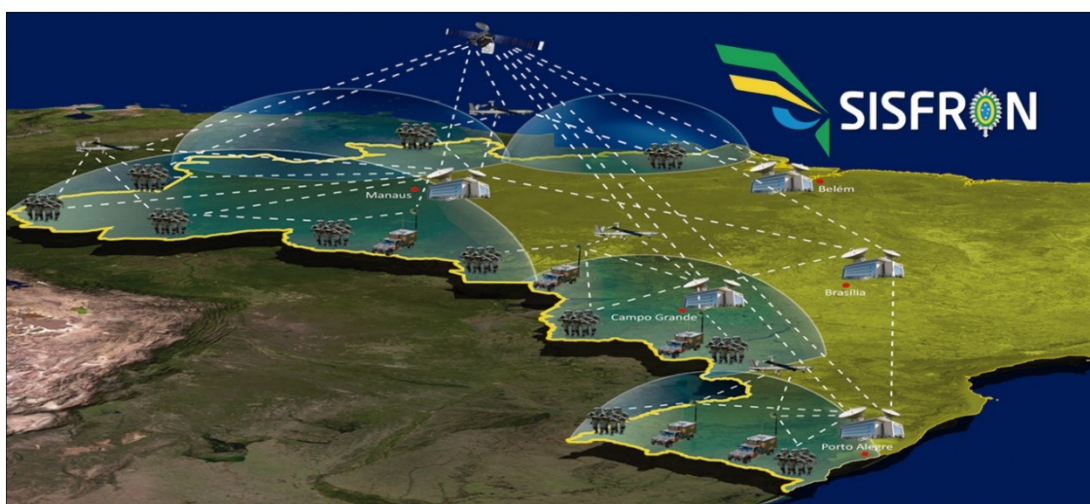
O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SisFron), criado em 2011, se constitui como conjunto de novas iniciativas para a defesa das fronteiras sob a coordenação do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro (EPEX) em consonância com os princípios de monitoramento/controle, mobilidade e presença da Estratégia de Defesa Nacional, sendo descrito como um “sistema de sensoriamento, de apoio à decisão e de atuação operacional, cujo

propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira” (BRASIL, 2016, p. 77).

Para Andrade e Lima (2018, p. 138), na visão do Exército Brasileiro o SisFron “visa ampliar a capacidade de monitorar a faixa de fronteira do Rio Grande do Sul ao Amapá; assegurar um fluxo contínuo e seguro de dados para diversos escalões da Força terrestre; e auxiliar o processo de tomada de decisões”, bem como também pretende fornecer informações para atuações de outros órgãos governamentais de fiscalização e repressão, como: Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outros.

Segundo Brasil (2019x), a atuação do SisFron auxilia nas tomadas de decisões por meio de sensoriamento que estarão estendidos ao longo dos 16.886 km de linha fronteira, monitorando a faixa de fronteira que equivale a 150 Km de largura ao longo dessa linha, favorecendo o emprego das Organizações Militares subordinadas aos Comandos Militares do Norte, da Amazônia, do Oeste e do Sul (Figura 53).

Figura 53 - Representação gráfica do programa SisFron nos três arcos de fronteira



Fonte: Brasil (2019x).

O programa auxilia na instrumentalização para que se possa ter atuação integrada entre vários escalões de emprego da Força Terrestre, desde patrulhas e postos de controle na faixa de fronteira, passando pelos Batalhões, Brigadas, Divisões de Exército, Comandos Militares de Área, até chegar ao Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília (DF). Assim, permitirá que seus modernos equipamentos tecnológicos habilitem os integrantes da força Terrestre “a operar em ambiente de alta complexidade tecnológica, adaptando-o às demandas

de consciência situacional instantânea e ao conceito da guerra centrada em redes” (BRASIL, 2019x).

Portanto, observa-se que os projetos (1995-2017) denotam uma nova perspectiva de reforçar a importância de políticas com ênfase no desenvolvimento regional em áreas fronteiriças, expansão da demanda de homogeneizar uma visão de desenvolvimento e de segurança em detrimento de uma visão de apenas defesa do território, notando-se que também há um aumento de políticas públicas que focam a segurança das fronteiras e o designo de atuação interagências e da cooperação com os países vizinhos (ANDRADE; LIMA, 2018).

8.1.7 Política, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional sob olhar na Amazônia Legal

Na esfera da Defesa Nacional há três documentos esclarecedores sobre as atividades de defesa as quais estão fundamentadas na Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Livro Branco de Defesa Nacional²⁶ (LBDN). Estes documentos são considerados de “alto nível da administração pública federal, para o planejamento de ações destinadas à defesa nacional, surgem como ferramentas que possibilitarão o Estado brasileiro fomentar o tema sobre defesa dando visibilidade a sociedade como todo” (GOMES, 2017, p. 35).

Almeida (2010) aponta que, assim como as demais políticas públicas de Estado, a defesa carece de ser compreendida enquanto um bem público que tem por objetivos atender a problemas específicos que não podem ser solucionados por outros órgãos do governo, se não pelas Forças Armadas:

A política de defesa (*defense policy*) trata de com problemas específicos, insuscetíveis de transferência à iniciativa privada ou a qualquer outro campo da gestão governamental, e procura implementar soluções para esses problemas. Questões como a resposta a agressões externas não podem ser objeto da atuação das áreas da saúde ou da educação (ALMEIDA, 2010, p. 3).

Tanto a Política Nacional de Defesa (PND); Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) possuem publicações quadrienalmente. A PND teve seu lançamento originalmente em 1996, sendo revogada em 2005 e 2012. A END, lançada em 2008 e atualizada em 2012, define ações que devem ser adotadas para que o Brasil alcance os

²⁶ O termo “Livro Branco”, dentro do ordenamento governamental, é o nome que se empresta a um documento oficial, publicado por um governo ou uma organização internacional, com a finalidade de expor uma nova política, ou linha de ação sobre um tema atual (CASTANHEIRO, 2011, p. 10).

oito objetivos inscritos na PND. Por sua vez, o LBDN, regulamentado por meio do Decreto nº 7438, de 11 de fevereiro de 2011, foi criado com intuito de divulgar e esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que guiam os procedimentos de segurança e proteção nacional.

Os três documentos esclarecedores sobre as atividades de defesa do Brasil tiveram suas versões atualizadas em 2012, entretanto, cumpre esclarecer que estes foram novamente atualizados por meio do Decreto Legislativo nº 179, em 14 de dezembro de 2018, versões estas que não foram disponibilizadas, razão pela qual a presente dissertação leva em consideração as publicações referentes ao ano de 2012.

8.1.7.1 Política e Estratégia Nacional de Defesa (PND-END)

Embora os documentos da Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END) se assemelhem, estes também possuem conotações e especificidades distintas junto às políticas de Defesa Nacional. Em que a PND além aos objetivos da Defesa Nacional, bem orienta o “Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. Em comum, os documentos pavimentam o caminho para a construção da Defesa que o Brasil almeja” (BRASIL, 2012, p. 7).

A Política Nacional de Defesa (PND) dirige-se ao planejamento de ações destinadas à defesa nacional sendo coordenadas pelo Ministério da Defesa, direcionadas para ameaças exógenas, com objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Apesar de o Brasil possuir dimensões continentais e fisiografia diversificada, a PND consegue implementar planejamento geral de defesa, ainda que demande tempo, uma política abrangente e abordagens específicas (BRASIL, 2012, p. 7).

No que se refere à Amazônia Legal, em seu planejamento a PND, além de incluir todas as regiões geográficas do Brasil, faz ressalva para a importância que se deve ter para esta região em especial, priorizando-a a fim de garantir a presença estatal por meio de vivificação de áreas fronteiriças, bem como também para garantir a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais, sendo aspectos essenciais para que ocorra a integração da região:

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais (BRASIL, 2012, p. 30).

A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, constitui as diretrizes para a correspondente preparação e capacitação das Forças Armadas, as quais tem a finalidade de garantir a segurança e defesa do país tanto em tempos de paz quanto em situações de crise, que segundo Gomes (2017, p. 38), a END tem “teor nacionalista com intensão de promover esclarecimentos a sociedade brasileira acerca da necessidade de investimento em programas nacionais relacionados à segurança e defesa nacional”

Segundo Brasil (2012), a END é a conexão entre a autoridade e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro, sendo prioridade o adensamento da presença de unidades das FA nas fronteiras, com preferência para região amazônica por ser considerado como um dos focos de maior interesse para a defesa:

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil (BRASIL, 2012, p. 54).

No entanto, a END também ressalva que o Brasil é pacífico por tradição e por convicção, vivendo em harmonia com seus vizinhos, com boas relações internacionais sob os princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia, sendo estas práticas características da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

8.1.7.2 Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)

A primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), que veio a somar-se à PND e END como instrumento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil, atendeu o que prescreve a Lei Complementar nº 97/1999, modificada pela Lei Complementar nº 136/2010, que estabeleceu em seu Artigo 9º, parágrafo 3º, a obrigatoriedade de o Poder

Executivo apresentá-la ao Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012.

Resultado do trabalho de diversos autores especializados na área de defesa tanto no meio civil, quanto militares, o Livro Branco de Defesa Nacional foi criado com intuito de divulgar e esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que guiam os procedimentos de segurança e proteção nacional, servindo de instrumento de prestação de contas à sociedade brasileira (GOMES, 2017).

De igual maneira à PND e END, o LBDN ressalta a importância da presença militar na Amazônia Legal, sendo esta considerada um dos principais focos de maior interesse da defesa, onde o Brasil afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, com preocupação em manter a cooperação entre os países que possuem território na Pan-Amazônia numa tentativa de preservação espacial e de suas riquezas naturais. Nesse sentido:

Ressalta-se o conceito de “faixa de fronteira” adotado pelo Brasil, consolidado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por lei. Embora este conceito esteja preliminarmente ligado à Defesa Nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da faixa refletem a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e à cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais (BRASIL, 2019, p. 15).

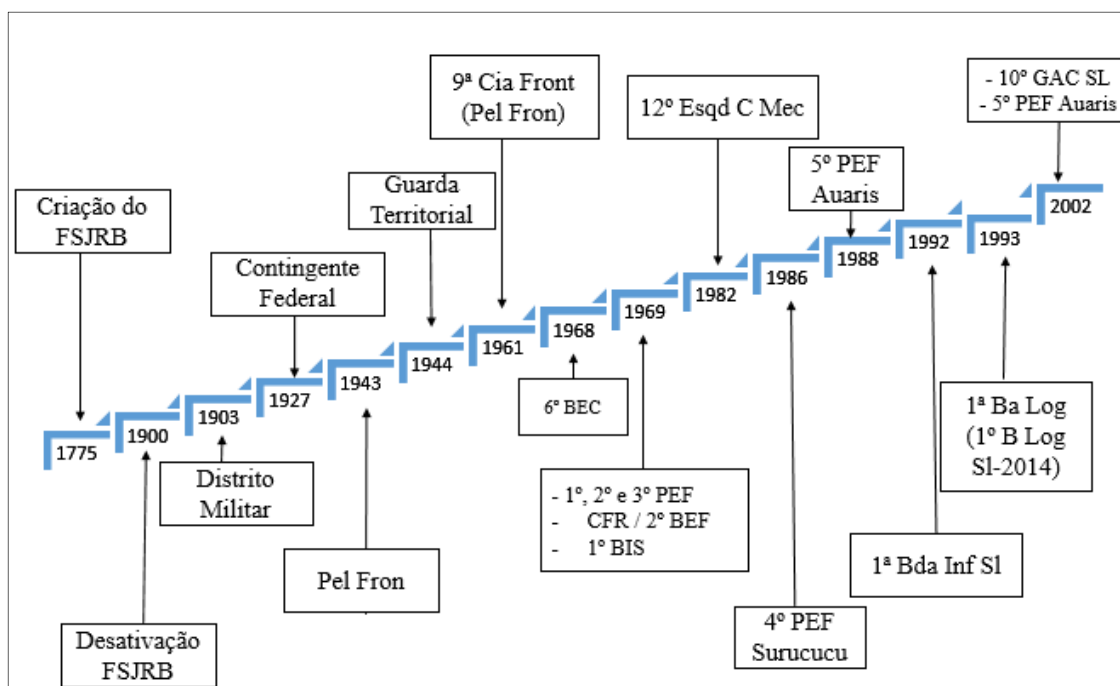
Sendo assim, este documento apresenta-se como instrumento transparente e esclarecedor perante a sociedade brasileira, além de reforçar e fortalecer a cooperação entre os países da América do Sul, possibilitando possíveis soluções pacíficas e eliminando as hipóteses de conflitos na região, neste particular, a região amazônica que vem sendo discutida em debates internacionais sobre sua real importância no contexto internacional, e encontra-se em conformidade com os documentos norteadores da defesa da PND de END (GOMES, 2017).

Portanto, ao analisarmos os três documentos (PND, END e o LBDN) sob a ótica da Amazônia Legal, observa-se que estes documentos fazem referências a esta região como sendo prioridade do Estado brasileiro, sem deixar de levar em considerações as demais regiões, o que o faz principalmente por meio das Forças Armadas através de capacitações operacionais dentro de uma trilogia que envolve “presença, mobilidade e monitoramento/controlado” como sendo os principais instrumentos de elucidação e divulgação das atividades de defesa no Brasil, tanto para a sociedade brasileira quanto para a comunidade internacional.

Ademais, observa-se que ao longo do tempo histórico a ampliação do Poder Militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima (Figura 27) se materializa a partir da criação do Forte São Joaquim do rio Branco em 1975, cuja finalidade primeira visava fazer a defesa territorial

do Brasil português, bem como assegurar a posse lusitana e expulsar o inimigo invasor oriundo principalmente da Europa, até a consolidação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em 1992, concomitantemente com suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas.

Figura 54 - Evolução geohistórica do Poder Militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Neste longo processo da ampliação Poder Militar, dezenas de Organizações Militares foram criadas e/ou realocadas de outras regiões para o atual estado de Roraima o que contribuiu e continua a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento e integração regional com as demais regiões geográficas do Brasil, bem como para a manutenção da harmonia interestatal.

8.1.8 Considerações parciais

O capítulo apresentou uma ampla e resumida análise dos processos exploratórios da Amazônia a partir da segunda metade do século XV até os dias atuais, sob o olhar geopolítico-militar, por meio de uma visão holística e perspectivas de múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações ocorridas na região, decorrentes de inúmeras expedições comerciais, expansionistas e/ou exploratórias através de ações de europeização.

A pesquisa realizou um resgate historiográfico acerca da consolidação geopolítica portuguesa na Amazônia e o processo de colonização nas bacias dos rios Negro e Branco

mediante estratégias de uso de fortificações militares às margens dos principais rios amazonidas, contribuindo para materialização do Estado português fora da Europa e, em momento posterior, para a conformação do Estado brasileiro.

A presença das fortificações na Amazônia, além de servir para sua atividade-fim de defesa e presença militar para garantir a posse do território na Amazônia, deu início ao longo processo de povoamentos em diversos momentos históricos e em distintas áreas, contribuindo também para o aumento da presença militar por meio da ampliação do Poder Militar português até a conformação do território brasileiro em 1822, e, por conseguinte, o surgimento do Exército Brasileiro.

A presença e ocupação militar por parte das Forças Armadas do Brasil na Amazônia Legal decorreram de longo e lento processo de ampliação do Poder Militar, notadamente do Exército Brasileiro, e em específico na região do estado de Roraima com o Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778), dando início a um novo ciclo militar na região através de uma geopolítica expansionista e integradora.

Ao longo de dois séculos, observou-se que vários foram os fenômenos que corroboraram para que ocorressem mudanças significativas no que concerne a ampliação de Poder Militar no estado de Roraima, notadamente pelo Exército Brasileiro que possui maior efetivo e espacializados em áreas remotas do estado, que contribuiu e continua contribuindo de forma direta e indireta para o desenvolvimento e integração local e regional.

Desse modo, o presente capítulo evidenciou vários fenômenos geopolíticos que motivaram a expansão e exploração da Amazônia através de um processo de europeização e conformação da presença portuguesa, notadamente com as construções das diversas fortificações militares, com a posterior materialização do Estado brasileiro, como também apresentou o processo de ampliação do Poder Militar no estado de Roraima por meio do Exército Brasileiro.

9 O PODER MILITAR DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL (1992 – 2018)

9.1 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

O quarto capítulo faz uma exploração da estrutura organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas com sede na cidade de Boa Vista (RR) a partir de sua criação em 1992, levando em consideração suas territorialidades e sua espacialização no estado de Roraima, as quais se apresentam de forma pontual e com branda representatividade em áreas fronteiriças, nem sempre cumprindo as necessidades do Estado.

O capítulo tem como objetivo realizar um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, considerada como a representação do Exército Brasileiro no estado de Roraima, cuja estruturação é organizada por oito Organizações Militares Diretamente Subordinadas, com exceção do 1º Batalhão de Infantaria de Selva que se localiza na cidade de Manaus (AM), sob o prisma de hermenêutica geográfica da ampliação do Poder Militar roraimense.

Foram caracterizadas as brigadas de infantaria presentes em território nacional, com ênfase para a Amazônia Legal por meio de mapeamentos que as identificou e a distribuição espacial das mesmas, seus tipos, bem como os Grandes Comandos Militares de Áreas nos quais são diretamente subordinados, além da incongruência em priorizar regiões fronteiriças, uma vez que esta região possui mais da metade do território brasileiro, mas dispendo somente 6 brigadas das 20 existentes.

Além disto, a pesquisa priorizou analisar as territorialidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva a partir da desativação da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (Petrópolis-RJ) desde sua criação em Boa Vista (RR) em 1992 até o ano de 2018, sendo realizada uma análise organizacional com base em cinco dimensões (estrutura, tarefas, pessoas, ambiente e tecnologia), bem como apontamentos tanto positivos como negativos de seu ambiente interno e externo, facultando, assim, uma matriz identificada como análise SWOT.

Como resultado, verificou-se que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva possui uma organização caracterizada por um perfil de combinação híbrida permeada por uma burocracia mecânica em razão da padronização de seus processos e de fragmentação hierarquizada de poder, sendo caracterizada por uma Cúpula de estratégica, um Núcleo operacional, uma seção Intermediária e uma Assessoria de apoio.

9.1.1 Brigadas de Infantaria

O olhar militar neste estudo está fundamentado a partir das brigadas as quais são compreendidas como unidades de agregação de força no âmbito operacional do Exército Brasileiro em determinada porção do território. No estudo geopolítico militar, o Poder Militar deve ser analisado a partir de variáveis de agregação da capacidade de forças de um Estado no âmbito da Defesa Nacional, em cada braço das Forças Armadas dos respectivos Estados Nacionais.

No contexto brasileiro, a agregação da capacidade de força deriva das três forças que compõem as Forças Armadas: na Marinha do Brasil estão representadas por nove Distritos Navais, sendo três pertencentes à Amazônia Legal (4º, 7º e 9º Distritos Navais); na Força Aérea Brasileira estão representadas por nove ALAs (antigas Bases Aéreas), sendo quatro pertencentes à Amazônia Legal (6ª, 7ª, 8ª e 9ª ALAs), enquanto no Exército Brasileiro por 30 brigadas, sendo 6 pertencentes à Amazônia Legal (1ª, 2ª, 16ª, 17ª, 22ª e a 23ª Bda Inf SI).

As brigadas são Grandes Unidades formadas pela combinação híbrida de Armas, sendo capazes de cumprir missões de modo autônomo e geralmente compondo-se de unidades e subunidades de manobra (infantaria e cavalaria), de apoio de fogo (artilharia de campanha), de apoio ao combate (engenharia e comunicações), de apoio logístico (intendência, saúde e material bélico) e, eventualmente, função de sua natureza, de defesa antiaérea (BRASIL, 2012).

Segundo Nascimento (2015), a brigada é uma organização tática e administrativa, que poderá receber reforços de outros elementos de manobra e apoio, a depender da missão e suas necessidades, em que geralmente são enquadradas por uma Força Tarefa Componente (FTC) ou um Comando Conjunto, com missão básica de cerrar “sobre o inimigo a fim de destruí-lo ou capturá-lo utilizando o fogo, o movimento e o combate aproximado. Repelir seu assalto pelo fogo, pelo combate aproximado e pelo contra-ataque e, ainda, manter o terreno e controlar áreas, inclusive suas populações e seus recursos”. (BRASIL, 1984, p. 17).

As Brigadas de Infantaria de Selva são aquelas Grandes Unidades formadas basicamente por Batalhões de Infantaria de Selva, organizadas com intuito de operar na selva utilizando-se essencialmente de meios fluviais e aéreos, podendo ser empregadas prioritariamente em manobras de flanco, tendo como principal característica a fluidez e a sobrevivência em ambiente hostil de selva (BRASIL, 1984).

Considerado como módulo básico²⁷ de combate do Exército Brasileiro, a brigada, cujo tipo pode ser variável segundo a natureza de sua missão, do material empregado ou a área operacional para a qual é vocacionada, é caracterizada “pela flexibilidade de sua organização e por variados tipos de armamentos, munições, veículos e equipamentos, que, juntamente com pessoal qualificado, são integrados para a realização de complexas operações” (BRASIL, 2012, p. 117).

Do ponto de vista estratégico, do emprego e do ambiente operacional sugere-se a natureza, a organização e o material de dotação dos elementos de combate do Exército Brasileiro. Partindo desta premissa, as brigadas são organizadas e adestradas para atuar, *a priori*, em áreas estratégicas para a qual têm vocação prioritária. Sendo assim, atualmente o Brasil possui seis tipos de brigadas: brigadas leves, médias e pesadas; e aquelas de módulos de combate que são de emprego específico: Brigada de Aviação do Exército, Brigada de Operações Especiais, e Brigada de Artilharia Antiaérea (Quadro 19).

No caso específico da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Leve), são constituídas unidades e subunidades militares de várias Armas, Quadro e Serviços, sendo composta pelas Armas-Base: Infantaria e Cavalaria, Armas de Apoio: Artilharia, Comunicações e Engenharia²⁸, seus quadros de Material Bélico, Engenheiros Militares e Complementar de Oficiais e dos serviços de Intendência e de Saúde (BRASIL, 2019a).

Todos os tipos de brigadas de infantaria possuem missão básica, todavia, com características únicas que as distinguem uma das outras, uma vez que possuem tipos diferenciados entre elas, conforme anota Nascimento (2015, p. 26), sendo “pelos tipos de suas peças de manobra e, particularmente, na sua mobilidade operacional: aeroterrestre, helitransporte, veículos sobre lagartas, sobre rodas e até mesmo a pé”.

²⁷ Módulo de combate de uma Brigada é o menor escalão da Força Tarefa que reúne sob um comando único os principais sistemas operacionais, permitindo o treinamento combinado de armas e serviços. (BRASIL, 2012, p. 119).

²⁸ Refere-se ao o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), embora sua sede esteja na cidade de Boa Vista-RR, está diretamente subordinado ao Comando do 2º Grupamento de Engenharia de Construção em Manaus –AM.

Quadro 19 - Tipos de Brigadas do Exército Brasileiro

Classificação	Tipos	Generalidades
Brigadas leves	Brigadas Infantaria de: Selva, de Fronteira, Motorizada, Leve Paraquedista	Aquelas que possuem elementos providos de grande flexibilidade e capacidade operacional, aptas a se deslocar e operar com rapidez e eficiência em qualquer parte do território nacional, sendo consideradas as tropas mais hábeis à execução de operações de assalto aeromóvel, além de realizar ações de defesa externa em todas as partes do território nacional, bem como poder atuar em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), nos termos da Constituição Federal de 1988.
Brigadas médias	Brigadas Infantaria Mecanizada e de Cavalaria Mecanizada	Aquelas compostas de blindados sobre rodas, sendo vocacionadas para operações de defesa externa. Durante conflitos, podem ser usadas em ações de reconhecimento e segurança. Retardam possíveis agressores, trocando espaço por tempo, até que a Força Terrestre desloque tropas mais aptas para enfrentar em melhores condições os oponentes.
Brigadas pesadas	Cavalaria Blindada e Brigada de Infantaria Blindada.	Aquelas que possuem força potente e altamente móvel, durante conflitos, se configuram como elemento de decisão do combate terrestre. Sua missão é cerrar sobre o inimigo, a fim de destruí-lo ou neutralizá-lo, utilizando o fogo, a manobra e a ação de choque. No campo de batalha, são particularmente aptas para ações ofensivas altamente móveis e com grande profundidade.
Brigada de Aviação do Exército	Comando de Aviação do Exército	Possui missão de prestar aeromobilidade orgânica ao escalão que a enquadra, cumprindo missões de combate, apoio ao combate e apoio logístico e assessoramento junto ao comando que a enquadra sobre o melhor emprego de seus meios orgânicos, atribuindo-lhes relação de subordinação que vão lhes conferir maior ou menor centralização de acordo com que apontarem os fatores da decisão
Brigada de Operações Especiais	Comando de Operações Especiais	São consideradas umas das tropas mais especializadas do EB, com as Organizações Militares orgânicas integram a Força de Ação Rápida Estratégica e apoiam as operações de todos os Comandos Militares de Área do Exército Brasileiro.
Brigada de Artilharia Antiaérea	Brigada de Artilharia Antiaérea	Possui missão de realizar a Defesa Antiaérea no âmbito Aeroespacial Brasileiro e participar da segurança integrada nas respectivas áreas de responsabilidade.

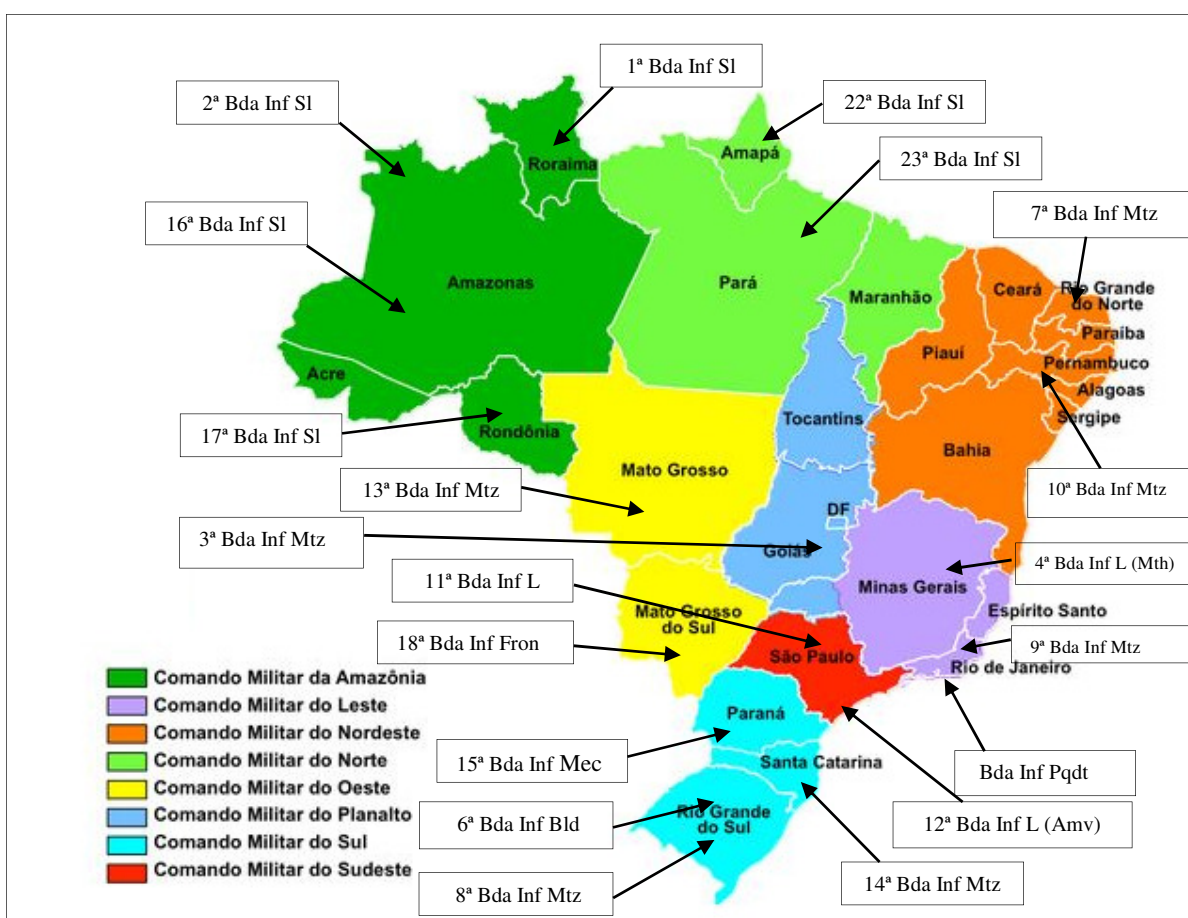
Fonte: Brasil, (2012; 2003a). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

De acordo Brasil (1984), no manual de Campanha C 7-30 que dispõe sobre o emprego e preparo das brigadas de infantaria no âmbito do Exército Brasileiro, eram consideradas somente quatro tipos de brigadas de infantaria: motorizada, blindada, de selva e paraquedista. Contudo, devido ao processo de transformação e modernização que aconteceu na Força Terrestre, foram criados mais dois tipos:

A brigada de infantaria leve (voltadas, para as operações Aeromóveis e de Montanha), e a brigada de infantaria mecanizada (que opera com viaturas blindadas sobre rodas). Existe, ainda, uma brigada de infantaria de fronteira, vocacionada para área operativa do Pantanal Mato-grossense. Entretanto, a designação “de fronteira” é somente histórica (NASCIMENTO, 2015, p.25).

Atualmente, o Exército Brasileiro possui 20 brigadas de infantaria (Figura 55) sendo: sete de infantaria motorizada, seis de infantaria de selva, três de infantaria leve (uma voltada para Operações Aeromóveis, uma para Operações de GLO e uma apta a operar em terreno montanhoso), uma de infantaria pára-quedista, uma de infantaria blindada, uma de infantaria de fronteira e uma de infantaria mecanizada (NASCIMENTO, 2015).

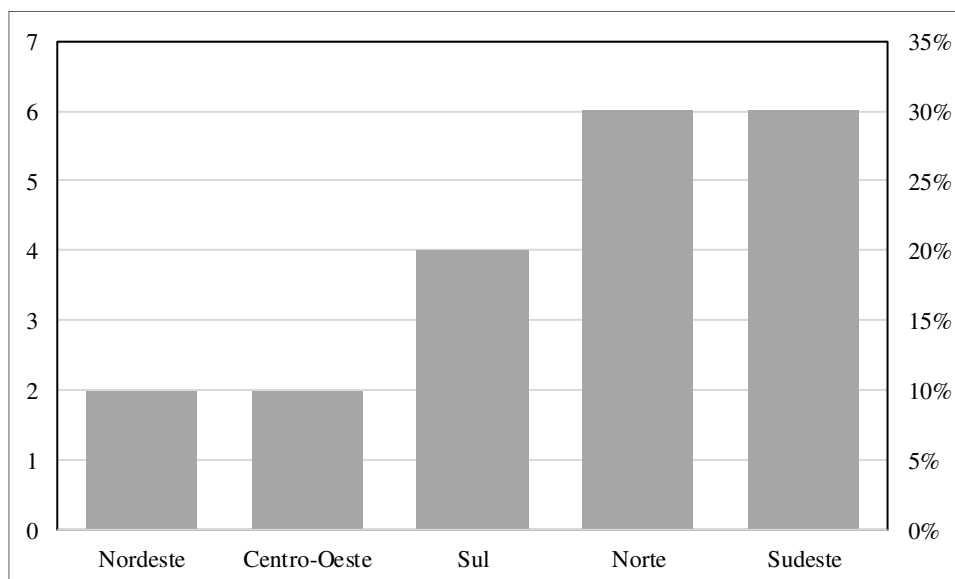
Figura 55 - Espacialização das Brigadas de Infantaria por Comando Militar de Área no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SEHORAS, 2019).

Ao analisar as espacializações das brigadas de infantaria, observa-se uma concentração (notadamente) nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com 50 % (10 unidades), e nas demais, com 30 % no Norte enquanto o Nordeste e Centro-Oeste com 10% cada (Gráfico 8). Em verdade a divisão territorial do Exército Brasileiro se aproxima da estruturação por regiões naturais feitas pelo IBGE (1969). Todavia, distingue ainda mais do que a divisão do IBGE a região Sudeste, separando o estado de São Paulo como um único Comando Militar de Área (CML).

Gráfico 8 -Espacializações das Brigadas de Infantaria por grandes Regiões Geográficas no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

No decorrer da presente pesquisa é enfatizada a preocupação do Estado brasileiro com as regiões fronteiriças do país, notadamente com a Amazônia Legal e, nesta mesma direção, as Forças Armadas do Brasil vêm reafirmando a retórica em priorizá-la por meio do aumento da presença estatal nessas áreas. Contudo, ao observarmos a concentração do Poder Militar brasileiro, nota-se que existem 20 brigadas de infantaria espacializadas no Brasil, mas somente seis unidades na Amazônia Legal de maneira dispersa.

Há de se observar que as Forças Armadas ao longo dos anos vêm intensificando sua presença na Amazônia Legal, porém de forma lenta o que por vezes não condiz com as realidades narradas em discursos e documentos oficiais, como os da Política, Estratégica Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, bem como a dificuldade que a força tem de implementar políticas de defesa para a região por questões orçamentárias e fitográficas, uma vez que tais medidas geram despesas onerosas para o Estado.

Todavia, observa-se que a região Norte, bem como a Amazônia Legal, possui somente 30% da composição de brigadas de infantaria (seis unidades), sendo que a última brigada criada aconteceu recentemente no ano de 2018 (22ª Bda Inf SI na cidade de Macapá-AP), e nenhuma Divisão de Exército (DE). Neste contexto, considerando que a região Norte possui cerca de 61% de todo o território nacional (IPEA, 2017), percebe-se certa incoerência nas discussões ora suscitadas sobre priorizá-la, ainda que durante a reestruturação realizadas pelas FT 90 e 2000 tenham ocorrido mudanças significativas na Amazônia Legal com a criação e/ou transferências

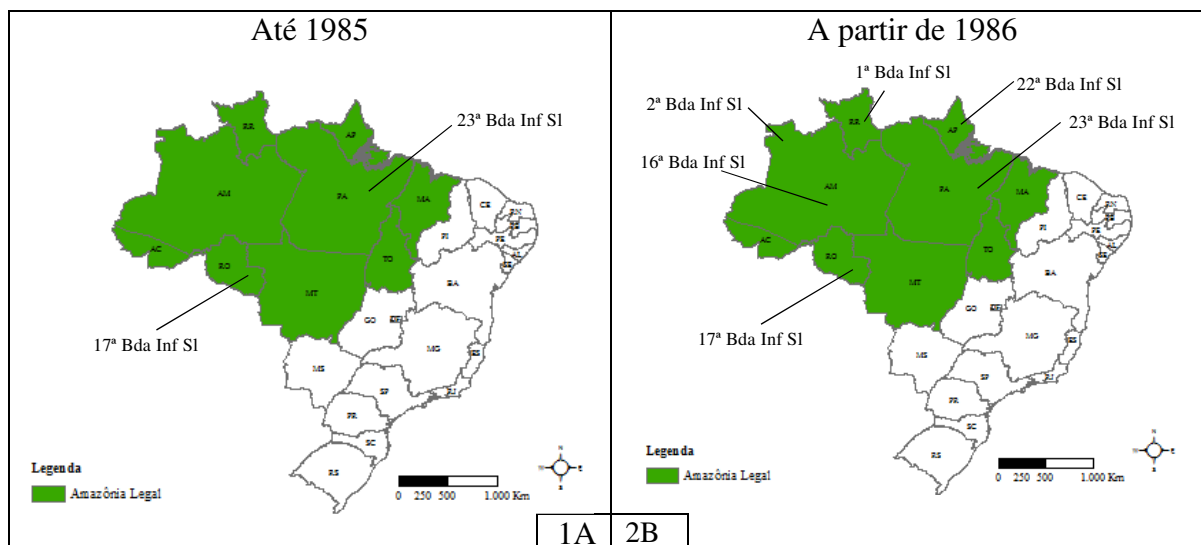
de brigadas para a região com um aumento substancial de 300%, passando de duas para seis Bda Inf SI.

Nesse sentido, como um dos efeitos da FT 90 e considerando que o Exército Brasileiro possuía várias brigadas na cidade do Rio de Janeiro e poucas na Amazônia, ocorreu a desativação e extinção da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (1ª Bda Inf Mtz) sediada na cidade de Petrópolis (RJ) propiciando a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) na cidade de Boa Vista (RR) em 1991, por meio do Decreto Presidencial, de 13 de novembro de 1991, passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, estando subordinada diretamente ao Comando Militar da Amazônia.

Desta forma, a partir da implementação do Plano de Estruturação do Exército Brasileiro resultou em grandes modificações para o Comando Militar da Amazônia, notadamente com transferência de Grandes Unidades e Unidades das regiões Sul e Sudeste do país, além de ampliação e construção de novas Organizações Militares de Fronteira, especializadas em diferentes localidades da Amazônia Legal, em que se observa a preocupação do Estado brasileiro com a região, uma vez ser patente a possibilidade de conflitos continuados em países limítrofes, além do aumento significativo de ilícitos transfronteiriços de natureza diversa.

Com referência às especializações de brigadas de infantaria na região da Amazônia Legal, observa-se que até no ano de 1985 existiam somente duas brigadas, a 23ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Marabá (PA) e a 17ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Porto Velho (RO) (Figura 55 1A). Com a FT 2000, foram criadas mais quatro brigadas de infantaria: 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista (RR); 2ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de São Gabriel da Cacheira (AM); 16ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Tefé (AM), e a 22ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Macapá (AP) (Figura 56 2B).

Figura 56 - Espacializações de Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria (GOEMES; SENHORAS, 2020).

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada por meio de um Decreto Presidencial de 13 de novembro de 1991, passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis (RJ) para Boa Vista (RR) (BRASIL, 2019c).

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva é oriunda da 5ª Brigada de Infantaria com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), passando a ser designada 2ª Brigada de Infantaria Motorizada na década de 1960. Em 1988, passa por nova vocação e transforma-se na 2ª Brigada de Infantaria de Selva com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), recebendo a denominação histórica de “Brigada Ararigbóia” (BRASIL, 2019d).

A 16ª Brigada de Infantaria de Selva é oriunda do 1º Grupamento de Fronteira (1º Gpt Fron), com sede na cidade de Cruz Alta (RS). Depois de passar pelas cidades de Santo Ângelo e Santa Maria, ambas no estado do Rio Grande do Sul, o 1º Gpt Fron foi extinto e criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada (16ª Bda Inf Mtz), tendo sua transferência para Amazônia Legal por meio do Aviso Ministerial nº 02-Reservado de 30 de março de 1992, sendo efetivada na cidade de Tefé (AM) no ano de 1993 (BRASIL, 2019e).

A 17ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada por meio do Decreto nº 64.885, de 24 de julho de 1969, na cidade de Porto Velho (RO), por extinção da 3ª Companhia de Fronteira. Tem sua origem aos Contingentes Especiais de Fronteira, instituídos em 1932, oriundos do 27º Batalhão de Caçadores, atual 1º Batalhão de Infantaria de Selva na cidade de Manaus (AM) (BRASIL, 2019f).

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva é a mais recente das brigadas de infantaria na Amazônia Legal denominada de “Brigada da Foz do Amazonas”, criada em 22 de janeiro de 2018 na cidade de Macapá (AP), que reforçará a presença militar, a capacidade operacional e melhorará o gerenciamento administrativo, possibilitando a coordenação para a segurança das fronteiras do Brasil na região, ampliando a presença do Estado na Amazônia Oriental (BRASIL, 2019g).

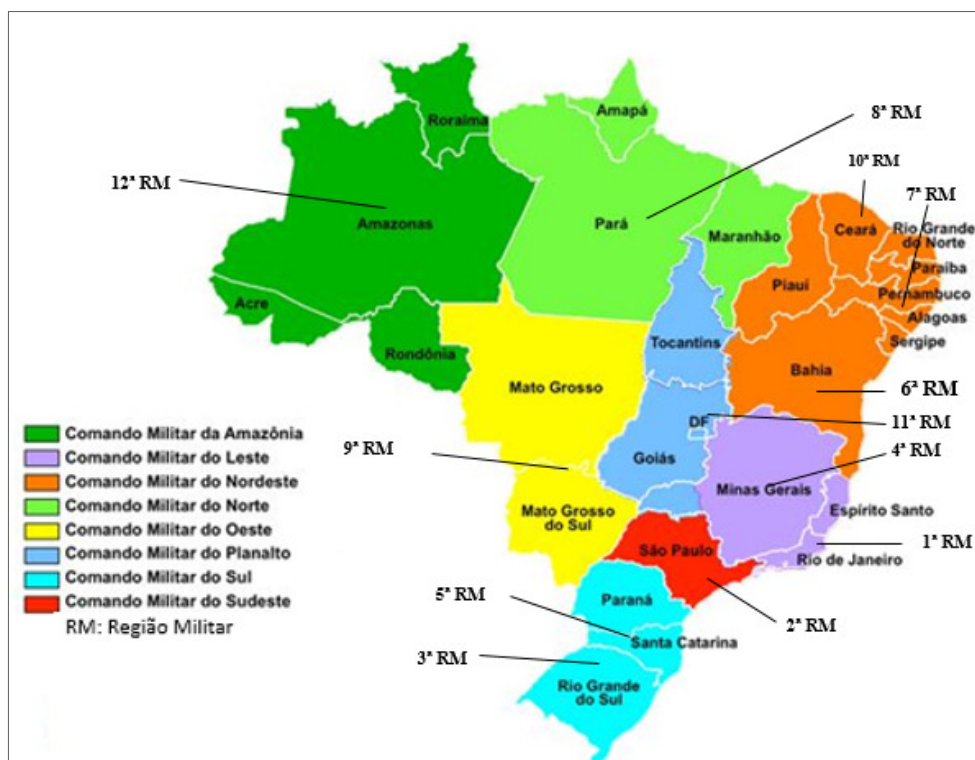
A 23ª Brigada de Infantaria de Selva é a pioneira das brigadas na Amazônia Legal, com data de criação no ano de 1976, por meio do Decreto nº 77.804, com sede em Santarém (PA), tendo sua sede transferida para a cidade de Marabá (PA) em 26 de novembro do mesmo ano. Seu Pioneirismo revestiu-se, igualmente, de extrema importância para a região, ficando conhecida como a “Brigada da Transamazônica” (BRASIL, 2019h).

9.1.2 Desenho de força de Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia Legal

O Exército Brasileiro é parte integrante das Forças Armadas do Brasil, organizada sob a autoridade do Presidente da República e do Ministério da Defesa, com estrutura específica e bem definida de capacidade de se fazer presente (mobilidade) por todo o território nacional de maneira que possa atender suas missões constitucionais.

Do ponto de vista territorial, o Exército Brasileiro se encontra especializado em oito Comandos Militares de Área e por doze Regiões Militares, conforme o prescrito no Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999, alterado pelo Decreto nº 8.053, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e de Regiões Militares no Exército Brasileiro, sob a gestão do Comando de Operações Terrestres (COTER) responsável por administrar o emprego dos meios e recursos humanos do Exército Brasileiro (Figura 57).

Figura 57 - Comandos Militares de Área e Regiões Militares no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Os Comandos Militares de Área são Grandes Comandos operacionais responsáveis pelo preparo, pelo planejamento de emprego e pelo emprego operacional da Força Terrestre, articulada na área estratégica sob sua jurisdição (Quadro 20), que enquadram os Grandes Comandos Operacionais - as Divisões de Exército (DE), que enquadram as brigadas ou são diretamente subordinadas aos Comandos Militares de Área, e grandes comandos logísticos, administrativos e territoriais - as Regiões Militares (RM). A Força Terrestre conta com cinco Divisões de Exército e doze Regiões Militares (BRASIL, 2012).

Dentro da estrutura Organizacional do Exército Brasileiro, as Divisões de Exército (DE), as brigadas e as artilharias divisionárias constituem-se como os Grandes Comandos Operacionais em tempo de paz, em que as DE são constituídas por um número variável de grandes unidades, não necessariamente idênticas, e pela tropa divisionária, que compreende elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

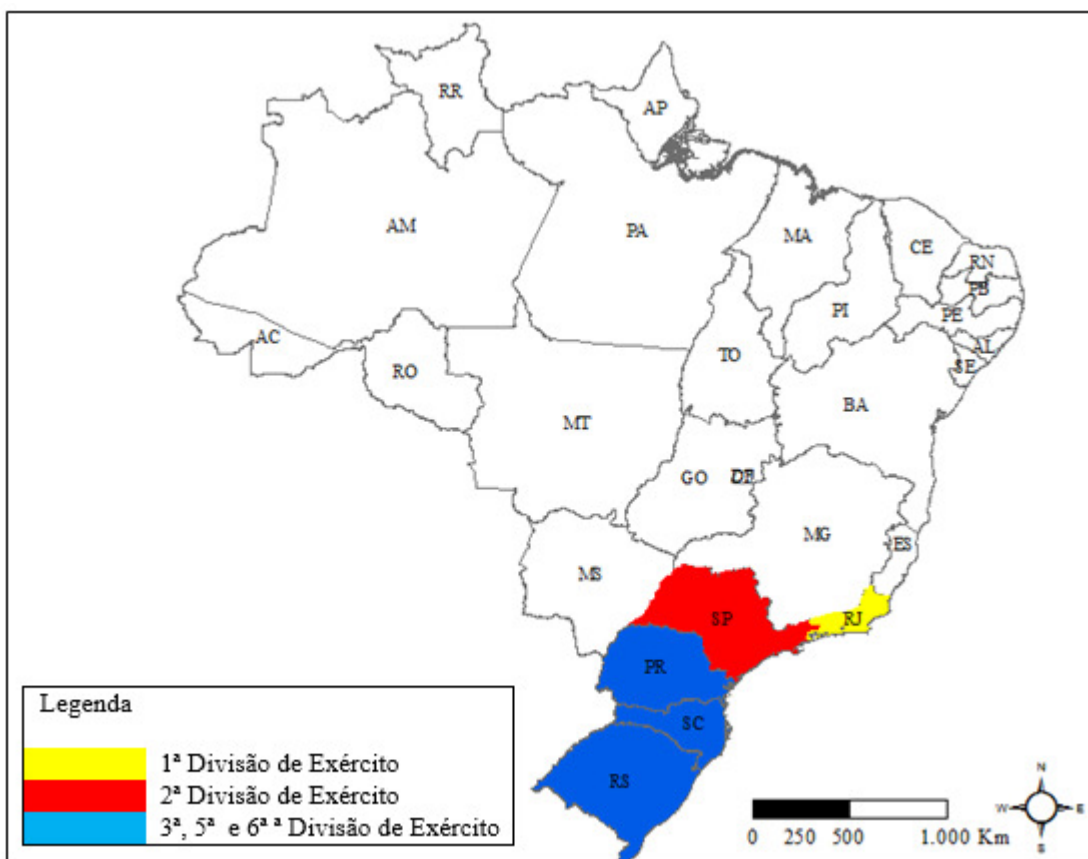
Quadro 20 - Comandos Militares de Área e suas respectivas Regiões Militares

Comandos Militares de Área	Sede	Região Militar / sede	Jurisdição / estados
Comando Militar do Nordeste – CMNE	Recife (PE)	6ª - Salvador	Bahia e de Sergipe
		7ª - Recife	Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas
		10ª - Fortaleza	Ceará e do Piauí
Comando Militar do Oeste – CMO	Campo Grande (MS)	9ª - Campo Grande	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Comando Militar do Planalto – CMP	Brasília (DF)	11ª - Brasília	Distrito Federal, os Estados de Goiás e do Tocantins, exceto a área do Bico do Papagaio, e a área do Triângulo Mineiro.
Comando Militar do Leste – CML	Rio de Janeiro (RJ)	1ª - Rio de Janeiro	Rio de Janeiro e do Espírito Santo
		4ª - Belo Horizonte	Estado de Minas Gerais, exceto a área do Triângulo Mineiro, e sede do Comando na cidade de Belo Horizonte
Comando Militar do Sudeste – CMSE	São Paulo (SP)	2ª - São Paulo	São Paulo
Comando Militar do Sul – CMS	Porto Alegre (RS)	3ª - Porto Alegre	Rio Grande do Sul
		5ª - Curitiba	Paraná e de Santa Catarina
Comando Militar da Amazônia – CMA	Manaus (AM)	12ª - Manaus	Amazonas
Comando Militar do Norte – CMN	Belém (PA)	8ª - Belém	Pará

Fonte: Brasil (2019). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

As DE coordenam o emprego das brigadas que integram e, quando necessário, as reforça como meios ou com fogos para intervir no combate ou prolongar-lhes a ação, de característica de base divisória que recebe os meios, de apoio ao combate, necessários ao cumprimento de uma missão específica, geralmente de duração prolongada (BRASIL, 1989). As Divisões de Exército encontram-se subordinadas aos seus respectivos Comandos Militares de Área (Mapa 16).

Mapa 16 - Divisões de Exército



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A 1ª Divisão de Exército (1ª DE) está subordinada diretamente ao Comando Militar do Leste (CML), possuindo um histórico referente à sua designação: em 1908, possuía a denominação de 1ª Brigada Estratégica; em 1915, foi chamada de 3ª DE; em 1921, ganhou mais uma denominação de 1ª Divisão de Infantaria. Em 5 de outubro de 1938, ocupou a sede definitiva na cidade do Rio de Janeiro (RJ), sendo que sua atual denominação de 1ª Divisão de Exército só surgiu em 1971 (BRASIL, 2019i).

A 2ª Divisão de Exército (2ª DE) encontra-se diretamente subordinada ao Comando Militar do Sudeste. Teve sua gênese em 1908, ano de criação da 2ª e da 5ª Brigadas Estratégicas, sediadas nas cidades de Curitiba (PR) e Aquidauana (MS) respectivamente, tendo sua denominação efetiva por meio do Decreto Reservado nº 01, de 11 de novembro de 1971, foi alterado para 2ª DE com sede na cidade de São Paulo (SP) (BRASIL, 2019j).

As 3ª, 5ª e 6ª Divisões de Exército (3ª, 5ª e 6ª DE) encontram-se diretamente subordinadas ao Comando Militar do Sul. A 3ª DE teve sua origem a partir de 1908 na cidade de Santa Maria onde passou por sucessivas denominações enquanto 3ª Divisão de Infantaria do Exército Imperial que esteve sob o comando do bravo Brigadeiro Antônio de Sampaio,

passando para a atual denominação a partir do ano de 1 de janeiro de 1972, com sede na cidade de Santa Maria (RS) (BRASIL, 2019l). Por sua vez, a 5ª Divisão de Exército (5ª DE), criada por meio do Decreto nº 8.214 de 27 de março de 2014, é considerada atualmente a mais moderna do Exército Brasileiro, adotando a denominação histórica de “Divisão Marechal Bernardino Bormann” com sede na cidade Curitiba (PR) (BRASIL, 2019m).

Por fim, a 6ª Divisão de Exército (DE) teve sua reativação no dia 7 de fevereiro de 2020 por meio do Decreto Presidencial nº 9.965 de 8 de agosto de 2019, tendo novamente como sede a cidade de Porto Alegre (RS). A 6ª Divisão de Exército tem um Grande Comando Operacional do Exército Brasileiro subordinado ao Comando Militar do Sul (BRASIL, 2019ii)

9.1.3 Comandos Militares da Amazônia e do Norte

Esta subseção consiste em fazer breves considerações a respeito dos Comandos Militares de Áreas da Amazônia (Amazônia Ocidental) e do Norte (Amazônia Oriental), cujas origens remontam aos anos de 1956 e 2013 respectivamente, evidenciando o processo evolutivo e a capacidade de força do Exército Brasileiro na Amazônia Legal, com ênfase para a ampliação do Poder Militar no estado de Roraima findando por meio da criação do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no ano de 1992 na cidade de Boa Vista (RR), e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS).

9.1.3.1 Comando Militar da Amazônia

No contexto da Amazônia Legal, em 1947 é criado por meio de Portaria Reservada do Ministro da Guerra nº 12-12, o Destacamento de Elementos de Fronteira (DEF), com sede na cidade de Manaus (AM), composto por elementos do 27º Batalhão de Caçadores (Manaus-AM) e da 3ª Companhia de Fronteira (Porto Velho/Território Federal Guaporé), no qual estava sob jurisdição da 8ª Região Militar (8ª RM). *A priori* sua missão era de coordenar e fiscalizar as atividades administrativas, disciplinares e de instrução e atender, se possível, as precisões de materiais das Companhias e Pelotões de Fronteira sediados, com responsabilidade as áreas de fronteira dos estados do Amazonas, Pará e dos antigos Territórios Federais do Amapá, Roraima (então Rio Branco), Acre e Rondônia, então Guaporé, (BRASIL, 2019n).

O Comando Militar da Amazônia (CMA) foi criado em 27 de outubro de 1956 por meio do Decreto nº 40.179, com sede na cidade de Belém (PA), com jurisdição sobre os elementos do Exército sediados nos estados do Amazonas, Pará, parte Norte de Goiás (a partir

de Porto Nacional), parte do estado de Mato Grosso (município de Aripuanã) e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia.

O Destacamento de Elementos de Fronteira (DEF) teve seu *status* modificado para Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), em março de 1957, por meio do Decreto nº 41.186, passando a ser comandado por General-de-Brigada e, com isto, aumentando a capacidade militar na região, uma vez que o cargo de general traz consigo aumento de capacidade militar, bem como a possibilidade de aumento do Poder Militar para a região, mas permanecendo subordinado ao CMA/8ª RM (BRASIL, 2019n).

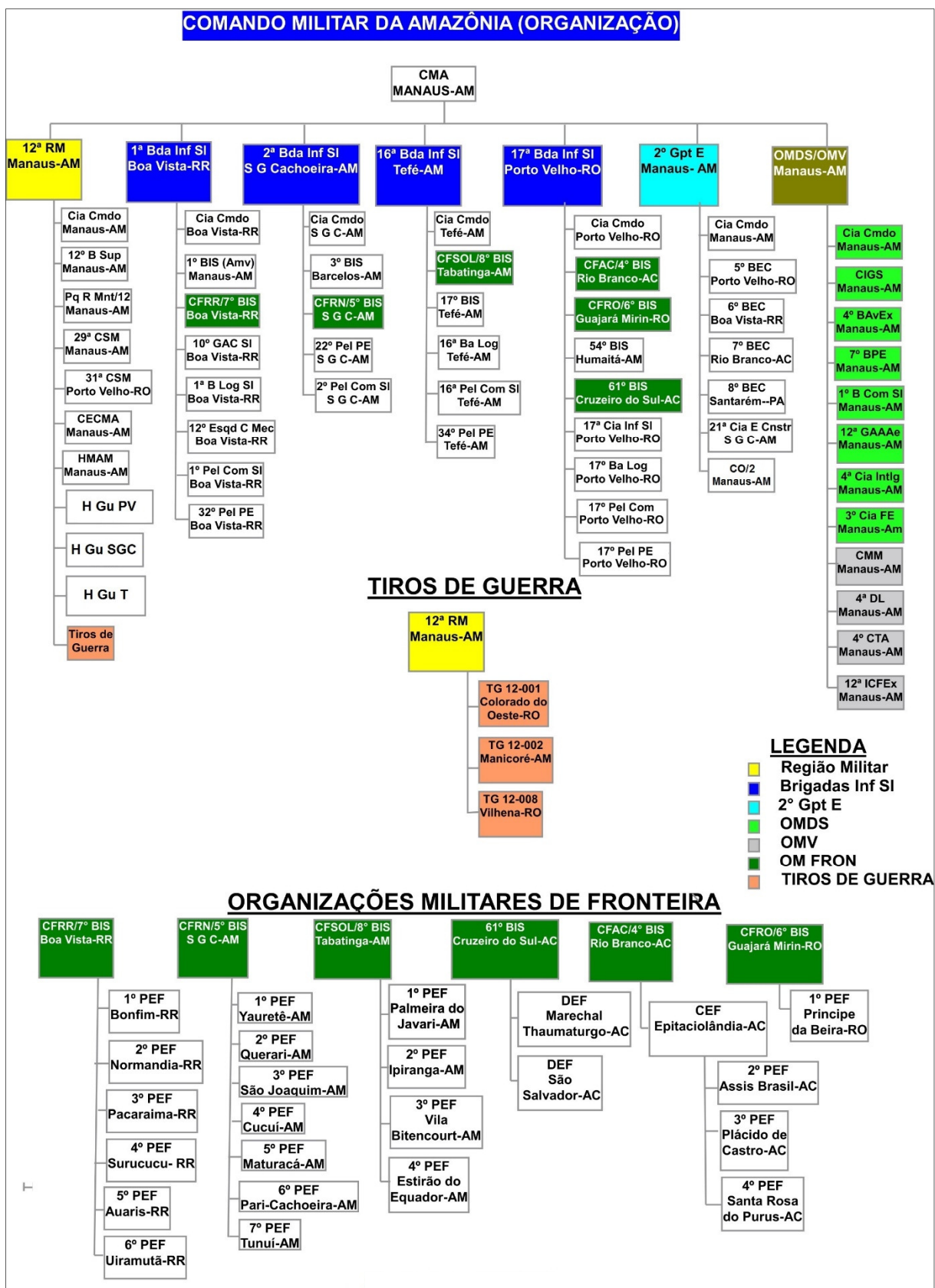
Na tentativa de melhor atender as recém-criadas Guarnições de Fronteira na parte Ocidental da Amazônia, em 17 de abril de 1969, o Comando do Exército Brasileiro transfere a sede do CMA da cidade de Belém (PA) para Manaus (AM); concomitantemente, também foi criada a 12ª Região Militar subordinada ao Comando do CMA. Sendo assim, ficaram ambos com sede em Manaus e o Comando da 8ª RM com sede em Belém (PA), permanecendo mantida:

A responsabilidade de jurisdição do CMA sobre as duas Amazônia, [...] a Ocidental com o apoio administrativo e logístico da 12ª RM em Manaus-AM e a Oriental, com a 8ª RM, permanecendo em Belém-PA subordinada ao CMA, mas agora bem aliviada do encargo da grande Amazônia” (BRASIL, 2019n).

Após a transferência da sede do CMA para Manaus, o General-de-Divisão Rodrigo Octávio Jordão Ramos foi nomeado como seu primeiro comandante através do Decreto nº 64.366, de 26 de julho de 1968, exercendo tal cargo cumulativamente com o de comando da 12ª RM, tendo como sede o quartel general do CMA/12ªRM do antigo quartel do GEF na cidade de Manaus (atual instalação do Colégio Militar de Manaus), a partir de 3 de julho de 1969 (BRASIL, 2019), dando início a um novo ciclo do Poder Militar na Amazônia.

Segundo Brasil (2019n), atualmente o CMA possui os seguintes Grandes Comandos: (i) 12ª RM em Manaus (AM); (ii) 1ª Bda Inf Sl em Boa Vista (RR); (iii) 2ª Bda Inf Sl em São Gabriel da Cachoeira (AM); (iv) 16ª Bda Inf Sl em Tefé (AM); (v) 17ª Bda Inf Sl em Porto Velho (RO); (vi) 2º Grupamento de Engenharia em Manaus (AM), e demais unidades e subunidades militares, com área de atuação e jurisdição corresponde ao território da 12ª RM, englobando quatro estados: Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, o que corresponde a uma área de 2.185.175,86 km² e 151 municípios (Figura 58).

Figura 58 - Estrutura Organizacional do Comando Militar da Amazônia (CMA)



Fonte: Brasil (2016).

No entanto, até o ano de 2013, o Comando Militar da Amazônia possuía ampla área territorial que englobavam as Amazonas Ocidental e Oriental, o que dificultava sua administração e operacionalização logística devido aos diversos aspectos geoespaciais e fisiográficos característicos dessa região.

No contexto de emprego operacional na Amazônia Ocidental, sobre a qual o Comando Militar da Amazônia tem jurisdição, as particularidades do emprego da força são distintas para cada Brigada de Infantaria. Nesse sentido, para o caso de combate de delitos, são empregadas tropas que utilizam os meios fluviais e/ou aéreos, como é o caso da 2ª e 16ª Bda Inf SI, em contraposição as 1ª e 17ª Bda Inf SI, que são mais vocacionadas para os deslocamentos terrestres, embora estejam preparadas para serem empregadas no meio fluvial e de selva.

Enquanto na Amazônia Oriental as particularidades de emprego da força, as 22ª e 23ª Bda Inf SI são empregadas suas tropas para atuação na embocadura na baía do Guajará no litoral do Pará e do Maranhão e em ambientes marítimos, fluviais e de selva, bem como na atuação na embocadura na baía do Guajará no litoral do Pará e do Maranhão.

9.1.3.2 Comando Militar do Norte

O Comando Militar do Norte (CMN) foi criado por meio do Decreto nº 8.053, de 11 de julho de 2013 (Figura 59), com sede em Belém (PA), que, de acordo com Brasil (2013), foi separado em definitivo da área do Comando Militar da Amazônia (CMA), recebendo a responsabilidade de segurança estratégica sobre a porção Oriental da Amazônia Legal, ocupando uma área de cerca de 1.722.000 km², tendo sob sua jurisdição o território da 8ª Região Militar, que compreende os estados do Pará, Amapá, Tocantins e parte do Maranhão, assim, rompendo o vínculo direto do CMA, conforme palavras proferidas pelo então Comandante do Exército Brasileiro, General-de-Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, em 26 de junho de 2013:

As mudanças que marcaram a história recente do país provocaram o estabelecimento de diferenças marcantes entre as realidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e estratégicas das Amazonas Ocidental e Oriental. Em consequência, como reconhecimento da importância de Belém e de sua área de influência, ativa-se, nesta data, o Comando Militar do Norte. Rompem-se, portanto, os vínculos que por séculos identificaram e uniram toda a estrutura militar terrestre na Amazônia (BRASIL, 2013).

O CMN, durante operações, atua com meios em sua maioria terrestres, porque atua praticamente eixado sobre rodovias e ferrovias, sendo de responsabilidade da 23ª Bda Inf SI

atuar com suas tropas neste cenário, bem como com emprego por meios marítimos, fluviais e em selva, ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, no estado do Amapá. Enquanto a 22ª Bda Inf SI atua na embocadura na baía do Guajará (Brigada da Foz), no litoral do Pará e do Maranhão, além de atuação em ações de Garantia da Lei e da Ordem, proteção de infraestruturas estratégicas, como as grandes hidroelétricas, combate à exploração ilegal de recursos naturais (BRASIL, 2019g).

Figura 59 - Organograma do Comando Militar do Norte (CMN)



Fonte: Brasil (2019aa).

Desde sua criação, o CMN vem cumprindo sua missão constitucional juntamente com a sociedade autóctone, sempre na busca de cooperação com o desenvolvimento da região, notadamente por meio de ações subsidiárias com a participação de inúmeras operações na faixa de fronteira, principalmente no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais, aliado à sociedade e demais Forças Armadas (Marinha e Força Aérea do Brasil) e diversos órgãos governamentais.

9.2 TERRITORIALIDADE DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

É imperativo que se faça breves considerações a despeito do conceito de território, uma vez que este possui entendimentos diversificados nos diferentes campos de pesquisa, antes de buscarmos entendimentos sobre a territorialidade da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Sendo assim, Raffestin (1993, p. 143) anota que o território, primeiramente, não é espaço, pois este é anterior àquele. Ou seja, o território forma-se a partir do espaço, “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”.

Enquanto para Moraes (2005), o território é o espaço apropriado que não pode ser definido fora da relação sociedade-espaço. Qualifica-se por ser adequado, o que expede à ideia de poder, logo, de soberania, sendo ele área de exercício de poder, ou seja:

O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica, que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva (MORAES (2005, p. 59).

Ademais, o território constitui-se por meio da relação entre a sociedade e suas ações e relações territoriais que produzem seus próprios produtos relacionados à segurança e defesa do Estado-Nação, sendo estas relações de poder que transitam na concretização dos limites territoriais ao mesmo tempo em que admitem atividades comuns das ações territoriais, conforme anotado Saquet (2007, p. 12), em que “o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”.

Nesse ínterim, de acordo com Santos e Cury (2015) o processo pelo qual se forma a territorialidade é permeado por meio de ações socioeconômicas e políticas que permitem interação entre os distintos territórios num espaço geográfico dinâmico, envolvendo trocas mútuas e as complexas formas de interação constituídas entre os povos, originando a formulação estratégica de segurança adjacente pelo poder central de cada Estado.

Assim sendo, o primeiro espaço territorial ocupado pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), enquanto Grupamento de Unidades-Escola (GUEs), remonta aos 21 dias do ano de 1945 na Vila Militar na cidade do Rio de Janeiro (RJ), que possuía como missão, a

priori, atender às necessidades de instrução do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização de Realengo, bem como realizar o adestramento com o equipamento e o armamento que estavam sendo recebidos pelo Exército, após o término da 2ª Grande Guerra (BRASIL, 2019c).

A necessidade da presença militar no território brasileiro para que se possa cumprir sua missão constitucional e as atribuições subsidiárias pertinentes às Forças Armadas, decorre de estratégia de presença fundamentada em normas regimentais da Doutrina Militar de Defesa, quer seja pela presença física, ou mesmo pela mobilidade estratégica por meio da capacidade de se fazer presente em qualquer parte do território nacional pelo rápido deslocamento de tropas (BRASIL, 2007).

Sendo assim, presume-se que o Poder Militar Terrestre (Exército Brasileiro) tem a capacidade de promover duas territorialidades: uma funcional, destinada à atividade-fim operativo-combativa prevista na Constituição, e a outra institucional, voltada para o aspecto sociopolítico. Portanto, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva atende as duas territorialidades, a funcional, visto que possui capacidade combativa com emprego de tropas, enquanto suas ações se voltam enfaticamente para a territorialidade institucional, atrelada à competência organizacional, ou seja, o agir no sentido de solidificar os níveis de confiança notória no Exército Brasileiro e a consequente inibição de iniciativas contrárias às Forças Armadas (GONZALES, 2008).

No particular das Forças Armadas e, especificamente, do Exército Brasileiro, a territorialidade baseia-se, *a priori*, nas estratégias militares atreladas à própria história do país e no *mister* de manutenção territorial. Sendo assim, segundo Gonzales (2008), a territorialidade promovida por uma instituição refletirá nas práticas e ações que estas promovem, movidas por estratégias e políticas que tendem, em última instância, o seu fortalecimento e sua permanência espacial-temporal.

Portanto, a existência da 1ª Bda Inf SI atende potencialmente à territorialidade institucional, visto que o aspecto combativo (militar) é bastante patente, bem como o aspecto preventivo (sociopolítico) tem forte proeminência²⁹ por meio de ações conjuntas entre entes estatais e seguimentos da segurança e da defesa do território nacional, em particular para o estado de Roraima.

Ulteriormente, em primeiro de janeiro de 1969 foi desativada a GUEs, permitindo que o Exército Brasileiro criasse várias brigadas de infantaria, dentre elas a 1ª Brigada de Infantaria

²⁹ Salienta-se que o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva possui na sua composição organizacional oito Organizações Militares Diretamente Subordinadas, além do apoio estratégico do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC).

com sede na Vila Militar na cidade do Rio de Janeiro (RJ), passando a denominar-se 1ª Brigada de Infantaria Motorizada a partir de primeiro de janeiro de 1975, sendo transferida no mesmo ano para a Cidade Imperial de Petrópolis. Em janeiro de 1991, a Brigada de Petrópolis foi transferida para a cidade de Boa Vista (RR), na qual passou a denominar-se de 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Lobo D’Almada), criada por meio de um Decreto Presidencial, em 13 de novembro de 1991, e passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992 (Figura 60).

Figura 60 - Fotos históricas da 1ª Brigada de infantaria de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A 1ª Bda Inf SI possui denominação histórica de Brigada “*Lobo D’Almada*” e o seu estandarte histórico foram concedidos por meio da Portaria Ministerial nº 202, de 23 de abril de 1993, sendo uma homenagem ao Brigadeiro português Manoel da Gama Lobo D’Almada, que chegara ao Brasil em 1870 com a missão de comandar a Fortaleza na atual cidade de Macapá (AP), além de realizar obras de fortificação que garantissem a soberania portuguesa em regiões ambicionadas pelos franceses (BRASIL, 2019c).

Atualmente, a 1ª Bda Inf SI é constituída por sete unidades militares especializadas no estado de Roraima, todas concentradas na cidade de Boa Vista no Setor Militar Marechal Rondon, localizado no bairro 13 de setembro (Figura 61). A exceção é o 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (1º BIS/Amv) que possui sede na cidade de Manaus (AM).

Figura 61 - Organograma da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI)



Fonte: Brasil (2019d). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Ademais são: (i) Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf SI); (ii) Comando de Fronteira Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS); (iii) 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SI); (iv) 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI); (v) 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec); (vi) 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com SI) e (vii) 32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE).

9.2.1 Organizações Militares Diretamente Subordinadas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

A presente seção visa realizar breves considerações a despeito dos processos geohistóricos de criação das unidades militares que compõem o quadro organizacional do objeto de estudo desta dissertação, uma vez que tais processos decorrem da conjugação entre o tempo e o espaço por meio de acontecimentos históricos e geopolíticos voltados para a

Amazônia Legal, notadamente para porção mais setentrional do Brasil, com o propósito de ampliar o Poder Militar a partir da presença e ocupação militar no estado de Roraima.

9.2.1.1 Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf SI)

A origem da Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf SI) se confunde com a história da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que tem suas raízes no Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) com sede na Vila Militar na cidade de Petrópolis (RJ), em 1945. Em 1972, o Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) teve sua denominação modificada para 1ª Brigada de Infantaria Motorizada sendo, conseqüentemente, criada a Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (Brasil, 2019o) figura 62.

Figura 62 - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A origem da Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf SI) deriva do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 1991, que desativou a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada na cidade de Petrópolis (RJ). Desse modo, foi criada a Cia C 1ª Bda Inf SI por meio da Portaria Ministerial nº 084-Res, de 22 de novembro de 1991.

9.2.1.2 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (1º BIS/Amv)

Sua origem histórica deriva da Província de Mato Grosso, com a criação da Companhia de Pedestres em 30 de agosto de 1831, que no mesmo ano transformou-se em Corpo de Ligeiros de Mato Grosso. Em 1865 possuía a denominação de 19º Batalhão de Caçadores até se transformar em 15º Regimento de Infantaria sediado em Nioac (MT), em 4 de janeiro de 1908. Em 23 de fevereiro de 1915 foi transferido para a cidade de Manaus (AM) com a denominação de 45º Batalhão de Caçadores (BRASIL, 2019p).

Passou a denominar-se de 27º Batalhão de Caçadores em 11 de dezembro de 1919, sendo a primeira unidade militar de infantaria na Amazônia, permanecendo por quase 50 anos nas mesmas instalações (atualmente sede do Colégio Militar de Manaus) até fevereiro de 1962, quando teve sua sede transferida para o Bairro São Jorge, nas atuais instalações. Em 1969, por meio do Decreto nº 65.134, de 11 de setembro, foi transformado em 1º Batalhão de Infantaria de Selva, sendo a partir de 1 de janeiro de 2005 renomeado como 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (BRASIL, 2109p).

O 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Amv (Figura 63) é a única unidade militar do Exército Brasileiro que possui característica de emprego Aeromóvel, e de atributos de uma Organização Militar de Arma de Infantaria, apta a operar em área de selva sob quaisquer condições meteorológicas, bem como uma unidade de emprego peculiar em Operações Aeromóveis na selva, e em missões específicas dentro do contexto de Força de Ação Rápida, estando em condições de ser empregadas para cumprir qualquer missão na região amazônica, aproveitando-se da Mobilidade Tática de uma Força Aeromóvel (BRASIL, 2109n).

Figura 63 – 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

O fato do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) encontrar-se sediado na cidade de Manaus (AM) é devido ao imperativo de compor o quadro estrutural da 1ª Brigada de Infantaria de Selva criada em 1992, havendo a necessidade de mais um batalhão de infantaria além do existente (CFR/7º BIS), deste modo, em virtude de déficits orçamentários por parte do Comando do Exército, foi incorporado à estrutura organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo esta a única Unidade Militar com sede fora do estado de Roraima.

9.2.1.3 Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS)

O Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva está sediado em Boa Vista (RR) desde a década de 1960. No entanto, sua historiografia remonta ao ano de

1752 em que sua missão, até então, era defender as terras das investidas de espanhóis, ingleses e holandeses, ambiciosos pela riqueza da região. Com isto, foi construído o Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778). Com a desativação do Forte em 1900, houve a necessidade de um novo dispositivo militar que originou o 1º Pelotão de Fronteira, subordinado ao Grupamento de Elementos de Fronteira na cidade de Manaus (AM), que teve sua evolução para 9ª Companhia de Fronteira (9ª Cia Fron) por meio do Decreto nº 50.480, de abril de 1961. Em 23 de maio de 1969 foi criado, na guarnição de Boa Vista, o Comando de Fronteira Roraima e, em setembro daquele ano, a 9ª Cia Fron evoluiu para o 2º Batalhão Especial de Fronteira (BRASIL, 2019).

Sua demolição histórica de “Batalhão Forte São Joaquim” foi concedida em 12 de julho de 1988, por meio da Portaria Ministerial nº 654 concedida ao Comando de Fronteira Roraima / 2º BEF, e sua atual denominação de Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva foi concedida em janeiro de 1992, ambos sob um mesmo Comando (Figura 64).

Figura 64 – Comando Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A Arma de Infantaria, especialidade do Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva, possui como característica essencial a aptidão para combater a pé, em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, podendo utilizar-se de variados meios de transporte (aéreo, aquático e/ou terrestre), tendo como missões principais a conquista e a manutenção do terreno, aproveitando a capacidade do infante de progredir em pequenas frações, difíceis de serem detectadas em todos os tipos de terreno (BRASIL, 2019a).

9.2.1.4 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SI)

O 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SI), figura 65, derivou da necessidade do Exército Brasileiro em criar uma unidade militar no Nordeste brasileiro em meados da Segunda Grande Guerra diante da ameaça nazifascista em 1942. Para tanto, criou-

se o II/5ª Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria cujas instalações provisórias foram instaladas na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em janeiro do mesmo ano, foi deslocado para a cidade de Fortaleza (CE), sendo renomeando como 10º Grupo de Artilharia Transportada a partir de 1946. Depois de passar por várias denominações, em 2002 foi transferido para a cidade de Boa Vista (RR) com atual denominação (BRASIL, 2019ff).

Figura 65 -10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva



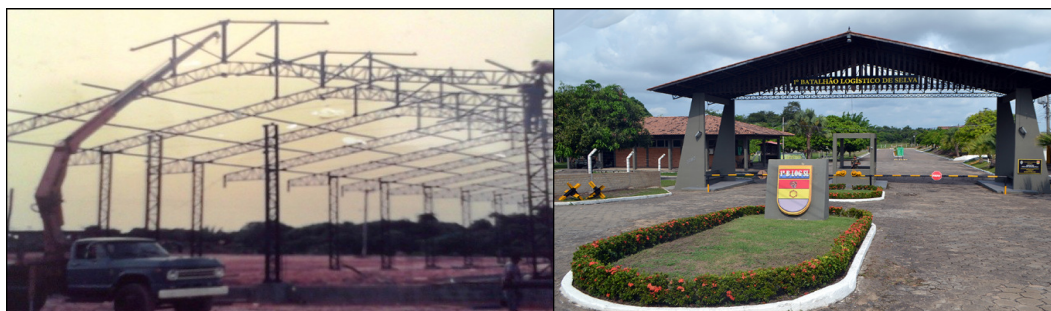
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHOORAS, 2019ff).

A Arma de Artilharia de Campanha é o principal meio de apoio de fogo da Força Terrestre, possuindo unidades e subunidades que podem ser dotadas de canhões, obuses, foguetes ou mísseis, tendo por missão apoiar as armas-base (Infantaria e Cavalaria) pelo fogo, destruindo ou neutralizando os alvos que ameacem o êxito da operação (BRASIL, 2019a).

9.2.1.5 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI)

Oriundo da 1ª Base Logística (1ª Ba Log), teve sua criação por meio da Portaria Ministerial nº 085 - Reservada, de 25 de outubro de 1993, com sede em Boa Vista (RR), tendo como missão a prestação de apoio logístico às atividades administrativas e operacionais da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI). No entanto, com a finalidade de implantar um novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre, ou seja, prestar o apoio logístico na medida certa e no tempo oportuno (prontidão logística), o Comandante do Exército resolveu transformar a 1ª Ba Log em 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI), a contar de 1º de fevereiro de 2014, por intermédio da Portaria nº 026, de 16 de janeiro de 2014 (Figura 66).

Figura 66 – Comandado 1º Batalhão Logístico de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Primeiramente, a 1ª Base Logística ficou instalada em dependência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, tendo sido posteriormente transferida para o seu atual aquartelamento em 1995, ocupando provisoriamente o Pavilhão do Depósito de Suprimento Classe I, pois nessa época ainda estava em construção. A transformação de 1ª Ba Log para 1º B Log SI deriva do Projeto de Transformação, que constou do Planejamento Estratégico do Exército (PEEx) 2015-2018.

O quadro de pessoal do 1º B Log SI deriva, notadamente, do Quadro de Material Bélico que realiza o apoio logístico voltado para a manutenção do material bélico, principalmente, dos armamentos, das viaturas e das aeronaves, incluindo o suprimento de peças e conjuntos de reparação destinados a esses materiais, bem como cuidando do suprimento de combustíveis, óleos, graxas e lubrificantes para motores e máquinas (BRASIL, 2019a).

Assim sendo, coerente com a concepção de transformação do Exército Brasileiro, o 1º B Log SI está organizado de modo a atuar no contexto das operações no amplo espectro, segundo as bases para a transformação da Doutrina Militar Terrestre, para que, em quaisquer situações, sejam implementados, dentre outros, os conceitos de “flexibilidade”, “adaptabilidade”, “sustentabilidade”, “elasticidade”, “modularidade”, “organização por tarefa”, “centralização das estruturas” e a “descentralização seletiva dos meios disponíveis”, com o uso intensivo de Tecnologia da Informação e Comunicações (BRASIL, 2019q).

9.2.1.6 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec)

A 25 de março de 1943, ainda quando fazia parte do 15º Regimento de Cavalaria Independente na cidade de Castro (PR), o então III Esquadrão de Fuzileiros recebera ordem para desloca-se para Palmas (PR). No decorrer do tempo, passou por modificações em sua

denominação: para II Esquadrão de Fuzileiros do 2º Regimento de Cavalaria (1946), e em 1957 para 2º Esquadrão Independente de Cavalaria (BRASIL, 2019r).

O 2º Esquadrão Independente de Cavalaria foi extinto em 18 de agosto de 1982 e suas atividades foram encerradas em 31 de dezembro do mesmo ano. Em portaria de mesma data, criou-se o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec) com sede na cidade de Boa Vista (RR) (Figura 67), diretamente subordinado ao Comando Militar da Amazônia, concomitantemente recebendo o acervo histórico do extinto 2º Esquadrão Independente de Cavalaria.

Figura 67 – 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

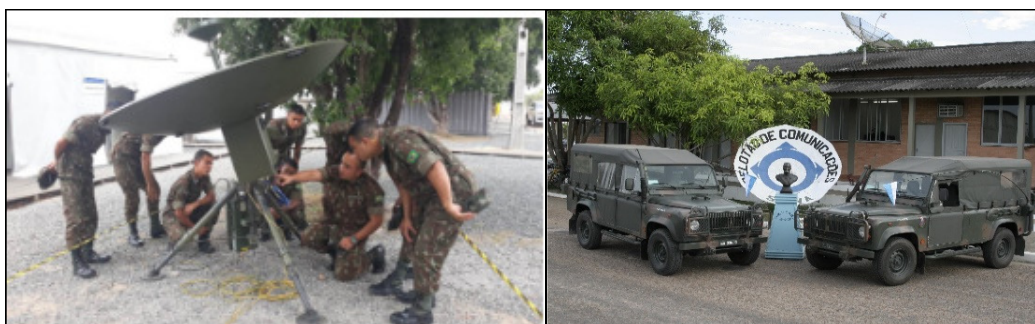
Justifica-se a presença de viaturas blindadas sobre rodas em virtude do estado de Roraima ser composto, também, pela fisiografia de savanas (cerrados), que correspondem à formação de vegetação rasteira, em que se destacam as gramíneas, ervas, arbustos e árvores esparsas sendo representadas por cerca de 39.800 km² estabelecidos no nordeste do estado (BARBOSA; MIRANDA, 2004). Esta composição se assemelha às da Região Sul do Brasil onde se concentram grande parte das unidades militares de Cavalaria Blindada e Mecanizado do Exército Brasileiro, sendo este fator determinante para criação e transferência deste tipo de unidade para a cidade de Boa Vista.

As unidades de Cavalaria podem estar equipadas por viaturas Blindadas, Mecanizadas, de Guardas e de Carros de Combate, o que lhe proporciona poder de mobilidade e, conseqüentemente, vantagem como instrumento multiplicador de forças favorecendo sua atuação no terreno, no caso específico do 12º Esqd C Mec, este está dotado por viaturas blindadas, além de viaturas leves, média e caminhões.

9.2.1.7 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com SI)

A origem da criação do 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com SI) está em consonância com a Política de Nacional Defesa (PND) para integrar e garantir a soberania nacional, com data de criação em 1º de julho de 2004, por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 183, de 20 de abril de 2004 (Figura 68), com sede na cidade de Boa Vista (RR), tendo como missão precípua de instalar, explorar e manter o Sistema de Comunicações, Comando e Controle da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, proporcionando as ligações necessárias aos escalões mais altos que exercerão a coordenação e o controle de seus elementos subordinados antes, durante e após as operações (BRASIL, 2019s).

Figura 68 - Pavilhão de Comando do 1º Pelotão de Comunicações de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A Arma de Comunicações é considerada a “Arma do Comando” que harmoniza as ligações necessárias aos escalões mais altos que desempenharão a coordenação e o controle de seus elementos subordinados antes, durante e após as operações, bem como opera no controle do espectro eletromagnético, por meio das atividades de Guerra Eletrônica, para anteparar ou dificultar as comunicações do inimigo, facilitar as próprias comunicações e obter informações (BRASIL, 2019a).

9.2.1.8 32º Pelotão de Polícia de Exército (32º Pel PE)

O 32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE) se origina do 21º Pelotão de Polícia do Exército, o qual se encontrava subordinado a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada na cidade de Petrópolis (RJ) em 1975 (Figura 69). Sua criação originou-se por meio da Portaria nº 067-Res, de 22 de novembro de 1991, em que suas instalações iniciais eram no Comando Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, tendo mudado de sede em 1993, após conclusão das primeiras instalações da recém-criada 1ª Brigada de Infantaria de Selva (BRASIL, 2019ee).

Figura 69 - 32º Pelotão de Polícia de Exército



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019gg).

As Polícias do Exército são basicamente constituídas por militares da Arma de Infantaria, na qual se define com aquela que possui o combatente a pé, que pode deslocar-se por qualquer tipo de região, bem como aqueles que possui suas especializações, tais como: de selva, blindado, de montanha, paraquedista, Polícia do Exército e muitas outras, que estão ilustradas neste site (BRASIL, 2019a).

9.2.2 Análise organizacional e de gestão da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Para Oliveira (2004), uma estrutura organizacional se trata de um instrumento primordial para o desenvolvimento e para a implementação do plano organizacional em instituições, estando delineada com os objetivos e estratégias instituídas, ou seja, a estrutura é uma ferramenta básica para alcançar as situações almejadas. Cury (2005) assinala três modelos de estruturas: o moderno, o contemporâneo e o tradicional.

A estrutura moderna é marcada por um quadro sistêmico, comportamental, orgânico, oriunda da arquitetura behaviorista, intensamente influenciada pelas ciências do comportamento; a estrutura contemporânea, aquela que está sob a influência de tempos mais irrequietos que obrigam as organizações a procurar parceiras externas a fim de solucionar problemas globais e pontuais; e, os modelos de estruturas tradicionais, sendo aqueles (geralmente) deveras burocráticos, originando a mecanização das tarefas e uma ênfase na praticidade classificados em quatro principais modelos (CURY, 2005).

Para os autores Costa, Souza e Fell (2012), constitui-se uma das quatro estruturas principais a denominada de estrutura linear ou militar, que consiste numa estrutura que ressalva bem a demanda da autoridade militar e da liderança como acontece na caserna, com um controle

inflexível e totalmente limitado pela autoridade, o que dificulta a participação dos colaboradores que não tem competências especializadas:

Na estrutura linear ou militar as principais vantagens são: fácil transmissão de ordens; definição dos deveres; decisões rápidas; e baixo custo de administração. As desvantagens são: organização rígida; sobrecarga da direção; exigências de chefes excepcionais; desfavorece o espírito de equipe e com excessiva centralização (CURY, 2005, p. 228).

Como modelo organizacional, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva pode se considerar como um modelo de gestão mecanicista, pois possui características de especializações nas rotinas de trabalhos com atribuições determinadas de tarefas específicas baseada em hierarquia e disciplina, centralização de trabalhos e com padrões definidos fundamentados em símbolos de *status* de poder.

Para Medeiros *et al.* (2011), nas organizações mecânicas as atividades são divididas em tarefas separadas por especialidades e melhor se adaptam ao ambiente estável, centradas e deveras evidente útil como forma de garantir a hierarquia de autoridade, “a organização possui muitas regras, regulamentos e controles. A variabilidade humana e sua personalidade são traduzidas como fonte de ineficiências e inconsistências. Organização do tipo conservadora” (MEDEIROS *et al.*, 2011, p. 6).

A missão institucional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva pode ser extraída por analogia das missões das Forças Armadas prevista na Constituição Federativa do Brasil de 1988, na qual define em seu Capítulo II, artigo nº 142, que regulamenta e dispõe sobre a missão e a composição das Forças Armadas do Brasil, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, como sendo “instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988, p. 90).

A visão institucional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva é identificada na concepção ideal da Constituição Federativa do Brasil de 1988, bem como nas Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, e nº 117, de 2 de setembro 2004, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cujo objetivos e expectativas é ser “reconhecida no âmbito do Comando Militar da Amazônia, até janeiro de 2022, como uma Guarnição de: elevado nível de prontidão operacional e logística; competência

na gestão administrativa; bem-estar do público interno; imagem positiva na sociedade roraimense e responsabilidade social e ambiental” (BRASIL, 2109c).

A projeção de uma missão dinâmica ou de uma visão futura sobre a importância da 1ª Brigada de Infantaria de Selva para a sociedade roraimense apresenta uma gestão fundamentada em rotinas planejadas classificadas como modelo burocrático, “por justamente comportar racionalmente uma divisão de trabalho e uma coordenação das atividades com base em sistemas hierárquico-burocráticos onde estão definidas as relações de autoridade-subordinação” (SENHORAS, 2017, p. 47).

Os valores, os deveres e a ética militar do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva estão alicerçados em conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam, constituindo-se em direções morais que devem pautar o comportamento do profissional militar e que representam o grau de importância atribuído, subjetivamente, às pessoas, aos conceitos ou aos fatos; não sendo somente referências inatas, mas aprendidas, variando de acordo com a sociedade, a cultura ou a época, fundamentadas notadamente no: patriotismo; civismo; fé na missão do Exército Brasileiro; amor à profissão; espírito de corpo e no aprimoramento técnico-profissional (BRASIL, 2002).

O entendimento para fundamentação teórica do modelo de gestão burocrática encontra apoio nas pesquisas de Weber (1999). Este assinala que a burocracia surge como um arcabouço imediato entre interesses dos políticos e das sociedades e que se baseia como tipo ideal de seu trabalho na racionalização, divisão do trabalho e aperfeiçoamento dos meios (processos) para a consecução de determinados fins público.

9.2.3 Perfil organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Esta sessão tem como objetivo apresentar as características institucionais do modelo de gestão e do funcionamento do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva sediada em Boa Vista (RR) por meio de percepção de metáforas³⁰ organizacionais sob leitura diagnóstica, o que permitiu identificar um perfil organizacional de combinação híbrida de metáforas organizacionais de Sistema de Máquinas e Sistema Aberto de Governo, de acordo com as imagens organizacionais propostas por Morgan (1996).

³⁰ “Metáforas são teorias ou arcabouços conceituais [ou] fornecem [...] uma estrutura para a ação [ou] são fatores intrínsecos ao processo de imaginação através do qual as pessoas podem representar ou ‘descrever’ a natureza da vida organizacional” (MORGAN, 1996, p. 343; 349).

A disposição organizacional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas é caracterizada por uma estrutura híbrida, com base na tipologia organizacional proposta por Mintzberg (2003), permeada por propriedades de uma burocracia mecânica em razão da padronização dos processos de trabalho e de uma burocracia profissional devido aos processos de descentralização horizontal e vertical de trabalho.

Observa-se a existência de uma visão rotineira mecanicista de repetição de processos no Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva que se reflete numa organização burocrática parcialmente estática em termos de mudanças institucionais, e de forte hierarquização profissional com grande rotatividade entre os militares, notadamente por oficiais, subtenentes e sargentos de escolas de formação, que geram uma organização dinamizada por muitas regras e regulamentos de controle.

No entanto, ressalva-se que, além dos militares de escolas de formações que auxiliam nesse dinamismo organizacional, existem aqueles militares pertencentes ao Quadro Especial (QE) originários do serviço militar obrigatório que ascenderam funcionalmente por tempo de serviço até adquirem estabilidade após dez anos. Estes, atualmente pertencem ao Círculo de Sargentos, Cabos e Soldados que em grande parte são considerados como a “memória viva” de Organizações Militares em todo o Brasil, pois permanecem nas organizações sem direito a movimentações nem perspectiva de realizarem cursos de qualificação, uma vez que a Força não regulamenta cursos específicos, mas exercem funções (em alguns casos) além do normatizado.

O perfil organizacional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva como organização complexa e híbrida em decorrência de sua imagem projetada, tanto como um Sistema Fechado de Máquinas quanto um Sistema Aberto de Governo, fundamenta-se na caracterização das cinco dimensões organizacionais (Quadro 21) que assentam o seu funcionamento: estrutura, pessoas, tarefas, ambiente e tecnologia (CHIAVENATO, 2014; MAXIMIANO, 2000).

Quadro 21 - Dimensões organizacionais do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Estrutura	Estrutura física caracterizada tradicionalmente desde 1992 com infraestruturas novas e/ou conservadas em termos de salas e mobiliário no pavilhão de comando. A partir dos anos seguintes foram construídas novas instalações e anexos em ambos os casos com infraestrutura física plenamente funcional para a prestação do serviço público.
Pessoas	Pirâmide hierárquica horizontalizada, marcada por rotatividade entre militares oriundos de escolas de formações e pela prestação do serviço militar obrigatório, além de militares estabilizados (Sgt, Cb/Sd) que permanecem nas OM. A dinâmica de funcionalidade é caracterizada por uma fragmentação do poder em função da centralização da tomada de decisões em escalões superiores (Oficiais).
Tarefas	As missões operativo-combativa como atividade-fim desenvolvida de modo coordenado pelo núcleo operacional (Comandante da Base Administrativa e chefes de seções), por meio de procedimentos de rotina técnica, burocrática e operacional, os quais são respaldados por legislação específica através de planejamento estratégico e operacional originárias de escalão superior (geralmente do Comando Militar da Amazônia).
Ambiente	Tanto o sistema fechado quanto o sistema aberto da 1ª Bda Inf SI é constituído por uma pluralidade de <i>stakeholders</i> , estando presentes tanto no ambiente interno (militares da dinâmica funcional intermediária e assessoria de apoio) quanto no ambiente externo (força extraorganizacional).
Tecnologia	Caracterizada pelos equipamentos tecnológicos de comunicações, transporte, engenharia, saúde, intendência, segurança e informática, que atendem perfeitamente as demandas da 1ª Bda Inf SI e de suas OMDS, salvo em casos esporádicos devido ao fato de materiais obsoletos (blindados sobre rodas, fuzis e pistolas).

Fonte: SENHORAS (2017). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Diante do acima exposto, faz-se pertinente buscar a compreensão das partes que compõem o sistema complexo do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva que incidirá nas análises das dimensões: estrutura, tarefas, pessoas, ambiente e tecnologia, uma vez que é a partir destas dimensões que se pretende identificar as características de funcionamento desta organização em suas interações dinâmicas positivas e de oportunidade de melhorias para cada subsistema de ações.

9.2.3.1 Análise da dimensão estrutura

Comumente, as abordagens da dinâmica dos elementos estruturais organizacionais são analisadas a partir de uma caracterização humanística da pirâmide hierárquica e do organograma de cargos, o que possibilita ampla análise de temas diversos. No entanto, no Exército Brasileiro, por se tratar de uma instituição complexa com organizações militares especializadas por todo território nacional, tais como unidades militares operacionais, escolas de ensino, hospitais, museus, órgãos setoriais, dentre outros, há necessidade que se faça padronizações pelo fato de existir grandes atividades realizadas nestas repartições/dependências (CRUZ, 2006).

Portanto, no que concerne às atividades administrativas do Exército, estão fundamentadas em dois regulamentos distintos: o Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG ou R1) e o Regulamento de Administração do Exército (RAE ou R3). No primeiro estão prescritas todas as atividades da vida vegetativa e dos serviços gerais das Organizações Militares, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício das funções de seus integrantes, e, no segundo, estão estabelecidos os preceitos gerais para as atividades administrativas do Exército Brasileiro.

No caso específico do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, trataremos da dimensão humanística da estrutura organizacional na seção pertinente a dimensões pessoas e tarefas, razão pela qual o enfoque da análise estrutural se inclinará tão somente sobre a infraestrutura física da organização partindo de sua efetivação no ano de 1992, caracterizada por infraestruturas de boa qualidade e de suporte composta por um pavilhão de Comando e dependências anexas (Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; 32º Pelotão de Polícia do Exército; 1º Pelotão de Comunicações de Selva; Corpo da Guarda; posto de combustíveis; garagens em geral; refeitórios de Oficiais; Subtenentes e Sargentos; Cabos e Soldados, dentre outras).

9.2.3.2 Análise da dimensão pessoas

Nesta dimensão, nota-se que os recursos humanos que trabalham no Comando da 1ª Bda Inf SI se relacionam entre si no exercício de quatro funções por meio de uma dinâmica de cúpula estratégica, núcleo operacional, linha intermediária e assessoria de apoio, caracterizadas por uma fragmentação hierarquizada do poder (MINTZBERG, 2008), uma vez que existe uma pirâmide funcional de trabalho relativamente compacta e segmentada por cargos com funções muito específicas (Quadro 22).

Ainda segundo Mintzberg (2003), a cúpula estratégica destina-se a assegurar que a organização cumpra suas missões com eficácia atendendo às necessidades daqueles que controlam e detém o poder sobre elas, estando diretamente conectada ao núcleo operacional pela cadeia intermediária que possui autoridade formal (a linha intermediária), sendo representados pelo Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e seu Estado-Maior

O núcleo operacional é a parte primordial que envolve a burocracia profissional, a qual apresenta tarefas literalmente definidas e com ênfase na padronização, sendo representado pelos Comandantes da Base Administrativa, Companhia de Comando e chefes de seções do Comando da 1ª Bda Inf SI.

Quadro 22 - Quadro hierárquico e funcional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Função	Posto/Graduação	Dinâmica funcional
Comandante	General-de-Brigada	Cúpula estratégica
Chefe Estado-Maior	Coronel	
Ajudância Geral	Oficiais superiores (Coronéis, Tenentes- coronéis e Majores)	Núcleo operacional
Chefe 1ª Seção (E1)		
Chefe 2ª Seção (E2)		
Chefe 3ª Seção (E3)		
Chefe 4ª Seção (E4)		
Chefe 5ª Seção (E5)		
Chefes de subseções	Oficiais intermediários e subalternos (Capitães, 1º e 2º Tenentes)	Intermediária
Auxiliares	Subtenente	Assessoria de apoio
	1º Sargento	
	2º Sargento	
	3º Sargento	
	Cabo	
	Soldados	
	Servidores civis	

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A linha intermediária está ligada diretamente à estrutura do núcleo operacional por meio da formalidade da cadeia de comando, representados pelos oficiais superiores e subalternos que desempenham papel fundamental na supervisão direta das atividades rotineiras e de instruções.

Por fim, a Assessoria de Apoio representa as unidades ou divisões agregadas ao corpo da organização tendo por finalidade desenvolver as atividades especializadas para a instituição, e sendo representada por militares que receberão e cumprirão as missões específicas, notadamente pelas praças (Subtenente, Sargentos, Cabos e Soldados).

O quadro de pessoal do Comando da 1ª Bda Inf SI, bem como em toda Força Terrestre, é definido de acordo as atribuições, as necessidades de suas unidades e sua distribuição pelo território nacional estabelecido por lei, sendo atualizado anualmente por meio de decreto. Sua última atualização ocorreu através do Decreto nº 9.632, de 26 de dezembro de 2018, que distribui o efetivo de pessoal militar do Exército em tempos de paz para o ano de 2019.

Segundo Brasil (2018), o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, juntamente com suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas, possuem um efetivo de 3.300 militares entre homens e mulheres, sendo que: 800 estão atuando na cidade de Manaus no 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel, 400 nos seis Pelotões Especiais de Fronteira (1º PEF em Bonfim; 2º PEF em Normandia; 3º PEF em Pacaraima; 4º PEF em Surucucu; 5º PEF

em Auaris e 6º PEF em Uiramutã) e os demais militares atuando nas mais diversas Organizações Militares em operações, entre elas a Operação Acolhida.

Sendo assim, a dimensão de pessoas do Comando da 1ª Bda Inf SI apresenta poder concentrado nos níveis hierárquicos mais elevados, especialmente na cúpula estratégica e núcleo operacional, sendo marcada por uma burocracia mecânica e “caracterizado pela altíssima especialização, tarefas operacionais rotinizadas e padronizadas com proliferação de normas e regulamentos, nível operacional de grandes dimensões e poder de decisão relativamente centralizado” (MINTZBERG, 2003, p. 22).

9.2.3.3 Análise da dimensão tarefas

As atividades desenvolvidas pelo Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, juntamente com as demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), possuem caráter de pluriatividades com características centrais, em que existem um conjunto distinto de atividades (atividades de coordenação e execução operacionais por meio do trabalho de seu quadro funcional de militares e civis), funcionalmente descritas por uma divisão dos seus trabalhos por meio de atividade-fim originárias de escalão superior (geralmente do Comando Militar da Amazônia) e centralizadas junto ao Chefe do Estado-Maior, e por meio de atividades-meio (administrativas e serviços gerais desenvolvidas por meio de seu quadro funcional de militares e civis administrativo e terceirizados).

As atividades atribuídas ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva não ficam restritas somente àquelas missões constitucionais previstas no artigo 142: “à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; cooperar em operações internacionais” de paz, de acordo com os interesses nacionais, e aquelas previstas em leis complementares (BRASIL, 1988), exercendo, ao mesmo tempo, também aquelas de cunho social, notadamente em Ações Cívico-Militares (ACISO) em território roraimense, bem como aquelas decorrentes de calamidades e intempéries.

Além das atividades militares de rotina anual do Comando da 1ª Bda Inf SI, perpassa pelo ano de instrução que é subdividido em três períodos distintos (básico, qualificação e adestramento), destinados à prestação do serviço militar obrigatório. A prestação do serviço militar obrigatório para o segmento masculino ocorre a partir de 18, conforme previsto no artigo 143 da CF/1988, e nos termos da Lei do Serviço Militar nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, regulamentado por meio do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

O Comando da 1ª Bda Inf SI, por fazer parte de uma instituição pública federal e de natureza científica normatizada, fundamentada em regulamentos e normas rígidas, possui dimensão estrutural de tarefas análogas às demais Organizações Militares do país, caracterizando-se pelo exercício, transitório ou permanente, da atividade militar como profissão exclusiva na força inteiramente constante às finalidades precípuas das Forças Armadas (Quadro 23).

Todas as atividades operacionalizadas e executadas pelo Comando da 1ª Bda Inf SI estão sob coordenação e fiscalização do chefe da 3ª Seção (E3), sendo delegado seu cumprimento às demais OMDS. Dentre as missões, destacam-se aquelas que envolvem diretamente o ano de instrução do serviço militar obrigatório; atividades alusivas a datas comemorativas; formaturas cívico-militares; palestras; operações militares de reconhecimento e repressivas em faixa de fronteira; Ações Cívico-Sociais; Operações Ágata-Curare; Operação Acolhida, dentre outras.

Quadro 23 - Características da profissão militar

Risco de vida	Durante toda a sua carreira, o militar convive com risco. Seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão. O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida.
Sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia	Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem de obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional.
Dedicação exclusiva	O militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional, o que o torna dependente de seus vencimentos, historicamente reduzidos, e dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, quando na inatividade.
Disponibilidade permanente	O militar se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra, compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial.
Mobilidade geográfica	O militar pode ser movimentado em qualquer época do ano, para qualquer região do país, indo residir, em alguns casos, em locais inóspitos e destituídos de infraestrutura de apoio à família.
Vigor físico	As atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. O militar é submetido, durante toda a sua carreira, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física, que condicionam a sua permanência no serviço ativo.
Formação específica e aperfeiçoamento constante	O exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação. Ao longo de sua vida profissional, o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercício da profissão militar e realiza reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho. A exceção são os militares do Quadro Especial (Sgt, Cb e Sd estabilizados) que não possuem possibilidade de qualificação profissional dentro da força, uma vez que não existe regulamentação para tal, ou seja, sua carreira na instituição será somente a de formação sem possibilidade de galgar outra habilitação funcional por falta de regulamentação.
Proibição de participar de atividades políticas	O militar da ativa é proibido de filiar-se a partidos e de participar de atividades políticas, especialmente as de cunho político-partidário.
Proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou em qualquer movimento reivindicatório	O impedimento de sindicalização advém da rígida hierarquia e disciplina, por ser inaceitável que o militar possa contrapor-se à instituição a que pertence, devendo-lhe fidelidade irrestrita. A proibição de greve decorre do papel do militar na defesa do país, interna e externa, tarefa prioritária e essencial do Estado.
Restrições a direitos trabalhistas	O militar não usufrui alguns direitos trabalhistas, de caráter universal, que são assegurados aos trabalhadores, dentre os quais incluem-se: remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno; jornada de trabalho diário limitada a oito horas; obrigatoriedade de repouso semanal remunerado; e remuneração de serviço extraordinário, devido a trabalho diário superior a oito horas diárias.
Vínculo com a profissão	Mesmo quando na inatividade, o militar permanece vinculado à sua profissão. Os militares na inatividade, quando não reformados, constituem a "reserva" de 1ª linha das Forças Armadas, devendo se manter prontos para eventuais convocações e retorno ao serviço ativo, conforme prevê a lei, independentemente de estarem exercendo outra atividade, não podendo por tal motivo se eximir dessa convocação.
Consequências para a família	As exigências da profissão não ficam restritas à pessoa do militar, mas afetam, também, a vida familiar, a tal ponto que a condição do militar e a condição da sua família se tornam estreitamente ligadas: a formação do patrimônio familiar é extremamente dificultada; a educação dos filhos é prejudicada; dentre outras.

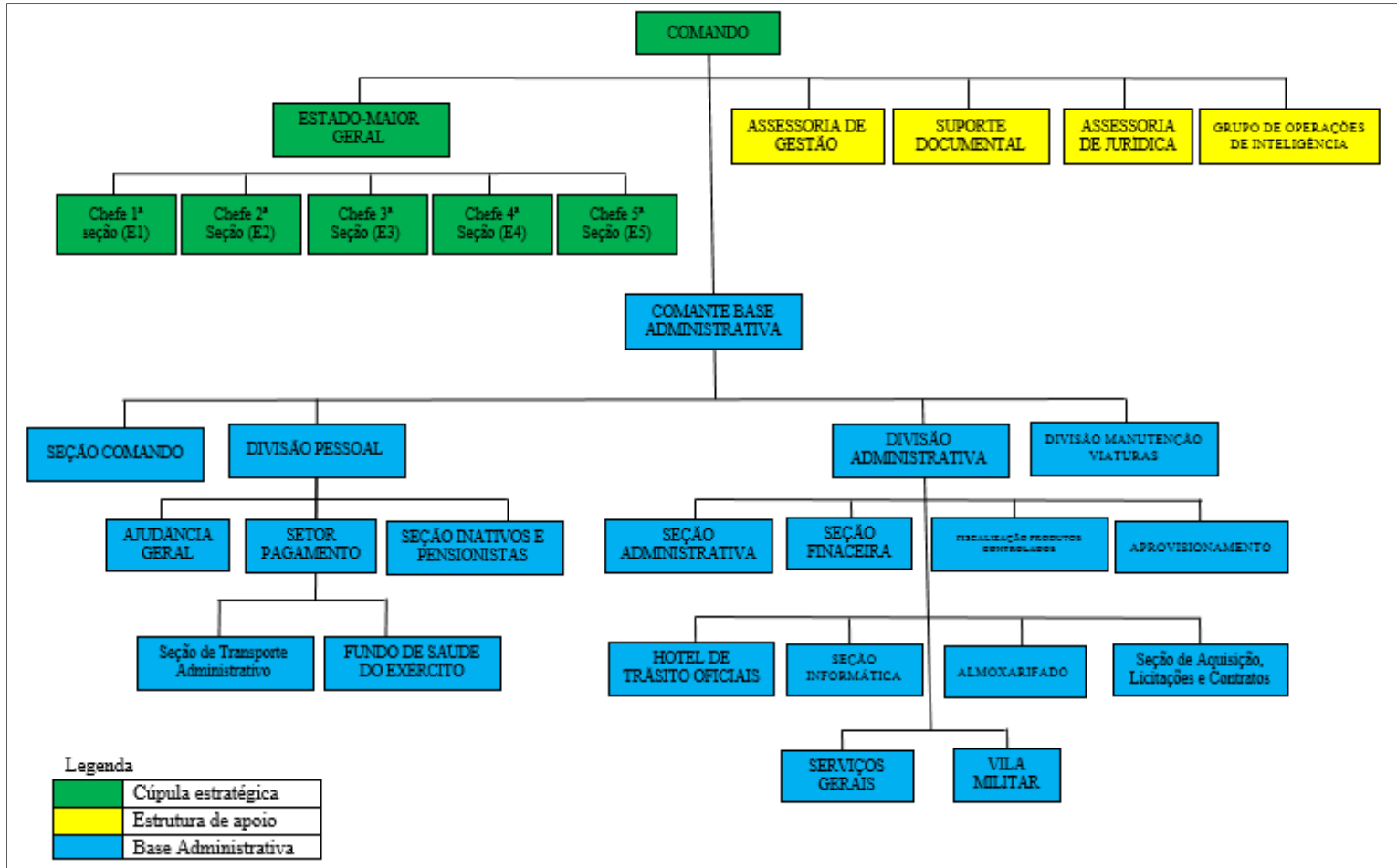
Fonte: Brasil (2019v). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A estrutura organizacional administrativa da 1ª Brigada de Infantaria de Selva é a forma como a organização se articula para desenvolver suas atividades, “ela está sujeita a interferências externas, como o ambiente em que está inserida, e internas, como a estratégia adotada, a tecnologia disponível e o potencial humano” (MEDEIROS *et al.*, 2011, p. 13). Assim sendo, com base no Quadro de Cargos Previstos (QCP), a 1ª Brigada de Infantaria de Selva possui uma estrutura organizacional composta por diversas Divisões, Seções e Subseções cuja finalidade visa gerenciar todas suas ações operativas e administrativas.

O QCP é um tipo de documento específico para cada Organização Militar operativa ou não, em que se tem uma previsão dos cargos e funções hierarquizados para sua funcionalidade e com cada necessidade, com distribuição quantitativa de acordo com a habilitação de cada militar dentro de uma estrutura modular (Figura 70).

No caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo ela uma organização operativa, sua estrutura organizacional será baseada no Quadro de Cargos, aquele que detalha os cargos e que preenche a estrutura organizacional, e o Quadro de Organização, sendo aquele conjunto de documentos que uma organização necessite possuir em temas de base doutrinária: estrutura, pessoal e material para desempenhar suas atividades e tarefas (BRASIL, 2016b).

Figura 70 – Organograma administrativo da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: Quadro de Cargos Previstos (QCP) da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Elaboração própria (GOMES, SENHORAS, 2020).

A essência da administração da 1ª Bda Inf SI se encontra permeada pela Cúpula Estratégica representada pelo seu Comandante, Chefe do Estado-Maior Geral e demais oficiais que compõem o Estado-Maior (E1; E2; E3; E4 e E5) e o Comandante da Base Administrativa, sendo este o responsável pelas demais divisões e seções administrativas da organização.

As atribuições e competências da Cúpula Estratégica da 1ª Brigada de Infantaria de Selva estão fundamentadas de acordo com suas funções hierárquicas (BRASIL, 2003), a começar pelo Comandante a quem cabe o planejamento, a organização, a coordenação e o controle de suas forças militares, além de empregar seu Estado-Maior e comando de subordinados para o cumprimento daqueles encargos no prazo e na forma exigidos (Quadros 24 e 25).

O Chefe do Estado-Maior é o oficial mais antigo (geralmente um coronel pertencente ao Quadro de Estado-Maior da Ativa - QEMA) após o comandante da brigada, sendo a ele delegada a função de subcomandante na ausência do primeiro, que estabelecerá normas de ação a serem observadas pelos oficiais de Estado-Maior, além de prescrever suas atribuições e deveres, bem como as relações com o Chefe do Estado-Maior e com os Comandantes das unidades subordinadas.

Ao Comandante da Base Administrativa compete superintender todas as atividades e serviços da unidade, facilitando, contudo, o livre exercício das funções de seus subordinados, para que desenvolvam o espírito de iniciativa, indispensável na paz e na guerra, e demais atribuições prescritas nos artigos 25 ao 23 previstos no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG).

O chefe da primeira seção (E1) é o principal assessor do Comandante na administração e direção individual do pessoal (militar e civil, amigos e inimigos) sob controle militar. Orienta e auxilia os outros oficiais do Estado-Maior no trato dos problemas de pessoal em suas áreas funcionais, além de manter sob o controle de efetivos de todas as Organizações Militares que compõem o Comando da 1ª Bda Inf SI.

O chefe da segunda seção (E2) é o principal assessor do Comandante em assuntos de inteligência e contra inteligência militares. Orienta e auxilia outros oficiais do EM, inclusive os oficiais de comunicações e de guerra eletrônica, no trato da produção de conhecimentos de inteligência em suas áreas funcionais. Além de suas atribuições normais de Estado-Maior, o E2 tem certas funções operacionais pertinentes aos órgãos de contra inteligência e de produção de conhecimentos de inteligência.

Quadro 24 - Atribuições e competências do cúpula estratégica da 1ª Brigada de infantaria de Selva

Função	Atribuições e competências
Cmt	Ao Comandante cabe o planejamento, a organização, a coordenação e o controle de suas forças militares, além de empregar seu Estado-Maior e Cmt subordinados para o cumprimento daqueles encargos no prazo e na forma exigidos. b. O Cmt poupa tempo e energia descentralizando atividades, delegando competência e responsabilizando os Cmt subordinados pelo cumprimento das missões que lhes atribuir. Esta cadeia de comando o habilita a dirigir e supervisionar a execução de seu plano, sem se deixar envolver nos detalhes do planejamento, da direção e do controle das ações de cada um dos elementos subordinados. c. A descentralização do planejamento e da execução exige que o Cmt seja assessorado na produção e na difusão de conhecimentos de inteligência, na realização de estudos de situação e planejamentos, na coordenação da ação de comando e na supervisão da execução de suas decisões. O Cmt conta com um EM para assessorá-lo e, normalmente, dispõe de um chefe de Estado-Maior (Ch EM) ou subcomandante (SCmt).
Ch EM	Estabelece normas de ação a serem observadas pelos oficiais de Estado-Maior. Prescreve suas atribuições e deveres, bem como as relações com o Ch EM e com os Cmt das unidades subordinadas. A fim de que possam, se necessário, dar continuidade às atividades de comando e controle, os oficiais do EM devem manter-se informados das operações, tendo em vista dar-lhes prosseguimento, sem quebra da sequência lógica de sua orientação, do planejamento, decisão e execução. O Cmt os informa de seus planos, intenções, objetivos e problemas, cabendo ao Ch EM a distribuição de dados e conhecimentos de inteligência a respeito das atividades do EM. b. Tarefas - Os oficiais do EM podem executar algumas tarefas típicas, tais como: (1) assessorar o Cmt em assunto específico; (2) representar o Cmt, quando designados; (3) solucionar problemas decorrentes de situações incomuns; (4) supervisionar as operações táticas, de apoio ao combate, de apoio logístico e suas respectivas atividades de instrução; (5) responder pelo Cmt quando este se ausentar do PC; (6) atuar como árbitro-chefe ou diretor das inspeções de instrução, manobra e exercícios; (7) chefiar um EM de planejamento para operações futuras ou especiais; (8) comandar uma força-tarefa (FT); (9) comandar um posto de comando (PC) alternativo estabelecido para as operações.

Brasil (2003; 2019y). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

O chefe da terceira seção (E3) é o principal assessor do Comandante em assuntos pertinentes à organização, à instrução e ao adestramento e, principalmente, às operações. Orienta e auxilia outros oficiais do EM nos aspectos operacionais de suas atividades funcionais, tendo como maior responsabilidade a organização, elaboração e atualização da relação de unidades, inclusive exame e revisão continuados para assegurar a distribuição da quantidade e dos tipos de organização necessária ao apoio e à execução da missão (inclusive a composição de meios).

O chefe da quarta seção (E4) é o principal assessor do Comandante em assuntos pertinentes à previsão e a provisão de suprimento, manutenção, transporte, saúde e outros serviços de apoio logístico para a organização. Deve manter estreita e contínua coordenação com os Cmt das organizações responsáveis pelas operações de apoio logístico. Orienta e auxilia outros oficiais do Estado-Maior sobre assuntos de natureza logística em suas respectivas áreas de responsabilidade, além de assegurar que estejam disponíveis adequados canais técnicos para as atividades de apoio logístico, dentro dos limites de sua responsabilidade.

O chefe da quinta seção (E5) é o principal assessor do Comandante em todos os assuntos relativos às relações de um comando militar com a população civil na área de operações. Orienta e auxilia outros oficiais do Estado-Maior nos problemas de comunicação social e assuntos civis em suas áreas de responsabilidades. Prepara os planos e ordens de comunicação social e de assuntos civis, supervisionando sua execução, além de estabelecer contato entre militares, governo civil e população, coordenando o apoio civil para operações táticas e de apoio logístico como também as medidas preventivas contra a interferência civil nessas operações.

Quadro 25 - Atribuições e competências do núcleo operacional da 1ª Brigada de infantaria de Selva

Função	Atribuições e competências
E1	É o principal assessor do Comandante na administração e direção individual do pessoal (militar e civil, amigos e inimigos) sob controle militar. Orienta e auxilia os outros oficiais do EM no trato dos problemas de pessoal em suas áreas funcionais. É o responsável direto pelo controle de efetivos, bem como o conjunto de ações relacionadas à contabilidade e às estimativas referentes a efetivos, integrando-as com as demais tarefas da atividade de pessoal e outras correlatas.
E2	É o principal assessor do Comandante em assuntos de inteligência e contra inteligência militares. Orienta e auxilia outros oficiais do Estado-Maior, inclusive os oficiais de comunicações e de guerra eletrônica, no trato da produção de conhecimentos de inteligência em suas áreas funcionais. Além de suas atribuições normais de EM,.
E3	É o principal assessor do Comandante em assuntos pertinentes à organização, à instrução e ao adestramento e, principalmente, às operações. Orienta e auxilia outros oficiais do EM nos aspectos operacionais de suas atividades funcionais, bem como o responsável pelo planejamento e execução de operações diversas, dentre outras.
E4	É o principal assessor do Cmt em assuntos pertinentes à previsão e a provisão de suprimento, manutenção, transporte, saúde e outros serviços de apoio logístico para as organizações. Deve manter estreita e contínua coordenação com os Comandantes das organizações responsáveis pelas operações de apoio logístico previsão e controle do patrimônio.
E5	É o principal assessor do Cmt em todos os assuntos relativos às relações de um comando militar com a população civil na área de operações. Orienta e auxilia outros oficiais do EM nos problemas de comunicação social e assuntos civis em suas áreas de responsabilidades. Prepara os planos e ordens de comunicação social e de assuntos civis e supervisiona sua execução., em ligação com o E1.

Brasil (2003). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

As demais divisões, seções e subseções possuem atribuições específicas inerentes a cada demanda que fomentará toda a administração da própria brigada, bem como as demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas por meio dos escalões hierárquicos, permeado por seus comandantes e comandados subsequentes.

Ainda que a pesquisa possua limitações quanto à aquisição de informações acerca da dinâmica funcional das tarefas da 1ª Bda Inf SI, percebe-se uma hierarquização rígida de base centralizada nas divisões de trabalhos entre os elementos que possuem ligação na dinâmica funcional por meio da cúpula estratégica e do núcleo operacional até se chegar à dinâmica

intermediária e assessoria de apoio que possuem atribuições de execuções de tarefas nas respectivas esferas de atribuições.

Ademais, observa-se que o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, por meio de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas, cumpre suas tarefas a contento conforme o previsto na Constituição Federal e em legislações específicas, tornando-se uma referência junto ao Comando Militar da Amazônia ainda que possua suas limitações, especificamente quanto ao seu Poder Militar, uma vez que o estado de Roraima possui ampla área territorial e a brigada encontra entrave no que concerne à capacidade de força militar com apenas oito Organizações Militares em sua organizacional e estrutural.

9.2.3.4 Análise da dimensão ambiente

A busca pela eficiência no trabalho de uma Brigada de Infantaria de Selva é originária da dicotomia entre dois níveis distintos, sendo permeados tanto por vetores materiais e humanos oriundos do ambiente interno (intraorganizacional) quanto por indicadores que identifiquem oportunidades e ameaças que poderão facilitar ou dificultar o cumprimento da missão da Força no ambiente externo (extraorganizacional).

Os vetores materiais e humanos que mais impactam no funcionamento do ambiente interno da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista estão relacionados às condições infraestruturais de boas condições e com efetivo compatível que possibilita o cumprimento das missões dos militares com melhor desempenho organizacional, uma vez que sua capacidade militar “é constituída por um grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida” (BRASIL, 2015, p. 7).

No entanto, diante da impossibilidade de obtenção de informações e de arquivo iconográfico de infraestruturas internas do Comando da 1ª Bda Inf SI, a análise da dimensão ambiente ficou prejudicada pela limitação de acesso, permitindo realizar análises subjetiva e empírica, o que não comprometeu a interpretação organizacional durante as etapas seguintes.

9.2.3.5 Análise da dimensão tecnológica

A análise tecnológica que compõe uma Brigada de Infantaria de Selva pode ser entendida como um agrupamento de mecanismos e processos por meio dos quais os produtos ou serviços são ordenados em uma organização (HARVEY, 1992), propiciando uma

performance superior por sua parte e impactando de modo distinto na sua composição sob o prisma quantitativo, por meio de aumento de produtividade, seja pela perspectiva qualitativa, através de aumento da exatidão e rigidez de qualidade.

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva é caracterizada como uma organização rígida e burocratizada que possui aceitável grau de incremento tecnológico adequado para o cumprimento de suas missões em função da necessidade da força e da sociedade roraimense (dimensão quantitativa), bem como modo de prestação definido pelos dispositivos constitucionais (dimensão qualitativa). Sendo assim, a pesquisa não conseguiu obter algumas informações sobre a dimensão tecnológica referente ao material considerado de segurança orgânica de classificação sigilosa, sendo possível elencar sete principais áreas de identificação dos mesmos de: comunicações; transporte; engenharia; saúde; intendência; segurança e de informática (Quadro 26).

Quadro 26 - Equipamentos tecnológicos da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Área / equipamento	Equipamentos
Comunicações	Equipamentos rádio: rádio veicular; portátil; e Mallet acoplado ao fuzil 5.56 AI2, dentre outros
transporte	Viaturas de: transporte de pessoal cinco toneladas; de transporte não especializado 3/4 toneladas; carro-tanque para água de 10 m ³ ; cozinha de campanha tipo reboque; viatura blindada sobre rodas ee-9 cascavel com canhão 90 mm; viatura blindada sobre rodas ee-11 urutu dotada de metralhadora .50 e de capacidade anfíbia; viatura leve agrale marruá; viatura leve land rover defender; viatura leve toyota hilux; viatura pesada volkswagen worker, dentre outros.
Engenharia	Equipamentos que são utilizados como meios subsidiários para o cumprimento de missões, tais como: chuveiros articulados, grupo geradores, cisternas de campanha, botes de assalto; geradores de campanha; motores de popa, dentre outros.
Saúde	Ambulância UTI móvel, barracas hospital móvel médico-odontológico, macas de campanha; padiolas articuladas para viaturas; barraca hospitalar, dentre outras.
Intendência	Barraca modelo canadense; barracas básicas; posto de banho completo; cozinha de campanha; toldos, fogões, mesas, bancos e camas de campanha, aquecedores de barracas e de imersão e lampiões de campanha, equipamentos de banho e de lavanderia, equipamento individual (cintos, suspensórios, estojos diversos, etc.), dentre outros.
Segurança	Fuzil de assalto 5.56 AI2; Fuzil M16 com lançador de granada, de origem estadunidense; Pistola IMBEL 9 M973 calibre 9 mm; Pistola M975 Beretta/Taurus calibre 9 mm; Fuzil ParaFAL calibre 7,62 mm; Fuzil FAL calibre 7,62 mm; Canhão Obus 105 mm; Óculos de visão noturna (OVN), dentre outros.
Informática	Computadores, impressoras, scanners, notebook, máquina fotográfica, retroprojeter, dentre outros.

Fonte: Brasil (2019). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

De modo geral, a dimensão tecnológica que ora é suscitada em sete principais áreas refere-se ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, bem como todas as suas demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas, que a depender de sua composição

estrutural e especificidade, poderá ser maior ou menor a quantidade de equipamentos para cumprirem suas demandas de atribuições e missões diversas.

Os equipamentos de comunicações utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS constituem-se em sistemas e equipamentos, tais como: sistema de rastreamento de tropas; C2 em combate; site móvel; repetidoras; rádios da família Motorola; rádios da família *Harris*, que são utilizados, notadamente em operações isoladas e/ou em conjunto em transmissão de dados em regiões isoladas do estado de Roraima (BRASIL, 2019t).

Os equipamentos de transporte utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS, em sua maioria apresentam boas condições de trafegabilidade e de segurança, tanto em relação à operacionalidade quanto ao seu uso diário, o que impacta positivamente na qualidade e produtividade dos trabalhos externos dos militares. No entanto, as viaturas blindadas sobre rodas Cascavel e Urutu, por possuírem média de 36 anos de uso, apresentam rotineiramente problemas técnicos, ainda que existam as manutenções preventivas e de vitalizações.

Os equipamentos de engenharia são aqueles utilizados como meios auxiliares durante as operações e/ou missões diversas, atendem de modo adequado às necessidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS peculiares às diversas unidades militares e empregadas principalmente em campanha operacionais e rotineiras com meio de apoio logístico as forças de linha de frente.

Os equipamentos de saúde utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS são, de modo geral, num primeiro momento aqueles existentes em cada Organização Militar dotados de uma pequena Seção de Saúde, com médicos, dentistas e enfermeiros, que dão os primeiros atendimentos médico-odontológicos para todo seu quadro funcional. No entanto, na guarnição de Boa Vista (todas as unidades militares do Exército Brasileiro em Roraima), além destas pequenas seções de saúde, existem um Posto Médico de Guarnição, o qual possui a missão de prestar assistência à saúde em regime ambulatorial, sendo detentor de equipamentos de boas condições de uso que atende o quadro funcional da guarnição de maneira insatisfatória, uma vez que existe uma demanda reprimida de usuários no Sistema do Fundo de Saúde do Exército, principalmente referente a especialidades médicas e suporte de grande envergadura.

Os equipamentos de intendência utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS são aqueles voltados para as atividades de suprimento que atendem as diversas demandas logísticas da guarnição de Boa Vista por meio de seus equipamentos de transporte (geralmente terrestre) de boas condições, durante o serviço cotidiano e ininterrupto,

transportando, suprindo e alimentando seu quadro funcional, bem como realizando assessoramento aos comandantes na administração financeira e na contabilidade.

Os equipamentos de segurança são aqueles considerados como ponto sensível da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS, uma vez que durante a pesquisa não se teve acesso a informações quali-quantitativa detalhadas por se tratar de informações de classificação sigilosa. No entanto, serão descritas algumas informações de conhecimento geral e de livre acesso em diversos meios de informações disponíveis na internet ou não, bem como por meio de conhecimento empírico.

Sendo assim, os equipamentos de segurança considerados de uso pessoal e coletivo utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e por suas OMDS atendem satisfatoriamente suas demandas para o funcionamento do órgão, ainda que os de uso pessoal, como os fuzis ParaFAL e FAL de calibre 7,62 mm M964A1 de fabricação de 1964 e as pistolas repotencializadas do calibre 45 para 9 mm (1973), podem ser considerados armamentos obsoletos. Quanto aos equipamentos de uso coletivo, em sua maioria atendem satisfatoriamente às demandas da guarnição de Boa Vista.

Os equipamentos de informática atendem perfeitamente às necessidades do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de suas OMDS, uma vez que possuem equipamentos novos e/ou bem conservados, como computadores, impressoras, *scanners*, e *softwares* específicos da Força Terrestre, como Sistema de Comando e Controle (SC2), o qual precisa ser operado em tempo compatível que assegure a oportunidade de tomada de decisão, e o sistema LibreOffice, com acesso em redes, tanto intranet como internet, com limitações de acesso em páginas que não sejam de interesse da administração pública

Com base em eventuais lacunas de equipamentos identificados no Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de suas OMDS, observa-se que, de modo geral, eles se encontram em boas condições em todos seus aspectos. A exceção seria no tocante as viaturas blindadas sobre rodas as quais possuem vida útil limitada, e que por limitações orçamentárias tornam-se um gargalo para a atual gestão, podendo comprometer a atuação em terreno frente a possíveis agressões endógenas e/ou exógenas.

9.2.3.6 Análise de discurso e de conteúdo das entrevistas

A pesquisa buscou realizar entrevistas semiestruturadas no universo das Organizações Militares que compõem o quadro organizacional da 1ª Bda Inf SI, além do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) e do Comando Militar da Amazônia, em que foram

entrevistados sete militares (identificados como: A, B, C, D, E, F e G) com possibilidade de respostas objetivas e subjetivas, no entanto, como nem todas as perguntas foram respondidas, haverá momentos em que a frequência alternará. Deste modo, foi possível identificar uma série de conceitos que se levou em consideração cuja finalidade foi analisar a percepção dos *stakeholders* sobre os temas ora elencados (Quadro 27).

Quadro 27 - Análise de conteúdo

Ordem	Conceitos identificados	Entrevistados						
		A	B	C	D	E	F	G
1	Ajuda humanitária (Operação Acolhida)	■		■		■	■	
2	Confiabilidade institucional	■				■		
3	Crimes ambientais				■	■		
4	Defesa Territorial				■			
5	Faixa de Fronteira	■			■			
6	Fronteira	■			■	■		
7	GLO				■			
8	Ílícitos transfronteiriços			■	■	■	■	
9	Migração				■			
10	Missão institucional		■	■		■		
11	Refugiado	■		■		■	■	
12	Soberania	■						

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

A primeira questão analisada decorre de questionamentos que visaram buscar a percepção dos entrevistados acerca da problemática em que vive grande parte da população venezuelana, que atravessa uma crise de desordem tanto socioeconômica e política quanto ética sem precedentes, acarretando num processo de grande fluxo migratório para diversos países. Nesse sentido, buscou-se saber como o Comando da 1ª Bda Inf SI vem atuando frente a esta situação no que se referem às ações sociais, ações preventivas e/ou repressivas e aos crimes transfronteiriços

Em relação a este quesito, pôde-se observar que a questão da ajuda humanitária realizada por meio da Operação Acolhida coordenada pelas Forças Armadas, notadamente pelo Exército Brasileiro, é recorrente entre quatro dos sete entrevistados, uma vez que esta operação entrou em funcionamento em março de 2018 e seu gerenciamento é atributo do Comando do Estado-Maior do Exército, que visa à prestação de apoio à organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2018a).

No caso específico da 1ª Bda Inf SI, esta possui missão de apoiar parcialmente a Operação Acolhida por meio de suporte logístico e técnico como: patrulhamentos ostensivos nas proximidades dos abrigos instalados no estado de Roraima; serviços de segurança; fornecimentos de alimentos para a tropa; suprimento de combustíveis; suporte na manutenção de viaturas militares; traslados de autoridades e de militares, dentre outras.

No que concerne ao quesito Confiabilidade Institucional, embora as Forças Armadas possuam um alto grau de confiabilidade perante a sociedade brasileira, conforme aponta a pesquisa realizada pelo Instituto Qualitest Ciência e Tecnologia, em 2018, que sugere um percentual de 95 % de confiabilidade junto à instituição, o presente estudo apontou para baixo grau de criticidade, com de cerca de 28,50 % dos os entrevistados (A e E).

As pesquisas de opinião pública derivam da percepção de opinião pública como aquela que indica a ideia de grupo, de público, de opinião da maioria, do indivíduo no grupo, ou seja, a opinião é considerada como o conjunto de crenças a respeito de temas dúbios ou relacionados com interpretação valorativa ou significado moral de certos fatos (DA VIÁ, 1993).

O Exército Brasileiro possui preocupação enfática nas questões que envolvem a proteção e combate aos crimes ambientais que, historicamente, vai além de sua missão precípua de defesa do território e da soberania nacionais, abarcando a ocupação e a integração do território, bem como a promoção do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2018). A pesquisa aponta, no caso específico da 1ª Bda Inf SI, que são inúmeras as operações isoladas e em conjunto realizadas, neste sentido, destacam-se aquelas com envolvimento no combate a garimpagem ilegal em áreas de proteção ambiental.

Contudo, a pesquisa identificou que somente os entrevistados (D e E) fazem menção a respeito de que a 1ª Bda Inf SI vem atuando de forma contundente, na medida do possível, devido às suas limitações de pessoal e financeira, no combate aos crimes ambientais em diversos ambientes operacionais, de forma isolada quando em patrulhamento dentro da faixa de fronteira, e/ou em operações conjuntas com outras agências de segurança.

Num contexto em que a missão precípua do Exército Brasileiro deriva da defesa do território e da soberania nacionais, embarcando a ocupação e a integração do território nacional, observou-se que somente um entrevistado (D) relata que a presença das Forças Armadas impacta positivamente em território roraimense quanto à defesa territorial por meio da presença *in loco* de militares da 1ª Bda Inf SI, bem como pelas inúmeras Ações Cívico-Sociais (ACISO) realizadas em determinados momentos.

A Defesa Territorial possui finalidade de preservar o potencial material e humano da Nação, portanto, é conjunto de medidas e de ações realizadas em situação de conflito, no

território nacional, excetas aquelas que se originaram “nos teatros de operações e as de competência do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, que visam à proteção do território nacional e dos recursos nele existentes, contra agressões de origem interna ou externa de caráter militar ou não” (BRASIL, 2007, p. 50).

A pesquisa identificou que os entrevistados (A e D) fazem uso do conceito de Faixa de Fronteira em momentos distintos e com conotações antagônicas, sendo que o primeiro destaca a atuação e a importância da 1ª Bda Inf SI durante a Operação Acolhida por meio de seus apoios enquanto o segundo destaca a importância da atuação do Exército Brasileiro dentro da faixa de fronteira por meio de suas ações repressivas ou não. Contudo, ambos ressaltam da importância do Poder de Polícia que as Forças Armadas possuem dentro desta área o que possibilita ações mais efetivas nos combates aos diversos ilícitos.

Grande parte do estado de Roraima encontra-se dentro da Faixa de Fronteira, sendo esta área indispensável à segurança nacional, que equivale à faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira (BRASIL, 1980), o que aponta para quão grande é a responsabilidade do Estado brasileiro em fazer guarda e manutenção dessas áreas, em particular por meio das Forças Armadas.

Ainda que o estado de Roraima possua relações fronteiriças com dois países (Venezuela e Guayana) com cerca de 1.922 km de linha de fronteira, o tema fronteira repercutiu de maneira moderada com cerca de 28,50 % perante os entrevistados (A e E), notadamente no que concerne ao controle fronteiriço na prevenção de ilícitos diversos, bem como no controle do fluxo migratório, em especial durante a Operação Acolhida, dentre outras.

No entanto, percebe-se que o controle fronteiriço realizado pela 1ª Bda Inf SI acontece de modo pontual, ainda que o Brasil procure fazer uso de tecnologia como um instrumento primordial para o controle dos fluxos ao longo de toda extensão de suas fronteiras, considerando que as estratégias utilizadas para seu monitoramento, “têm apresentado falhas, uma vez que, os recursos empregados nessas iniciativas são insuficientes, principalmente quando estão mediante as condições geográficas adversas que dificultam o monitoramento e estimulam a atuação de grupos criminosos” (MIRANDA *et al.*, 2018, p. 4).

Em um caso pontual, o conceito de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foi utilizado pelo entrevistado “D” quando se discutia a importância da utilização deste instrumento no combate às “novas ameaças” à segurança internacional, como: terrorismo; tráfico de drogas; guerrilha; crimes organizados, dentre outros. Nesse sentido, é apontada a importância da

atuação do Exército Brasileiro no combate aos diversos ilícitos junto a Amazônia Legal em áreas fora da Faixa de Fronteira.

O conceito de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) é utilizado como instrumento legal realizado exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República. Suas missões decorrem em casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem, estando reguladas pela Constituição Federal, em seu artigo 142; pela Lei Complementar nº 97, de 1999; e pelo Decreto nº 3.897, de 2001. Nestas operações, é concedida, provisoriamente, aos militares, a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade (BRASIL, 2019u).

Tema bastante recorrente, em detrimento aos demais, foi o de ilícitos transfronteiriços que surge com uma média de 57 % dos entrevistados (C, D, E e F). Todos os casos apontam para uma preocupação que o Exército Brasileiro possui em se fazer presente em áreas fronteiriças, sendo estas consideradas frágeis e suscetíveis à entrada de ilícitos de diversas naturezas, uma vez que o efetivo da 1ª Bda Inf SI é considerado insuficiente.

Os tipos de ilícitos dizem respeito a dois grandes campos: o dos crimes contra a pessoa, envolvendo o narcotráfico, o tráfico de armas e munições, o de pessoas; e o dos crimes financeiros, como a lavagem de dinheiro e a corrupção, além daqueles crimes de origem cibernética. Sendo assim, estes novos motes, ou novas formas de tratar temas tradicionais, “trazem implicações para a proteção da soberania – ocorrem nas faixas de fronteira, ambiente estratégico e diretamente ligado à defesa nacional – e geralmente em locais onde o Estado não consegue estender suas políticas, permitindo espaços de vulnerabilidades” (COSSUL, 2016, p. 140).

No que se refere ao conceito de Migração, a pesquisa identificou apenas uma citação do entrevistado (D) quando foi abordada a problemática de que a população venezuelana vive em momentos de grande desordem socioeconômica, política e ética, sendo destacada a importância do apoio que a 1ª Bda Inf SI vem enfrentando com o grande fluxo migratório no estado de Roraima por meio da Força Tarefa logística e humanitária coordenada pelas Forças Armadas.

Ao referirmos sobre o conceito de Migração, cabe ressaltar que não se trata de um conceito de fácil definição tampouco de fácil entendimento. Neste estudo adotou-se aquele quando se refere a deslocamentos de um lugar a outro, a movimentações que possuem uma origem e um destino imerso a uma finalidade, de se fixar ou residir em outro território. Deste modo, estas movimentações tendem a desenvolver fluxos de circulação de uma região a outra, “dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas *migrações internas*, ou fluxos de

movimentações entre diferentes países ou continentes, como ocorre com os chamados “migrantes internacionais”, comumente designados *imigrantes*” (RESSTEL, 2015, p. 37).

No que se refere ao conceito de Missão Institucional, decorre do momento em que os entrevistados (B, C e E) fazem referência a instituição Exército Brasileiro como sendo de excelência e que cumprem suas missões de acordo com o prescrito na Constituição Federal e nas Leis Complementares, notadamente quando se trata de questões pertinentes às “novas ameaças” à segurança internacional, bem como de missões subsidiárias e de apoio logístico às diversas atribuições impostas.

É importante anotar que a missão institucional tem se tornado uma ferramenta de grande valia do comando, pois se acredita que ela ajuda a clarificar o pensamento gerencial e melhorar, com isso, a comunicação (CAMPBELL, 1991). Deste modo, é possível distinguir em dois conjuntos principais de benefícios que podem ser impostos a uma missão institucional de sucesso: (i) a missão institucional tem a função vital de formar uma direção que facilita a formulação estratégica, e (ii) a missão auxilia a prática estratégica alimentando os fins de unidade e espírito de equipe (SIDHU, 2003).

No tocante ao conceito de Refugiado, os entrevistados (A, C e F), que representam 42,8 %, abordam esta questão, notadamente, quando se deparam com a problemática decorrente da crise venezuelana, e da importância que o apoio institucional das Forças Armadas trazem para aqueles que necessitam da “mão amiga”, principalmente para aqueles que precisam de abrigos e/ou interiorizar-se.

Denomina-se refugiado toda pessoa que nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que “devido a fundados temores de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país”. Ou ainda, que não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas anteriormente; ou que devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Por fim, tem-se o conceito de Soberania, que foi elencado somente pelo entrevistado “A” quando se refere sobre a questão de uma possível internacionalização da Amazônia. Neste sentido, o entrevistado sugere que a temática de internacionalização da Amazônia sempre esteve presente em agendas universais, e os Estados que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) devem reforçar sua integração, bem como que seus membros não necessitam de dar esclarecimentos a nenhuma entidade extra-amazônica,

sobretudo às Organizações Não-Governamentais, sobre suas soberanias nacionais, partindo da premissa que a soberania como sendo a “última instância do poder de mando do Estado nacional seja para os efeitos externos, seja para os internos. É, também, a supremacia da ordem jurídica do Estado nacional em todo o território” (BRASIL, 2007).

De igual forma a análise de discurso, a análise de conteúdo também sofreu limitações quanto à obtenção de respostas dos entrevistados, sendo deixadas questões em aberto, não respondidas e/ou parcialmente desmitificadas. As questões subjetivas foram analisadas por meio de questionários semiestruturados com o objetivo de obter percepções acerca de temas diversos que permeiam a gestão do Comando da 1ª Bda Inf Sl.

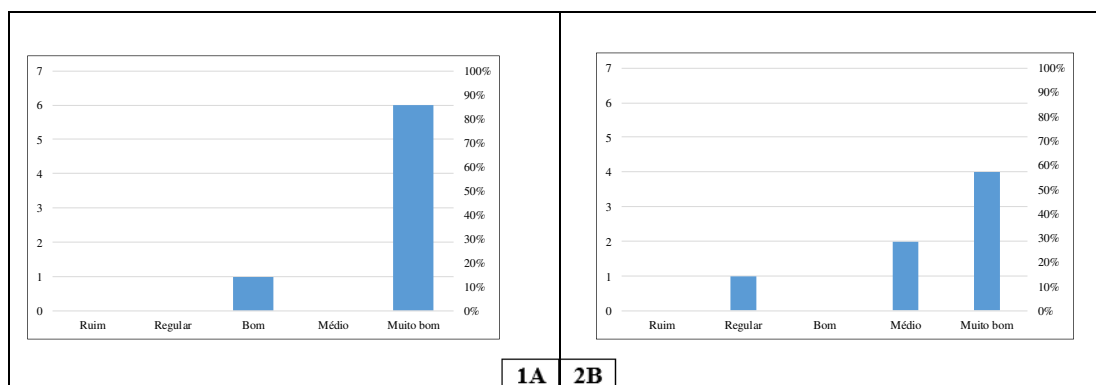
No primeiro quesito da análise de conteúdo, buscou-se entendimento sobre o balanço de Poder que compõe os países sul-americanos, ou seja, equilíbrio entre as Forças Armadas em detrimento a realidade do Poder Militar do Brasil. Neste sentido, foi identificado que majoritariamente (86 %) dos entrevistados indicaram que o Poder Militar brasileiro possui perfil muito bom (Figura 71 1A), e 14 % consideram o perfil como bom (Figura 71 1A).

No segundo quesito da análise de conteúdo, buscou-se identificar o perfil do Poder Militar que compõe os Comandos Militares espacializados no Brasil, uma vez que após a chegada dos militares ao centro do poder central do país ficou visível a intenção das Forças Armadas em priorizar a Amazônia Legal com ampliação do Poder Militar, notadamente por meio de criação e/ou transferências de unidades militares, como foi o caso da criação do Comando Militar de Área da Amazônia em 1956. Assim, foi identificado que majoritariamente (86 %) dos entrevistados acreditam que o Poder Militar dos Comandos Militares de Área possui um perfil muito bom (Figura 71 1A), e 14 % consideram o perfil como bom (Figura 71 1A).

No terceiro quesito, buscou-se saber a opinião sobre como estão compostos os Comandos Militares de Área da Amazônia e do Norte em relação ao atual Poder Militar, uma vez que ambos os comandos formam a Amazônia Ocidental e Oriental. Foi identificado que majoritariamente (86 %) dos entrevistados acreditam que o Poder Militar dos Comandos Militares de Área possui perfil muito bom (Figura 71 1 A), e 14 % consideram o perfil como bom (Figura 71 1A).

No quarto, buscou-se saber como está classificado o aparato militar (armas e equipamentos) que compõe o Poder Militar junto a Amazônia Setentrional, uma vez que o objeto de estudo da pesquisa encontra-se localizado no estado de Roraima. Sendo assim, 57 % dos entrevistados indicaram que o Poder Militar na Amazônia Setentrional possui perfil muito bom; 29 % acreditam que possui perfil médio; e 14 % acreditam que possui perfil ruim (Figura 71 2B).

Figura 71 – Análise de conteúdo das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

No quinto quesito, buscou-se saber como os entrevistados analisam o grau de dispersão das brigadas de infantarias especializadas na Amazônia Ocidental, uma vez que esta área possui grande extensão territorial e possui somente quatro brigadas. De forma majoritária, foram identificados que 86 % dos entrevistados acreditam que as dispersões das brigadas de infantaria são muito boas, em detrimento aos 14 % que indicam ser ruim (Figura 72 1A).

Ainda em relação a esta questão, buscou-se saber a opinião dos entrevistados sobre aquelas brigadas especializadas especificamente na Amazônia Ocidental, identificando-se que a maioria (47 %) acredita que as mesmas se encontram muito bem especializadas, em detrimento aos 28,50 % que apontam, respectivamente, como boa e média suas especializações (Figura 72 2B).

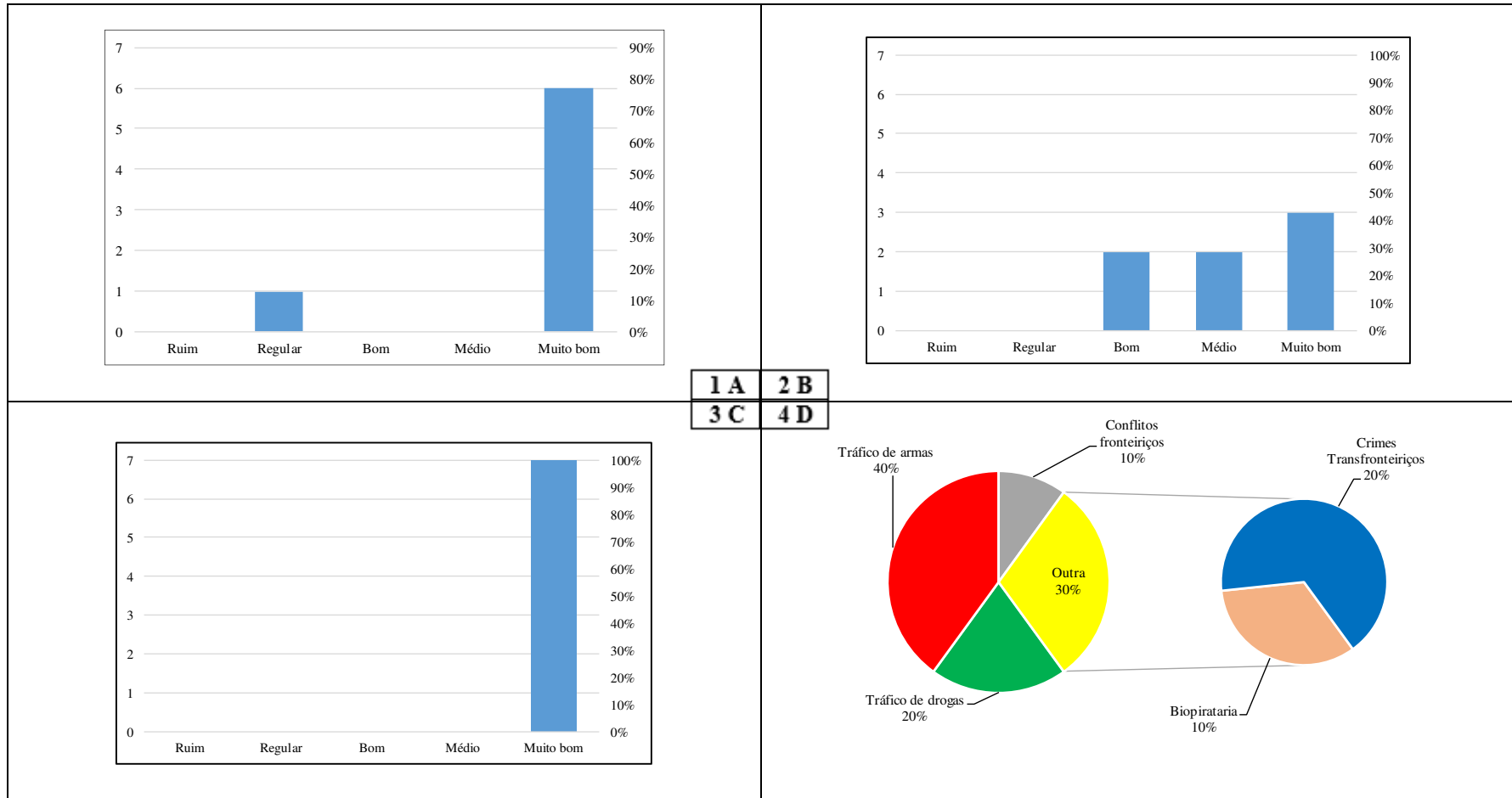
No sexto quesito, buscou-se identificar por meio dos entrevistados quais eram suas percepções sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO) que as dezenas de unidades militares desenvolvem em prol da sociedade na Amazônia Ocidental, notadamente para aquelas populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social em áreas de difícil acesso e/ou áreas de proteção ambiental e áreas indígenas. Como resultado, 100 % dos entrevistados acreditam que as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, realizam muito bons serviços para esta parcela da sociedade (Figura 72 3C).

No sétimo quesito, buscou-se entender as percepções dos entrevistados sobre questões que envolvem as “novas ameaças” e de que maneiras elas influenciam a tomada de decisão por parte do Comando Militar da Amazônia (CMA), uma vez que o mesmo possui no quadro organizacional quatro brigadas de infantarias especializadas nos estados do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia.

Nesse sentido, foram selecionadas sete opções de resposta (seis objetivas e uma aberta), em que o entrevistado poderia opinar somente em três e/ou responder de forma

subjetiva caso quisesse. Foram observadas percepções diversas, porém a maioria acredita que os crimes transfronteiriços é uma das novas ameaças que mais preocupa o CMA. Em relação às demais, 20% dos entrevistados acreditam ser o tráfico de drogas, seguido pelos crimes transfronteiriços, também com 20 %, e pelos conflitos transfronteiriços e biopirataria, respectivamente, com 10% cada (Figura 72 4D).

Figura 72 - Análise de conteúdo das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

No oitavo quesito foi abordada a questão da organização operacional junto à 1ª Bda Inf SI, considerando-se que o estado de Roraima faz fronteira com dois países (Venezuela e Guayana), possuindo uma linha de fronteira com cerca de 1.922 km, e suas Organizações Militares encontram-se na capital Boa Vista, com exceção dos seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) espacializados em pontos estratégicos ao longo da fronteira. Sendo assim, identificou-se que a maioria dos entrevistados (72 %) acredita que a forma como estão especializadas as unidades militares são muito boas, enquanto que os demais opinaram como média (14 %) e boa (14 %), figura 73 1A.

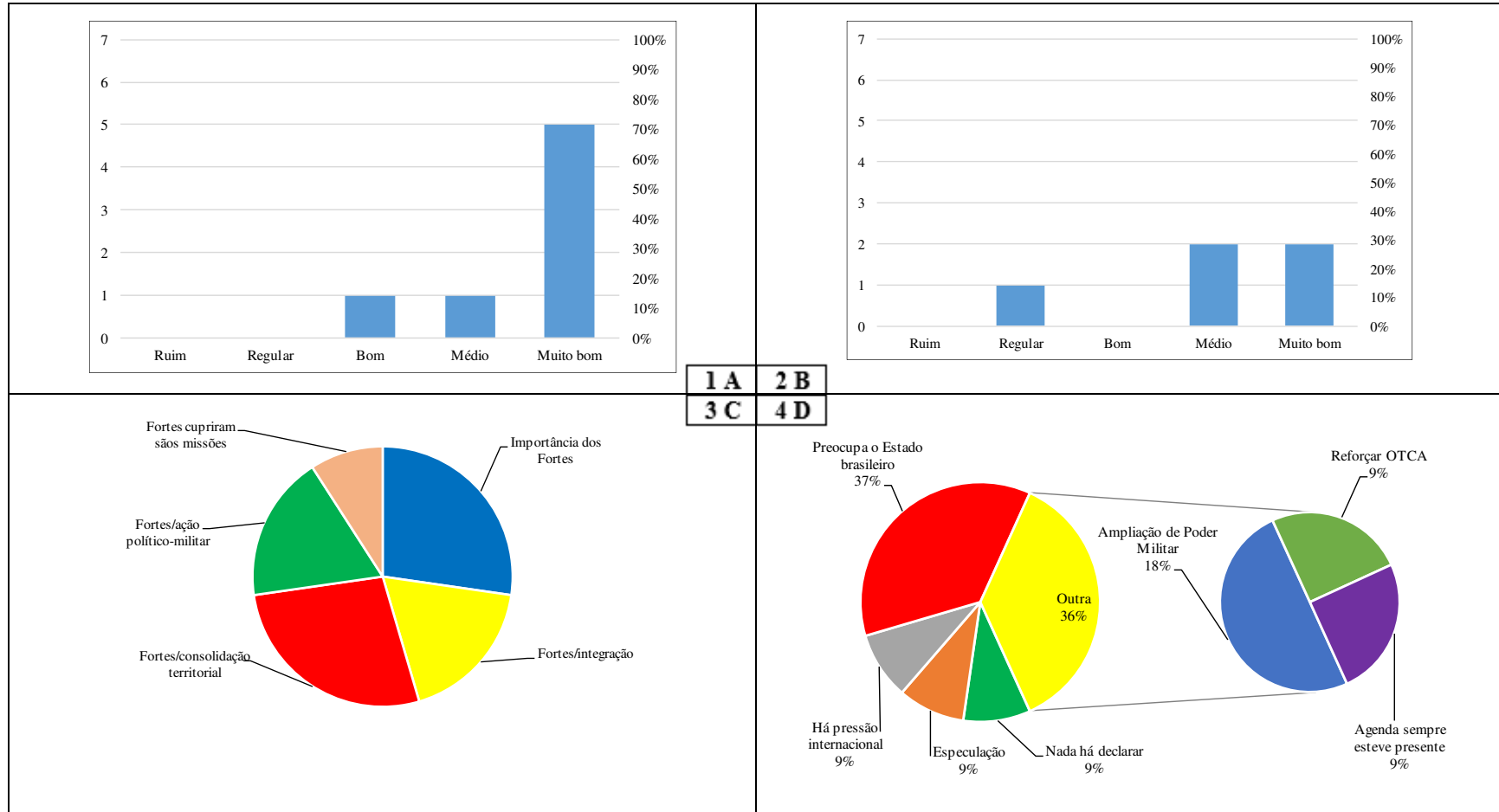
O nono quesito abordou a questão sobre o efetivo de militares em atividade que compõe o quadro organizacional da 1ª Bda Inf SI e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas, em que a maioria dos entrevistados (29 %) considerou como muito bom ou médio, em detrimento aos que opinaram como regular (14 %) o atual efetivo (Figura 73 2B).

O 10º quesito buscou saber a percepção dos entrevistados sobre os vários eventos históricos-militares envolvendo as primeiras viagens e/ou explorações de europeus na Amazônia durante os séculos XVII e XVIII, que desencadeou um processo de militarização europeia por meio das construções de fortes a partir dos quais consolidaram a ocupação e a defesa territorial pelas nações da Europa. Deste modo, teve-se como objetivo identificar qual a percepção deste fenômeno da presença e ocupação militar neste período por meio dos fortes e seus reflexos nos dias atuais. Neste sentido, observou-se pluralidade quanto suas respostas, em que grande parte indicou que a presença dos fortes na Amazônia teve papel fundamental para que ocorresse a ampliação do Poder Militar, desenvolvimento e integração região regional, bem como foram a essência da consolidação do território brasileiro (54 %), figura 73 3C.

O 11º quesito abordou a questão geopolítica que envolve a retórica de internacionalização da Pan-Amazônia (60 % encontra-se em território brasileiro), em que vários são os discursos sobre possíveis ideias de internacionalização da mesma. Neste sentido, a pesquisa buscou saber a percepção dos *stakeholders* sobre esta agenda.

Sendo assim, a maioria dos entrevistados (37 %) indicou que esta questão é uma preocupação eminente para o Estado brasileiro; seguido por aqueles que defendem ampliar o Poder Militar na região (18 %); por aqueles que ressaltaram a existência de pressões exógenas e de que essa agenda sempre esteve presente em discussões internacionais, devendo os estados que compõem a Pan-Amazônia abrir uma agenda para discutir essa temática (9 %); além daqueles que acreditam tratar-se de especulações dos órgãos de imprensa e de Organizações Não Governamentais (9 %), figura 73 4D.

Figura 73 – Análise de conteúdo das entrevistas

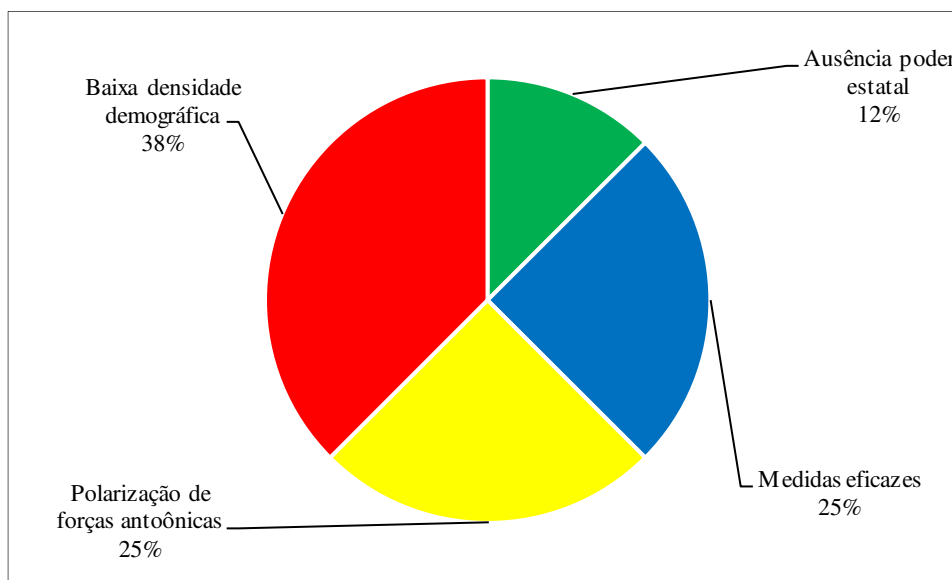


Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

O 12º quesito abordou as questões que envolveram a preocupação do Estado brasileiro com suas fronteiras a partir do final da década de 1930 em que foram criadas várias políticas públicas de defesa, dentre elas a criação do Comando Militar da Amazônia em 1956 e o Projeto Calha Norte em 1985. Nesse sentido, a pesquisa buscou saber a percepção dos entrevistados acerca das possíveis contribuições que tais medidas trouxeram para que ocorresse desenvolvimento, integração, proteção da soberania nacional, bem como para ampliação e fortalecimento do Poder Militar para a Amazônia Legal.

Neste sentido, a maioria dos entrevistados indicou que a baixa densidade demográfica e a escassa presença estatal existentes em regiões fronteiriças foram os fatores que mais corroboraram para que houvesse implantação de políticas públicas de integração, defesa e de desenvolvimento regional para a Amazônia Legal (38 %), bem como daqueles que indicaram que tais medidas foram eficazes para a região (25 %) e medidas assertivas, uma vez que no cenário mundial as questões geopolíticas apontavam para polarização de forças antagônicas ao governo brasileiro (25 %), bem como daqueles que acreditam que os motivos para tais medidas serem implementadas era a ausência de poder estatal nestas regiões com (12 %), figura 74.

Figura 74 - Análise de conteúdo das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

A análise de conteúdo visou identificar a percepção do perfil do Poder Militar por meio de entrevistas semiestructuradas a fim de identificar percepções sobre diversos temas que circundam a geopolítica roraimense, bem como discutir eventuais fenômenos que ora ocorrem no estado e possíveis demandas que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva possua junto a esta porção da Amazônia Setentrional, concomitantemente, ao Comando Militar da Amazônia.

Ao longo da pesquisa se pode observar em diversos momentos a intenção do Estado brasileiro em se fazer presente em áreas de difícil acesso como é caso das fronteiras porosas e suscetíveis à crimes transfronteiriços, principalmente nos estados que compõe a Amazônia Legal a partir da ascensão dos militares ao centro do poder central do Brasil.

De certo modo observou que realmente aconteceu a intensão dos militares em priorizar esta região. Contudo, ao longo da história recente se observa que tal aspiração acontece de modo moroso e pontual em regiões estrategicamente selecionadas com o realocamentos de Unidades Militares de grandes centros urbanos para estados da Amazônia Legal, como foi o caso de Roraima.

A pesquisa apontou que a ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal acontece de forma tímida com pouca presença militar em área fronteiriça, ainda que esta área possua mais de 50 % do território brasileiro. Ficou evidenciado que aconteceu um aumento substancial desde 1985 com transferências e/ou realocamentos de Unidades Militares para a Amazônia Legal. No entanto, majoritariamente, estas unidades militares encontram-se sediadas nas capitais dos estados e pouca ou nenhuma presença em áreas fronteiriças.

De certo modo, entende-se que por motivos diversos a dificuldade de o Exército Brasileiro em ampliar sua presença na Amazônia Legal, uma vez que o Estado brasileiro reproduz a retórica de problemas orçamentários para a implementação de criação e/ou transferências de Unidades Militares para esta área. O Poder Militar na Amazônia Legal por meio de suas seis Brigadas de Infantaria, apresenta-se dispersadas em seis estados (Roraima; Rondônia; Amazonas; Amapá e Pará) sob jurisdição de seus respectivos Comandos Militares de Área.

Sendo assim, percebe-se que certa incongruência entre os vários discursos em priorizar a Amazônia Legal desde da década de 1930 por meio da ampliação de Poder Militar, e a prática exercida pelo o Exército Brasileiro. Recentemente, em fevereiro de 2020, o governo federal reativou a 6ª Divisão de Exército no estado do Rio Grande do Sul, sendo esta responsável pela coordenação de brigadas de infantaria junto ao preparo e emprego operacional em determinado porção do território, ficando evidenciado mais uma vez contradições na reprodução de priorizar a Amazônia Legal, uma vez que esta região não possui nenhuma Divisão de Exército.

Além disso, ficou evidenciado a grande preocupação das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, com o mote das novas ameaças oriundas de fatores exógenos e endógenos que poderá desestabilizar determinadas áreas (Estatal ou não), em especial em áreas de pouca presença estatal. Contudo, percebe-se, no caso particular da 1ª Brigada de Infantaria de Selva,

existir foco principal nas tradicionais ameaças, na defesa da pátria e territorial principalmente, conforme aponta sua missão institucional.

Finalmente, a análise de conteúdo demonstrou, ainda que possuindo limitações quanto à obtenção de dados e de informações junto aos sítios militares visitados, certa simetria nas respostas objetivas, em que os *stakeholders* convergem nas respostas cujo tema permeia assuntos considerados sensíveis, o que poderia ser interpretado por superiores hierárquicos como pensamento divergente e, de certa maneira, colocá-los em situação de observação. No entanto, pôde-se observar que as percepções dos entrevistados convergem com o pensamento da Força Terrestre, em que a maioria fez uso de retórica nacionalista em defesa da pátria em prol de um desenvolvimento de integração regional, notadamente para o estado de Roraima.

9.2.4 Balanço geopolítico das análises de Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

No decorrer do capítulo observou-se um quadro incongruente, permeado por elogios e críticas durante a análise da evolução institucional da 1ª Bda Inf SI, desde sua efetivação no estado de Roraima em 1992, o que permitiu realizar análise de modo diacrônico e prospectivo do seu ciclo de vida por meio de uma intersecção de informações, tanto positivas quanto negativas, de seus ambientes interno e de seu ambiente externo, facultando, assim, uma matriz identificada como análise SWOT, em que estão apreendidas no acrônimo em inglês (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), tanto a análise endógena de Forças e Fraquezas quanto a análise exógena de Ameaças e Oportunidades (Figura 75).

Figura 75 - Matriz SWOT



Fonte: Andrade (2008).

O modelo da matriz SWOT teve sua origem durante a década de 1960, em discussões na escola de administração que começaram a focar nas consonâncias entre as "Forças" e "Fraquezas" de uma organização, sua competência distintiva, e as "Oportunidades" e "Ameaças" (FERNANDES, *et al.*, 2013). É por meio destas quatro variantes que se possibilita ao gestor fazer levantamentos das forças e fraquezas de uma organização, bem como das oportunidades e ameaças do meio de atuação onde opera, assim, “quando os pontos fortes de uma organização estão alinhados com os fatores críticos de sucesso para satisfazer as oportunidades de mercado, a empresa será por certo, competitiva no longo prazo” (RODRIGUES *et al.*, 2005, p.3).

Portanto, como uma ferramenta de análise organizacional a matriz SWOT se torna um instrumento de planejamento estratégico de diversos segmentos, pois as análises de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, que proporcionará ao gestor, ou ao comandante da 1ª Bda Inf SI, no caso específico, como está a organização militar perante as instituições superiores fazendo, assim, que estude o seu comportamento (Figura 76).

Figura 76 - Matriz SWOT da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

	Fatores positivos (forças)	Fatores negativos (fraquezas)
Fatores internos	<ul style="list-style-type: none"> - Confiabilidade institucional; - Ações Cívico-Sociais; - Estrutura organizacional bem delimitada e hierarquizada; - Capacidade de rápida mobilidade; - Pelotões Especiais de Fronteira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Burocracia mecânica e de forte hierarquização; - Demanda reprimida de usuários no Sistema do Fundo de Saúde do Exército; - Viaturas blindadas obsoletas; - Armamentos individuais obsoletos (fuzis Fal/ParaFal); - Incapacidade de ampliação poder de fogo.
Fatores externos	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda positiva junto ao atual governo federal; - Possibilidade de ampliação do Poder Militar; - Aumento de efetivo e de capacidade de combate; - Combate à ilícitos transfronteiriços e a crimes ambientais; - Defesa permanente das fronteiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Déficit do Poder Militar; - Ameaças exógenas; - Número reduzidos de Pelotões Especiais de Fronteira; - Efetivo reduzido; - Reduzido número de Organização Militar no estado.

Fonte: Andrade (2008). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Como fatores positivos (forças) acima elencados da 1ª Bda Inf SI, estes residem, primeiramente, no forte apoio público e nas competências desenvolvidas durante as inúmeras operações ao longo do tempo, promovendo a sensação de segurança, bem nas inúmeras Ações

Cívico-Sociais motivadas pelo apreço à sociedade roraimense, notadamente em áreas de difícil acesso e em áreas institucionais, como as terras indígenas, e quando em operações de reconhecimento de fronteiras.

Outro fator positivo da 1ª Bda Inf SI refere-se a sua estrutura organizacional permeada pelas suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas que possuem um delineamento com grande hierarquização, o que permite maior gerenciamento das atividades emanadas de escalões superiores para os cumprimentos de missões endógenas e exógenas, uma vez que sua estrutura é bem definida e possui capacidade de se fazer presente (mobilidade) por todo o estado de Roraima em rápido intervalo de tempo.

Por fim, a pesquisa identificou como um dos últimos pontos fortes da 1ª Bda Inf SI a presença física dos seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) especializados em diversas localidades do estado de Roraima como forma de presença estatal em áreas de difícil acesso, tendo como finalidade a defesa da soberania, combate aos diversos ilícitos transfronteiriços, bem como o combate aos crimes ambientais e o apoio à população que vive em seu entorno.

Como fatores negativos (fraquezas) da 1ª Bda Inf SI, primeiramente, reside no perfil organizacional de forte hierarquização permeado por uma burocracia mecânica que se reflete numa organização parcialmente estática em termos de mudanças institucionais, permitindo grande rotatividade entre os militares e, conseqüentemente, ocasionando geralmente lapsos em processos administrativos, como também influenciando na possibilidade de acessibilidade de obtenção de informações e/ou de dados quanto à pesquisa científica, com foi o caso específico da presente pesquisa.

Em outro momento foi identificado uma demanda reprimida de usuários no Sistema do Fundo de Saúde do Exército, uma vez que a Guarnição de Boa Vista (todas as Organizações Militares do Exército Brasileiro) possui grande quantidade de usuários, mas possui somente um Posto Médico de Guarnição, ao invés de um hospital, apresentando limitações para suprir as demandas do sistema de saúde, especialmente no que se refere a especialidades médicas.

Ainda como fatores negativos (fraquezas) da 1ª Bda Inf SI, têm-se as viaturas blindadas sobre rodas do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, que se encontram com vida útil avançada e são consideradas como obsoletas, pois, mesmo que se façam manutenções preventivas e/ou sejam repotencializadas, elas apresentam problemas rotineiramente, podendo acarretar em problemas operacionais e estratégicos; como também os armamentos de dotação individual, especificamente de fuzis Fal/ParaFal de fabricação ano de 1964, os quais são usados basicamente por quase todas Unidades Militares do Exército em Boa Vista, podendo também serem considerados como obsoletos.

Por fim, a pesquisa identificou como um dos últimos fatores negativos (fraquezas) da 1ª Bda Inf SI a sua incapacidade de ampliação do poder de combate para a Guarnição de Boa Vista, notadamente quando da transformação de *status* e/ou de criação de novas unidades militares para o estado de Roraima como, por exemplo, na transformação do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado em Regimento de Cavalaria, que poderia triplicar o poder de combate e de fogo desta unidade, bem como a criação de mais Batalhões de Infantaria de Selva, uma vez existir somente um batalhão em Boa Vista.

As oportunidades de melhoria da 1ª Bda Inf SI, primeiramente, residem nas possibilidades de uma agenda de Defesa positiva junto ao atual governo do Presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro, sendo ele próprio oriundo das Forças Armadas e apresentado interesse no estado de Roraima. Com isto, existe a possibilidade de ampliação do Poder Militar para a região com criação e/ou transferências de outras Organizações Militares para a Amazônia Legal, notadamente para o estado de Roraima.

Outro momento de oportunidade de melhoria da 1ª Bda Inf SI vem da possibilidade da transferência do 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel, pertencente ao quadro organizacional da 1ª Bda Inf SI e possuindo sede na cidade de Manaus (AM); com isto aumentaria, tanto o efetivo com cerca de 800 militares quanto o poder de combate por ser considerado uma unidade de ação rápida.

Outra oportunidade de melhoria da 1ª Bda Inf SI reside na possibilidade de melhor aprimorar o combate aos ilícitos transfronteiriços e aos crimes ambientais nas fronteiras do estado de Roraima, notadamente na fronteira entre Brasil-Venezuela/Guyana, pelo fato da intensificação de fiscalização/patrolhas em função da problemática do aumento do fluxo migratório e de fronteiras porosas, desse modo, podendo ampliar e/ou manter-se permanente em pontos estratégicos para coibição de crimes diversos.

Como ameaças à 1ª Bda Inf SI, encontra-se na patente diminuição de efetivo de militares, o que repercute na redução do Poder Militar, comprometendo sua missão institucional pela ausência de uma de suas unidades (1º BIS/Amv) sediada na cidade de Manaus (AM), sendo que esta possui um efetivo de cerca de 800 militares, portanto, reduzindo sua capacidade operacional o que dificultará o combate a possíveis ameaças e de forças exógenas e/ou endógenas.

Noutro momento, as ameaças residem no potencial “déficit do Poder Militar” ocasionado pela ausência de um dos seus dois Batalhões de Infantaria de Selva (1º BIS/Amv), sediados na cidade de Manaus (AM), reduzindo significativamente o efetivo da 1ª Bda Inf SI na cidade de Boa Vista, como também pela ínfima quantidade de Pelotões Especiais de Fronteira

(seis) especializados no estado de Roraima ao longo de suas fronteiras e, principalmente, pela baixa capacidade de reação junto a forças exógenas, tanto em relação ao seu efetivo que é, geralmente, de 66 militares quanto ao seu poder de fogo, em que normalmente os militares são dotados com armamentos individuais..

Ainda no tocante às ameaças da 1ª Bda Inf SI, observou-se reduzido número de Organizações Militares no estado de Roraima, uma vez que existem somente sete unidades militares na cidade de Boa Vista, e somente três são consideradas de nível batalhão, ou seja, possuem efetivo previsto com cerca de 800 militares, enquanto as demais unidades são consideradas de nível subunidades, cujos efetivos são compatíveis a de uma Companhia com média de 200 militares.

Destarte, após as análises estratégicas por meio da matriz SWOT das consonâncias “forças e fraquezas”, “oportunidades e ameaças” da 1ª Bda Inf SI, foram identificados incongruências, principalmente no que concerne a retórica institucional de Estado em priorizar regiões menos adensadas e de fronteiras sensíveis e porosas aos ilícitos diversos, como é o caso do estado de Roraima, uma vez que se constitui como fraquezas um reduzido número de unidades militares, bem como a possibilidade de um “déficit de Poder Militar” pela falta de um de seus dois Batalhões de Infantaria de Selva.

Após as análises estratégicas por meio da matriz SWOT das consonâncias “forças e fraquezas” e “oportunidades e ameaças” da 1ª Bda Inf SI possibilitou a identificação de aspectos do ambiente interno, do qual ela tem pleno domínio para aprender com as oportunidades de melhorias ou para atenuar os efeitos negativos das ameaças que o ambiente externo indica.

Portanto, nesta pesquisa apresentou-se uma branda análise de forma equitativa, nas quais foram identificados aspectos antagônicos permeados por encômios e críticas com a finalidade de apontar possíveis lacunas institucionais junto ao Comando da 1ª Bda Inf SI, bem como apontamentos positivos que corroboram para um funcionamento de excelência junto à sociedade roraimense.

9.2.5 A 1ª Brigada de Infantaria de Selva frente às novas e velhas ameaças

As Forças Armadas do Brasil, desde fim do século passado até os dias atuais, vêm passando por diversas reformulações motivadas por acontecimentos geopolíticos de grande relevância no cenário mundial, com destaque para a Guerra das Malvinas (1982), a democratização na América Latina (década de 1980), o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), bem como o ataque e derrubada das Torres Gêmeas

nos Estados Unidos da América em 2001. Estas abordagens possuem implicações importantes que cabe destacar, pois impactaram diretamente em todo globo e influenciam as novas missões de forças armadas de diversos Estados Nações, inclusive do Brasil.

O conflito entre Argentina e Grã-Bretanha em 1982 explicitou a incapacidade do primeiro e a relação dos Estados Unidos da América com os demais países da região, provocando reflexões para o Brasil sobre a importância dos caminhos da Defesa Nacional, estimulando a criação do Mercado Comum do Sul em 1991. De outro lado, países que possuíam regimes ditatoriais militares na América Latina passaram por processos de democratização, trilhando caminhos distintos na forma de gerir a Defesa em relação ao poder político e à sociedade (KUHLMANN, 2007).

Enquanto a fragmentação da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que daria fim o período da Guerra Fria, causou o desencadeamento de uma nova ordem mundial criando novos arranjos e novos conflitos interestatais e domésticos surgindo novas ameaças reais à segurança internacional, como a questão segurança humana e ambientais, que demandavam ações coletivas de Estados e de novos *stakeholders*, o que proporcionaria um reajustamento das armadas da Europa e dos Estados Unidos da América.

O atentado às Torres Gêmeas do *World Trade Center* nos Estados Unidos da América em 2001 tornaria patente as falhas de segurança nacional, provocando sérias mudanças de postura no combate interestatal naqueles Estados considerados delinquentes (*rogue states*), “que apoiam terroristas e desenvolvem armas de destruição em massa, são alvo de ataques preventivos, quando plausível, para eliminar as possibilidades de ameaça antes mesmo que elas se concretizem” (KUHLMANN, 2007, p. 2).

Diante deste cenário geopolítico de grandes mudanças de paradigmas, as Forças Armadas do Brasil passaram por uma reestruturação na definição de suas missões, notadamente o Exército Brasileiro com a transferência de prioridade da Defesa da região Sul para a região da Amazônia Legal, em que reuniram as “novas e as velhas ameaças”, como no caso quando se verifica missões descritas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva de proteger o Estado brasileiro, prioritariamente Roraima, em destaque a área de fronteira, contribuindo para o desenvolvimento regional, conforme estabelecido em lei (BRASIL, 2019c).

Percebe-se, então, que as velhas ameaças percebidas pelos militares decorrem da proteção territorial, integração regional e os problemas fronteiriços, principalmente no entorno amazônico, bem como as aquelas consideradas como novas ameaças decorrentes de crimes transfronteiriços aliado com o fortalecimento, desenvolvimento da região.

As percepções dos militares frente à agenda de Defesa têm passado por expressivas mudanças no contexto político mundial refletindo regional e nacionalmente na admissão de novos condicionantes, implicando na mudança da independência política e institucional das Forças Armadas dentro de um cenário fundamentalmente dinâmico e saturado de mudanças que surgem e variam de intensidade e de características perante às chamadas novas ameaças (PIERI; SENHORAS, 2011).

A propagação de novas ameaças amplia os debates sobre os temas de Segurança e de Defesa Nacional e reavalia o papel destas forças promovendo o surgimento de diferentes abordagens de análise do objeto em cada área do globo. Sendo assim, consideram-se como Novas Ameaças os temas considerados pelas potências ocidentais como foi após o fim do mundo bipolar:

Novas ameaças à segurança internacional após o fim da União Soviética – narcotráfico, terrorismo, crime organizado transnacional, tráfico de armas, devastação ambiental, corridas armamentistas regionais, conflitos étnicos, correntes migratórias internacionais, desrespeito aos direitos humanos e proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas de destruição em massa – consolidavam a substituição do conflito Leste-Oeste pelas tensões Norte-Sul (MARQUES, 2003, p. 69).

Segundo Piletti (2008), o conceito de “novas ameaças” abrange uma diversidade de atividades, dentre elas o terrorismo e o crime organizado em geral, podendo eventualmente estender-se para questões relacionadas aos movimentos sociais, à migração internacional (demandada crescente no estado de Roraima), bem como aos direitos humanos e ao meio ambiente, entre outras, as quais representam um grande risco para os Estados Nacionais.

Em determinados conflitos tradicionais consideravam-se óbvias as delimitações espaciais e temporais, com objetivos claros e inimigos identificáveis. Com o surgimento das “Novas ameaças”, sob outra perspectiva, são múltiplas e difusas suas ações, sendo capaz de anunciar-se em qualquer lugar e a qualquer hora, seja em ambiente interno quanto em ambiente externo dos Estados, pois, quando o inimigo passa a ser conceito abstrato ou conjunto de práticas, como, por exemplo, o terrorismo, apresentam-se em qualquer lugar e a qualquer hora, sendo cada vez mais indeterminado seus limites territoriais e espaciais, dificultando ações preventivas e repressivas por agentes de segurança (PILETTI, 2008).

No contexto sul-americano, de acordo com Rossi (2006), questão que traz grande preocupação nesta região é o narcotráfico seguido do terrorismo, o tráfico de armas, a guerrilha e os grupos subversivos, o crime organizado, os problemas sociais e o meio ambiente. Dentre estas ameaças, o narcotráfico, inicialmente era considerado problema doméstico, ameaçando a

integridade de Estados sul-americanos, devendo ser combatido inclusive com as Forças Armadas adaptadas às novas funções.

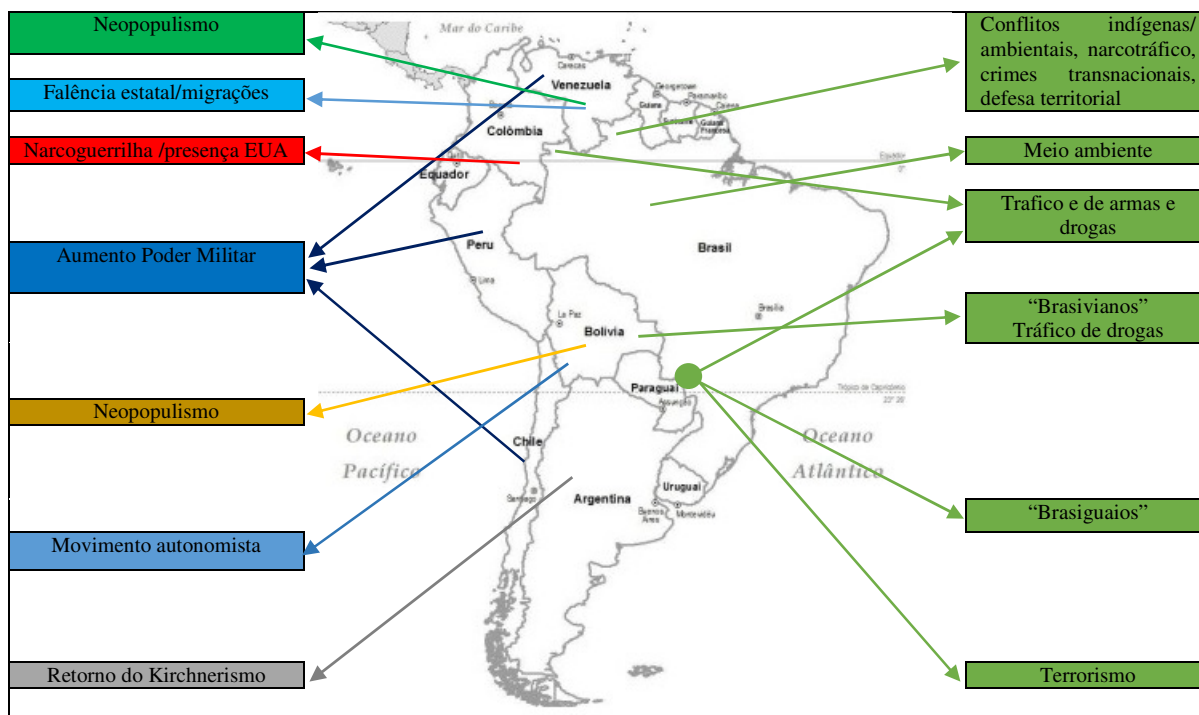
No que concerne o plano das ameaças tradicionais ou “velhas ameaças”, Senhoras, *et al.*, (2018) anotam que historicamente os conflitos apresentam-se num contexto entre Estados-Nações estando explícito o uso claro das suas Forças Armadas em conflitos interestaduais, cuja finalidade é garantir a Defesa Nacional das fronteiras e da soberania, uma vez que a percepção de insegurança era internacional, acontecida por meio de ameaças fronteiriças ou interestatais. Kajibanga (2016) afirma que a patente preocupação dos Estados em relação a sua Defesa Nacional, uma vez que continuamente esteve centrada nas ameaças oriundas de outros Estados bem como ameaças no interior de seu território.

Neste contexto entre “velhas e novas ameaças”, a atual conjuntura da Força Terrestre tem se adaptado e se especializado em diversas missões alheias àquelas de defesa da pátria e manutenção da soberania, ao ponto de se afirmar que esta força não se prepara unicamente para possíveis conflitos tradicionais e interestatais. Seu emprego ao longo do tempo tem passado por uma acentuada inflexão à medida que os perfis das ameaças têm mudado de percepções, de uma visão tradicional de conflitos bélicos interestatais para aquelas cujas percepções vocacionadas “por uma puridade de temas, atores e escalas espaciais, (novas ameaças), o que tornou cada vez mais complexa a definição do uso da força para assuntos de Defesa Nacional (Forças Armadas) e para a Segurança Pública (Polícia)” (SENHORAS *et al.*, 2018, p. 3).

A integração regional da América do Sul pode ser considerada uma utopia, notadamente quando se trata de Segurança e Defesa de seus condôminos, o que representa um desafio estratégico para convergência em um padrão de integração regional nesta região, como propunha Matos (1980), de maior proteção de soberanias nacionais, como parte de geopolítica protecionista dos países que compõem a Pan-Amazônia, numa tentativa de proteção de possíveis armadilhas político-militares de potências econômicas e militares não amazônicas, o que o levou a aceitação do Tratado de Cooperação Amazônica.

A recorrência de temas sobre “velhas e novas ameaças”, desde conflitos internos como as narcoguerrilhas na Colômbia e recentemente na Venezuela, surgem por quase todo subcontinente, principalmente permeado pelas: “polarizações ideológicas com a difusão do neopopulismo do socialismo bolivariano e o movimento rearmamentista regional, até questões variadas como o crime organizado, grupos insurgentes e terroristas, o movimento emancipacionista na Bolívia” (SENHORAS, 2011, p. 38), bem como por eventuais radicalizações de movimentos socioambientais e indigenistas (Figura 77).

Figura 77 – Temas tradicionais e novas ameaças na América do Sul



Fonte: Oliveira (2007). Adaptação própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

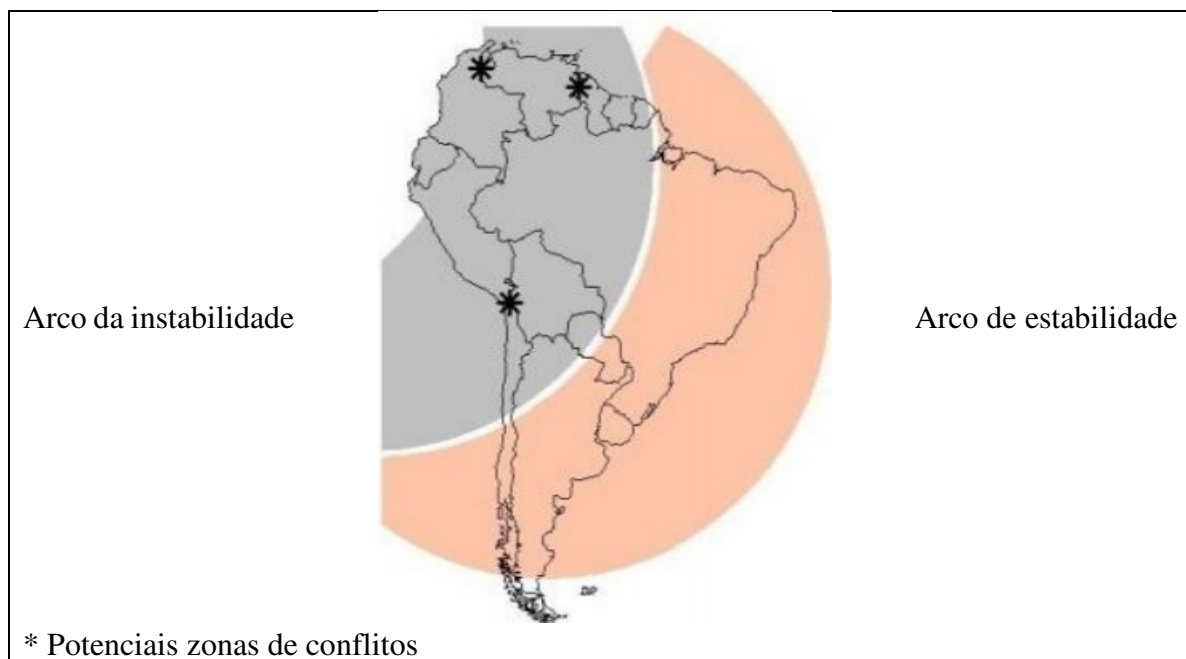
No que concerne ao estado de Roraima, que se encontra em uma zona de relativa instabilidade (Figura 78), está permeado por conflitos domésticos, intermésticos e externos, notadamente por ameaças tradicionais, como por exemplo pela Venezuela, motivada por conta da sua valência estatal³¹, além da região do Essequibo,³² motivado por disputa territorial entre Venezuela e Guayana, sob diferentes níveis de influências endógenas e exógenas que poderá afetar tanto na segurança quanto na defesa territorial do Brasil. Portanto, há necessidade de maior cooperação entre os Estados Nacionais a fim de manter-se a harmonia na região.

No que concerne a questão do Essequibo, Silva (2007) anota que existe um cenário de instabilidade nesta região pelo fato da possibilidade de implantação de um regime socialista nas regiões entre o Caribe e América Latina, o que poderia influenciar diretamente na fronteira norte do Brasil motivadas por disputas territoriais, notadamente entre a Venezuela e Guayana motivada pela conjuntura política e ideológica do período da “Guerra Fria”, tendo como episódio central a independência da Guayana em 1966 .

³¹ Na literatura entende o fracasso estatal como a falta de capacidade institucional para desempenhar funções básicas (FUKUYAMA, 2004).

³² Região em disputa territorial entre Venezuela e Guayana, área compreendida entre o Rio Essequibo e a divisa tradicional entre Guayana e Venezuela. Dispõe de uma série de recursos naturais, como ouro, bauxita, urânio, potencial hidrelétrico e, em seu oceano próximo, petróleo (NETO, 2012).

Figura 78 – Arcos da estabilidade e de instabilidade na América do Sul



* Potenciais zonas de conflitos
 Fonte: Medeiros Neto (2005). Adaptação própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

No caso específico da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, a pesquisa analisou cenários de atuações de emprego operacional perante as “velhas e novas ameaças” dentro de perspectivas de conflitos de três tipos de níveis distintos: o doméstico (ameaças internas, inimigos que perturbam a ordem soberana do estado dentro de seu próprio território, como movimento separatista, guerrilheiros, etc.); o externo (ameaça interestadual, Estado versus Estados, visão tradicional das Forças Armadas na defesa contra investidas de outros países) e o interméstico (ameaças transnacionais circunscritas nacionalmente e compartilhadas de modo transfronteiriços entre diferentes países vizinhos).

No contexto do nível doméstico, as Forças Armadas do Brasil vêm sendo empregadas em diferentes momentos e em distintos estados do Brasil por meio do dispositivo constitucional de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), prevista na Constituição Federal de 1988, quando ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública em graves situações de perturbação da ordem. Neste caso, o Presidente da República do Brasil fez uso deste dispositivo por 138 vezes no período desde 1992 até 2019 no cumprimento de diversas missões. No caso de Roraima, seu emprego ocorreu por seis vezes em momentos distintos por meio da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Quadro 28).

Quadro 28 - Histórico de Operações de Garantia da Lei e da Ordem no estado de Roraima

Período		Operação	Local	Missão
Início	Fim			
abr/06	abr/06	Surumu	Surumu	Contribuir com os órgãos governamentais para a segurança pública no Estado de Roraima.
ago/18	set/18	Tucuxi	Faixa de Fronteira norte e leste e rodovias federais do estado de Roraima	Contribuir para a maior eficiência e segurança das atividades dos órgãos federais.
out/18	mar/19	Tucuxi II	estado de Roraima	Contribuir para proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados.
fev/19	mar/19	A tranca forte	estados do rio Grande do Norte e de Roraima	Proteção do perímetro de segurança das penitenciárias federais em Mossoró e em Porto Velho.
ago/19	out/19	Verde Brasil	Áreas de fronteira, terras indígenas e Unidades Federais de conservação ambiental da área compreendida pela Amazônia Legal; área da Amazônia Legal dos estados de Roraima, dentre outros	Realização de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, e na execução de atribuições subsidiárias, mormente no levantamento e no combate a focos de incêndio.

Fonte: Brasil (2019dd). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

No contexto de níveis externos, são aqueles de ameaças interestaduais, ou seja, Estado *versus* Estados dentro de uma perspectiva mais tradicional, em que as Forças Armadas são empregadas na defesa territorial e da soberania nacional contra investidas de outros Estados. Neste caso, várias são as variáveis que a 1ª Bda Inf SI deverá levar em consideração, notadamente sobre o Poder de combate de agentes exógenos dentro de uma perspectiva de tentativa agressiva junto ao Brasil.

Em um caso concreto, tem-se a atual situação da Venezuela (fronteira com o Brasil) que se encontra em situação de falência estatal, o que desencadeou um processo migratório sem procedência para diversos países, principalmente pela falta de controle de sua população, desencadeando migrações em massa, esfacelamento de parte de suas forças de segurança, dentre outras. Esta instabilidade trouxe sérios problemas para o estado de Roraima, principalmente por

conta de seus impactos humanitários que têm levado um grande número de venezuelanos a buscar refúgio em Roraima.

No que concerne à Defesa, *a priori*, as posições ideológicas e antagônicas dos atuais líderes entre Brasil e Venezuela, ainda que o governo brasileiro não reconheça autoridade governamental do atual governo venezuelano, traz inquietações de instabilidade interestatal, além da contenciosa questão do Essequibo, sendo este caracterizado por oscilações em seu *status*, que varia de estável para instável. Esta situação cíclica é considerada como área instável devido à proximidade com o Brasil, notadamente com Roraima, podendo acarretar tensões entre os Estados envolvidos (AGUIAR, 2016).

No cenário acima mencionado, de possíveis agressões entre Estados Nacionais (ameaça tradicional), num primeiro momento a possibilidade de emprego da 1ª Bda Inf SI tende a ser eminente e involuntária. Contudo, acredita-se que sua utilização seria contundente, pela capacidade de mobilização e de logística que a Força Terrestre possui em se fazer presente em todo território nacional em curto espaço de tempo. É possível que este cenário só se concretizasse se houvesse por parte do governo brasileiro informações reais sobre possíveis agressões entre os Estados.

Em situação de agressão ao Estado brasileiro (em Roraima por exemplo) por parte da Venezuela de forma pontual e inesperada, julga-se que a 1ª Bda Inf SI possui limitações no que concerne ao Poder Militar *in loco* nas fronteiras, uma vez que possui somente um Pelotão Especial de Fronteira (PEF), cuja efetivo circunda em torno de 66 militares em sua capacidade máxima em detrimento ao país vizinho, que possui efetivo superior, além de uma unidade de dotação de blindados sobre rodas (5145º Escamoto cuja localização fica cerca de 12 km da fronteira entre os países) o que supostamente tende a superioridade bélica e maior capacidade de força frente ao pelotão do Brasil.

A ausência de um de seus dois Batalhões de Infantaria de Selva (1º BIS/Amv) com sede na cidade de Manaus (AM), corrobora com o déficit de poder operacional da 1ª Bda Inf SI frente aos combates de diversos tipos de ilícitos transfronteiriços, uma vez que este batalhão possui efetivo de cerca de 800 militares. Contudo, frente a estas variáveis de novas e velhas ameaças, observa-se que a 1ª Bda Inf SI possui capacidade de enfrentamento.

Quanto às novas ameaças que tornam cada vez mais complexas seus encontros num ambiente cujos cenários enludem rapidamente, inclusive de atores não estatais. Na América do Sul mantem-se um ambiente de cooperação com seu entorno regional, embora “persistir um crônico subdesenvolvimento, demandas sociais não atendidas e a prática comum

de ilícitos transnacionais que podem transbordar conflitos em uma região de abundantes recursos naturais. (BRASIL, 2013, p. 8).

Neste contexto de novas ameaças e de possível intervenções estatal o emprego por parte da 1ª Bda Inf SI no estado de Roraima, faz-se necessário analisar suas características sob a ótica de cenários de operações de sua capacidade de força de ação e reação por meio do emprego das seguintes características: flexibilidade, adaptabilidade e elasticidade.

A flexibilidade é a característica de uma força que dispõe de estruturas com mínima rigidez preestabelecida, possibilitando seu ajustamento às suas singularidades durante a atuação de emprego, considerados os fatores da decisão, facultando ao comandante maior número de opções para reorganizar os elementos de combate em estruturas temporárias, com o cômodo suporte logístico (BRASIL, 2013).

A flexibilidade possui conotação de versatilidade com que se substitui a presença pela capacidade de se fazer presente em determinados ambiente em curto espaço de tempo. Neste particular, a 1ª Bda Inf SI tem suas limitações em virtude de possuir somente viaturas sobre rodas para seus deslocamentos para áreas distantes da sede de Boa Vista, fazendo-se necessário o apoio direto da Força Área Brasileira por meio de aeronaves, caso seja necessário.

A adaptabilidade é a capacidade de uma força de ajusta-se às constantes evoluções do ambiente operacional e de tomar decisões mais adequadas aos problemas militares que lhes apresentam, o que possibilitará rápido ajustamento às mudanças nas condicionantes durante o emprego em qualquer cenário de conflito e/ou não (BRASIL, 2013). No caso da 1ª Bda Inf SI, esta possui fácil adaptabilidade em condições inóspitas ou não, uma vez que grande parte do seu efetivo é de militares nativos; nos demais casos, os militares passam por treinamento em cenários diversos para que possam se adaptar antes de serem empregados nas diversas atividades.

Por fim, a elasticidade é a capacidade de se aumentar rapidamente o dimensionamento de forças militares em dadas situações que o exigirem, mobilizando, em grande escala, os recursos humanos e materiais do Estado, exigindo, portanto, a construção de força de reserva, mobilizável de acordo com as circunstâncias, bem como a possibilidade de integração das Forças Armadas com a Nação (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a 1ª Bda Inf SI possui um rigoroso controle de suas forças de reservas a partir do serviço militar obrigatório que anualmente são atualizados na medida em que ocorrem as incorporações e concomitante licenciamento de militares temporários nas diferentes Organizações Militares Diretamente Subornadas.

As análises das características da 1ª Bda Inf SI sob as perspectivas de condução em operações no amplo espectro geram capacidades em seus elementos de emprego, observando-se sua flexibilidade, adaptabilidade e elasticidade em cenários intra e/ou interestatal, apontando para uma série de limitações, notadamente para novas ameaças que necessitam de melhores condições, tanto de pessoal quanto para equipamentos tecnológicos que possam corroborar em ações preventivas e coercitivas.

Nesse ínterim, observa-se que a 1ª Bda Inf SI possui capacidade de enfrentamento, notadamente para ameaças tradicionais que atentem contra o Estado em determinado espaço e tempo, bem como para as questões do controle da fronteira (contrabando de armas, drogas, madeira, dentre outros), ainda que em uma eventual guerra assimétrica, com inimigo em superioridade de forças; por isto, se utilizam da estratégia da resistência” (KUHLMANN, 2007).

Ademais, a situação geopolítica do estado de Roraima junto a Amazônia Setentrional é tema de destaque para o Estado brasileiro, uma vez que possui ampla área de fronteira entre dois Estados Nacionais, com pouca ou nenhuma presença estatal em áreas suscetíveis aos diversos tipos de ilícitos transnacionais derivados das velhas e novas ameaças, ainda que a presença da 1ª Bda Inf SI seja inócua, notadamente pelo déficit de poder operacional de unidades militares.

9.2.6. Considerações parciais

O presente capítulo realizou uma análise geopolítica militar sobre a 1ª Brigada de Infantaria de Selva sob uma ótica geográfica, bem como analisou sua estrutura organizacional e suas territorialidades e espacializações ao longo de seu ciclo de vida até sua conformação na cidade de Boa Vista (RR) em 1992, além realizar apontamentos sobre seu ambiente interno e externo por meio da matriz SWOT.

A brigada permeou por várias territorialidades partindo do estado do Rio de Janeiro até sua fixação em Roraima baseado na reestruturação do Exército Brasileiro, o que corroborou com a tese de descentralização de grandes centros urbanos e a fixação de Organizações Militares em outras em regiões de menor adensamento populacional, notadamente regiões fronteiriças da Amazônia Legal.

Após realizar mapeamentos das espacializações das brigadas de infantaria em território nacional ficou evidenciado a disparidade entre Poderes Militares com concentração em regiões historicamente de maior adensamento populacional, o que de certo modo contradiz a retórica

do Estado brasileiro em priorizar a Amazônia Brasileira, a começar pelas Divisões de Exército onde todas se concentram nas regiões Sul e Sudeste, enquanto a região amazônica tem somente seis brigadas entre as 20 existentes no Brasil.

No que concerne à estrutura organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, esta foi identificada por um perfil de combinação híbrida permeada por uma burocracia mecânica em razão de padronização (rotinas) dos processos descentralizados, tanto horizontalmente quanto verticalmente, e de uma forte hierarquização em seus quadros e serviços, bem como por possuir imagem projetada como um sistema fechado de máquinas e sistema aberto de governo.

Portanto, durante as análises do ambiente interno e externo da 1ª Brigada de Infantaria de Selva realizadas por meio de suas forças e fraquezas, oportunidades de melhorias e ameaças, oportunizou-se fazer alguns diagnósticos e apontamentos de maneira pontual e específica com base na literatura e conhecimento empírico, evidenciando-se as fragilidades, notadamente no que se refere às novas ameaças, o que denota a necessidade de maior interação entre as agências estatal e/ou interestatal, bem como foram identificadas potencialidades, principalmente por meio de seus integrantes e sua capacidade de rápida mobilidade em áreas distintas do estado de Roraima.

10 CONCLUSÕES

Como etapa final do presente trabalho, que combinou estudos geohistóricos numa perspectiva geopolítica-militar bem como apontamentos da espacialização do Exército Brasileiro no estado de Roraima no período de 1992 a 2018, compatibilizando com análises sistemáticas de literatura de caráter bibliométrico e um estudo do estado da arte numa perspectiva sobre a Amazônia e suas subdivisões.

A presente dissertação de mestrado apresenta-se com um arcabouço importante junto à comunidade científica na qual foram realizadas uma série de análises, mapeamentos e de revisões bibliográficas acerca de temas relevantes derivados em primeiro momento sobre a historiografia da Amazônia permeada por acontecimentos geohistóricos e geopolíticos militares por meio de expedições comerciais e/ou exploratórios de indígenas na região, além de apontamentos das suas subdivisões até a conformação do território brasileiro.

A utilização de uma revisão sistemática e integrativa como instrumento metodológico possibilitou a pesquisa, em sua grande parte, realizar um estudo que permitiu alcançar maior objetividade, uma vez que os processos de seleção de textos são normalmente subjetivos e aleatórios conforme são os tradicionais estudos assentados apenas em revisão bibliográfica e documental, sendo possível reunir e sistematizar achados de estudo realizados de pesquisadores mais assertivo.

A utilização da plataforma *Google Scholar*, sendo esta possuidora de ampla capacidade de filtragem no universo de publicações científicas, bem como de agrupar as principais obras disponíveis num único sistema de pesquisa com amostragem qualitativa, além de identificação quantitativa, permitiu a pesquisa realizar comparações por anos e *ranking* de citações, o que derivou em diversos quadros e gráficos temáticos admitindo fazer análises objetivas e assertivas acerca do tema proposto na pesquisa.

Destarte, a pesquisa apresentou como elemento derradeiro um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que proporcionou uma rica contribuição de conteúdo sob uma perspectiva geopolítica militar por meio de hermenêutica geográfica de modo normativo e empírico. Por conseguinte, será apresentada por meio de sínteses das principais discussões dos capítulos na dissertação, além dos resultados e pontuais sugestões para futuras pesquisa, ao final, serem apresentadas as conclusões.

No primeiro capítulo, intitulado de *Mapeamento conceitual dos estudos sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica*, realizou-se uma análise sistemática e integrativa dos estudos, finalizando-se com um estudo do estado da arte sobre os conceitos de

Geografia Política e de Geopolítica em três idiomas: português, espanhol e inglês referente ao período de 1980 a 2017, em que se apontou para existência de uma Geografia complexa independente de correntes de pensamento acadêmico, construída a partir de diversas leituras possíveis e plurais.

A partir da análise do estudo do estado da arte das publicações sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica, foi possível fazer a identificação de categorias temáticas, com apontamentos para o entendimento de um perfil eclético de produções científicas e uso ambíguo dos conceitos suscitados caracterizados por uma Geografia com saberes complexos. O uso da revisão integrativa como instrumento metodológico de levantamento de dados para estudos acadêmicos foi fundamental para a pesquisa uma vez que proporcionou mapeamentos do campo científico, respaldado por critérios de inclusão e exclusão, permitindo, assim, uma filtragem comparativa daqueles quadros centrais para uma revisão bibliográfica e documental mais assertiva.

No segundo capítulo, intitulado de *Óticas geográficas sobre os conceitos de Geografia Política e de Geopolítica sobre a Amazônia*, realizou-se um levantamento bibliométrico quali-quantitativo dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica numa perspectiva para a Amazônia e suas subdivisões, dentro de um contexto geohistórico sob o prisma de uma hermenêutica geográfica, com a finalidade de identificar o ciclo de vida e a caracterização dos perfis das produções científicas mais recorrentes de acordo com estudo do estado da arte baseado em três recortes temporais pré-estabelecidos.

A análise apresentou uma visão holística e plural sobre o uso ambíguo dos conceitos ora discutidos. Por outro lado, o capítulo evidenciou acontecimentos geohistóricos e do pensamento geopolítico de autores sob a perspectiva da Amazônia e suas subdivisões (Pan-amazônia/internacional, Amazônia Caribenha, Amazônia Legal e Amazônia Setentrional), as quais passaram por transformações sob forças endógenas (horizontais) e exógenas (verticais), bem como apresentou a evolução geohistórica e socioespacial do estado de Roraima a partir de quatro ciclos de vidas desde século XVII até atual conformação territorial.

No terceiro capítulo, intitulado de *Geopolítica sob o prisma militar da Amazônia (séculos XV ao XXI)*, apresentou-se uma ampla e resumida análise dos processos exploratórios da Amazônia a partir da segunda metade do século XV até os dias atuais, sob o olhar geopolítico-militar, por meio de uma visão holística e da perspectiva de múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações ocorridas na região, decorrentes de inúmeras expedições comerciais, expansionistas e/ou exploratórias através de ações de europeização.

No capítulo também se realizou um resgate historiográfico acerca da consolidação geopolítica portuguesa na Amazônia, onde foram utilizadas fortificações militares como processo colonizador além de servir para sua atividade-fim, neste caso, a defesa e presença militar para garantir a posse do território na Amazônia. Além disso, apresentou o ciclo de vida da evolução e ampliação do Poder Militar no estado de Roraima a partir do Forte São Joaquim do rio Branco, que daria início a um novo ciclo militar por meio do Exército Brasileiro numa perspectiva de uma geopolítica expansionista e integradora.

No quarto capítulo, intitulado de *O Poder Militar da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no contexto geopolítico da Amazônia Setentrional 1992-2018*, apresentou-se uma análise geopolítica militar das brigadas de infantaria especializadas em território nacional, com ênfase na 1ª Brigada de Infantaria de Selva sediada na cidade de Boa Vista, na qual se evidenciou seu desenho de força, suas territorialidades e dimensões organizacionais, o que derivou em análise diacrônica de seu ambiente interno, permeados pelas forças e fraquezas, bem como pelas oportunidades de melhorias do ambiente externo.

Ainda neste capítulo, a pesquisa contribuiu com a confecção de mapeamento das Organizações Militares existentes no estado de Roraima, bem como elencou os principais temas tradicionais que ora circundam o contexto da América do Sul com foco para o estado de Roraima. Além disto, a pesquisa evidenciou uma zona que possui relativa instabilidade, sendo permeada por conflitos domésticos, intermésticos e externos que circundam o estado de Roraima.

A pesquisa apresentou uma série de resultados relevantes para o incremento regional e local, já que se produziu um estudo inédito sobre a temática de abordagem nacional e holística a respeito de temas centrais sobre Defesa Nacional focalizados regionalmente, notadamente sobre a evolução geohistórica da presença do Exército Brasileiro no estado de Roraima. Sendo assim, espera-se que os resultados sirvam de alicerce para futuras políticas públicas locais como também possibilitem oportunidades de melhorias. Portanto, baseando-se neste tema como foco de discussão, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos os quais obedeceram a um encadeamento lógico em que foi possível extrair dez resultados:

Primeiramente, após a análise integrativa e sistemática dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas português, espanhol e inglês, verificou-se que as evoluções do ciclo de vida das produções científicas possuem padrões distintos entre ambos os conceitos, mas com padrão inicial de crescimento simétrico nas pesquisas referentes aos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica nos idiomas português e espanhol, e um padrão de crescimento ascendente e assimétrico no idioma inglês para ambos os conceitos. Contudo,

para ambos idiomas se verificou tendência multidisciplinar nas produções do universo de 33.073 textos.

Além disso, foi possível realizar ciclos de vidas comparativos das produções científicas em cenários distintos após identificação das 100 produções mais ranqueadas dentre as 33.073 selecionadas, com identificação de núcleos de produções nacionais e internacionais, bem como realizar marcos de periodizações dos conceitos de Geografia Política e de Geopolítica por meio de mapeamentos de campos científicos à luz da identificação do que é o estado da arte pela comunidade científica, respaldado por critérios de inclusão e exclusão, permitindo, assim, uma filtragem comparativa daqueles quadros centrais para uma revisão bibliográfica e documental mais assertiva.

Como segundo resultado, foi possível identificar um núcleo ontológico dos 15 pesquisadores mais ranqueados da Ciência Geográfica, sendo estes exclusivamente da área de geografia e que possuem em suas discussões as subáreas da Geografia Política, Geopolítica e/ou ambas as áreas, por meio de eixos temáticos de uma agenda híbrida de áreas do conhecimento, o que permitiu identificar as frequências dos autores entre as 25 mais ranqueados, bem como na identificação de categorias temáticas do estado da arte sobre ambos os conceitos, em que foram identificados 15 núcleos ontológicos.

Desse modo, o segundo resultado culminou na apresentação de um quadro síntese da revisão sistemática e integrativa das 15 obras mais ranqueadas por meio de uma dupla filtragem com critérios inclusivos (texto mais citados perante o estado da arte) e com critérios exclusivos ou de corte qualitativo (textos de autores exclusivamente da área de Geografia), com identificação híbrida junto a um núcleo ontológico de discurso polarizado entre nacionalista e reflexivistas, em que em sua maioria é de natureza científica descrita e normativa e/ou prescritiva, bem como permeados por foco de espacialização e de periodização e de procedimentos metodológicos de análise e de levantamento de dados.

Como terceiro resultado, o presente trabalho apontou como sendo inovador na sua construção e na abordagem ao trabalhar com análise sistemática e integrativa do estado da arte de modo objetivo, com base em critérios bibliométricos quali-quantitativo no âmbito das Ciências Humanas, não apenas na Geografia, mas, especificamente, nas discussões dos subcampos de Geografia Política e de Geopolítica dentro de um contexto amazônico e suas subdivisões.

Nesse quesito, ressalva-se que a abordagem permitiu saber de modo objetivo, com emprego combinado dos procedimentos metodológicos de revisão integrativa seguido por uma seleção mais restrita de revisão bibliográfica e documental, sobre os conceitos de Geografia

Política e de Geopolítica com enfoque para produções científicas de temas voltados para a Amazônia Legal.

Como quarto resultado, a pesquisa trouxe um novo mapeamento das fortificações militares instaladas durante o processo de exploração e/ou das expedições de europeus na Amazônia durante os séculos XVI ao XIX. Estes resultados foram obtidos durante trabalho de campo junto ao Comando Militar da Amazônia na cidade de Manaus, onde se obteve dados e informações necessários para que fosse possível construir o referido mapa, ainda que na literatura se encontrem mapas desta natureza embora com baixa quantidade de fortificações georreferenciadas, diferentemente do que foi apresentado.

Nesse sentido, o mapa das fortificações surge como uma inovação a ser incrementada no meio acadêmico, pois se acredita que se constitui como o mais condizente à realidade e em relação à literatura, ainda que de alguma forma possa ser aprimorado do ponto de vista temático e/ou da forma que se julgue necessário, pois, surge como uma importante contribuição geohistórica, geopolítica e militar, em que se teve como base o trabalho de campo durante as visitas nos sítios militares.

Como quinto resultado, a pesquisa trouxe um arcabouço que envolveu questões geohistóricas sobre a Amazônia, com base em uma rica leitura sobre a Amazônia Caribenha derivada da literatura holandesa relativamente conhecida no Brasil, de modo que o trabalho contribui com o pioneirismo do trabalho desenvolvido pelo professor Reginaldo Gomes de Oliveira, do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima. O olhar trazido na presente pesquisa sobre Amazônia Caribenha corrobora na assertiva trazida pela historiografia das observações e estudos de viajantes além de outras fontes que o professor Reginaldo traz em suas pesquisas ao longo de anos de pesquisas, uma vez que estudos desta natureza são rarefeitos.

Como sexto resultado, o trabalho se apresenta como sendo um dos primeiros que trouxe uma discussão geopolítica sobre questões que envolvem o Poder Militar no estado de Roraima (embora existam trabalhos que discutem esta temática em tempos passados, contudo, pouco se sabe do seu incremento), por meio de um trabalho de campo que envolveu vários *stakeholders* de diversos sítios militares, entrevistas semiestruturadas, coleta de dados e de informações; além de contribuir para a composição de um acervo iconográfico, quer seja de mapas, quer seja fotográfico. A obtenção de dados, informações, além de compor um acervo iconográfico, constitui também como um resultado que deverá ser levando em consideração, haja vista ser avaliado como um novo produto conformado durante a construção da presente dissertação.

Ainda como sexto resultado, a pesquisa também apresentou a evolução geohistórica do Poder Militar no contexto do estado de Roraima, partindo de uma análise ampliada de acontecimentos geohistóricos e geopolítico-militares que permearam a europeização na Amazônia até as instalações de fortificações militares na região, o que desencadeou um longo processo de exploração indígena até a conformação do Estado brasileiro.

A pesquisa trouxe um arcabouço cronológico acerca da ampliação do Poder Militar para o estado de Roraima com ênfase no Exército Brasileiro a partir da criação e desativação do Forte São Joaquim do rio Branco, dando início a um longo e lento processo de aumento da presença e ocupação militar no então vale do rio Branco, por meio de políticas públicas de defesa, integração e desenvolvimentista para a região mais setentrional do Brasil, culminando com a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (objeto de estudo) em 1992.

Como sétimo resultado, a pesquisa trouxe como contribuição científica um estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada na cidade de Boa Vista (RR) e sendo a representação do Exército Brasileiro no estado de Roraima, por meio de uma análise de estudo geopolítico do Poder Militar e análise da dinâmica de sua conformação como organização, até se chegar a um *design* estrutural e organizacional.

Além disso, a pesquisa traz um amplo e plural arcabouço de mapeamento das brigadas de infantaria especializadas em território nacional, bem como aponta uma composição de desenho de força das Brigadas de Infantaria de Selva por toda a Amazônia Legal, com foco para a Amazônia Setentrional sob uma perspectiva de hermenêutica geográfica (interpretação) das especializações das Brigadas de Infantaria de Selva.

O oitavo resultado consiste na elaboração e diagnóstico da matriz SWOT que possibilitou na identificação de análise endógena de Forças e Fraquezas bem como análise exógena de Ameaças e Oportunidades, possibilitando realizar apontamentos das variáveis como instrumento de planejamento estratégico que permite ao Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva fazer autoanálise por meio do comportamento organizacional.

Durante a análise SWOT foi possível identificar, inicialmente, cinco variáveis de Forças e Fraquezas, de Ameaças e Oportunidades de melhoria, o possibilitou o encadeamento de diferentes demandas para a 1ª Brigada de Infantaria de Selva baseadas em diferentes análises de ambiente interno e externo, o que possibilitou fazer indicações de oportunidades de melhorias a fim de atenuar os efeitos negativos das ameaças que o ambiente externo tenha apontado.

O nono resultado consiste no diagnóstico abordado durante a pesquisa referente a dois momentos da historiografia do estado de Roraima, nos quais foram observados déficits do Poder

Militar na região. O primeiro momento corresponde após a desativação do Forte São do rio Branco em 1900 até 1926, enquanto o segundo deriva da ausência do 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel, com sede na cidade de Manaus (AM), embora pertença ao quadro organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista (RR).

Estes dois momentos antagônicos são considerados como déficit do Poder Militar pelo fato de no primeiro não existir uma unidade militar no vale do rio Branco (atual estado de Roraima) entre os anos de 1900 a 1926, a não ser por uma vaga citação sem comprovação científica publicada em jornal local, bem como pela impossibilidade de comprovação durante a presente pesquisa. E no segundo, pelo fato da ausência de uma importante unidade militar, cujo efetivo gira em torno de 800 militares e que poderia suprir certas demandas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva nas diversas atividades operacionais e sociais no estado de Roraima.

Por fim, no décimo resultado acredita-se que tenha corroborado com a linha de pesquisa em estudos geoestratégicos na Amazônia do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI/UFRR/CNPq), coordenado pelo professor Doutor Elói Martins Senhoras, bem como tenha corroborado para estudos para o Núcleo de Pesquisa Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA), que tem pesquisador o professor Doutor Reginaldo Gomes de Oliveira, dentre outros.

Portanto, com base nos debates e resultados ora suscitados na presente pesquisa de mestrado, este trabalho expõe uma agenda prospectiva de natureza normativa ou propositiva que visa subsidiar funcionalmente pontos de ação por parte tanto dos *policymakers* quanto da comunidade científica que, eventualmente, tome como menção os diagnósticos deste estudo.

No que concerne a sugestões de oportunidades de melhoria para políticas públicas, a partir dos resultados da presente pesquisa sobre a espacialização e a presença do Exército Brasileiro no estado de Roraima, serão apontadas algumas sugestões às quais podem servir de base para a elaboração de futuras políticas públicas nacionais e locais, bem como para oportunidades de melhorias das políticas existentes, ratificando, assim, a importância do estudo realizado para o incremento do estado de Roraima e consequente desenvolvimento regional da Amazônia Legal.

A primeira sugestão deriva da necessidade de ampliação de Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) no estado de Roraima, que atualmente possui somente seis. Diante disso, recomenda-se que o comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva realize expediente junto ao escalão superior com a finalidade de que sejam realizados novos estudos para a reativação do Projeto Amazônia Protegida o qual visava a ampliação da presença estatal na Amazônia Legal.

Este projeto previa a possibilidade de ampliação de mais 23 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) além dos 28 existentes, o que reforçaria a Região Norte em especial.

No que concerne ao estado de Roraima, há a possibilidade de ampliação de mais seis PEF, notadamente nas regiões de: Entre Rios; Jacamim; Vila Contão; Serra do Sol; Ericó e Uiacás. Dessa forma, encerraria o arco dos PEF por grande parte da fronteira de Roraima com os países vizinhos, o que corroboraria para maior integração e desenvolvimento regional e local, bem como maior presença estatal e ampliação do combate a ilícitos diversos.

Em segundo lugar, a pesquisa identificou a existência de um déficit do Poder Militar em decorrência da falta de um Batalhão de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista, com isto, acarretando em sobrecarga, tanto estrutural quanto pessoal, uma vez que este batalhão se encontra na cidade de Manaus (AM). Sendo assim, sugere-se que sejam feitos esforços junto ao escalão superior para esta questão entre em agenda e sejam discutidas medidas concretas para que seja realocada e/ou transferido outras unidades militares para recompor a estrutura organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Em outro momento, a pesquisa identificou que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva possui um efetivo de cerca 3.300 militares, sem levar em consideração seus dependentes. No que concerne aos atendimentos médico-odontológicos, a Guarnição de Boa Vista (todas as Organizações Militares do Exército no estado de Roraima) possui somente um Posto Médico de Guarnição com limitações estruturais e orçamentárias para a demanda existente. Portanto, sugere-se que sejam realizados, por parte do comando da brigada, esforço concreto em direção ao escalão superior para que ocorra uma reestruturação de Posto Médico para Hospital Militar de Guarnição.

Com referência às sugestões para futuras pesquisas, a pesquisa possuiu algumas limitações durante seu desenvolvimento, principalmente no que concerne às entrevistas com os *stakeholders*, ainda que se tivesse prévia autorização. Nesse sentido, sugere-se que, durante a realização de futuras pesquisas, sejam implementados esforços para que o primeiro contato seja realizado diretamente com a autoridade maior sem que haja intermediários, com isto, cessaria qualquer contratempo e/ou desinformação a despeito do trabalho a ser desenvolvido.

Além disso, sugere-se que sejam endereçados estudos sobre as questões operacionais e/ou de integração entre a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e outras agências de segurança, como por exemplo, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, principalmente no que diz respeito a demandas de combate às novas ameaças na Amazônia Setentrional, sendo o estado de Roraima um dos *locus* de passagem de ilícitos transfronteiriços diversos.

Em relação às futuras temáticas, sugere-se que estas sejam voltadas para a Geografia Militar na Amazônia Legal, isto é, a geografia dentro de um contexto militar, com ênfase para Roraima, uma vez que o processo histórico deste estado está relacionado a uma escola de pensamento específico, ou seja, na hibridação entre pensamento geográfico e militar, o que corroboraria para uma agenda em crescimento na literatura local e regional.

Com base na presente pesquisa de dissertação, foi possível obter a resposta para problemática inicial: *Quais foram os fenômenos que justificam a ampliação de Organizações Militares do Exército Brasileiro realocadas e/ou transferidas de grandes centros urbanos do Brasil para a Região Norte?*

As respostas para a problemática apresentada, dispostas ao longo dos quatro capítulos da dissertação, concluem que ao longo do tempo histórico, vários foram os fenômenos que corroboraram para que ocorresse a ampliação do Poder Militar do Exército Brasileiro por meio de realocações e/ou transferências de grandes centros urbanos para a Região Norte, notadamente em virtude de uma geopolítica expansionista de integração e desenvolvimentista, incrementada por políticas de Defesa Nacional com a finalidade de manutenção territorial e fixação do homem em áreas de pouca presença estatal.

A hipótese 1 (variável independente) apresenta assertiva caracterizada por meio de marcos teóricos-históricos-normativos dos capítulos 1, 2 e 3 sistematizados na afirmação: do processo evolutivo geohistórico sobre o questionamento da teorização do pensamento, da espacialização e da presença militar para a região da Amazônia brasileira, o que foi comprovado durante a elaboração do estado da arte obtida com a análise sistemática e integrativa, bem como por meio das discussões ora suscitadas.

A hipótese 2 (variável dependente) é sintetizada pelos marcos empíricos da análise da nova configuração estrutural por meio de criação/transferências de unidades militares de grandes centros urbanos do Brasil para a Região Norte e, por conseguinte, com a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista (RR) em janeiro de 1992.

Com referência a problemática proposta como objeto de estudo, afirma-se que foram realizadas análises sendo possível a obtenção de dados os quais permitiram responder as assertivas iniciais e indutoras dos resultados e respostas sobre o fenômeno da criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista (RR) em janeiro de 1992.

A conformação de uma unidade de agregação no estado de Roraima, como é o caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, permitiu maior gestão e operacionalidade junto às diversas demandas institucionais que o Exército Brasileiro possui nesta porção do Estado, que por vezes são utilizadas de maneira desgastante e inócua como no caso quando empregada em situações

de segurança pública em demasia, notadamente quando em operação da Garantia da Lei e da Ordem.

A institucionalização da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no estado de Roraima em 1992 trouxe maior capacidade de poder de decisão junto às diversas atividades de maneira decisiva uma vez que a presença de um General-de-Brigada junto ao seu comando permite maior interação perante ao Comando da Força Terrestre possibilitando maior acessibilidade e desburocratização em determinadas demandas institucionais, ainda que exista necessidade de ampliação de sua estrutura organizacional no que concerne ao aumento de outras unidades militares para o estado de Roraima.

Não obstante, a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista surge como elemento aglutinador entre o Estado brasileiro e a sociedade roraimense, o que possibilitou maior integração e desenvolvimento regional por meio de seus integrantes e de seus dependentes, que direta e indiretamente contribuem para que ocorra aglutinação entre Estado e sociedade em prol de um bem comum.

Por fim, após identificados e elencados os principais resultados os quais permitiram a autenticação da presente dissertação, com o apontamento das sugestões de oportunidades de melhorias ao *policymaking* na questão abordada, além das proposições para outras pesquisas que eventualmente tomem como referência à presente investigação, conclui-se que a pesquisa ora apresentada possui natureza de estudos inéditos nela contidos no âmbito do estado de Roraima, dessa maneira, estando aptos para a oportunizar maior desenvolvimento regional da Defesa Nacional local.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. “Sobre a memória das cidades”. **Anais do colóquio do discurso geográfico na Aurora do século XXI**. Florianópolis: UFSC, 1996.
- AGOSTINHO, J. “A importância geopolítica de Roraima no contexto fronteiriço regional do Nordeste da América do Sul”. **Anais do 1º Seminário internacional sociedade e fronteiras**. Boa Vista: UFRR, 2001.
- AGUIAR, P. S. O. **Essequibo em foco: estudo de caso de um Contencioso Sulamericano**. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Boa Vista: UFRR, 2016.
- AGUIAR, A. C. **A Revolta do Rupununi no contexto da Guerra Fria** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação Relações Internacionais). Boa Vista: UFRR, 2014.
- _____.; OLIVEIRA, P. S. VANESSA.; SCHWAIZER, V. R. “Uma análise das políticas de defesa para a Amazônia”. **Anais do encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**: Belém, 2013.
- ALMEIDA, C. W. “Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas”. **Revista Opinião Pública**. vol. 16, n. 1, jun., 2010.
- ALSINA JÚNIOR, J. P. S. “O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol. 52, n. 2, 2009.
- ALVES, V. C.; CAMPOS, M.T. “A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército Brasileiro”. **Tensões Mundiais**. vol. 8, n. 14, jan./jun., 2012.
- ANDRADE, José C. *et al.* “Aplicação da análise SWOT para identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social”. **Anais do XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**. São Paulo, UVPB, 2008.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- ANDRADE, O. I; LIMA, R. C.; PÊGO, F. B. **Iniciativas de Segurança e Defesa nas fronteiras terrestres no Brasil contemporâneo (1985-2017)**. São Paulo: Editora IPEA, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BARROS, J. D. “História, região e espacialidade História, região e espacialidade”. **Revista de História Regional**. vol. 10, 2005.
- BATISTA, D. L. **Guarda Territorial: Instituição de segurança e de trabalho social no Território de Rio Branco/Roraima entre 1944 e 1974**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Boa Vista: UFRR, 2014.
- BENTO, C. M. “Forte São Joaquim do rio Branco: Sentinela do Brasil no extremo Norte nos séculos XVIII e XIX”. **Revista do Militar Brasileira**. vol. 106, 1975.

BECKER, B. K. “Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?” **Parcerias estratégicas**. n. 12, set., 2001.

_____. “Amazônia: geopolítica na virada do III milênio”. **Revista Estudos Avançados**. vol. 19, n. 53, jan., 2005.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BELÉM. Governo estadual. “Fundação da cidade de Belém” [2012]. **Portal eletrônico do Governo estadual de Belém**: Belém, 2012.

BOA VISTA. Folha de Boa Vista. “Quartéis militares do Exército em Roraima” [2015]. **Portal eletrônico do Jornal Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 2020.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 50.480, de 20 de abril de 1961. **Aprova a criação da 9ª Companhia de Fronteira**. Brasília, 1961.

_____. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Editora Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira do Brasil**. Brasília: Editora Senado Federal, 1988.

_____. Portaria nº 197-EME, de 26 de setembro de 2013. Dispõe **sobre as Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre**, Brasília, 2013.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Editora Senado Federal, 2012.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. “Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira” [2016]. **Portal eletrônico do Ministério da Justiça e Cidadania** Disponível em: <www.justica.gov.br>. Acesso em: 14 nov., 2019.

_____. Superintendência da Zona Franca de Manaus. “Amazônia Ocidental”. **Portal eletrônico da SUFRAMA** [2017]. Disponível em: <site.suframa.gov.br>. Acesso em 2 ago., 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional. “Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” [2005]. **Portal eletrônico da EMBRAPA**. Disponível em: <www.bdpa.cnptia.embrapa.br>. Acesso em 31 jan., 2020.

_____. Ministério da Defesa, “Manual de Campanha C7-30: Batalhões de Infantaria”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [1984]. Disponível em:< www.bdex.eb.mil.br>. Acesso em: 10 fev., 2019.

_____. “Divisão de Exército: manual de Campanha C 61-100”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [1989]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01 dez., 2019.

_____. “A Marinha na Amazônia”. **Revista Marítima Brasileira**. vol. 115, n. 10/12, out./dez., 1995.

_____. “Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército Valores, Deveres e Ética Militares”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2002]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01 dez., 2019.

_____. “Brigada de Aviação do Exército”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2003a]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2019.

_____. “Manual de Campanha - Estado-Maior e Ordens”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2003]. Disponível em: < www.defesa.gov.br>. Acesso em 26 dez., 2019.

_____. “Glossário das Forças Armadas”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2007]. Disponível em: < www.defesa.gov.br>. Acesso em: 14 nov., 2019.

_____. “Catálogo de capacidades do Exército””. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2015]. Disponível em: < www.defesa.gov.br>. Acesso em: 13 nov., 2019.

_____. “Organograma do CMA”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2016]. Disponível em: <www.cma.eb.mil.br/home/organograma.html>. Acesso em jul. 2019.

_____. “ Defesa & Meio Ambiente - preparo com sustentabilidade” **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2016a]. Disponível em: <www.sudam.gov.br>. Acesso em 3 dez., 2019.

_____. “ Quadro de Organização” **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2016b]. Disponível em: < www.defesa.gov.br >. Acesso em 3 fev., 2020.

_____. “Centro de Comunicação Social do Exército: as ações preventivas e repressivas na Amazônia”. **Revista Verde Oliva**. a. XLV, n. 242, set., 2018.

_____. “Relatório Situacional 2018”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2018a]. Disponível em: < www.defesa.gov.br>. Acesso em: 13 nov., 2019.

_____. “Operação Acolhida”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2018a]. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em 9 nov., 2019.

_____. “Comando Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS). Historio”. **Portal eletrônico do CFR/7º BIS** [2019]. Disponível em: <www.7bis.eb.mil.br/historico.html >. Acesso em: 15 fev., 2019.

_____. “Armas, Quadros e Serviços”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019a]. Disponível em:<www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos>. Acesso em: 10 fev., 2019.

_____. “Operação Amazônia”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019b]. Disponível em: <www.cma.eb.mil.br. Acesso em 23 dez., 2019.

_____. “Síntese histórico 1ª Bda Inf SI”. **Portal eletrônico da 1ª Bda Inf SI** [2019c]. Disponível em: < www.1bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 23 dez., 2019.

_____. “Histórico 2ª Bda Inf SI”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019d]. Disponível em: <www.2bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 15 nov.,2019.

_____. “Histórico 16ª Bda Inf SI”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019e]. Disponível em: <www.16bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 11 nov., 2019.

_____. “Histórico 17ª Bda Inf SI”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019f]. Disponível em: <www.17bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 11 nov., 2019.

_____. “Histórico 22ª Bda Inf SI”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019g]. Disponível em: <www.22bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 11 nov., 2019.

_____. “Histórico 23ª Bda Inf SI”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019h]. Disponível em: <www.23bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 11 nov., 2019.

_____. “1ª Divisão de Exército: histórico”. **Portal eletrônico da 1ª DE** [2019i]. Disponível em: <www.1de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12 nov., 2019.

_____. “2ª Divisão de Exército: histórico”. **Portal eletrônico Da 2ª DE** [2019j]. Disponível em: <www.2de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12 nov., 2019.

_____. “3ª Divisão de Exército: histórico”. **Portal eletrônico Da 3ª DE** [2019l]. Disponível em: <www.3de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12 nov., 2019.

_____. “5ª Divisão de Exército: histórico”. **Portal eletrônico do Ministério da 5ª DE** [2019m]. Disponível em: <www.5de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. “Comando Militar da Amazônia. Aspectos históricos do CMA”. **Portal eletrônico do CMA** [2019n]. Disponível em: <www.cma.eb.mil.br>. Acesso em 21 dez., 2019.

_____. “Companhia de Comando da 1ª Bda Inf SI”. **Acervo histórico Companhia de Comando da 1ª Bda Inf SI**. Boa Vista: Cia c 1ª Bda Inf SI, 2019o.

_____. “1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (1º BIS/Amv) ”. **Acervo histórico1º BIS/Amv**. Boa Vista, 2019p.

_____. “12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado”. **Acervo histórico. Boa Vista: 12º Esqd C Mec**: Boa Vista, 2019r.

_____. “1º Pelotão de Comunicações de Selva”. **Acervo histórico1º Pel Com SI**. Boa Vista, 2019s.

_____. “Nivelamento de comunicações”. **Portal eletrônico da 1ª Bda Inf SI** [2019t]. Disponível em: <www.1bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em: 01 dez., 2019.

_____. “Histórico da SUDAM” **Portal eletrônico da SUDAM** [2019w]. Disponível em: <www.sudam.gov.br>. Acesso em 3 dez., 2019.

_____. “Escritório de projetos do Exército Brasileiro-SISFRON”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019x]. Disponível em: <www.epex.eb.mil.br>. Acesso em 22 dez., 2019.

_____. “Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – R1 (RISG)”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019y]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01 dez., 2019.

_____. “Características da profissão militar”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019v]. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em 23 nov., 2019.

_____. Ministério da Relações Exteriores. “Organizações do Tratado de Cooperação Amazônico” [2019z]. Disponível em:< www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 12 nov., 2019.

_____. “Comando Militar do Norte. Estrutura Organizacional” **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019aa]. Disponível em: <www.cmn.eb.mil.br/acoes-e-programas.html>. Acesso em 12 jul., 2019.

_____. “6º Batalhão de Engenharia de Construção. Acervo histórico do 6º BEC”[2019bb]. **Ofício no 32-B Adm/6º BEC, de 30 de outubro de 2019**. Boa Vista: 6º BEC, 2019.

_____. “Força Aérea Brasileira celebra 78 anos de criação. História”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019cc]. Disponível em:<www.fab.mil.br/ministerio/>. Acesso em 5 nov., 2019.

_____. “Garantia da Lei e da Ordem” **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019dd]. Disponível em: < www.defesa.gov.br>. Acesso em 30 jan., 2019.

_____. “32º Pelotão de Polícia do Exército”. **Acervo histórico 32º Pel PE**. Boa Vista, 2019ee.

_____. “10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva”. **Acervo histórico 10º GAC SL**. Boa Vista, 2019gg.

_____. “História do Exército Brasileiro”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019dd]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em 30 jan., 2019hh.

_____. “6ª Divisão de Exército: histórico”. **Portal eletrônico da 6ª DE** [2019ii]. Disponível em:< www.1de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12 nov., 2019.

BRAUDEL, F. **O espaço e a história no mediterrâneo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1985.

BRITO, C. “Ressignificando o conceito de território Cristóvão Brito”. **SciELO Books**, 2008.

BRITO, D. C. “A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia”. **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**. a. 5, n. 10, 2001.

CAMPBELL, A. “*A mission to succeed*”. **Director**. vol. 44, n. 7, fev., 1991.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Brasília: Editora Senado Federal, 2000.

CARNEIRO, H. Guerra dos trinta anos. *In*: MAGNOLI, D. **Histórias das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CARVALHO, B. L. P. A “Paz de Vestfália: marco das relações internacionais” [2018]. **Café História- história feita com cliques**. 2018. Disponível em: < www.cafehistoria.com.br>. 2018. Acesso em 30 abr., 2019.

CASTANHEIRO, P. V. “**Livro Branco**” de Defesa Nacional: uma necessidade? São Paulo, 2011.

CASTRO, T. **Estudos de Geo-História**. São Paulo: Editora Record, 1971.

CASTROGIOVANNI, A. C.; GASTAL, S. “Fronteiras e turismo: tencionando conceitos”. **Anais do Seminário do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**: Caxias do Sul, 2006.

CATAIA, M. A. “Fronteiras: territórios em conflito”. **Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG)**. Cascavel: UEOP, 2008.

_____. “Território político: fundamento e fundação do estado”. **Sociedade e Natureza (Online)**. vol. 23, n.1, 2011.

CAVALCANTI, U. G. “Múltiplos aspectos do emprego das Forças Armadas (FA) na Garantia da Lei e da Ordem (GLO)”. **Em pauta- Revista da Escola de Guerra Naval**. n. 08, 2016.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Editora Manole, 2014.

CINTRA, J. P. “O mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil”. **Boletim Ciências Geodésicas**. vol. 18, n. 3, jul./set., 2012.

CIRINO, P. J. **Elite e Poder: Geopolítica de Roraima (período de 1943 a 1994)**. (Tese de Doutorado em Ciências Políticas). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

CLAVAL, P. “O território na transição pós-modernidade”. **GEOgraphia**. vol. 1, n.2, 1999.

CORDEIRO, C. I. R. **A criação do Território Federal do Rio Branco, de 1943 a 1964** (Trabalho de Conclusão de Curso de História). BoaVista: UFRR, 2012.

CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. I. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

COSSUL, N. I.; JAEGER, B. C. “O Papel da Infraestrutura no Combate aos Ilícitos Transfronteiriços na América do Sul”. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. vol. 3, n. 1, jan./jun., 2016.

COSTA, G. G. “A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII”. **Revista do arquivo nacional**. vol. 29, n. 1, 2016.

COSTA, L. J. “Guarda Nacional e o processo de construção do Estado nacional brasileiro: estudo de caso sobre os alistamentos na província da Paraíba (1831-1850)”. **Revista Discente UFMG**. vol. 4, n. 2, ago./dez., 2012.

COSTA, M. C. F.; SOUZA, B. S. S.; FELL, A. F. A. “Um estudo da estrutura organizacional e as mudanças organizacionais: proposta de um novo modelo”. **Navus**. vol. 2, n. 1, jan./jun., 2012.

COSTA, W. M. “Políticas territoriais brasileiras no contexto de integração sul-americana”. **Revista Brasileira de Geografia**. a. IV, n. 7, jul./dez., 1999.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: EdUSP, 2013.

CRUZ, E. P. **Programa de Excelência Gerencial no 18º Batalhão de Infantaria Motorizado: Análise e proposição de melhorias** (Trabalho de Conclusão de Curso em Administração). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CURADO, P. R. F.; SARTI, I. P. A. “Soberania, fronteiras e integração regional: uma análise sobre a reorientação política para os limites da Amazônia”. **Anais do 32º Encontro Anual da Anpocs**: Caxambu, 2008.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

D’ARAÚJO, M. C. “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952)”. **Portal eletrônico da Fundação Getúlio Vargas** [2019]. Disponível em: <www.fgv.br>. Acesso em 19 ago., 2019.

DA SILVA, C. E. M. **O Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEX): uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002-2007)** (Tese Doutorado em Ciências Políticas) São Paulo: UFSC, 2009.

DA VIÁ, S. C. **Opinião pública: técnica de formação e problemas de controle**. São Paulo: Editora Loyola, 1983.

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. “Bula. Santo André”. **Portal eletrônico da Diocese Santo André** [2015]. Disponível em: < <https://www.diocesesa.org.br/2015/08/Don-pedro-e-a-bula-papal/>>. Acesso em 15 abr. 2019.

DINIZ, E. **Projeto Calha Norte: antecedentes políticos** (Dissertação Mestrado em Ciência Política). São Paulo: USP, 1994.

ENSSLIN, L.” O design na pesquisa quali-quantitativa em engenharia de produção – questões epistemológicas”. **Revista produção on-line**. vol. 8, n. 1, mar., 2008.

FAGUNDES, F. C. R. “O SIVAM e a cooperação Amazônia”. **Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**: Porto Alegre, UFRGS, 2013.

FALEIROS, Á. Presença francesa no Brasil. **Estudos Avançados**. vol. 27, n. 79, 2013.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas do rio Branco e a Colonização. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

FERNANDES, A. S. “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. **Antíteses**. vol. 2, n. 4, jul./dez., 2009.

FERNANDES, I. G. M. *et al.*. “Planejamento estratégico: análise SWOT”. **Revista Conexão Digital**, Três Lagoas, vol. 10, n. 1, 2013.

FERRARI, M. “As noções de fronteira em geografia”. **Revista Perspectiva Geográfica**. vol. 9, n. 10, 2014.

FERREIRA, M. J. “O espaço-tempo e a Geohistória”. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**. n. 12, 1998.

FERREIRA, N. S. A. “As pesquisas denominadas Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**. a. XXIII, n. 79, ago., 2002.

FERREIRA, N. C. C. **Geopolítica do Projeto Calha Norte no estado de Roraima – Brasil** (Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Geografia): Porto Alegre: UFRGS, 2015.

FERREIRA, W. **Exército Brasileiro e Amazônia: intervenções educativas sociocomunitárias, intersubjetividade e tecnologias sociais no 3º Pelotão Especial de Fronteira - 3º PEF, em Pacaraima-RR** (Dissertação de Mestrado em Educação). São Paulo: CUSSP, 2016.

FORJAZ, M. C. S. “As origens da Embraer”. **Tempo Social**. vol. 17, n. 1, jul., 2005.

FREITAS, N. M. S. **Desenvolvimento local e capital social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS no estado de Roraima**. (Tese de Doutorado). Belém, UFPA. 2008.

FREITAS, R. *et al.*. **Memória histórica do Ministério Público Militar**. Brasília, Editora MPM, 2012.

FUKUYAMA, F. **Construção de Estados: governo e organização no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2004.

GADELHA, R. M. F. “Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil”. **Estudos Avançados**. vol. 16, n. 45. mai./ago., 2002.

GALVÃO, M. C. B.; *et al.*, “Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação”. **InCID**. vol. 8, n. 2, set., 2017.

GOMES, M. L. **As missões tácitas dos Pelotões Especiais de Fronteira em faixa de fronteira no estado de Roraima** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2017.

_____.; DIAS, W. S. **Pelotões Especiais de Fronteira: a ponta de lança do Comando Militar da Amazônia no estado de Roraima**. (Orgs.). FILHO, A. R.; TAVARES JÚNIOR,

E. S. Roraima 30 anos: Prof. Rafael da Silva Oliveira, ideário e pluralidade geográfica da Amazônia Setentrional. Boa Vista: Editora UFRR, 2018.

_____.; SENHORAS, E. M. Arquivo de mapas elaborado para de mestrado em Geografia da UFRR. **Espacialização das Brigadas de Infantaria por Comando Militar de Área no Brasil (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR (2019).

_____. Arquivo de mapas elaborado para de mestrado em Geografia da UFRR. **Espacializações de Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia Legal (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR (2019a).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Construção da 1ª Bda Inf SI (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019b).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019c).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **1º BIS/Amv (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019d).

_____. Arquivo de mapas elaborado para de mestrado em Geografia da UFRR. **Divisões de Exército no Brasil (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR (2019e).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Comando Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019f).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **1º B Log SI (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019g).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **1º Pelotão de Comunicações de selva (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019h).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **12º Esquadrão de Cavalaria mecanizado (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019i).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Divisões de Exército (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019j).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **ALAs (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019l).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Forte São Joaquim do rio Branco (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019m).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Contingente Federal (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019n).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Guarda Territorial (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019o).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **6º Batalhão de Engenharia de Construção (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019p).

_____. Arquivo de mapas elaborado para de mestrado em Geografia da UFRR. **Pelotão Especial de Fronteira (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019q).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Região Militar (CD-ROM)**. Boa Vista: UFRR, (2019k).

_____. Arquivo iconográfico adquirido durante trabalho de campo. **Pelotão de Polícia do Exército**. Boa Vista: UFRR, (2019gg).

_____. Arquivo iconográfico de quadros e tabelas. **Quadros temáticos e tabelas**. Boa Vista: UFRR, (2019).

_____. Arquivo iconográfico de quadros e tabelas. **Quadros temáticos e tabelas**. Boa Vista: UFRR, (2020).

GONÇALVES, H. L. M. B. L. “A criação do Comando Militar do Norte na Amazônia Oriental: uma questão geoestratégia”. **Doutrina Militar Terrestre**. a. 4, n. 9, jan./jun., 2016.

GONZALES, S. L. M. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os tiros de guerra e a estratégia de presença** (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2008.

GOTTMANN, J. “The Evolution of the Concept of Territory”. **Social Science Information**. vol. 14, n. 3-4, 1975.

_____. “A evolução do conceito de território”. **Boletim Campineiro de Geografia**. vol. 2, n. 3, 2012.

HAESBAERT, R. “Região, diversidade territorial e globalização”. **GEOgraphia**. n. 1, 1999.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

HARTLEY, J. Case study research. In. Catherine Cassel e Gilian Symon (Eds.), **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. London: Sage, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HORA, A. H. S. A Influência da ECEME no Pensamento Militar Brasileiro. **Revista PADECEME**, 2005.

HOSANNAH, J. J. M. **O papel da OTCA na proteção da Amazônia**. (Curso de Especialização em Relações Internacionais): Brasília: UNB, 2015.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Meio Ambiente”. **Portal eletrônico do IBGE** [2004]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 3 dez., 2019.

_____. “Censo 2010” [2010]. **Portal eletrônico do IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jan., 2019.

_____. “Divisão regional do Brasil” [2017]. **Portal eletrônico do IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jan., 2019.

_____. “Extensão territorial do estado de Roraima”. **Portal do IBGE** [2017]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2019.

_____. “Expectativa populacional 2010” [2019a]. **Portal eletrônico do IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jan., 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). “Faixa de Fronteira do Brasil é tema de estudo do Ministério da Integração e Ipea”. **Portal eletrônico do IBGE** [2017]. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 18 fev. 2019.

KRIEGER, M. G.; SANTIAGO, M. S. “Estudos de Terminologia para a tradução técnica”. **Revista de Letras**. vol. 2, n. 33, 2014.

KULHLMANN, P. R. L. **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político: 1984-2007** (Tese de Doutorado em Ciências Políticas). São Paulo: USP, 2007.

_____. “Mudança de missões e estrutura de defesa do Exército Brasileiro (1985-2007)”. **Revista eletrônica Brasa.org**, 2007.

_____. **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político: 1984-2007**. (Tese de Doutorado em Ciências Políticas). São Paulo: USP, 2007.

LAZZARINI, A.; *et al.*, **Direito administrativo da ordem pública**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

LIMA, W. T.; SILVA, I.O.; SOUSA, L. F. “Breve retrospectiva das estratégias geopolíticas de incorporação territorial da Amazônia brasileira”. **RA E GA**. n. 24, 2012.

LORCH, C. **Do CAN ao SIVAM; a FAB na Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Aerospace, 2000.

LOURENÇÃO, H. J. **Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006)** (Tese de Doutorado em Ciências Política). Niterói: UECamp, 2007.

LUEDY, T.; MELLO, M D. “Geopolítica e projeção de poder na Amazônia: reestruturação da estratégia de defesa, reorganização dos comandos militares e remanejamento de forças”. **Revista eletrônica academiaedu**, 2016.

KAJIBANGA, R. “Defesa Nacional: novas ameaças”. *CEDIS Working Papers*, n. 33, mai., 2016.

MEDEIROS, M. I. G.; *et al.*. “Estrutura organizacional e modelo de gestão: uma análise no Instituto Federal Sul-Rio-grandense”. **Anais do XI colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul; II Congresso Interacional IGL**: Florianópolis, 2011.

MEDEIROS NETO, O. **Cenários Geopolíticos e Emprego das Forças Armadas na América do Sul**. (Dissertação de mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2005.

MEDEIROS, R. A. L. “Governo da natureza (parte II): a construção de uma Amazônia geopolítica”. **Universitas JUS**. vol. 27, n. 1, 2016.

MACEDO, H. G. C. **A Guerra das Malvinas e as perspectivas para a Região Sul-americana** (Trabalho de Conclusão de Especialização). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2018.

MACHADO, L. O. “Sistemas, Fronteiras e Território”. **Revista On-line UFRJ**, 2002.

MACHADO, M. S. “Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade”. **GeoUERJ**. n. 1, 1997.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E.M. A. “Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas”. **Revista Univap**, vol. 20, n. 35, jul./dez., 2014.

MARQUES, A. A. “A Estratégia militar do Exército Brasileiro para a Amazônia. Fundamentos e implicações para a cooperação militar no sul da América Latina”. **Anais do Simpósio do XXIII de História**: Londrina, 2005.

_____. **Amazônia: pensamento e presença militar**. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais): São Paulo, USP, 2007.

_____. O Exército na Amazônia: construindo estratégias e mitos. **Paiaguás** vol. 01, n. jul./dez., 2015.

_____. “Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-Guerra Fria”. **Revista de Sociologia e Política**. n. 20, jun., 2003.

MARTINEZ, F. R. “Regionalização de Roraima”. **Revista Eletrônica EXAMÃPAKU**. vol. 7, n. 3, set./dez., 2014.

MARTINS FILHO, J. R.; ZIRKER, D. “Forças Armadas, soberania nacional e defesa da Amazônia”. **Estudos de História**. São Paulo, vol. 8, n. 1, 2001.

MARTINS, E. **Memória do Regime Militar em Roraima** (Dissertação de Mestrado em história): Manaus, UFAM, 2010.

MARTINS, M. T. **História do pensamento geográfico: a formação territorial brasileira à luz dos projetos territoriais do Exército (1889-1930)**. (Tese de doutorado em Geografia): Uberlândia: UFU, 2017.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2002.

_____. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Coleção documentos brasileiros, 1980.

MASCARENHAS, H. P. **O pensamento desenvolvimentista e a controvérsia sobre a borracha na Amazônia (1940-1966)**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas): Belém: UFPA, 2016.

MAX, C. Z.; OLIVEIRA, T. C. M. G. “As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista”. **Geosul**. vol. 24, n. 47, jan./jun., 2009.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MEDEIROS, M. I. G.; *et al.*. “Estrutura organizacional e modelo de gestão: uma análise no Instituto Federal Sul-Rio-grandense”. **Anais do XI colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul; II Congresso Interacional IGL**: Florianópolis, 2011.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1944.

MEDEIROS, R. A. L. “Governo da natureza (parte II): a construção de uma Amazônia geopolítica”. **Universitas JUS**. vol. 27, n. 1, 2016.

MENDES, K. D. S. SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, c. M. “Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem”. **Contexto**. vol.17 n.4, out./dez., 2008.

MENEZES, A. V. “Conceitos da Geografia no estudo das dinâmicas dos processos socioculturais na fronteira Brasil- Guyana. Seminário”. **Anais do I seminário internacional sociedade e fronteiras**: Boa Vista, UFRR, 2012.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MIRANDA, J. B. **Amazônia: área cobiçada**. Porto Alegre: Editora AGE, 2005.

MIRANDA, R. S. N.; *et al.* Cooperação e defesa na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. **Revista FECAP**. abr., 2018.

MIYAMOTO, S. Os estudos geopolíticos Sousa no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectiva**. n. 92, 1981.

_____. “O Brasil e a fronteira norte: política e estratégia”. **Estudios Avanzados**, vol. 12, 2009.

MORAES, A. C. R. **Territorio e historia do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MORIN, E. **O Método II: a vida da vida**. Porto Alegre: Editora Meridional, 2001.

MOURÃO, P. F. C.; ARCASSA, W. S. “Reflexões em torno dos conceitos de Geografia Política e Geopolítica”. **Revista UNESP**, 2011.

NASCIEMNTO, F. S. “Exército e Nação: A construção da nacionalidade brasileira e os militares”. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos** Brasília: IPEA, 2011.

NASCIMENTO, F. A. **A Brigada de Infantaria nas Operações no Amplo Espectro, no combate aos crimes transfronteiriços na região sul do Brasil**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Rio de Janeiro: ESG, 2015.

NASCIMENTO, M.R. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial** (Dissertação Mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 2013.

NASCIMENTO, M. L. **Poder Nacional e produção do espaço na Amazônia: o 5º Pelotão Especial de Fronteira – vetor estatal – e suas funcionalidades na cabeça do cachorro**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Recife: UFPB, 2008.

NASCIMENTO, D. M. “Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a Defesa no século XXI”. **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**: Belém, out., 2009.

NETO, W. A. D. “A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul”. **Conjuntura Austral**, vol. 3, n. 12, 2012.

NÓBREGA, P. R. C. “Reflexões didáticas sobre o conceito de Região na Geografia”. **Revista Tamoios**.n. 1, jan./jun., 2015.

NOGUEIRA, D. S. A. **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Niterói: Editora Outra, 2016.

Nordeste da América do Sul. **Anais do 1º Seminário internacional sociedade e fronteiras**. Boa Vista: UFRR, 2001.

OBINO, J. L. F. “A Amazônia e a Marinha: Suas Necessidades de Meios para o Terceiro Milênio-Uma Reflexão”. **Revista Marítima Brasileira**. vol. 118, n. 04/06, 1998.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

_____.; MAGALHÃES, M. G. D. “A questão do Pirara: Roraima”. **Textos e Debates**. n. 14, (2008).

_____. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

OLIVEIRA, R. G. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima** (Tese de Doutorado em História): São Paulo, USO, 2003.

_____. “Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial”. **Revista Textos & Debates**. 11, jul./dez., 2006.

_____. **A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII: Da Costa Selvagem ao Rio Branco**. Boa Vista: EdUFRR, 2011.

_____. “Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das Relações Internacionais”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**: São Paulo, 2011.

_____. **Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais**. Boa Vista-RR: EdUFRR, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Educação do estado do Paraná. “As Guianas são uma subdivisão da América do Sul”. **Portal eletrônico do governo do estado do Paraná** [2019]. Disponível em: <www.geografia.seed.pr.gov.br> Acesso em 12 fev. 2019.

PEREIRA, P. A. S. **Rios, Redes e Regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

PEREIRA, M. C. “A memória de brasileiros e guianenses sobre a Revolta do Rupununi na fronteira Brasil – Guiana”. **Textos e Debates**. 14, 2008.

PIERANTI, O. P.; DA SILVA, L. H. R. “A questão amazônica e a política de defesa nacional”. **Caedrnos EBAPE**. vol. 5, n. 1, mar., 2007.

PIERIG, V. S. G.; SENHORAS, E. M. “O papel dos recursos naturais nos conflitos intermésticos da América do Sul”. **Anais do 3º Encontro Nacional ABRI**. São Paulo, 2011.

PILETTI, F. J. **Segurança e defesa da Amazônia: o exército brasileiro e as ameaças não tradicionais**. (Dissertação de mestrado em Ciências Políticas). Porto Alegre: UFRGS, 2008

PONTIN, R. A. L. “As Bulas e tratados dos Séculos XV, XVI e XVIII na história do direito brasileiro: seus reflexos na América portuguesa”. **CadernoUnisal**. vol. 4, 2012.

PORTO, J. L. R. “Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil”. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**. vol. III, n. 15, mar., 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2007.

PRIORI, A., *et al.*, “O Território Federal do Iguazu”. **SciELO Books**: Maringá, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RESENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. (Tese de Doutorado em História). São Paulo, USP, 2006.

RESSTEL, C. C. F. P. “Fenômeno migratório”. **SciELO Livros**, 2015.

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileiro no período colonial: a definição das fronteiras** (Tese de Doutorado em História): São Paulo, USP, 2006.

RIBEIRO, G. **Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel** (Tese de Doutorado em Geografia): Niterói, UFF, 2008.

RIBEIRO, N. F. “A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita”. **Senado Federal**. vol. Especial, 2005.

RODRIGUES, F. S. **Garimpendo a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA, 1996.

RODRIGUES, J. N.; *et al.* **50 Gurus Para o Século XXI**. Lisboa: Centro Atlântico, 2005.

ROSSI, A. *Mercosur: entre doutrinas, mercado y seguridad*. **Transnacional Intitute**, 2006.

ROMANOWSKI, J. P. E.; T. R. “As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" Em Educação”. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, n. 19, 2006.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. “Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica”. **Revista brasileira de fisioterapia**. vol. 11 n.1, fev., 2007.

SAQUET, M. A. “Território e desenvolvimento: diferentes abordagens”. **Geosul**. vol. 22, n. 43 jan./jun., 2007.

_____.; SILVA, S. S. “Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território”. **Geo UERJ**. vol. 2, n.18, 2 sem., 2008.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora EdUSP, 1978.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Rio de Janeiro: Editora EGaramond, 1999.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2002.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora EdUSP, 2005.

SANTOS, H. E. A. *et al.*. “Roraima e os desafios do desenvolvimento sustentável”. **T&C Amazônia**. a. VI, n.14, jun., 2008.

SANTOS, J. G; ERDMANN, A L; MEIRELLES, B. H. S; LANZONI, G. M. M; CUNHA, V. P. ROSS, R. “Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos”. **Texto Contexto Enferm**: São Paulo, 2017.

SANTOS, L. F. S. dos. “A Amazônia como instrumento da Política Externa Brasileira”. **Aurora**. vol. 7, n. 2, jan./jun., 2014.

SANTOS, O. B.; CURY, M. J. F. “As Forças Armadas em territorialidades transfronteiriças: Brasil, Paraguai e Argentina”. **Tempo da Ciência**, vol. 22, n. 44, 2015.

SANTOS, R. N. G. “Pecuária, memória e política em Roraima nas décadas de 1970 e 1980”. **Anais do X Encontro nacional de História Geral Oral**. Recife, UFPE, 2010.

SANTOS, T. C. F.; *et al.*: A Ditadura Vargasista no Brasil (1937-1945) e o Primer Franquismo na Espanha (1939-1945): poder e contra-poder das enfermeiras. **Revista Brasileira de Enfermagem**: Brasília, vol. 65, n. 2, mar./abr., 2012.

SENHORAS, E. M. **Conflito e cooperação no complexo regional de segurança da América do Sul**. Boa Vista: UFRR, 2011.

SENHORAS, C. A. B. M. **Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade na delegacia especializada de atendimento à mulher de Boa Vista (RR)** (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia): Boa Vista, UFRR, 2018.

SENHORAS, E. M.; SILVA NETO, T. A. “Diplomacia e paradiplomacia educacional brasileira no contexto da ciência, tecnologia e inovação”. **Revista Mundorama**, vol. 86, setembro, 2014.

SENHORAS, E. M.; SILVA, A. A. S. S.; VISGUEIRA, F. C. B. “O Uso das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem no Brasil: Um Estudo de Caso no Estado do Espírito Santo”. **Revista Intellector**, vol. 30, a. XIV, jul./dez., 2018.

SIDHU, J. “*Mission Statements: is it time to shelve them?*” **European Management Journal**. vol. 21, n. 4, ago., 2003.

SILVA JÚNIOR, T. A. **Roraima**. O Brasil do Hemisfério Norte. São Paulo: Editora Ambtec, 1993.

SILVA, A. B. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas fronteiras-socioespaciais do estado de Roraima**. (Tese de Doutorado em Geografia): São Paulo, USP, 2007.

SILVA, F. E. G. “**Batalha da borracha**”: o contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970. (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia): Manaus: UFAM, 2015.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. “Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA”. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. vol. 9, n. 1, jan./abr., 2017.

SILVA, V. A. **Fortes e Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia: O Exército Brasileiro como fator de ocupação, defesa e desenvolvimento regional**. Curitiba: Editora EdJuruá, 2015.

SILVEIRA, C. C. “A Presença da Marinha do Brasil na Amazônia”. **Paiaguás**. vol. 01, n. 01, fev./ jul., 2015.

SOUSA, R. G. “Período Regencial. Portal eletrônico mundoeducação” [2019]. Disponível em: < <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br>>. Acesso em 16 abr. 2019.

SUENSON, G. G. **Geopolítica do petróleo**: Uma análise da geopolítica do petróleo como causa não contada da guerra. (Trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais). Florianópolis: UFSC, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ROARIMA (MEPA). “Mapa de Roraima. Boa Vista”. **Portal eletrônico MEPA UFRR** [2014]. Disponível em: <ufr.br/mepa>. Acesso em: 09 set., 2019.

VIEIRA, J. G.; FILHO, G. F. G. “Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX”. **Textos e debates**. n. 28, jul./dez., 2015.

VIEIRA, M. G.; *et al.*, “Política socioeconômica. Os principais minerais encontrados no estado de Roraima.” **Norte Científico**. vol. 2, n.1, dez., 2007.

VILLAS BÔAS, E. D. C. “Meira Mattos, a Amazônia e o livro”. **Cadernos de Estudos Estratégicos**. n. 12 dez., 2013.

VLACH, V. R. F. “Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros”. **Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 4, 2003.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 1999.

VESENTINI, W. J. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. “Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual”. **Revista do Departamento de Geografia**. n. 10, 2010.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.